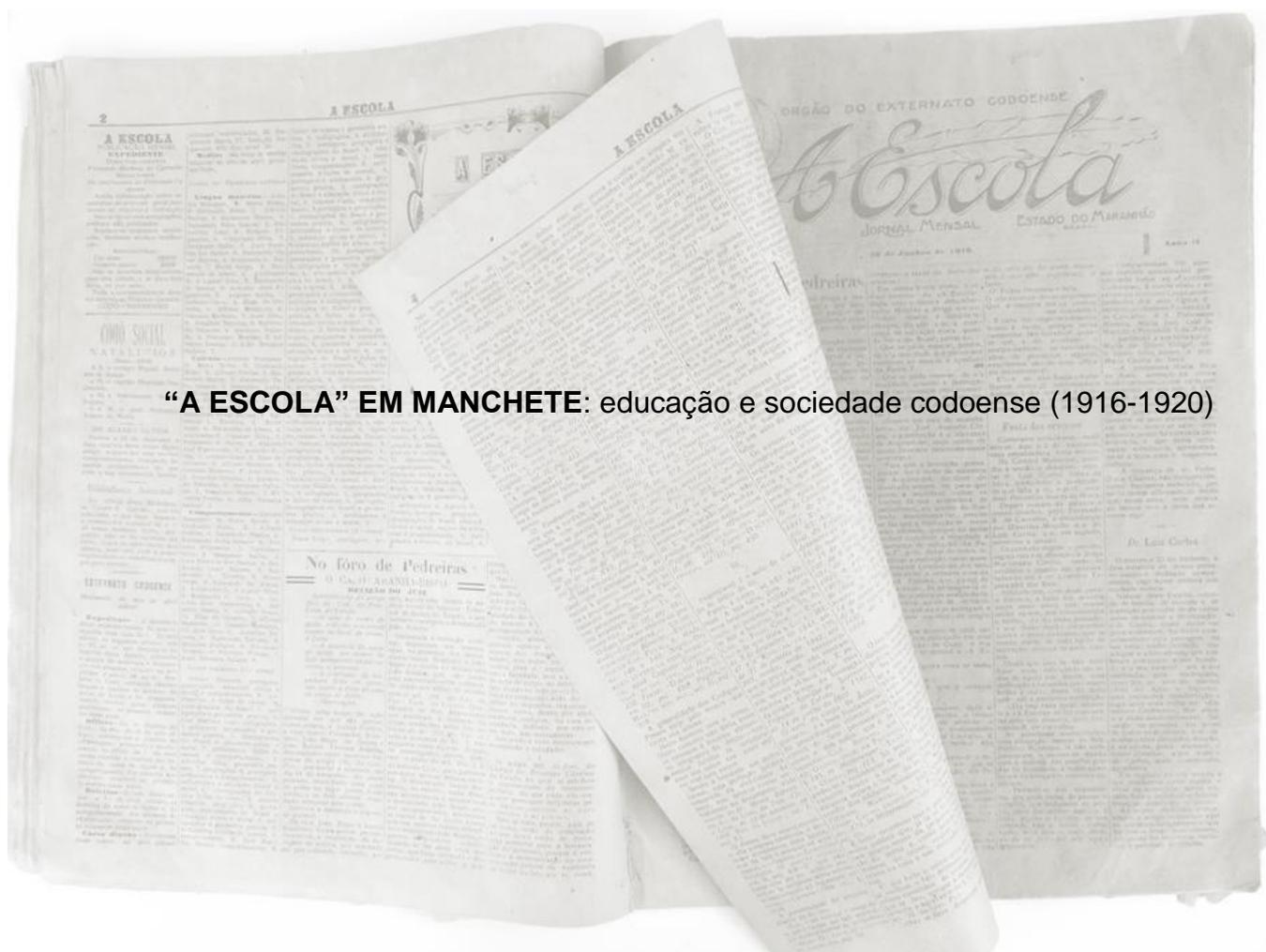




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA ALDA PINTO SOARES



“A ESCOLA” EM MANCHETE: educação e sociedade codoense (1916-1920)

TERESINA-PI
2018

MARIA ALDA PINTO SOARES

“A ESCOLA” EM MANCHETE: educação e sociedade codoense (1916-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa “Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: **Prof.^a Dra. Maria do Amparo Borges Ferro.**

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S676e Soares, Maria Alda Pinto.
"A escola" em manchete : educação e sociedade
codoense(1916-1920) / Maria Alda Pinto Soares. – 2018.
190 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2018.

"Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Amparo Borges
Ferro".

1. História da Educação. 2. Educação - Codó (MA).
3. Imprensa Escolar. 4. Fontes Hemerográficas. I. Título.

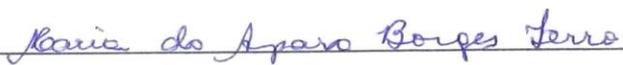
CDD 370.9

MARIA ALDA PINTO SOARES

"A ESCOLA" EM MANCHETE: educação e sociedade codoense (1916-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Piauí, na linha de pesquisa "Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

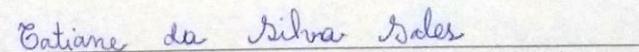
Teresina (PI), 03 de Setembro de 2018.



Prof.^a Dra. Maria Do Amparo Borges Ferro (UFPI)
Presidente



Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga Do Monti (UFPI)
Examinador Interno



Prof.^a Dra. Tatiane Da Silva Sales (UFMA)
Examinadora Externa

Ao meu esposo, **Alexsandro Learte Santos**,
por todas as vezes que você me incentivou a
escrever e que me mostrou que é hora de
viver!

AGRADECIMENTOS

Notícias boas pra se ler nos jornais.
Amores reais, amizades leais.

[...] Coisas simples pra ela, são as coisas principais... (Música: Ela só quer paz- Projota).

Coisas simples como agradecer são fundamentais na trajetória de todo ser humano, de todo pesquisador que, de forma alguma, embora muitas vezes precise isolar-se, trabalha sozinho. Eu não trabalhei só.

Agradeço à minha orientadora *Maria do Amparo Borges Ferro* por acreditar no meu desejo de fazer pesquisa, por me ensinar sobre a importância do equilíbrio emocional no desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas, por ser um colo aberto sempre que eu precisei de carinho por está longe de casa, e por me deixar alçar voo quando lhe apresentei outro objeto de pesquisa, reparando minhas arestas sempre que necessário.

Agradeço ao professor *Ednardo Monti*, pessoa que considero também orientador desta pesquisa, pela disposição em ajudar, em compartilhar saberes, a me indicar e emprestar livros e com quem muito aprendi sobre a pesquisa e sobre a integridade do ser humano.

Aos meus colegas do Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME) pela acolhida generosa e amiga desde o primeiro dia, que fazem do NEHMED algo além de um grupo de pesquisa, um grupo de irmãos que se preocupam com a sua estabilidade intelectual e emocional.

Agradeço aos professores e professoras que integram o Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado), em especial *Jane Bezerra* e *Carmen Lúcia*, que me ajudaram com os seus ensinamentos e suas formas de ver o mundo, as pessoas e a pesquisa.

Aos meus colegas da 27ª turma do Mestrado, que dividiram experiências, sonhos e desafios, constituindo uma rede de apoio e solidariedade. O meu “obrigada” especial à *Elisângela Maria*, *Kácio Santos*, *Naira Lemos* e *Maria Raquel*.

Agradeço às minhas boas, velhas e sempre amigas *Natália*, *Stéfanny* e *Milena* por cada momento compartilhado e sorriso estampado.

Obrigada também à professora *Madalena França* por todo apoio e incentivo.

Àqueles que sempre farão parte de minha trajetória, meus professores da Universidade Federal do Maranhão, que torceram e torcem por mim a cada passo e que me ajudaram a abrir os olhos para tantas possibilidades, dentre os quais destaco o apoio incondicional da professora *Tatiane da Silva Sales*, que me ajudou a

dar os primeiros passos dentro da pesquisa em História da Educação e tornou-se uma amiga e irmã com a qual sei que posso contar.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, *Campus Codó* e *Campus Pedreiras*, ao qual agradeço nas pessoas dos professores *Wady Lima* e *José Cardoso*, pelo apoio, compreensão e colaboração na minha vida pessoal, acadêmica e profissional, bem como aos amigos e colegas de trabalho que constituíram uma verdadeira torcida em cada etapa ao longo desta jornada.

Ao Instituto Histórico Geográfico do Codó pela colaboração na cessão de fontes, além do espaço de pesquisa e solidariedade. Agradeço em especial, ao confrade *Luíz Cândido*, por acreditar e confiar em mim, lendo o trabalho, cedendo fontes e lembrando-se de mim sempre que seus olhos avistavam algo que pudesse ser útil à pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Benedito Leite, da Academia Maranhense de Letras e do Arquivo Público do Estado do Maranhão, pelo atendimento atencioso na constituição do *corpus* documental deste trabalho.

À minha família, que sempre torcendo pelo meu crescimento acompanhou cada etapa de minha vida, sendo colo, abrigo e força motriz que me mantém de pé. Obrigada aos meus irmãos e irmãs, cunhadas e cunhados, sogra, sobrinhos e sobrinhas, que entenderam minha ausência torcendo sempre por mim ou me deram abrigo toda vez que precisei. Obrigada *Anita, Jackson, Soares, Mércia, Benigno, Maria dos Santos, Socorro, Karine*. Obrigada dona *Maria Domingas* e seu *Benigno Soares* por fazerem permanecer vivos em mim os seus exemplos de vida, mesmo quando já existem anos de lembranças e saudades.

Ao meu esposo, me faltam palavras para descrever todo apoio ofertado. Obrigada por todas as renúncias, por investir em mim, pelas vezes que digitou meus jornais quando minhas mãos já não aguentavam, pelos momentos que se fez ainda mais forte para que eu sempre encontrasse em você um porto seguro.

E ao meu pequeno *Valentim*, a quem peço desculpas pelos momentos de ansiedade, pelas poucas horas de sono e agradeço pela força que as batidas aceleradas do seu coração me trouxeram!

Obrigada a todos que direta ou indiretamente passaram pela minha vida ou me deixaram passar pelas suas.

A princesa do Vale do Rio Itapecuru

Codó é um vasto repositório de lendas, de estórias fantásticas de caiporas, curupiras, guaxinins, bicho caxinguelê, de túneis escavados por escravos, submersos ao leito de rios, de martírio do padre João Vilar, do romantismo poético vivido por Jamir e a sua amada Donga, do trem fantasma a correr sobre os trilhos de São Miguel, do peixe que engoliu a menina, do Água Fria, riacho romântico que abraça amorosamente as duas Codó, dos benditos festejos do Saco, da triste sina dos Camundá, do assombrado Porto de São Miguel, tudo enriquece o ilusório Codó.

Cada rua, cada esquina, cada travessa e becos guardam parcelas vivas da rica história do Codó e de seus primitivos habitantes, resultado do caldeamento de raças.

A miscigenação de raças díspares, os primeiros exploradores/invasores das terras dos nativos, os emergentes abonados, os poderosos latifundiários que auferiram um número excessivo de escravos como padrão do poder e opulência [...]

A voz de Filomena Catarina Moreira que persiste em ecoar nas

salas de aulas, os árabes [...] simpáticos assaltantes dos corações das moças bonitas da cidade fixaram-se na terra dos guanarés, as rezadeiras e os catimbozeiros compenetrados doutores de mandingas, o nosso terecô com seus encantados das matas, as devotas tiradeiras de benditos e as cantadeiras de incelências nas sentinelas, preparando as almas dos mortos para o encontro com Deus, são pedaços da história do Codó [...]

Conta César Marques no seu “Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão”, ao narrar as invasões dos portugueses às terras dos índios gamelas e dos timbiras no século XVII, que os nativos afastaram-se para outras terras. Armaram as suas ocas. “A margem esquerda do rio Itapecuru, encontraram um lugar próprio para nele fixarem e se defenderem”. Atrevo-me a dizer que nasceu Codó.

João Batista Machado – Trechos da Introdução do livro “O Imaginário Codoense” (MACHADO, 2012, p.05).

“Nós, teus filhos, Codó lutaremos, em corrente de amor e dever. Formaremos grande aliança para nossa cidade crescer”.

(Hino Codoense-Luiza D'Ily Alencar de Oliveira)

RESUMO

Considerando a fertilidade das pesquisas na perspectiva histórica, na área da Educação e o diálogo permanente destas com novas abordagens e domínios – a exemplo dos estudos com imprensa e sua relação com a educação –, em busca de compreensão das realidades educacionais em diferentes lugares e contextos, a presente pesquisa se intitula “A ESCOLA” EM MANCHETE: educação e sociedade codoense (1916-1920) no espaço geográfico do município de Codó-Maranhão e tem como objetivo geral analisar a história da educação codoense articulando imprensa e sociedade codoenses no período de 1916 a 1920 com ênfase no jornal “A Escola”. O recorte temporal data o ano de fundação do Externato Codoense (1916), colégio responsável pelo jornal e o último ano de publicações do periódico encontradas (1920). De natureza histórica, utilizando-se da Teoria da História, o presente estudo tem como vertente teórica a Nova História Cultural adotando como aporte autores, como: Roger Chartier (2014) e Peter Burke (1991); Cultura Escolar com Julia (2001); teóricos da área da memória como Maurice Halbwachs (2003), Jacques Le Goff (2003) e Fernando Catroga (2001); da área da imprensa educativa como Antônio Nóvoa (2002), Helena Capelato (1988) e Regina de Luca (2015) e João Machado (1999) com seus estudos sobre a história codoense, entre outros. Considerando o jornal como documento, a metodologia adotada trata-se da articulação entre a Teoria da História e análise documental envolvendo a identificação, verificação e apreciação de documentos, utilizando-se de fontes documentais os jornais: “A Escola”, “Correio do Codó”, “O Monitor Codoense”, “Diário do Maranhão”, “O Jornal”, dispostos no acervo digital e obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como arquivos do Instituto Histórico Geográfico do Codó, da Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico Geográfico do Maranhão, fontes hemerográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de arquivos pessoais cedidos à pesquisa. A proposta desta pesquisa que nasceu de motivações historiográficas que pudessem contar a história da educação codoense possibilitou como resultados, o conhecimento e registro das primeiras iniciativas escolares do município de Codó, além de permitir a compreensão de visões de mundo da época, divulgadas na imprensa, em especial, naquele que aponta ser o primeiro jornal escolar do município.

Palavras-Chave: História da Educação; Imprensa Escolar; Fontes Hemerográficas; Codó-MA.

ABSTRACT

Considering the fertility of historiographical research in the area of Education and the permanent dialogue of these with new approaches and domains - such as studies with the press and its relation with education - in search of an understanding of educational realities in different places and contexts. The present research is entitled in the study "A ESCOLA" HEADLINES: education and codoense society (1916-1920) in the geographic space of the municipality of Codó-Maranhão. The study has its general objective to analyze the history of Codo education articulating Codoes press and society in the period from 1916 to 1920 with emphasis on the newspaper "A Escola" . The temporal cut-off dates the founding year of Externato Codoense (1916), the college responsible for the newspaper, and the last year of newspaper publications found (1920). From a historical nature, using the Theory of History, the present study has a theoretical aspect; the New Cultural History adopts contribution authors like Roger Chartier (2014) and Peter Burke (1991); School Culture with Julia (2001); memory theorists such as Maurice Halbwachs (2003), Jacques Le Goff (2003) and Fernando Catroga (2001); of the educative press area such as Antônio Nóvoa (2002), Helena Capelato (1988) and Regina de Luca (2015) and João Machado (1999) with his studies on Codo history, among others. Considering the newspaper as a document, the adopted methodology deals with the articulation between the Theory of History and documentary analysis involving the identification, verification and appreciation of documents. They do that by using documentary sources such as the newspapers "A Escola", "Correio do Codó", "O Monitor Codoense", "Diário do Maranhão", and "O Jornal". All of those sources were used in the digital collection with rare works of the Public Library Benedito Leite and in the Digital Library of the National Library, as well as archives of the Historical Geographic Institute of Codó. The Maranhense Academy of Letters, Historical Geographic Institute of Maranhão and hemerographic of Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) have personal archives assigned to the research. The proposal of this research that was born of historiographic motivations that could tell the history of the education of Codo has made possible the knowledge and record of the first school initiatives of the municipality of Codó. Therefore, it allows understanding of the visions of world of the time, in particular, in the one that claims to be the first school newspaper in the municipality.

Keywords: History of Education; School Press; Hemerographic Sources; Codó-MA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Números catalogados do jornal “A Escola”	99
Quadro 02: Ficha descritiva do jornal “A Escola”	103
Quadro 03: Seções do jornal “A Escola”	108
Quadro 04: Homenageados do “A Escola”	126
Quadro 05: Espaço Literário.....	128
Quadro 06: Notícias Diversas.....	142
Quadro 07: Mensagens sobre instrução escolar	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão.....	31
Figura 02: Festa do Algodão	32
Figura 03: Casa com barra negra em dias atuais.....	44
Figura 04: Riacho Água Fria já em tempos de seca e nos dias atuais.....	45
Figura 05: Estação Ferroviária	49
Figura 06: Grupo de alunos do Externato Codoense	52
Figura 07: Ponte sobre o rio Itapecuru no Bairro Trizidela	54
Figura 08: Igreja Matriz	55
Figura 09: Recorte da revista sobre negação de pedido de licença.....	65
Figura 10: Anúncio de falecimento de João Ludgero	66
Figura 11: Manchete sobre a nomeação de Maria Bárbara Pinto	68
Figura 12: Manchete sobre a visita de Afonso Pena à Codó	70
Figura 13: Ata de inauguração do Grupo Escolar Colares Moreira.....	77
Figura 14: Foto de Filomena Catarina Moreira.....	78
Figura 15: Anúncio sobre o Jornal “A Escola”	90
Figura 16: Capa do Jornal “A Escola”	101
Figura 17: Primeiro número do Jornal “A Escola” (pág.01)	106
Figura 18: Horário de aulas do Externato Codoense	115
Figura 19: Anúncio Externato Codoense.....	116
Figura 20: Professor Mariano Augusto Gomes de Castro.....	119
Figura 21: Elisabetho Barbosa de Carvalho	122
Figura 22: Fernando Barbosa de Carvalho	123
Figura 23: Princesa Isabel no quadro de homenagens	127

LISTA DE SIGLAS

CNEG- Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

FTD – Frère Théophile Durand (Editora)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGC – Instituto Histórico Geográfico do Codó

IHGM – Instituto Histórico Geográfico do Maranhão

NEHME – Núcleo de Educação, História e Memória

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Abrindo páginas, contando histórias.....	15
1 CODÓ EM MANCHETE: Memórias da cidade através dos periódicos.....	22
1.1 Sopros de civilização: características da <i>urbe</i> codoense	29
1.2 Codó sem pão e sem abrigo: memórias da grande enchente do rio Itapecuru	47
2 MEMÓRIAS DA ESCOLA: legando posses do passado para o futuro	58
2.1 Vultos em manchetes: uma gênese da história da educação codoense	61
2.2 A professora Filomena Catarina Moreira: a primeira codoense normalista	73
2.3 A instrução via Correio do Codó.....	80
3 O JORNAL “A ESCOLA” E AS MEMÓRIAS DE UM TEMPO.....	94
3.1 Fundação, materialidade e estratégias editoriais do Jornal “A Escola”	97
3.2 Evocando uma escola: a trajetória do Externato Codoense.....	111
3.3 Personagens ilustres do jornal “A Escola”	125
3.4 Apreciando as produções dos poetas: o Espaço Literário	127
3.5 Um espaço para a sociedade: seções vida social e notícias diversas	140
3.6 Ideais pedagógicos do jornal “A Escola”	147
DEIXANDO AS PÁGINAS ABERTAS: Algumas considerações finais	179
FONTES.....	183
REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICES.....	191
ANEXOS	197

INTRODUÇÃO: Abrindo páginas, contando histórias

Entre as fontes que foram dispostas à mesa por um funcionário da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão durante as primeiras investigações na área de História da Educação, estava ele. Mas, o olhar direcionado, naquela ocasião para outro objeto de pesquisa não o notou, como seria apropriado. Quatro anos depois, numa exposição temporária do Instituto Histórico Geográfico do Codó (IHGC) – desta vez, uma segunda cópia do arquivo – suas páginas amareladas e seu estado material quase que a pedir socorro, aguçaram uma curiosidade ímpar quanto ao que suas páginas contavam. Porém, num tempo curto de exposição e sem material adequado para tocá-lo, não seria possível saber. Meses após ir à exposição, recebendo de um generoso amigo um arquivo digital para catalogação de artigos sobre a cidade de Codó, ele apareceu novamente. Ali, em arquivo digital da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. O (re)encontro com ele trouxe lembranças dos dois momentos anteriores.

Ainda que calado diante de quem apenas o via, surgiu em três ocasiões distintas. O material, mesmo digitalizado, apresentava muitas partes ilegíveis. Seria necessário um retorno à exposição, agora com luvas e máscara. A capa já não o segurava, as folhas estavam se soltando, outras já possuíam fitas, recortes, as letras estavam fugindo do papel e a tinta desaparecendo. Estava na hora! Era a hora! Finalmente, ele foi encarado! Naquele momento, já haviam mais horas empreendidas em estudo sobre a imprensa. Talvez, por isso, o desejo incessante de folheá-lo. Ali se encontraram inquietas, conforme Michelet¹, “as esporas de uma curiosidade ardente que nada poderia deter!” e assim, cautelosamente foram abertas as páginas do jornal “A Escola”. A cautela era solicitada a cada toque de suas páginas, na necessidade de compreensão de termos gramaticais mais sofisticados, nas ideias impressas no jornal, que se tornou uma fonte essencial da presente pesquisa.

O jornal “A Escola” não fazia parte do projeto inicial de pesquisa do mestrado, no entanto, as motivações historiográficas que surgiram após as primeiras leituras e análises revelaram um ineditismo deste como fonte de pesquisa dentro do cenário maranhense. Além disso, os estudos realizados pelo Núcleo de Educação, História e

¹ MICHELET, Jules. **L'héroïsme de l'esprit**. *L'Arc*, nº 52, 1973 In: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017, p.7.

Memória (NEHME), os momentos de aprendizagem com a orientadora Maria do Amparo Borges Ferro e as aulas da disciplina História da Educação, ministradas pela professora Doutora Jane Bezerra e pelo professor Doutor Ednardo Monti, foram cruciais para o entendimento da relação imprensa e educação, das múltiplas possibilidades de estudos dentro da História da Educação. Nesse sentido, a investigação ora proposta, é de natureza histórica, tendo em vista que, como o próprio termo “História da Educação” sugere, parte-se das interconexões existentes entre a História e a Educação e ainda, que as fontes e o método adotado foram incorporados pela História Cultural – teoria aqui adotada – que é uma dimensão da pesquisa histórica. Sobre o fazer historiográfico com ênfase na Nova História Cultural (vertente teórica) e da área de abordagem desse estudo (História da Educação), considera-se importante fazer algumas considerações iniciais.

Tendo por base filosófica a ideia de que a realidade é social e culturalmente construída² aparece no campo da Historiografia, no século XX, outra corrente de estudos históricos que adquire a denominação de Nova História. O adjetivo pode ser explicado em função dos ideais que fizeram com que o novo modelo de fazer história predomine fortemente até os dias de hoje – a reação deliberada ao paradigma histórico vigente no século XIX, conhecido como paradigma Tradicional e/ou *Hankeano* ou Escola Alemã e a incorporação de novas fontes de pesquisa³.

Com a revolução na seleção de objetos de pesquisa e na forma de abordá-los, passa-se a valorizar os sujeitos esquecidos. Um desses campos até então marginalizados pela História Tradicional era a Educação e seus agentes, que a partir da incorporação das novas fontes e do novo modo de fazer História passa a ser analisada, surgindo entre os temas de pesquisa: a cultura e cotidiano escolares, a organização e funcionamento interno das escolas, a construção do conhecimento escolar, o currículo e as disciplinas, os agentes educacionais, a imprensa pedagógica, os livros didáticos, entre outros componentes ligados ao campo de atuação⁴. Dessa maneira, o elo entre produção, circulação e consumo do conhecimento escolar passa a ter condições de ser compreendido de forma mais

² BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

³ Idem, **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

⁴ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

integral⁵. Para Luca⁶, foi através da Nova História Cultural que os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. A Nova História Cultural, portanto, amplia as possibilidades de investigações históricas em educação e permite a investigação da cultura escolar, seja por meio das instituições escolares, seja por meio da imprensa educativa ou outros. Destarte, ressalta-se que este estudo histórico adota o conceito de Cultura Escolar dado por Julia (2001), sendo:

[...] Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)⁷.

Compreender a Cultura Escolar é, portanto, entender aquilo que marca as instituições escolares, a dinâmica que ocorre e os dispositivos em âmbito das escolas e que a ela dá vida. Partindo desse pressuposto, faz-se conveniente atentar e analisar as transferências culturais que a escola imprimia em direção a outros setores da sociedade, bem como o caminho inverso, isto é, as transferências culturais da sociedade para a escola⁸. Compreensão essa que envolve, também num aspecto histórico, os aspectos da organização e cotidiano escolar e o estudo dos agentes educativos e as representações de escolas, contidas em fontes diversas⁹, a exemplo da imprensa educativa.

Assim, considerando a fertilidade das pesquisas historiográficas na área da Educação e o diálogo permanente destas com novas abordagens e domínios – a exemplo dos estudos com imprensa e sua relação com a educação –, em busca de compreensão das realidades educacionais em diferentes lugares e contextos, a presente pesquisa se intitula “A ESCOLA” EM MANCHETE: educação e sociedade codoense (1916-1920) no espaço geográfico do município de Codó-Maranhão e tem como objetivo geral analisar a história da educação codoense, articulando imprensa

⁵ CHAVES, Mirian Waidenfeld. **História de uma escola escrita por seus alunos e professores**. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

⁶ LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.234-247.

⁷ JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto historiográfico**. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, 2001, p. 10.

⁸ Ibid., p. 10.

⁹ FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. São Luís: EDUFMA, 2010.

e sociedade codoenses no período de 1916 a 1920, com ênfase no jornal “A Escola”. O recorte temporal data o ano de fundação do Externato Codoense (1916), colégio responsável pelo jornal e o último ano de publicações encontradas do referido periódico (1920).

A proposta desta pesquisa nasce de motivações historiográficas que possam contar a história da educação do município de Codó, interior do estado do Maranhão. Atualmente com 122 anos de emancipação política, fica a aproximadamente 300 quilômetros da capital São Luís e a 179, 2 km de Teresina, capital do estado do Piauí. Elevado à categoria de cidade em 16 de Abril de 1896, possui uma área de 4.364,499 km², dos quais 4.452 km² estão em zona urbana e com uma estimativa populacional do IBGE de 120.548 habitantes, tornando-se o quinto município mais populoso do Estado. Hoje em dia, sua economia baseia-se na produção agrícola de arroz, mandioca, milho e feijão, atividades industriais e serviços públicos (IBGE, 2010), mas acumula em sua história o fato de ter sido no passado o maior centro de produção do “ouro branco” (algodão) do estado, vivendo o desafio de guardar e contar sua história com poucos pesquisadores e investimentos. São poucos e já raros os escritos e fontes de pesquisa que retratam sua história.

Desse modo, ao trabalhar com o jornal “A Escola”, órgão do Externato Codoense, a presente pesquisa aborda temas evidenciados pela Nova História, sendo eles: a imprensa pedagógica (o jornal “A Escola”) fruto de uma instituição escolar (o Externato Codoense) que em suas páginas revela traços importantes de sua cultura. Assim, as investigações realizadas através das temáticas citadas possibilitaram uma compreensão das visões de mundo da época em evidência através de sua materialização em produtos culturais, cumprindo o escopo da Nova História Cultural, visto que essa tem por principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”¹⁰.

Num contato inicial com o jornal “A Escola”, órgão do Externato Codoense, sentiu-se a necessidade de compreensão do periódico e, por conseguinte, da Instituição, tendo em vista que, nas primeiras impressões o jornal e a escola apresentaram-se como a marca de poder da sociedade e de uma época, além de

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 16-17.

ser o primeiro jornal escolar do município de Codó. Nesse sentido, surgiram como questões norteadoras desse estudo: 1) Quais as contribuições da imprensa pedagógica para a Cultura Escolar? 2) O que é possível compreender sobre a História da Educação Codoense através da imprensa? 3) Quais características de ordem material apresentavam o Jornal “A Escola” e quem eram os responsáveis por sua formulação e publicação? A que público se destinava? 4) Quais questões relativas à instrução escolar eram abordadas pela imprensa codoense no período de 1916 a 1920?

No escopo de responder tais questionamentos e atingir o objetivo geral, especificamente pretendeu-se: a) Historiar a educação escolar codoense, identificando as instituições escolares concomitantes ao Externato Codoense veiculadas na imprensa; b) Mapear as características do jornal “A Escola”, identificando: conteúdos, aspectos de ordem material, bem como, o grupo responsável pela publicação, principais colaboradores e público a que se destinava; c) Analisar mensagens, fotografias, anúncios e editoriais sobre o Externato Codoense e demais instituições escolares codoenses, presentes nos jornais veiculados no período de 1916 a 1920 e; d) Realizar uma pesquisa histórica pensando a imprensa pedagógica e suas contribuições para a cultura escolar, que preencha espaço no âmbito bibliográfico do município de Codó – Maranhão.

As análises desta pesquisa têm por base o pressuposto histórico de que o documento em si não é História e que cabe ao pesquisador fazer os questionamentos que darão sentido àquilo que for encontrado no material¹¹. Faz-se necessário, portanto, indagar as fontes encontradas e até mesmo articulá-las. Assim, a metodologia adotada trata-se da articulação entre a Teoria da História e análise documental envolvendo a identificação, verificação e apreciação de documentos¹² e, considerando o jornal como documento, as fontes adotadas foram números de jornais como “A Escola”, “Correio do Codó”, “O Monitor Codoense”, “Diário do Maranhão”, “O Jornal”, dispostos no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como arquivos do Instituto Histórico Geográfico do Codó, da Academia Maranhense de Letras e

¹¹ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

¹² MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

fontes hemerográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de arquivos pessoais cedidas à pesquisa. No jornal Correio do Codó, pela disponibilidade e quantidade maior de acervo, as manchetes foram recortadas seguindo duas temáticas, a citar: “Desenvolvimento Urbano Codoense” e “Escolas e circulação de saberes”, que deram importantes bases na construção das seções.

Salienta-se que a metodologia adota o cruzamento de fontes, quando possível, tendo em vista que esse processo contribui para uma análise mais rica e confiável da pesquisa, ampliando as possibilidades de confrontos e produção do conhecimento.

Quanto ao referencial teórico utilizado para a constituição da pesquisa, embora tenha sido feito inicialmente algumas considerações sobre a Nova História Cultural e o campo da História da Educação, optou-se pela não construção de uma seção específica, tendo em vista que, sem querer isolar o debate teórico num único lugar, promove-se uma interlocução teórica que perpassa por todo o trabalho e nesse escopo, são apresentados ao longo das seções da pesquisa, aspectos específicos do estudo com a imprensa e sua relação com a memória e a educação, temas em debates na área de História da Educação, bem como os teóricos adotados, a exemplo de Roger Chartier (2014), Peter Burke (1991), Maurice Halbwachs (2003), Jacques Le Goff (2003), Fernando Catroga (2001), Dominique Julia (2001), Antônio Nóvoa (2002), Helena Capelato (1988), Regina de Luca (2015) e João Machado (1999) como representante da história codoense, entre outros.

Nesta **Introdução: abrindo páginas, contando histórias** faz-se, como evidenciado, uma apresentação geral da pesquisa, vertente teórica e área de abordagem, bem como a justificativa, objetivos, metodologia e estrutura do trabalho.

Buscando uma forma viável para apresentar os resultados da pesquisa e dar contornos ao texto, a dissertação está organizada em três seções:

A primeira seção **Codó em Manchete: memórias da cidade através dos periódicos** nasceu de uma necessidade de compreensão do contexto citadino onde foi produzido o jornal “A Escola”. Nela discute-se a imprensa como viés educativo republicano no estado do Maranhão e descreve-se os periódicos que circularam na cidade de Codó. A partir da compreensão do jornal enquanto um documento debate-se as manifestações da memória na forma escrita e analisam-se as manchetes sobre o município que destacaram acontecimentos e imprimiram características da urbanização e progresso desejados para a construção de uma cidade ideal.

Já na segunda seção **Memórias da Escola: legando posses do passado para o futuro** discute-se inicialmente as memórias das escolas e a representação desta instituição como um lugar de memória. Por conseguinte, é feita uma interpretação sobre as primeiras iniciativas escolares de Codó, elencando-se nomes de escolas e docentes que são partes da história da educação codoense presentes nas manchetes do Jornal “Correio do Codó”. Relata-se sobre a atuação e trajetória de Filomena Catarina Moreira, a primeira codoense formada em curso normal, considerada um marco na história da educação codoense. Atenta-se para a trajetória do colégio Externato Codoense e a fundação do jornal “A Escola” destacando a propagação destes na imprensa.

A terceira seção **O jornal “A Escola” e as memórias de um tempo** é dedicada à análise do jornal “A Escola”, onde é apresentado de forma mais específica a fonte-objeto enfatizada no presente estudo. Faz-se algumas considerações sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa e sua utilização pelos historiadores da educação. Analisa-se a fundação, materialidade e estratégias editoriais do periódico, bem como o conteúdo presente em suas páginas distribuídos em seções elaboradas a partir do levantamento realizado pela leitura das manchetes e a importância do mesmo para a elaboração e conhecimento de uma cidade ainda nas primeiras décadas do século XX.

Por fim, **Deixando as páginas abertas** faz-se algumas considerações finais da dissertação onde são retomadas algumas considerações feitas ao longo do estudo e a avaliação sobre o estudo realizado, tendo em vista os objetivos traçados e as questões que nortearam a presente pesquisa.

1 CODÓ EM MANCHETE: Memórias da cidade através dos periódicos

O jornal [...] é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura¹³.

Partindo do pressuposto de que não é a memória que aciona o espaço, mas o espaço que aciona a memória, aprendido a partir do que coloca Maurice Halbwachs em sua obra “A Memória Coletiva” (2003) ao falar das marcas dos espaços nas memórias individuais e coletivas, passou-se a ver a *Cidade do Codó*, como preferia falar o escritor codoense João Batista Machado, como um novo olhar. O formato e arquitetura das casas, a antiga fábrica manufatureira, os nomes das ruas, entre outros aspectos que remontam a uma cidade de épocas diferentes conservam e acionam memórias naqueles que puderam acompanhar algum processo de desenvolvimento e/ou alteração nos espaços pelos quais viviam ou circulavam. Tais lembranças são reconstruções de um passado elaboradas a partir de um presente que recorda, sendo apoiados nos lugares que ainda permanecem com seus “pedaços de história” e, segundo Halbwachs¹⁴ “às vezes é preciso ir muito longe para descobrir ilhotas do passado conservadas como eram, e tão bem conservadas que de repente nos sentimos transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás”.

Já para aqueles que não participaram das mesmas vivências, é possível a apreensão de uma história e memória a partir daquilo que é relatado pelos primeiros, de memórias que vão se cristalizando em determinados espaços e também narrativas. São as escutas ou leituras das narrativas que permitem a esse segundo grupo o sentimento de se transportar para épocas já distantes de seu presente. No caso desta pesquisa, foram as narrativas presentes nos jornais e nos arquivos consultados que, por detalharem situações do cotidiano, permitiram o contato com uma Codó das primeiras décadas do século XX.

A partir da compreensão de que são múltiplas as possibilidades de armazenamento de memórias e que a mesma pode se fazer presente na linguagem

¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 20.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003, p.87.

oral ou escrita, nos objetos ou lugares, a mesma possui como afirma Le Goff¹⁵, uma capacidade de transitar livremente entre os diversos tempos e nesse interessante trânsito traz para o ser humano uma noção do que, de fato, é o tempo. E a memória é inseparável da tensão tridimensional do tempo: passado, presente e futuro¹⁶.

Le Goff traz a informação de que a linguagem antes de sair do nosso corpo, prevalece sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória. Nesse sentido, considera-se interessante elencar os três níveis de memória existentes no ser humano, trazidas por Fernando Catroga no seu livro “Memória, História e Historiografia” (2001) tendo por base os estudos realizados por Joel Candau (1996), sendo elas: 1) A proto-memória; 2) A memória propriamente dita e; 3) A metamemória. A primeira é fruto, em boa parte, do *habitus*¹⁷ e da socialização, sendo fonte de automatismos do agir. É passiva e está ligada à *Mneme* (a que recorda), uma das musas da memória na mitologia grega, filha de *Mnemosine*, a deusa da memória, que por sua vez, é uma divindade grega que mantinha vivos os fatos frente aos perigos do esquecimento; a segunda é a responsável pela recordação e o reconhecimento numa procura ativa de recordações, enquanto a Metamemória define as representações que o indivíduo faz do que viveu, de modo que tanto a memória propriamente dita quanto a Metamemória possuem como características a procura ativa de recordações, isto é, a *Anamnesis*, que significa um esforço progressivo pelas lembranças, onde o sujeito que recorda estabelece vínculos com o seu passado, construindo sua identidade e com isso, distinguindo-se dos demais. Por isso são ativas. Esta última, porém, é a responsável pela memória coletiva e histórica e sua reprodução. No fim, todas estão interligadas.

É a Metamemória que possibilita ao homem, todavia, a equacionar sua historicidade. Diferente de *Mnemosine*, o ser humano não saberá para sempre, ele está fadado à finitude, ao esquecimento, à morte. Todavia, trava uma luta pela sobrevivência ou nas palavras “o homem conta histórias como protesto contra a sua

¹⁵ LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

¹⁶ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1.ed. Coleção Opúsculos. Coimbra-Portugal: Quarteto Editora, 2001.

¹⁷ Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983b, p.65).

finitude”¹⁸. Por isso, há uma necessidade intrinsecamente humana de deixar marcas e/ou recordações no espaço, nos objetos, no tempo. Da motivação para vencer a morte é que são criados os arquivos, comemorados os aniversários, registradas atas de acontecimento, organizadas cerimônias¹⁹. Fala-se e escreve. Registra-se! É a memória como elemento essencial da criação e firmação de identidades, armazenada em algum ponto, que permite o conhecimento de um passado e nesse escopo, de acordo com Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”²⁰.

Pelo acima exposto, entende-se que as manifestações na forma escrita constituem-se uma modalidade de memória, daí a importância de considerar como fontes e objetos de pesquisa as cartilhas, cadernos escolares, revistas pedagógicas ou jornais. Estes instrumentos tornam-se lugar de construção de identidades de grupos e o que neles foram registrados “assumem os debates, tensões e conflitos”²¹.

Na memória escrita estão contemplados os jornais. Eles também são “celeiros” de memórias. Através de suas páginas é possível perceber uma fermentação intelectual e redes de sociabilidades. “Não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno das ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” [...]”²².

Nesse sentido, tomando-o como um documento produzido pela e para a coletividade atenta-se para o fato de que:

Todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta [...] neste tipo de documento a escrita tem duas funções principais: uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através dos tempos e do espaço, e fornece ao homem um processo de demarcação, memorização e registro; a outra, ao assegurar a passagem da

¹⁸ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1.ed. Coleção Opúsculos. Coimbra-Portugal: Quarteto Editora, 2001.

¹⁹ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, (10) dez, 1993.

²⁰ LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p.45.

²¹ MORAES, Dislane Zerbiniatti. **A modernidade pedagógica no discurso médico do século XIX no Brasil: Uma análise da Revista *Gazeta Médica da Bahia (1866-1920)***. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. (Coleção Aquilafuente; 195) p. 427.

²² LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.140.

esfera auditiva visual permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas²³.

Como monumento o jornal é um traço do passado, lapidado, elaborado para causar alguma impressão. Por isso, o trabalho com os mesmos exige questionamentos como: “Quem escreveu? Em nome de quem ou do quê? Para quem escreveu? Com quais objetivos?”. É também um lugar de afirmação de um grupo, onde esse mesmo grupo trabalha dentro de uma regulação coletiva, ciente do julgamento, da crítica, não esperada somente a *posteriori*, mas pelos seus próprios companheiros de geração²⁴.

Há outro aspecto relativo à memória presente nos jornais: a associação de vivências individuais e coletivas que não necessariamente precisam ser experimentadas *in loco*, mas das quais é possível apropriar-se através da leitura das narrativas. Ao ler uma notícia sobre uma enchente que avassalou a cidade, é imaginável a cena da água invadindo as casas e do desespero das pessoas tentando salvar os seus bens. Ao ler notícias sobre as festas escolares, é provável a memória da animação dos alunos, pois, “nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que os outros viveram”²⁵.

Nesse intuito, para capturar as memórias da cidade nos jornais que veicularam no período, buscou-se inicialmente fazer uma pesquisa sobre a imprensa maranhense, com foco para a catalogação dos jornais produzidos na cidade de Codó. Assim, a busca apresentou os seguintes resultados:

No Estado do Maranhão, o primeiro jornal do qual se tem conhecimento, passou a circular apenas em 15 de Abril de 1821 e circulou até 16 de Julho de 1823. “O Conciliador” era financiado por Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, então governador da Província, e nasceu em pleno contexto de discussões políticas efervescentes quanto à Independência do Brasil, e embora fosse denominado de “O Conciliador” acabou por alastrar a discórdia entre os grupos políticos da capital,

²³ LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 10.

²⁴ NÓVOA, Antonio. **A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório portugueses**. In: CATANI, Denice Barbara. BASTOS, Maria Helena Camara. Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

²⁵ AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral**. História, São Paulo, 1995, p. 132.

tendo em vista a efervescência e embates políticos já existentes, colocava-se a favor de Portugal, criticando duramente àqueles de opiniões contrárias²⁶.

De acordo com Pinheiro (2004):

O Conciliador, jornal pioneiro, não escapou da chaga de seu tempo. Seus excessos eram tantos [...] que geraram uma representação de 65 cidadãos de São Luís, enviada a D. João VI com reclamações contra as injúrias publicadas pelo referido periódico. “O documento reclamava ainda contra o governador da província, marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (...) com acusações de que o mesmo estava patrocinando os insultos, ao pagar com dinheiro público os mencionados redatores. Em troca merecia elogios de tudo o que fazia e até do que deixava de fazer”²⁷.

Após “O Conciliador”, surgiram muitos outros jornais, ora em favor de Portugal, ora contra os mandos e desmandos da Coroa, travando verdadeiros embates em suas opiniões quanto ao destino da nação.

Em Codó, interior do estado do Maranhão, a imprensa tem início por volta de 1870, com a edição de dois jornais, que segundo o escritor João Batista Machado, disputavam a preferência da população codoense, eram eles “O Aristarco” e “O Codó”. Depois desses vieram “A Gazeta do Povo” de propriedade do jornalista Aristides Lobão, “Muitos codoenses” e “A Codoada”, de Pedro Marcos de Souza²⁸.

Com base no Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite²⁹, foi possível encontrar números de outros jornais codoenses além dos citados por Machado³⁰, apresentados nesta seção conforme o período catalogado pela biblioteca.

No ano de 1892, se tem registro da “Gazeta do Codó”, de periodicidade semanal. Tratava-se de um jornal crítico e noticioso, produzido pela Tipografia Codoense. Em Abril de 1894 suas atividades foram interrompidas pela enchente do Rio Itapecuru que alagou a casa onde funcionava a redação, voltando a circular em Julho do mesmo ano. No entanto, não se tem evidências de publicações no ano seguinte. Tinha como proprietário e redator o major Alcebíades de Aguiar Silva.

²⁶ PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Impressos no Maranhão: uma primeira leitura sobre a fundação da imprensa local**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004, p.11.

²⁷ Ibid., p. 11.

²⁸ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. p.298.

²⁹ MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís. Edições SEMA, 2007.

³⁰ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. p.298.

Em 1893, surge “O Monitor Codoense”, órgão de interesse público, semanal, que se projetava como jornal crítico e noticioso. De propriedade de Antônio Rodrigues de Oliveira Sobrinho, circulou até o ano de 1898. Também em 1893 tem-se “A Lâmpada” que em seu número um, o único catalogado, fala sobre a obrigatoriedade do ensino público primário. Em 1896, surge “A Primavera”, de caráter literário, crítico e noticioso, tendo por redator Pedro de Souza, se pôs a preencher uma lacuna quanto às artes nas publicações da sociedade codoense, mas, desse jornal tem-se apenas um exemplar, o que não dá mais indícios sobre a periodicidade de sua circulação.

A partir dos novecentos, surgiram: em 1901, a “Gazeta Codoense”, que circulou semanalmente de Março a Agosto do mesmo ano. Com propriedade e direção de Raimundo Viana, apresentava-se como um jornal de variedades. “A Comarca” (1902) jornal noticioso de propriedade da família Bayma, circulou até o ano de 1922; em 1908, o jornal humorístico “O Martelo”, com circulação quinzenal, que veiculava notícias sobre o cotidiano da cidade dando ênfase aos fatos que fugiam da “normalidade”.

O “Correio do Codó” surge em 1913, com o escopo de ser um semanário independente, crítico e noticioso. Também era um empreendimento do Major Alcebíades Silva que circulou até o ano de 1920. De 1918, tem-se “O Trabalho” em apenas um número contendo poesias, contos e publicações em pequeno formato e uma seção voltada para o público feminino. De 1931, têm-se apenas dois números de “O Garoto”, com conteúdo recreativo, literário e humorístico. Já no ano de 1950, aparece “O Êxito”, em apenas dois números veiculou notícias sobre literatura, entretenimento e algumas discussões à respeito de saúde, política, entre outros assuntos. De 1951, tem-se “O Monitor”, que pelo seu caráter noticiava assuntos de interesses gerais e matérias em torno dos problemas locais, enfatizando a sociedade, política e religião. De 1984, tem-se “O Jornal de Codó” o subtítulo de “testemunho de nossa história” trata especificamente dos projetos, obras e eventos da administração pública. Em 1999, surge “O Tempo” com registro de um exemplar apenas.

Com relação aos jornais escolares, tem-se apenas o jornal “A Escola”, órgão do Externato Codoense, que circulou de 1918 a 1920 e o jornal “Movimento”, órgão oficial do Ginásio Codoense, do ano de 1954. Este último, possuindo caráter estudantil, trouxe em seu único número catalogado artigos científicos e homenagens

aos seus melhores alunos. O diretor e chefe-redator do “A Escola”, Fernando Carvalho, também fez parte da campanha de criação do Ginásio Codoense, havendo uma possibilidade do “Movimento” ser inspirado no órgão do Externato Codoense.

Após a descrição dos jornais aqui elencados, ressalta-se que é possível a existência de outros não mencionados, talvez em arquivos particulares ou ainda, que os jornais retratados possam ter um período de circulação maior do que foi informado.

Contudo, com base nos 21 (vinte e um) jornais codoenses citados, percebe-se uma efervescência de debates educacionais, políticos, econômicos e sociais e, com exceção do “Correio do Codó”, do “Monitor” e do “A Comarca” – este último é o jornal com maior tempo de circulação, contando seus vinte anos – os outros circularam por menos de cinco anos na cidade, sendo que desses, alguns parecem nem ter saído do seu primeiro exemplar. Os motivos para isso merecem um estudo mais detalhado, porém, arrisca-se em dizer que um dos motivos seria uma minoria alfabetizada. Por outro lado, há uma quantidade considerável de empreendimentos (frutos de uma elite cultural presente na cidade) bem maior até que os dias de hoje, quando o jornal impresso parece não ter vez, pois, as notícias estão nos *blogs* e telejornais codoenses.

Analisando os jornais citados acima (nacionais, estaduais e municipais), percebe-se que a imprensa foi projetada para atender interesses específicos. No caso brasileiro, fosse um canal de comunicação do império ou da Primeira República, uma imprensa contestadora da ordem burguesa, uma imprensa servil de regimes ditatoriais, uma imprensa sensacionalista ou os pequenos jornais sócio-políticos, literários e de entretenimento, todos usavam de artifícios para prender o leitor, para fins políticos, educacionais ou com objetivos de lucro³¹. No entanto, público ou privado, contestador ou governamental, a imprensa e o jornal, em caráter mais específico, por utilizar de um direito público – a informação – “desempenha um papel singular na história, sendo uma das principais fontes de informação histórica”³². E como fonte de informação histórica, adotou-se entre os periódicos citados o Jornal Correio do Codó, que pela aproximação com o recorte temporal

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.20.

³² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.20.

adotado nesse estudo, permite através de suas manchetes e testemunhos uma interpretação sobre o município de Codó nas décadas iniciais do governo republicano.

1.1 “Sopros de civilização”: Características da urbe codoense

Cada rua, cada esquina, cada travessa e becos guardam parcelas vivas da rica história do Codó e de seus primitivos habitantes [...] São pedaços da história do Codó³³.

Considerando a memória de uma sociedade escrita e veiculada pela imprensa foram realizados os recortes de artigos do jornal “Correio do Codó” do qual foram obtidas as manchetes que possibilitaram a compreensão do contexto citadino codoense. “As memórias da cidade em jornais impressos” correspondem às manchetes enquadradas na temática “Desenvolvimento Urbano Codoense”, na qual a partir da questão norteadora “Quais informações veiculadas nos jornais codoenses permitem uma caracterização do contexto citadino no período pesquisado?” foram selecionadas 83 (oitenta e três) manchetes, que tratam a respeito dos serviços públicos, características da urbe e festas e acontecimentos da cidade; retratam uma Codó no período de 1915 a 1920 permitindo o contato com as realidades manifestadas pela e na imprensa local que revelaram aspectos cruciais do seu cotidiano e acontecimentos desconhecidos pela sociedade codoense atual³⁴.

Um tanto diferente do Codó atual, passeia-se agora por uma cidade iluminada à luz de candeeiros, de muitas estradas de terra e ruas sem calçamento, que festejava seus santos e também as sacas de algodão colhidas nas lavouras com destinos à grande companhia de tecidos; onde a estação de trem era o *point* e sinal de desenvolvimento.

De acordo com o Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial (Rio de Janeiro 1891-1940), disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional, o município de Codó, em 1917, distando 372 (trezentos e setenta e dois) quilômetros da capital São Luís, situado à margem esquerda do rio Itapecuru, compreendia os

³³ MACHADO, João Batista. **O imaginário codoense**. Ed. do Autor. Codó, 2012.

³⁴ Verificar, nos apêndices, o quadro com a lista de manchetes sobre “Desenvolvimento Urbano Codoense” utilizadas para a construção da seção (p. 191).

distritos de Codó, Graças de Deus e Monte Alegre, somava uma população estimada em 22.000 (vinte e dois mil) habitantes com 940 (novecentos e quarenta) eleitores. Tinha sua economia baseada na exportação de algodão e tabaco.

Embora, nos dias atuais se tenha várias pesquisas sobre as religiões de matriz africana no cenário codoense e sabe-se que esta é uma manifestação que acompanha a história deste povo desde a sua origem, o almanaque não a apresenta, relatando na categoria “Religião” somente a católica com destaque para o vigário Miguel Antônio e o sacristão Sebastião Assis como seus representantes e para as irmandades existentes no município: Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Anjos, Sagrado Coração de Jesus, São Francisco de Paula e São José.

Por sua vez, a imprensa era representada pelos jornais semanários “Correio do Codó” e “Comarca”. Já os serviços de instrução escolar particular eram fornecidos pelo Colégio Santa Rita com a professora Maria Dorothea Santos e o Externato Christino Cruz tendo como diretor José Carlos de Brito Bayma e o ajudante Marcos Evangelista de Mello.

No recorte temporal desta investigação, Codó estava envolvida no processo de industrialização do Maranhão, constituindo-se num centro de produção algodoeiro, com o que consideravam o melhor algodão do Estado. Fato este que fez com que, em 1892, se instalasse a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico e social do município³⁵. Acredita-se que, a instalação da Manufatureira contribuiu diretamente para que Codó, ainda como vila tomasse rumo ao desenvolvimento urbano e aos processos oriundos dessa urbanização, incluídos aí a instrução escolar, como poderá ser observado nas ações descritas na presente seção e nas demais através de nomes dos gerentes da Fábrica Manufatureira.

De caráter essencialmente agrário, a vila do Codó, produzia um algodão de excelente fibra. A produção em grande escala e excelente qualidade era comemorada na chamada “festa do algodão” com o desfile de caminhões exibindo pela cidade os resultados da colheita.

³⁵ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999.

Figura 01: Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão



Fonte: IBGE (2018)³⁶

Na figura 01 observa-se um dos portões de entrada da Manufatureira, onde atualmente fica o encontro da Avenida Duque de Caxias com a Avenida João Ribeiro. Nota-se a presença de alguns operários próximos à torre do relógio que fazia as conhecidas “chamadas de apito” de hora em hora informando o horário tanto aos funcionários quanto aos demais codoenses. Percebe-se a estrutura predial da torre que permanece até os dias de hoje em frente à Praça de São Sebastião.

³⁶ Disponível em : < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-home?id=430757&view=detalhes>>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

Figura 02: Festa do Algodão



Fonte: IBGE (2018)³⁷

Já na figura 02, tem-se o registro da festa do Algodão, onde os caminhões andavam em passeata demonstrando e comemorando junto à população o resultado da colheita, o que evidencia uma escala significativa na produção do algodão codoense. Em virtude desta produção é que o empresário Emílio José Lisboa decidiu montar em Codó a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Coube ao engenheiro Palmério Cantanhede a responsabilidade pela construção do prédio e a João da Cruz Ribeiro, a tarefa de organizar o quadro de funcionários. Na ausência de mão de obra e diante da grande oferta de serviços a serem operados na manufatureira, Codó abrigou um alto número de pessoas vindas de várias partes. A chegada das máquinas, por meio dos vapores que viajavam pelo rio Itapecuru causou grande alvoroço e expectativas nas pessoas que ali se encontravam. Narra assim Machado (1999):

Chegaram em barças em grandes batelões puxados por resistentes navios gaiolas. Vieram de longe caldeiras, teares, roldanas, enfim, o maquinário completo da Inglaterra. A cidade³⁸ passaria, de um salto, para uma vida que gozaria os reflexos da Revolução Industrial [...] A população

³⁷ Disponível em : < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-home?id=430757&view=detalhes>>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

³⁸ Ressalta-se que, embora Machado (1999) utilize o termo “cidade” na citação acima, em 1892, Codó ainda era uma vila, elevada à categoria de cidade somente no ano de 1896³⁸, pela Lei Estadual nº 133, de 16 de Abril (IBGE, 2018).

alvorçou-se. Burros, jumentos, cavalos e carroças existentes na cidade foram convocadas para transportar à cidade Alta, a dadivosa e pesada mercadoria [...] o peso das máquinas equivalia ao desenvolvimento que ocorreria com o progresso desejado. O povo, em pequenas aglomerações, nas esquinas, observava tomado de curiosidade, o desfile das máquinas. Sabia que fatia do progresso acabava de chegar. Despertaria e promoveria o desenvolvimento local [...]

Com a inauguração da tecelagem, Codó sentiu-se incapacitada para abrigar os profissionais que para cá vieram em busca de trabalho. Foi uma verdadeira migração [...] Não obstante a fábrica de tecidos ser responsável, em parte, pelo progresso e desenvolvimento da cidade³⁹.

De acordo com a narrativa acima é possível perceber o destaque que a fábrica manufatureira terá dentro da sociedade codoense, passando a representar para além de fonte de emprego e renda à população que já se encontrava na vila como também para muitos que chegaram em busca de trabalho, as possibilidades de progresso e desenvolvimento. Todavia, não é somente a instalação da manufatureira em terras codoenses que “soprarão ares de desenvolvimento”, mas, sua participação em outras ações na busca de melhorias para Codó. Dentre essas melhorias destacam-se as iniciativas dos responsáveis pelo estabelecimento fabril com relação à educação escolar codoense, inicialmente influenciando a criação de uma cadeira mista estadual em suas instalações, no ano de 1895 e posteriormente, ofertando, em parceria com o colégio Externato Codoense, o curso noturno para operários.

Intitulada de “útil e louvável” no jornal “Correio do Codó”, assim é apresentada a manchete sobre o curso noturno para os operários:

Na noite do dia 12 do cadente foi instalado o curso noturno do Externato Codoense, cujos desvelados diretores, não se descuidam de levar o seu estabelecimento à altura dos melhores que beneficiam o nosso país.

Acham-se inscritos 70 alunos para este curso, dos quais compareceram 40 à instalação, sendo a maior parte, composta de operários de nossa fábrica de fiação e tecidos, a cuja frente se encontra o ilustre coronel João Pedro da Cruz Ribeiro, que tem sempre revelado entre nós os sentimentos altruísticos e prestimosos que o caracterizam.

E, certamente tendo ele a necessidade de inculcar no espírito dos seus operários o amor ao trabalho, que dignifica o homem, afim de que a multidão de aparelhos de sua utilíssima fábrica sempre estivesse em rendoso movimento, se outro fora, não os incitaria, com empenho para abraçarem o menor do estudo e iluminarem-nos com as luzes da instrução⁴⁰.

³⁹ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999, p.32.

⁴⁰ JORNAL Correio do Codó, de 16 de Janeiro de 1918, Ano VI, nº 107, pág.01.

Na reportagem acima, é possível perceber os elogios da imprensa tanto direcionados ao Externato Codoense quanto ao dirigente da fábrica de tecidos, o coronel João Ribeiro⁴¹, pela instalação do curso noturno, frequentado em sua maioria pelos operários da fábrica. Um empreendimento considerado útil tendo em vista a necessidade de instrução dos operários para o amor não só a instrução como também ao trabalho e, louvável, tendo em vista a “sensibilidade” do coronel em fornecer aos seus operários o acesso à instrução que, para a imprensa, diferenciava-se de outros dirigentes, pois, em vez de só manter sua fábrica em “rendoso movimento”, incentivava os operários a frequentarem a escola. O curso noturno era pago pela fábrica ao Externato, sem custos ao operário, porém, se o funcionário fosse desligado da fábrica, também seria das aulas.

Não se tem informações de como os operários eram selecionados para efetivarem a matrícula, no entanto, percebe-se que, mesmo se tratando de um curso especial, frequentavam as aulas do Externato somente os operários do sexo masculino, sendo que a fábrica de tecidos possuía tecelãs.

Vale ressaltar que, desde o século XIX, o Brasil já havia aderido ao sistema de escolas mistas e no período abordado, era crescente o número de escolas com instrução para ambos os sexos no estado do Maranhão⁴² sendo ainda que, a própria fábrica manufatureira possuía uma cadeira mista para crianças em seus compartimentos. Fatores que despertam questionamentos sobre os motivos desta seleção. Seria uma determinação do próprio colégio, visto que o mesmo não oferecia instrução ao sexo feminino? Seria impedimento por conta das atividades domésticas direcionadas às mulheres, uma vez que, com uma jornada de trabalho nos teares durante o dia, as mesmas deveriam dedicar o restante do tempo ao lar? Questões que requerem análises mais específicas a *posteriori*.

Sobre a manufatureira, as fontes encontradas até os dias atuais, não nos fornecem uma data exata de quando a mesma encerrou suas atividades. No entanto, sabe-se por meio do Relatório das Cidades do Maranhão elaborado pelo

⁴¹ João Pedro da Cruz Ribeiro, mais conhecido entre os codoenses como João Ribeiro, foi um dos diretores da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão. Considerado pelos seus contemporâneos como um empreendedor, participou de várias atividades e empreendimentos enquanto membro de uma elite que visava trazer progresso e desenvolvimento para a cidade de Codó. Em sua homenagem, uma das avenidas principais da cidade carrega o seu nome, bem como uma escola, ambas próximas à fábrica de tecidos.

⁴² SALES, Tatiane da Silva. **BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

IBGE, que até o ano de 1959 a mesma estava em plena atividade fabril, o que equivale a 67 (sessenta e sete) anos de funcionamento, de modo que, a mesma permanece até os dias de hoje, apesar do prédio em ruínas, como um importante espaço de memória social⁴³ e da história do desenvolvimento urbano de Codó.

Além da produção têxtil, nas primeiras décadas do século XX, “os sopros de civilização” que caracterizavam a urbe codoense, eram dados pelas festas católicas, pela passagem dos vapores na cidade (linha férrea e fluvial), pelos desportos realizados nos clubes recreativos que eram fundados com o fim de movimentar e dar divertimento à população e pelas sessões de cinema. Essas atividades permitem questionar: Quais costumes possuía a população codoense? A quem atendia tal “sopro civilizatório”?

A diversão mais comum entre os codoenses, como afirma uma manchete do jornal *Correio do Codó*, eram as conversas na calçada ao fim da tarde que aconteciam diariamente:

É que aí nas boas horas da tarde, se reúnem os membros e amigos da família nessa agradável convivência das “rodas”. Dir-se-ia um legado dos nossos avós.

No interior, verdade é, ninguém pode passar sem essas reuniões mais ou menos íntimas, que fazem novas e estreitam as velhas relações de amizade. Comentam-se as coisas do dia e as coisas passadas, e tudo com essa inocência que prima nos corações bem intencionados.

Os velhos narram, com saudade, as aventuras da mocidade. As criancinhas inocentemente indiscretas, contam alegres as briguinhas de casa. Certamente, não se pode contestar a necessidade dessas boas reuniões. Constitui para nós quase a única diversão⁴⁴.

A conversa nas rodas – costume pouco visto nos dias de hoje tendo em vista a alteração nos modos de vida e o aumento da violência urbana – constituía um momento de interação entre os codoenses, não diferente de muitos outros lugares. No entanto, nem sempre satisfaziam a necessidade de diversão de todos os moradores.

Aqui, faz-se importante salientar que a população, principalmente a elite codoense à época era constituída, em sua maioria, por pessoas que vinham de outros lugares, inclusive da capital São Luís, do estado do Piauí e de outros países, a exemplo de muitos árabes que na cidade viveram e cujos descendentes moram

⁴³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

⁴⁴ *Jornal Correio do Codó*, de 03 de Abril de 1918, nº 117, Ano VI, pág.01.

até hoje. Pessoas que tiveram contato com outras formas de vida mais agitadas e que “sentiam a necessidade” de sair da vida pacata oferecida até então pela cidade recentemente saída da categoria de vila. Para isso, passaram a fundar clubes, associações, grêmios e quaisquer outros eventos que pudessem dinamizar um pouco a vida cidadina, “respirar ares de civilização”, pois, nem todos estavam habituados com o modo de vida interiorano e acreditavam que o lazer vindo de desportos e festas era uma das características essenciais da urbanização. Conforme, o Correio do Codó:

Já não são poucos os [...] que existe entre nós daqueles que não se habituaram ainda a dormir com as galinhas. Que digam os moços que namoram, os habitués do pocker do Grêmio, os companheiros do solo da farmácia, e enfim, todos que por desfastio ou prazer são forçados a espaiar pela cidade [...]⁴⁵.

Exemplos dos empreendimentos fundados para a diversão daqueles que não estavam habituados “a dormir com as galinhas” ou que ansiavam por fins de semanas mais alegres, tem-se a fundação dos clubes recreativos “Codó Alto Sport Clube”, “Codó Athletic Club”, “Aliados Club” e o “Odeon Cinema”. O Codó Alto Sport Clube foi fundado em outubro de 1916 e em sua diretoria possuía nomes conhecidos entre os codoenses, como Raul Serra Martins, Deolindo Rodrigues⁴⁶, Fernando Barbosa de Carvalho, Raimundo Bayma, Elisabetho Barbosa de Carvalho, Sebastião Archer da Silva, entre outros. Com sede ao lado da fábrica manufatureira⁴⁷, o clube tinha a finalidade de proporcionar aos associados e suas famílias, bailes, passeios fluviais e terrestres, piqueniques e os desportos como futebol, croquet, tênis, boliche, corridas, além de oferecer festas, canto, chás, concertos, conferências e outras reuniões⁴⁸. Mesmo com tempo chuvoso, sua inauguração⁴⁹ ocorreu em novembro de 1916, ao som da banda “Flor do Alto”, composta por operários da manufatureira e com atividades esportivas. Os eventos realizados ocuparam algumas manchetes do jornal, bem como as ações da associação, sempre referenciado como um local adequado para o lazer de toda a

⁴⁵ Jornal Correio do Codó, de 17 de Abril de 1918, nº 119, Ano VI, pág.01

⁴⁶ O nome do primeiro ginásio poliesportivo de Codó é uma homenagem à Deolindo Rodrigues, o 7º diretor da fábrica manufatureira e também conhecido entre os codoenses como um amante dos esportes.

⁴⁷ Jornal Correio do Codó, de 18 de Outubro de 1916, nº 45, Ano IV, pág.02.

⁴⁸ Jornal Correio do Codó, de 18 de Outubro de 1916, nº 47, Ano IV, pág.02.

⁴⁹ Jornal Correio do Codó, de 22 de Novembro de 1916, nº 52, Ano IV, pág.02.

família, de maravilhosas festas e bebidas finas. Já o Codó Athletic Club⁵⁰ foi fundado em março de 1917 com foco para os jogos de futebol. Tinha sua sede na Praça do Cruzeiro e contava em sua diretoria com Fernando Barbosa de Carvalho, Petronilho Mota, Ulysses de Jesus, Henrique Figueiredo, entre outros. Tem-se uma notícia também sobre o “Aliados Club”⁵¹ do ano de 1918, que proporcionou uma agradável festa em comemoração ao dia de reis, com folguedos e muita animação.

O Odeon Cinema foi também uma forma de entretenimento para a população codoense com sopros de civilização. De propriedade da firma Brasil & Silva foi inaugurado em 10 de agosto de 1919, exibindo o filme “Os piratas”. Visto como um empreendimento que retirava a sociedade de uma “monótona e sonolenta situação”⁵² e proporcionava ensino e distração, o cinema parecia funcionar todos os dias da semana, com destaque de anúncios para as quintas e domingos. Fez-se presente em várias manchetes do Correio do Codó com as sinopses dos filmes e séries exibidos. No entanto, as manchetes apontam para um baixo público frequentador. Fato este que poderia a qualquer momento, obrigar a firma a fechar o empreendimento, visto que, grandes eram as despesas para a exibição dos filmes e pouco retorno de público.

Tendo o cinema como “uma manifestação de progresso, pelas grandes vantagens e utilidades que oferece”⁵³, os apelos à população para comparecerem às sessões eram sempre acompanhados de lições sobre civildade e progresso. Em maio de 1920, o cinema foi reformado para dar ao público um ambiente mais confortável. Todavia, não se tem mais informações sobre até quando o cinema funcionou na cidade. No entanto, as notícias analisadas fazem com que esta pesquisa lance a possibilidade de o Odeon Cinema ter sido o primeiro cinema instalado em Codó, uma vez que, as pesquisas que até então fazem referência à presença dos cinemas em Codó mencionam o Cine Olinda e o Cine São Luís, ambos em exercício nas décadas de 50, e, até mesmo, ao Cine Íris presente nas memórias de infância do escritor codoense João Batista Machado – nascido no ano de 1925 – portanto, todos posteriores ao Odeon Cinema. Salienta-se que o Odeon Cinema era anunciado como um ponto de distração que “finalmente” chegava à

⁵⁰ Jornal Correio do Codó, de 07 de Fevereiro de 1917, nº 65, Ano V, pág.02.

⁵¹ Jornal Correio do Codó, de 13 de Fevereiro de 1918, nº 111, Ano VI, pág.01.

⁵² Jornal Correio do Codó, de 13 de Agosto de 1919, nº 09, Ano VIII, pág.01.

⁵³ Jornal Correio do Codó, de 03 de Março de 1920, nº 30, Ano VII, pág.01.

Codó para tirar o povo da monotonia da cidade e ainda que, sua instalação só foi possível graças à inauguração da energia elétrica, datada do ano de 1919.

Com uma frequência bem maior que os cinemas – algo que merece um estudo mais detalhado sobre os motivos para o índice de público – eram os festejos católicos tradicionais realizados em homenagem as padroeiras da cidade, Santa Rita e Santa Filomena, o festejo de São Sebastião no largo da fábrica – que permanecem até os dias de hoje – o festejo de Nossa Senhora da Conceição (também intitulado nos jornais de Festas ou Miscelânea) e as festas de natal e ano novo. As manchetes analisadas sobre tais festejos propagam festas imponentes dadas à luz do luar e com “encantadoras” novenas⁵⁴. A programação, quase sempre continha, além da missa, procissões, leilões e a apresentação das pastorinhas. As pastorinhas eram grupos de jovens, consideradas belas, a quem os jornais se referem como “um verdadeiro buquê de flores”⁵⁵ que dançavam cânticos católicos acompanhadas pelos cantos das orquestras, animando as noites de novena⁵⁶.

As festas e empreendimentos acima citados imprimiam em Codó marcas da civilização e do progresso tão buscados pelas pessoas que formavam a elite da época. No entanto, há outros serviços e acontecimentos do período que merecem destaque na caracterização da urbe codoense servidos do mesmo objetivo de desenvolvimento urbano.

No ano de 1916, o intendente municipal Raimundo Coriolano Ferreira Neves, sanciona a Lei nº 48⁵⁷ do dia 22 de maio que orça a receita e fixa a despesa do município para os anos de 1916 e 1917, orçada no valor de 24:650\$000 (vinte e quatro, seiscentos e cinquenta contos de réis) a ser distribuída entre a repartição e câmara municipal, justiça pública, expediente e assistência pública. Por conseguinte, apresenta pela primeira vez o relatório com a discriminação dos valores em cada serviço, cumprindo, de acordo com a imprensa, o preceito legal e mostrando a transparência do seu mandato. Nos anos seguintes, é possível observar a continuidade desses relatórios com acréscimos e decréscimos de serviços em outros números⁵⁸ do jornal Correio do Codó.

⁵⁴ Jornal Correio do Codó, de 30 de Agosto de 1916, nº 40, Ano IV, pág.01.

⁵⁵ Jornal Correio do Codó, de 27 de Dezembro de 1916, nº 57, Ano IV, pág.01.

⁵⁶ Jornal Correio do Codó, de 10 de Janeiro de 1917, nº 59, Ano V, pág.01.

⁵⁷ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 34, Ano IV, pág.03.

⁵⁸ Jornal Correio do Codó, de 27 de Junho de 1917, nº 78, Ano V, pág.01; Jornal Correio do Codó de 04 de Julho de 1917, nº 79, Ano V, pág.01; Jornal Correio do Codó de 11 de Julho de 1917, nº 80, Ano V, pág.01 e; Jornal Correio do Codó, de 29 de Maio de 1918, nº 125, Ano VI, pág.01.

Entre os serviços públicos com vistas ao desenvolvimento da urbe, aparecem nos números jornalísticos com maior frequência as manchetes sobre iluminação pública/luz elétrica, mercado público, as estradas, a ponte sobre o Riacho Água Fria e a criação da linha de bondes.

Como dito anteriormente, a cidade de Codó tinha sua iluminação baseada nos candeeiros com seus pavios acesos por fogo e óleo combustível, no entanto, para uma cidade com vistas ao progresso, a energia elétrica significava uma intensa e necessária transformação. Deste modo, o intendente municipal Raimundo Coriolano, lança no dia 17 de junho de 1918 um edital⁵⁹ de iluminação pública para contratação de eletricidade para a “cidade e Bairro da Trizidela” e querosene para o povoado Monte Alegre, assim também faz para a contratação de uma empresa que construa o mercado público e outro edital para a construção de uma ponte de madeira sobre o riacho Água Fria. No entanto, reformula o edital de iluminação pública acrescentando as especificações do serviço a ser contratado e aumentando os locais que deverão ganhar tal melhoria, lançando no dia 10 de julho de 1918 o edital⁶⁰ de concorrência pública para o contrato de fornecimento de luz elétrica para a cidade com prazo aberto até o dia 10 de setembro do mesmo ano (sessenta dias). O edital previa a iluminação das ruas e praças da “cidade e bairros da Trizidela e da Fábrica”. Os postes condutores deveriam ser colocados no prazo de trinta dias a partir da assinatura do contrato. A energia também deveria ser fornecida para iluminação particular em qualquer ponto da cidade e bairros indicados, desde que, os proprietários fornecessem os materiais necessários. A empresa deveria depositar na tesouraria da intendência municipal a quantia de 10:000\$ (dez mil réis) no ato da assinatura do contrato, para garantia do mesmo, entre outras especificações da proposta. Esse mesmo edital foi publicado em mais nove números do jornal.

Os editais parecem ter sido recebidos com alegria pela população, pois, segundo a imprensa:

Andar às escuras pelas ruas da cidade é que é um horror, principalmente em noite chuvosa. A carestia do único óleo iluminativo que usávamos tem impressionado consideravelmente a população pobre, pois não a poderá manter por muito tempo e por tal preço. Urge sairmos dessa difícil situação⁶¹.

⁵⁹ Jornal Correio do Codó, de 19 de Junho de 1918, nº 128, Ano VI, pág.04.

⁶⁰ Jornal Correio do Codó, de 17 de Julho de 1918, nº 133, Ano VI, pág.02.

⁶¹ Jornal Correio do Codó, de 19 de agosto de 1918, nº 137, Ano VI, pág.01.

Apesar da publicidade dos editais, nenhuma empresa aparecia com proposta. A ausência de interessados fez com que o coronel João Pedro da Cruz Ribeiro tomasse a iniciativa de criar a sociedade anônima⁶² “Empresas de Melhoramentos do Codó”, para atuar tanto na instalação da energia elétrica quanto em serviços futuros como, por exemplo, o abastecimento de água. O capital inicial da associação foi de 30:000\$000 (trinta contos de réis). A associação deveria ser composta de uma diretoria com três membros e uma comissão fiscalizadora eleita pelos associados, sem nenhum recebimento financeiro pela ocupação dos cargos. Após a organização da sociedade, o próximo passo consistiria no envio de telegrama com o pedido dos materiais necessários à instalação que deveriam vir da “América e parte do Rio de Janeiro”, ficando sob a responsabilidade da fábrica manufatureira a contratação do técnico responsável para dirigir a instalação, enquanto que, a municipalidade poderia ter determinadas ações sobre a associação até que fosse possível total posse sobre ela.

Portanto, encarada a vantagem do projeto por todos os lados, parece que ele será realizado, porque a necessidade de sairmos da difícil situação em que nos achamos sobre este assunto é por todos reconhecido; e só por tal meio poderemos sair dela. É de esperar o concurso de todos os bons codoenses para a realização deste importante serviço para esta terra em que vivemos e é tão pródiga em nos proporcionar seguros meios de vida e prosperidade [...] Portanto, acreditamos que a luz brilhe com intensidade pelas praças, ruas e habitações desta cidade⁶³.

Feita a sociedade entre comerciantes, industriais e funcionários públicos, em setembro de 1918, os materiais necessários à instalação da energia elétrica foram adquiridos. Deu-se início a construção da usina e extração dos postes e o técnico responsável pelas instalações, o eletricitista Florindo Índio do Brasil, da cidade de Caxias, já se encontrava em Codó, pronto a iniciar a construção⁶⁴. Faz-se importante ressaltar que, a energia elétrica na capital do Estado, São Luís, foi inaugurada em outubro de 1918, o que demonstra que o município de Codó galgava passos rumo ao desenvolvimento urbano não se distanciando dos progressos da capital do estado⁶⁵. Nos demais números catalogados no Jornal “Correio do Codó”

⁶² Jornal Correio do Codó, de 31 de Julho de 1918, nº 134, Ano VI, pág.01.

⁶³ Jornal Correio do Codó, de 31 de Julho de 1918, nº 134, Ano VI, pág.01.

⁶⁴ Jornal Correio do Codó, de 25 de Setembro de 1918, nº 142, Ano VI, pág.04.

⁶⁵ Jornal Correio do Codó, de 09 de Outubro de 1918, nº 144, Ano VI, pág.04.

não foram encontradas notícias sobre a inauguração da energia elétrica, entretanto, os relatos do jornal “A Escola” afirmam que ela ocorreu:

Dando excelentes resultados, os melhores mesmo, com assás solenidade e geral contentamento e entusiasmo do povo, inaugurou-se, a 20 do mês último, pelas 17 horas, a luz elétrica deste município, tendo sido feita a sua instalação pelo inteligente e habilidoso Florindo Índio do Brasil, a cuja competência, esforço e dedicação se deve o grande sucesso alcançado.

Logo após ao aparecimento da luz, em frente à usina, onde se via numerosa multidão, usou da palavra o sr. Prefeito Municipal, cujo discurso entusiástico e patriótico, foi por todos aplaudido, falando em seguida o nosso digno confrade do Correio do Codó, maior Alcebiades Silva, que, demonstrando o valor, a utilidade, a necessidade desse grande melhoramento, pela vinda do qual todos se deviam regozijar, pois em relevo os nomes de todos aqueles quem com assás abnegação e amor, concorreram para a efetivação desse tão importante empreendimento, sendo as suas últimas palavras recebidas com gerais aplausos.

[...]

Realmente, não se pode desejar luz melhor, com os modestos aparelhos que possuem a atual instalação, revelando, com certeza, muita ignorância, falta de senso, ou despeito, o negar-se tal.

Codó, não há dúvida, com esse grande melhoramento, elevou-se consideravelmente.

Incentivando daqui aos seus dignos e esforçados administradores que prossigam sempre, com patriotismo e amor, por esse prodigioso caminho, que é o do progresso, da grandeza e da prosperidade, apresentamos-lhe com a maior satisfação os nossos mais sinceros e calorosos parabéns, congratulando-nos cordialmente ao mesmo tempo com o povo codoense, pela imensa alegria, pelo imenso prazer, pela vinda desse grandioso quão utilíssimo encantador melhoramento⁶⁶.

O Externato Codoense foi um dos primeiros locais a receber luz elétrica na cidade, o que noticiou com muita satisfação nas páginas de seu jornal, enfatizando as características de progresso, civilização e melhoria nas condições da escola. O jornal teceu elogios aos envolvidos no empreendimento e associa o desenvolvimento da cidade ao patriotismo presente naqueles que estavam no cenário econômico, político e social da cidade e suas contribuições para a civilização codoense.

Um trecho da manchete sobre a construção de um mercado público apresentada no Jornal Correio do Codó, mesmo não relatando a inauguração, fala do fornecimento inicial de energia elétrica na cidade:

Quem não sente entre nós, às noites, **o sopro vivificador da civilização** [grifo da autora] inundando toda a cidade de esplêndido jorro de luz? Quem não atenta também, entre nós, às manhãs, no recuo dessa mesma

⁶⁶ Jornal a Escola, nº 18 de 31 de Julho de 1919, Ano II, pág.03.

civilização, que nos desampara ao lado do triste espetáculo? Atentai bem nisto; se sairdes à noite sentir-vos-eis como que envolvidos em **agradável atmosfera de progresso** [grifo da autora]. Mas, às manhãs, encontrareis a vergonha em cada passo, nos principais pontos da cidade, representada num talhe, num açougue, ou uma coisa qualquer que tenha esse nome [...] ⁶⁷.

A energia elétrica, segundo a manchete acima, trouxe para a cidade, aspectos de civilização e progresso, porém, outros problemas eram denunciados nos jornais. Além da reivindicação de um mercado público adequado, a imprensa local, em consonância com o código de posturas municipais, apontava a falta de viação urbana, os casos de animais soltos pelas ruas, madeiras empilhadas em locais de passagem de pedestre, terrenos baldios sem cercas ou muros acumulando lixo e ausência de limpeza das estradas que davam acesso ao município. Tais manchetes consistiram numa série de denúncias assinadas por “Thirso” que cobrava dos moradores e proprietários de terras a resolução de problemas, para ele, de simples e fácil solução, uma vez que esta viria da boa vontade e obediência às leis municipais. Sobre as estradas codoenses, Thirso escreve:

O viajante que percorre as nossas estradas, vai formando um **juízo desfavorável à reputação e civilização** [grifo da autora] dos codoenses. A maioria de nossas estradas, se este nome pode ser dado a mesas picadas em que os matos se entrelaçam, impedindo a marcha do viajante, e os espinhos nos rasgam a roupa e cortam as carnes, vivem em completo abandono. Não parecem caminhos transitáveis pela espécie humana, mas veredas de feras, que demonstram melhor cuidado nas suas, abrindo-as de modo que nenhum embaraço encontrem em seu percurso ⁶⁸.

Thirso diz que em outro momento as estradas eram “carroçáveis, bem limpas e viáveis” ⁶⁹, mas houve indolência e negligência por parte dos habitantes que não as conservaram e nem abriram novas estradas, o que dificultou, inclusive, o comércio, pois, as terras não estavam sendo cultivadas. Sobre suas chamadas à população através da imprensa afirma:

Outro intuito não temos nessa insistência senão o de lhes procurar convencer que muito poderão fazer pelo **embelezamento da cidade** [grifo da autora], sem outro esforço, sem outro trabalho que o de boa vontade e um pouquinho de obediência às leis municipais. Será, por exemplo, difícil a esses dignos senhores murar ou cercar os terrenos vazios, que possuem nas ruas principais? A ausência de muro ou cerca em tais terrenos não

⁶⁷ Jornal Correio do Codó, de 26 de Maio de 1920, nº 19, Ano VIII, pág.01.

⁶⁸ Jornal Correio do Codó, de 30 de Agosto de 1916, nº 40, Ano IV, pág.01.

⁶⁹ Jornal Correio do Codó, de 30 de Agosto de 1916, nº 40, Ano IV, pág.01.

atesta, por ventura, a nossa desídia, incúria, abandono, **verdadeiro desprezo pelo asseio da cidade?** [grifo da autora]. [...] o terreno baldio sobre ser para nós uma vergonha, é de algum modo prejudicial à nossa saúde, entre outras causas, depósito de lixo, a que muitos deles se acham reduzidos. Na cidade, rua não há escoimada desse mal⁷⁰.

As casas na cidade também não passaram despercebidas aos olhos do delator. Têm-se manchetes que condenam as barras negras⁷¹ das casas e o formato de “meia lua” das calçadas. As barras negras, para Thirso, representavam a tristeza dos túmulos⁷², adequada para eles, porém, inadequada para as barras de prédios de uma cidade civilizada, que deveria transmitir alegria e não o luto da morada dos mortos. Com relação às meias luas, era esse seu parecer:

[...] Mas o que ninguém pode contestar é que não precisamos [...] afeiar a cidade com a *prenhez* das calçadas. Entretanto, sempre que o proprietário manda preparar o passeio de sua casa, lá pespega o *buxo* à porta, com todo escândalo da fealdade [...] rua completamente intransitável [...] teríamos de ver assim o mais irrisório espetáculo: uma rua fechada pelo encontro dos “buxos” das calçadas. Que nos perdoem os senhores proprietários, mas nada justifica a feiura das “meias luas” a que se **opõe a bela estética da cidade** [grifo da autora]. O município devia intervir já, proibindo terminantemente que isso continuasse. Talvez mais tarde seja difícil. E com essa liberdade sem limites que gozam, entre nós os senhores donos de casas, a nossa cidade, **no futuro será conhecida apenas** [grifo da autora], ou se tornará falada pela esquisita *prenhez* das calçadas. Servirá isso de chacote aos que por aqui passarem⁷³.

É possível perceber nas manchetes citadas e nos termos em grifo, uma preocupação com a estética da cidade, o que para algumas pessoas pode ser um aspecto meramente simples, para o delator, considerando o contexto no qual pertencia e sua propaganda em prol do desenvolvimento urbano, influenciaria diretamente na reputação de uma civilização, lugar de respeito e imagem que se projetava para o futuro. Não é possível afirmar se o município chegou a intervir na construção das meias luas ou barras negras das casas ainda naquele período, no entanto, as mesmas podem ser notadas até os dias atuais em muitas residências da cidade, principalmente em ruas do centro e primeiros bairros fundados.

⁷⁰ Jornal Correio do Codó, de 24 de Abril de 1918, nº 120, Ano VI, pág.01.

⁷¹ Pequenas pinturas ao sopé das casas ou sepulturas.

⁷² Jornal Correio do Codó, de 10 de Abril de 1918, nº 118, Ano IV, pág. 01.

⁷³ Jornal Correio do Codó, de 03 de Abril de 1918, nº 117, Ano VI, pág.01.

Figura 03: Casa com barra negra em dias atuais



Fonte: A autora (2018)

Para a viação urbana, a firma S. Silva & CIA (Manufatureira) projetou uma linha de bondes a ser estendida pelos trilhos no perímetro urbano, que transportaria passageiros e cargas, em especial, os operários da fábrica manufatureira, que diariamente faziam longas caminhadas para atravessar a cidade de um ponto a outro, uma vez que, não sendo calçadas as ruas, “era penosa e estafante a transposição a pé, do bairro antigo para o bairro novo da cidade, cujo solo é constituído por areia solta”⁷⁴. A proposta⁷⁵ encaminhada ao intendente municipal Raimundo Coriolano Ferreira Neves, previa uma linha de bondes em trilhos ligando os bairros baixo e alto, num horário fixo a ser estabelecido. As passagens custariam duzentos réis por pessoa, tanto na descida quanto na subida. A duração do contrato seria de cinquenta anos e depois de expirado esse prazo, a linha de bondes passaria a pertencer ao município. A linha de bondes foi vista como um melhoramento que deu grande impulso à cidade.

No entanto, não era somente a falta de viação urbana que dificultava o acesso dos funcionários da manufatureira ao seu local de trabalho. Havia o riacho Água Fria, que separava a cidade baixa (centro e bairros residenciais) da cidade alta (bairro da fábrica) e que sem pontes ou passarelas, só era possível a transposição através de canoas. Para Thirso:

Em verdade, torna-se cada vez mais inadiável a necessidade da construção de uma ponte sobre o Riacho Água Fria. Penosíssima é, como todos nós

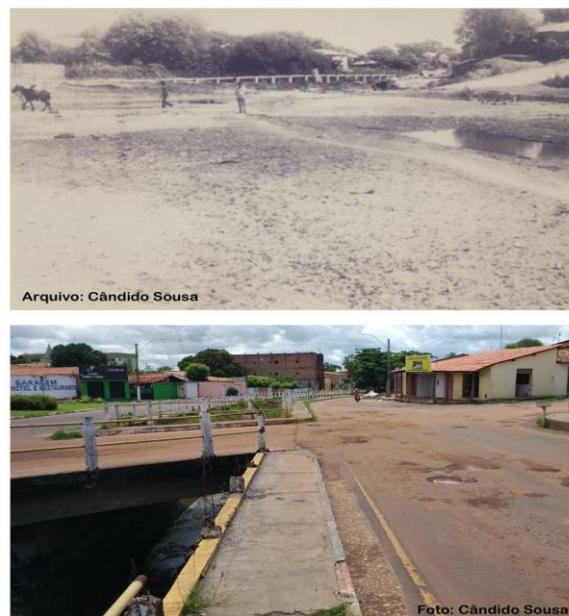
⁷⁴ Jornal Correio do Codó, de 21 de Novembro de 1915, nº 19, Ano IV, pág.03.

⁷⁵ Jornal Correio do Codó, de 14 de Março de 1917, nº 66, Ano V, pág. 01.

sabemos, a travessia do riacho nesses tempos invernosos, o qual não se pode transpor, com segurança, senão à canoa, e isso, como natural, com demasiada demora, em vista do enorme movimento que se nota no trânsito. O outro lado da cidade não é mais um simples arrabalde. Lá, como aqui palpitam os mais sérios interesses, que dão vida à nossa cidade, pelo riacho, dividida em duas partes. É do lado de lá que se encontra situada a fábrica de tecidos, e muitos operários e tecelões não moram na proximidade do grande estabelecimento industrial, e daí os sérios embaraços que lhes advêm nesses tempos de inverno pela ausência de uma ponte por onde possam transpor o riacho com facilidade⁷⁶.

Sem orçamento para a construção da ponte, o intendente municipal solicitou ajuda ao Congresso Legislativo do Estado que, por sua vez, autorizou um auxílio de 3:000\$000 (três contos de réis). Assim, pela Lei nº 57 de 18 de maio de 1918, o intendente autorizava a construir a ponte sobre o riacho Água Fria – ponte de madeira sólida para resistir ao tráfego de carros e carroças de condução na Rua Marques Rodrigues com fundos para o riacho onde este era mais estreito e possuía elevadas margens, abrindo uma rua no bairro da fábrica, em frente à capela de São Sebastião – e também o mercado público mencionado anteriormente.

Figura 04: Riacho Água Fria já em tempos de seca e nos dias atuais



Fonte: Cândido Sousa (Arquivo Pessoal)

A figura 04 apresenta o riacho em dois momentos: quando já iniciava o período de seca e no formato que se apresenta atualmente. Não foi possível

⁷⁶ Jornal Correio do Codó, de 14 de Março de 1917, nº 66, Ano V, pág. 01.

encontrar nenhuma imagem que o mostre de acordo com o relatado no jornal, porém, considerou-se importante destacar a manchete acima, visto que o riacho Água Fria é um importante símbolo da história de Codó, no entanto, pelo seu estado atual, as gerações do presente desconhecem esse riacho que um dia já foi tão caudaloso a ponto de não conseguirem transitar para o bairro da fábrica (atual bairro São Sebastião) sem a ajuda de canoas ou mesmo de uma ponte de madeira e ainda de se tornar um marco divisório da cidade⁷⁷. Quando no hino codoense se canta “do querido Riacho Água Fria, tu recebes carícias e frescor” apenas os moradores mais antigos têm recordações de suas infâncias sobre a beleza do riacho que hoje, dentro da cidade, corre limitado e em forma de esgoto.

Através e além dos elementos que significavam progresso e civilização relatados na imprensa por Thirso, surgiram curiosidades a respeito de sua pessoa que permite questionar e refletir: Quem era Thirso? Thirso era o seu nome ou um pseudônimo? A que propósito(s) servia? Qual grupo pertencia? Com quais causas estava comprometido?

Além dos questionamentos sobre Thirso, indagou-se sobre o porquê de suas denúncias quanto aos aspectos da cidade. Por que suas manchetes ganhavam destaque ao falar em progresso e civilização, em organização da urbe? Após de respostas, iniciou-se uma busca pelas leis municipais do período na prefeitura da cidade, porém, a mais antiga encontrada data do ano de 1950 e dispõe sobre a divisão do município em zona urbana, suburbana e rural. Ao retornar aos jornais do período foram encontradas manchetes que faziam referência ao Código de Posturas Municipais, vigorando no recorte temporal aqui abordado, a Lei nº 36 de 3 de novembro de 1910⁷⁸. Embora, o contato com o código de posturas não tenha acontecido em sua íntegra, pois as manchetes disponibilizavam apenas alguns trechos e artigos, encontrou-se o vínculo existente entre as denúncias de Thirso e o código municipal que legislava sobre variados aspectos da urbe com fins à organização do ambiente tanto urbano quanto rural. Thirso apresentava-se não somente como um defensor do código de posturas, mas como alguém que acreditava no cumprimento do mesmo para que fosse possível a construção de uma

⁷⁷ Em sua constituição urbana inicial, Codó era dividida pelo Riacho Água Fria em cidade baixa e cidade alta. A cidade baixa correspondia aos bairros próximos ao centro, enquanto às terras e construções próximas à fábrica manufatureira eram correspondentes à cidade alta. Divisão feita por muitos moradores até os dias de hoje.

⁷⁸ Jornal Correio do Codó, de 03 de Maio de 1917, nº 70, Ano V, pág. 03.

cidade ideal. E uma cidade ideal consistia num ambiente limpo, arborizado, salubre, seguro, organizado, sem animais soltos nas ruas ou terrenos abandonados a servir como depósito de lixo, com estradas limpas e transitáveis, sem casas à beira rio e com construções padronizadas e casas “formosas” que oferecessem comodidade e não “atrapalhassem” o desenrolar do progresso cidadão.

A lei municipal nº 36 de 3 de novembro de 1910⁷⁹, nos artigos analisados, estava em consonância com os códigos de postura em vigor nos primeiros anos do regime republicano no qual se encontrava a nação brasileira e o estado do Maranhão, fazendo parte de um discurso sobre civilização e progresso. Por este motivo, a ênfase em questões de âmbito urbano, como: higiene e saúde pública; polícia, comodidade, segurança pública e aformoseamento⁸⁰.

De acordo com Carvalho⁸¹, os códigos de postura consistiam em instrumentos jurídico-administrativos e eram utilizados para organizar o espaço urbano/público, funcionando como mecanismos de tentativas de integração dos atores sociais dentro de um projeto civilizador. Suas posturas eram disseminadas no interior das camadas dominantes por constituírem ações políticas pertencentes a essas mesmas camadas.

1.2 Codó sem pão e sem abrigo: Memórias da grande enchente do rio Itapecuru

Outro importante símbolo da história codoense e também presente no hino do município é o rio Itapecuru, que no ano de 1917 transbordou de forma assustadora causando uma grande enchente e ocupou muitas páginas dos jornais da época. Nas memórias mais recentes dos codoenses tem-se a enchente do ano de 2009, que através das narrativas do ano de 1917 poderão conhecer aquela que foi considerada uma das maiores enchentes que o município já passou.

As primeiras chuvas que pareciam advir de um inverno comum foram recebidas com alegria pelos agricultores, no entanto, o volume crescente de água no rio ameaçando invadir a cidade logo fez com que os comerciantes comesçassem a

⁷⁹ Jornal Correio do Codó, de 03 de Maio de 1917, nº 70, Ano V, pág. 03.

⁸⁰ CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís : entre o institucional e o repressivo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

⁸¹ Ibid., 2005.

encaixotar suas mercadorias. Com a cheia, o riacho Água Fria também começava a transbordar e avançar para os quintais das casas, bem como a lagoa do bairro Trizidela que já comungava suas águas com a do rio. Os moradores da Rua 28 de Julho foram os primeiros a saírem de casa, onde as águas do Itapecuru chegaram primeiro, dia 09 de março, e seguiram avançando os quintais e derrubando cercas da Rua Afonso Pena.

As notícias da vizinha cidade de Caxias, que já sofria calamidades advindas da enchente, aumentavam nos codoenses a preocupação. Grande era o alvoroço dos observadores que se faziam diariamente nos lugares em que a água vinha ocupando⁸². O rio Codozinho também já transbordava inundando os riachos Roncador, Saco e São José. Não houve maneiras de evitar; no dia 14 de março ela tomou grande parte da cidade e assim, o número 67 do jornal Correio do Codó, trouxe no dia 07 de abril de 1917, em sua primeira página, após um rebaixamento das águas, uma espécie de relatório sobre o transbordamento do Rio Itapecuru, informando que os municípios de Codó e Coroatá já tinham sido inundados, bem como o povoado codoense Monte Alegre e parte da cidade de Itapecuru Mirim. Pessoas sem abrigo, prédios que ruíam, a fome e a febre, as providências do governo também foram abordadas nas narrativas.

No início da enchente, ainda era possível o transporte de pessoas e mercadorias por carroças, mas, em pouco tempo, só mesmo canoas o poderiam fazer. No entanto, devido ao pouco número de embarcações diante de um número expressivamente maior de necessitados, não foi possível fazer muito e grandes foram os prejuízos causados. As pessoas encontraram refúgio no alto da fábrica, na estação de trem (Figura 05), no cemitério, currais ou em terreno elevado, construindo barracas de palha que servissem de abrigo⁸³.

O espetáculo era o mais doloroso possível. Homens, de espírito forte, a efeitos dos rigores da vida, não continham muitas vezes, as lágrimas que lhes assomavam aos olhos e mulheres soluçavam como crianças diante do horror da cena, ao perderem a última esperança da salvação dos seus bens⁸⁴.

Várias sacas de algodão foram conduzidas a nado amarradas umas às outras ou ainda servindo de “canoas” aos homens que a elas davam direção. A

⁸² Jornal Correio do Codó, de 14 de Março de 1917, nº 66, Ano V, pág. 02.

⁸³ Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 67, Ano V, pág. 01.

⁸⁴ Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 68, pág.01.

manufatureira colocou três grandes botes para ajudar no transporte de pessoas e mercadorias, assim como outros poucos detentores de canoas.

Ainda de acordo com as manchetes do Correio do Codó, em muitas ruas só se podia ver o telhado das casas e dentro da igreja matriz a água chegava ao pescoço de um homem. A quantidade de água pelas ruas da cidade era tão abundante a ponto de ser possível que os vapores das companhias fluviais navegassem pela cidade inundada, a exemplo do que aconteceu com os vapores Santo Antônio e Brasil, que ancoraram na estação de trem, onde foi instalada uma farmácia.

Figura 05: Estação Ferroviária



Fonte: IBGE (2018)⁸⁵

O jornal Correio do Codó – que também teve que mudar a tipografia e redação para o bairro da fábrica – afirma que o volume considerável das águas causou grandes prejuízos à cidade, de modo que, embora, na tentativa de descrevê-los, não seria possível aos leitores a apreensão do real sentimento que pairava sobre a população, pois:

Na verdade, para se poder avaliar o horror do espetáculo, que oferecia nossa cidade quase toda submersa n'água, seria preciso estar aqui

⁸⁵ Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-home?id=430757&view=detalhes>>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

conosco, ver e sentir esse cortejo imenso de desgraças, a que um rio, num considerável volume d'água, trazia impiedosamente com a invasão violenta às nossas ruas e casas. Dir-se-ia que invejando o grande mar, procurava o pequenino rio sobrepujá-lo, abrangendo a própria imensidade. E as chuvas torrenciais, que sobre nós caíam incessantemente pareciam o prelúdio de um novo dilúvio. Coisa horrível! A água crescendo sempre e sempre fazia ruir por terra o resultado dos esforços e labores de muitos anos, danificando, destruindo, desabando os nossos prédios e, arrastando por isso, para a miséria, aqueles que concentravam nesses bens toda a fortuna alcançada, afinal, depois de longos, e incessantes trabalhos. Situação dolorosa e mais aflitiva ainda pela impossibilidade de menor resistência. O aspecto desolador que apresentava a nossa cidade, entregue assim livremente às águas, ou antes, violentamente por esta conquistada, a dor dos nossos habitantes, assistindo impassíveis, impotentes, a destruição completa de seus bens, a miséria e a fome de grande parte das vítimas do terrível flagelo, sem pão, sem lar, sem abrigo, a implorar socorro, e a caridade dos que mais felizes se abrigavam sob o teto de uma palhoça amiga; a paralisação forçada e completa de quase todos os ramos da atividade humana, o aparecimento, na sua mais sincera e real manifestação, do pesar, do pranto, das lamúrias, das lamentações, das queixas, das desgraças e misérias enfim, tudo isso, e muito mais ainda do que isso, nos trouxe a calamidade terrível⁸⁶.

Diante da calamidade que assolava a cidade, conforme a descrição acima, o governo foi avisado por telegrama sobre a situação de Codó pelo intendente municipal e também pelo diretor do Externato Codoense, Fernando Barbosa de Carvalho, que já demonstrava preocupação quanto às atividades escolares do município suspensas desde o dia 16 de março. Porém, a resposta não chegava ao povo, uma vez que, o poste telegráfico também havia sido rompido.

No dia 24 de março o secretário de estado, Leôncio Rodrigues, chegou à cidade e suas providências foram a construção de barracas de palhas num sítio à margem da estrada de ferro para as famílias desabrigadas, a embarcação de algodão e outros produtos dos comerciantes locais para a capital e distribuição de alimentos para a população.

No povoado Monte Alegre apenas quatro casas ficaram de pé. No bairro Trizidela, nenhuma⁸⁷. A água invadiu todo o bairro e após este, atingiu mais a extensão de, aproximadamente, quatro quilômetros. Na cidade, as bombas que levavam água do rio até a fábrica manufatureira⁸⁸ desapareceram fazendo com que cessasse toda a atividade fabril e após o rebaixamento das águas, “a podridão do mato e da lama que deixou a água em grande abundância nas ruas e nas ruínas das

⁸⁶ Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 68, Ano V, pág.01.

⁸⁷ Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 68, Ano V, pág.03.

⁸⁸ O Jornal. Maranhão, 21 de Março de 1917, nº 708, Ano III, pág.01.

casas”⁸⁹ trouxeram uma epidemia de febre na população, necessitando do trabalho do médico de higiene do Estado, Carlos Nunes, que chegou à cidade no dia 31 de março quando a epidemia começava a se intensificar.

Durante a enchente houve a paralisação de atividades fabris, mercantis, escolares, entre outras. A casa onde funcionava a cadeira escolar do bairro Trizidela foi inundada e os cômodos da fábrica de tecidos passaram a funcionar como um grande depósito de móveis, mercadorias e utensílios diversos que vinham dos locais afetados pela enchente, inclusive do Externato Codoense que para um dos compartimentos da manufatureira enviou todos os seus móveis e arquivos antes que fossem destruídos pela água. No entanto, a água não passou da calçada da escola, mas em decorrência da impossibilidade de acesso, da epidemia de febre que afetou também alguns alunos e os danos causados pela umidade, as aulas foram suspensas e o prédio necessitou passar por novos reparos. De acordo com o jornal “A Escola”:

O grande transbordamento do rio Itapecuru, de que resultou a terrível inundação desta cidade, veio interromper a marcha progressiva do estabelecimento. Quando isso ocorreu e que foi no mês de março de 1917, contava o externato com a frequência de 54 alunos, tendo sido em virtude da inundação suspenso as aulas a 16 do mesmo mês e reabertas somente a 23 do mês seguinte.

[...]

A frequência dos alunos as aulas diminuíram consideravelmente por alguns meses depois da inundação, e isso devido a retirada de algumas famílias, que foram procurar abrigo em outros lugares, e também à epidemia que se sucedeu ao terrível banho em que enquanto permaneceu a inundação; esteve mergulhada a cidade. Durante a sua permanência entre nós verificou a comissão do governo a utilidade do estabelecimento, comprometendo-se então o Dr Leôncio Rodrigues a mandar para cá um instrutor militar para instruir os alunos em exercícios militares e ginástica sueca.

[...]

O externato preparava uma grande festa cívica para o dia 13 de maio deste ano, infelizmente e porém conforme ouvimos do seu digno diretor, essa festa não mais se realizará devido ao desolador aspecto, que apresenta hoje a nossa cidade”.

Não pôde o externato, devido à inundação, levar a efeito, a projetada festa cívica, e por pouco o prédio ruiria por terra como muitos outros⁹⁰.

Com as aulas suspensas e festas escolares adiadas, o externato hospedou as pessoas da comissão do governo estadual encarregada de socorrer os afetados pelo transbordamento do rio Itapecuru, que com receio do aumento das águas mantinha amarrada numa das janelas da escola uma canoa para qualquer eventualidade. Na ocasião, Fernando Carvalho, diretor do Externato, viu duas

⁸⁹ Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 68, Ano V, pág.03.

⁹⁰ Jornal “A Escola”, nº 01, pág.03.

oportunidades: a primeira, de aproveitar a presença de um fotógrafo (Josildo Frazão) na cidade para fotografar seus alunos e, a segunda, de solicitar a Leôncio Rodrigues, chefe da comissão e representante do governo estadual naquele momento, um instrutor militar para as aulas de ginástica aos alunos do Externato.

Figura 06: Grupo de alunos do Externato Codoense



Fonte: Jornal "A ESCOLA" (1918)

Quando as atividades começaram a voltar à rotina normal, segundo a manchete anteriormente citada, ainda era pouca a frequência de alunos devido à mudança de algumas famílias para outros lugares e também à epidemia de febre que afetou a população. Quanto à solicitação feita a Leôncio Rodrigues, o jornal afirma que a mesma foi deferida e assim, em agosto de 1917, chegava à Codó o sargento do corpo militar do estado Justino Lopes da Cunha que foi encarregado do comando do destacamento policial da cidade e da instrução militar dos alunos do Externato. Já a fotografia dos alunos também deu certo e um grupo de 40 alunos uniformizados junto ao diretor Fernando Carvalho, foi publicada no segundo número do jornal "A Escola".

De acordo com Aragão (1998)⁹¹ o século XX foi o segundo mais seco da história do nordeste brasileiro com apenas três anos chuvosos (1917, 1929 e 1984). Deste modo, a enchente de 1917 que afetou a cidade de Codó causou grande impacto na população, pois, a chegada das chuvas, principalmente após a seca de 1915 que afetou toda a região nordeste, parecia representar um momento promissor, em especial para agricultura, e não mais um momento de perdas.

A enchente de 1917 causou grandes danos à população codoense e um prejuízo impossível de ser reparado pelos cofres municipais, uma vez que, até o próprio prédio da intendência foi atingido, a Câmara municipal junto do intendente enviou no dia 14 de abril, um telegrama à República⁹² solicitando um auxílio para as pessoas do município. Neste, descrevia a situação que ora se encontrava a cidade estimando que mais de 500 (quinhentas) casas haviam sido atingidas e houvesse mais de 3.000 (três mil) pessoas desabrigadas. Manchetes seguintes do Correio do Codó apresentaram as ruínas da inundação⁹³ em números, declarando que 298 (duzentos e noventa e oito) casas foram atingidas e descrevendo a metragem que a água atingiu em cada rua.

Quando se começava a reerguer casas e prédios comerciais – de quem tinha melhor condição financeira – uma nova inundação⁹⁴ ainda naquele inverno adiou os planos dos codoenses, paralisando muitas atividades, inclusive a produção fabril que, novamente pela perda das bombas, teve mais uma paralisação⁹⁵. As casas já em conserto desmoronaram outra vez e o medo de novas calamidades pairava sobre a população, tornando 1917 um ano marcado pelas dolorosas memórias dos acontecimentos.

⁹¹ ARAGÃO, Oribe. **O Que é El Niño?** (Conferência). In: Seminário sobre a influência do el niño na agricultura e nos recursos hídricos do semi-árido. Campina Grande PB, 12 e 13 de março de 1998.

⁹² Jornal Correio do Codó, de 07 de Abril de 1917, nº 68, Ano V, pág.01.

⁹³ Jornal Correio do Codó, de 16 de Maio de 1917, nº 72, Ano V, pág.01.

⁹⁴ Jornal Correio do Codó, de 03 de Maio de 1917, nº 70, Ano V, pág.01.

⁹⁵ O Jornal. Maranhão, 03 de Maio de 1917, nº 744, Ano III, pág.01.

Figura 07: Ponte sobre o rio Itapecuru no Bairro Trizidela



Fonte: IBGE (2018)⁹⁶

Durante a enchente, o povo se reuniu para salvar as imagens e móveis da igreja matriz. As imagens foram conduzidas para a igreja São Sebastião e os outros utensílios foram espalhados em casas diversas. Segundo as manchetes, a retirada das imagens e, principalmente, a primeira missa realizada com o rebaixamento das águas, consistiu numa das cenas mais tocantes da inundação:

Na sua ambição voraz [a água], cercou e invadiu sacrilegamente o grande templo, pondo à carreira em caminho da fábrica, as milagrosas padroeiras com o seu luminoso cortejo dos santos, os quais foram se abrigar sob o manto protetor do glorioso São Sebastião [...]. por esse tempo, na matriz abandonada, continuava a água a sua obra de destruição, enquanto na igreja, dantes impiedosamente desprezada, os santos de cá recebiam dos de lá o mais cativante acolhimento e a mais carinhosa hospitalidade. E quando se espalhou no ar o finíssimo som do pequenino sino anunciador da primeira missa, acorreram os fiéis, à esquecida igreja, para rogar ao Senhor a misericórdia de afastar as águas da cidade. Foi, talvez, uma das cenas mais tocantes da inundação. Contristados, verdadeiramente abatidos entravam os cristãos em piedosa atitude, na igreja, que em pouco tempo

⁹⁶ Disponível em : < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-home?id=430757&view=detalhes>>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

não comportava mais ninguém. Via-se estampada em cada semblante a grande dor, que ia n'alma torturada por tão grande infortúnio. [...] Não pode conter o povo cristão ali reunido as lágrimas, que já lhes banhavam os olhos, e deixou-se levar pela grande dor num soluço prolongado imenso, unísono, lembrado os náfragos quando assistem a primeira missa depois de se livrarem a morte, a cujos braços estiveram prestes a cair pela voragem das águas⁹⁷.

Apenas no mês de junho é que as imagens de Santa Rita e Santa Filomena – padroeiras da cidade – foram devolvidas à igreja matriz, em procissão iniciada na Praça Palmério Cantanhede, marcando a normalização da vida na cidade⁹⁸.

Figura 08: Igreja Matriz



Fonte: IBGE (2018)⁹⁹

A enchente trouxe à tona a discussão sobre a construção de casas a beira rio¹⁰⁰, de modo que, as manchetes seguintes alertavam os moradores para que não

⁹⁷ Jornal Correio Do Codó, 23 de Maio de 1917, nº 73, Ano V , pág.01.

⁹⁸ Jornal Correio do Codó, de 20 de Junho de 1917, nº 77, Ano V, pág.01.

⁹⁹ Disponível em : < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-home?id=430757&view=detalhes>>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

mais edificassem suas casas próximo ao rio – em obediência ao artigo 121 da lei municipal nº 36 de 03 de novembro de 1910 que dispunha sobre o código de posturas municipais – a fim de evitar novas inundações e ainda, ajudar na estética da cidade, uma vez, os quintais de frente para o rio onde se aportam os transportes fluviais não causavam boa impressão aos que chegavam.

Para a reconstrução ou remoção das casas atingidas pela enchente, a Câmara Municipal conseguiu um auxílio¹⁰¹ de 10:000\$ (dez contos de réis) do governo do estado, que formou uma comissão¹⁰² para avaliar os prejuízos causados e fazer a distribuição de donativos. Também contou com a quantia de 355\$000 (trezentos e cinquenta e cinco réis) doados pela Loja Maçônica Atalaia Codoense, Lojas Renascença, Beckman e Rio Branco¹⁰³. Porém, observa-se que os auxílios só chegaram à população nos últimos meses de 1917 (novembro e dezembro), sendo que a enchente teve início no mês de março e assolou a cidade até maio. Portanto, as notícias inferem que muitas pessoas moraram em barracas de palhas pequenas e improvisadas pelo restante daquele ano.

Os acontecimentos acima descritos sobre a urbe codoense, além de constituírem um relato sobre o cotidiano citadino naquele período, chamam atenção para o aspecto educativo que possuíam. Manter um local limpo e organizado, estradas trafegáveis, ter transporte, casas com boa arquitetura, entre outros, fazia parte de uma educação moral e cívica pregada com vistas à civilização e ao progresso. Mas, tais aspectos de civilidade não eram restritos ou característicos apenas à sociedade codoense, ao contrário, faziam parte de uma movimentação nacional, que entre outros espaços utilizava-se de jornais e revistas para promover campanhas públicas consoantes com os aspectos desejados pela Primeira República (Ferro)¹⁰⁴.

Nesse intuito, a imprensa local além de registrar e informar os acontecimentos da cidade imprimia em suas reportagens noções esperadas de civilização para o povo codoense com vistas a uma educação geral que atingisse à população, ou minimamente, que os leitores do jornal, ao tomar conhecimento de tais noções,

¹⁰⁰ Jornal Correio do Codó, de 25 de Abril de 1917, nº 69, Ano V, pág.01 e de 03 de Maio de 1917, nº 70, Ano V, pág. 01.

¹⁰¹ Jornal Correio do Codó, de 24 de Novembro de 1917, nº 99, Ano V, pág.01.

¹⁰² Jornal Correio do Codó, de 12 de Dezembro de 1917, nº 102, Ano V, pág.02.

¹⁰³ Jornal Correio do Codó, de 17 de Outubro de 1917, nº 94, Ano V, pág.01.

¹⁰⁴ FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, Piauí, 1996.

divulgassem para o maior número possível de pessoas. Tais noções não ficam de fora das escolas, uma vez que, fazia-se necessário modernizar a instituição escolar para, de algum modo, atender às solicitações feitas pela sociedade que ora se configurava. Fazia-se imprescindível pensar um currículo que relacionasse sociedade, educação e ideal republicano. Com isso, a presente pesquisa se dispôs a buscar as memórias da instrução e de instituições escolares codoenses, analisando as ofertas, oportunidades educacionais e ideais presentes na educação do período abordado.

2 MEMÓRIAS DA ESCOLA: legando posses do passado para o futuro

Para além da história e da nostalgia, a relação entre memória e escola é mais profunda. Parafrazeando Hanna Arendt, podemos dizer que a cultura escolar é testamentária. Antes de tornar as crianças felizes, antes de proporcionar seu desenvolvimento, sua função é dizer aos herdeiros o que será seu de direito, é legar posses do passado para o futuro¹⁰⁵.

O cheiro de livro novo, as calças cheias de tinta de caneta e o lápis em “pitoco”¹⁰⁶ onde mal se consegue segurar com firmeza; a forma como o professor coloca a data ou divide o quadro; a caligrafia ou os “garranchos” dos professores; as brincadeiras do recreio; aquele quarteto de amigos ou amigas; as cartelas de adesivos e as brigas quando ocorre o “furto” delas; as folhas finais do caderno rasgadas por terem virado bilhetes; os próprios bilhetes trocados entre alunos; a apreensão dos exames – principalmente os finais; o uniforme assinado pelos colegas ao final do ano letivo.....São apenas algumas das memórias que, arrisca-se em dizer, todos que passaram pelas escolas e “sobreviveram” aos seus corredores e aulas têm. São reflexos de uma cultura escolar testamentária, presente num imaginário individual e coletivo, uma memória social, que é gerada e regenerada pela educação¹⁰⁷.

Por serem construídas socialmente, as memórias existentes nos indivíduos – a ludicidade e reminiscências de uma infância, das escolas pelas quais passaram e as práticas vivenciadas, entre outras – possuem validades relativas e históricas. Desse modo, as escolas também são “celeiros” de memórias, uma espécie de depósitos, “espaços nos quais se tece parte da memória social”¹⁰⁸.

Um exemplo das memórias de escola como integrantes da memória social pode ser evidenciado a partir da narrativa que Ana Maria Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes, trazem na introdução do livro “Território Plural: a pesquisa em história da educação” (2010), considerando que “as práticas escolares repetem-se em diversos

¹⁰⁵ SOUZA, Maria Cecília Cortez Cristiano de. **A Escola e a Memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2000, p.41.

¹⁰⁶ Linguagem coloquial para dizer quando o lápis está chegando ao fim, com mínimas possibilidades para ser apontado.

¹⁰⁷ Ibid., p.41.

¹⁰⁸ NUNES, Clarice. **Memória e história da educação: entre práticas e representações** In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Org). História e memória da Escola Nova. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003, p.15.

tempos e espaços, com diferenças que sugerem “variações sobre o mesmo tema”. É como se folheássemos um livro de figuras”¹⁰⁹.

Descrevendo as figuras presentes neste “livro”, as autoras sumarizam a trajetória da educação escolar através de tempos e sociedades distintas, mas seguindo uma cronologia daquilo que se acredita ter acontecido dentro das Ciências da Educação. Inicialmente apresentam a educação na sociedade grega; passeiam pelas escolas de cunho religioso e pela educação jesuítica; Aportam nos rapazes e seus estudos para as humanidades e conhecimentos que a vida pública lhes exige; Adentram a instrução feminina, observando as moças religiosas e devotadas na missão sacerdótica, materna e patriótica de preparar os cidadãos de amanhã; denunciam as más estruturas da escola do campo e descrevem a jovem professora com a missão de lecionar numa sala multisseriada; Abordam o advento da tecnologia e a dificuldade do professor em competir com uma inovação que muito mais encanta os olhos da criançada; Chegam até a professora que prefere ministrar a aula sentada enquanto os alunos vagueiam em seus olhares. Preferível seria pensar que estivessem em momentos de ludicidade ao ouvir as histórias! Mas têm momentos que alunos e professores estão enfadados e torcendo para que o tempo passe. Alguns professores se desdobram em suas didáticas para chamar a atenção dos alunos e colocam temáticas e fórmulas em canções. Discutem a indisciplina dos alunos; a autoridade *versus* autoritarismo; a liberdade e o quanto vale sua permissão. Ouvem a sirene e partem para o recreio descrevendo cenas múltiplas e comuns que acontecem em intensos quinze minutos! E, finalmente, deixam para análise de quem ler o muito mais que acontece no cotidiano das escolas.

Observa-se a escola como um dos lugares representativos da multifacetada realidade social e dos fenômenos característicos de cada época, de forma a constituir-se como lugar de memória, que é simultaneamente material, simbólico e funcional. Também é intencional. E a intenção é “condição fundamental na constituição de lugares de memória”¹¹⁰. Educa-se com fins políticos e ideológicos em cada época e em cada contexto. E nesse jogo percebe-se que não apenas os indivíduos, mas, sobretudo, os grupos sociais são responsáveis pelos fatos

¹⁰⁹ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010, p.13.

¹¹⁰ NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, (10) dez, 1993, p.22.

educativos¹¹¹. Nessa perspectiva, entende-se a escola, num contexto espacial, como lugar de memórias, individuais e coletivas que permitem aos indivíduos e grupos uma sucessão de lembranças evocadas a partir de um espaço comum.

Para Nunes (2003):

As memórias estão relacionadas a processos de subjetivação bastante complexos, que incluem desde sensações e imagens mentais altamente privadas e espontâneas até solenes cerimônias públicas vividas intensamente. Elas estão ancoradas em espaços e lugares nos quais circulamos, em grupos sociais de diferentes tipos aos quais pertencemos, em objeto que manipulamos¹¹².

Assim, as lembranças da escola (um espaço) evocam no ser que recorda, sensações e imagens que são suas (individuais), por terem uma particularidade e subjetividade na forma como foram vividas e armazenadas, a depender dos significados que lhe conferiu, mas também participam de uma coletividade, pois, este mesmo espaço foi compartilhado. Aqui, memória e história conjugam-se conferindo identidade ao ser que recorda.

Para Halbwachs (2003):

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto¹¹³.

As lembranças individuais, como assinalado acima por Halbwachs, podem ser explicadas pela vivência nos diversos ambientes nos quais os indivíduos circulam, marcando os espaços e também sendo marcados por eles, isto é, imprimindo e recebendo impressões, além das transformações que acontecem nesses ambientes. O espaço, nesse sentido, é fundamental para a memória individual e, por conseguinte, para a memória coletiva, que só tem razão de acontecer quando presente num espaço, no ambiente material, como afirma Halbwachs (2003):

¹¹¹ LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: DPGA, 2005.

¹¹² NUNES, Clarice. **Memória e história da educação: entre práticas e representações** In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Org). *História e memória da Escola Nova*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003, p.15.

¹¹³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003, p.69.

Não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço – ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça¹¹⁴.

Além do espaço comum, as lembranças podem ser evocadas a partir dos objetos que foram manipulados e que fizeram parte de um cotidiano escolar: cadernos, livros, cartilhas, provas, uniformes, livros de registros, planos de aula, entre outros, cabendo ao pesquisador uma sensibilidade no trato documental e o estabelecimento de novas relações com o passado, a partir das possibilidades advindas (Félix, 1998).

Para Le Goff (2003):

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória¹¹⁵.

2.1 Vultos em manchetes: Uma gênese da história da educação codoense

Segundo Machado¹¹⁶ “as fontes de pesquisas sobre a educação do município [...] são restritas e frágeis. [...] As bases estão assentadas em antigos manuscritos ou em depoimentos tomados a pessoas idosas”. Os caminhos percorridos durante a presente pesquisa mostraram como afirma Machado, que historiar a educação codoense com exatidão, tem sido uma dificuldade para pesquisadores da área devido à ausência de fontes e muitas vezes, ilegibilidade das encontradas. Porém, discorda-se do fato de que os depoimentos de pessoas idosas possam ser considerados restritos ou mais ainda, frágeis, uma vez que tais depoimentos são

¹¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003, p.170.

¹¹⁵ LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 03.

¹¹⁶ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. p. 298.

constituídos pelas vivências de um passado, de memórias apreendidas. As pessoas idosas, como afirma Bosi¹¹⁷, são narradores que conhecem sua terra, seus conterrâneos e, suas lembranças habitadas de um passado, possuem alicerces bem mais fortes do que se pode imaginar.

Infelizmente, devido ao período abordado pelo presente estudo, não foi possível o contato e acesso às memórias de codoenses. No entanto, algumas pistas e vultos – como as informações encontradas em jornais com um mínimo de preservação – têm fornecido informações valiosas, se não para sua reconstituição, para uma interpretação desta. Deste modo, nesta seção, são apresentadas as manchetes selecionadas na temática “Educação e Instrução Escolar Codoense”.

Além das manchetes elencadas nesta temática, houve necessidade de um recuo no período aqui abordado com o objetivo de coletar o máximo possível de informações quanto à história da educação do município. Deste modo, foram analisados outros documentos como o Diário do Maranhão (1855- 1909); números do Jornal “O Monitor Codoense” (1895-1896) e um arquivo digital da Biblioteca Benedito Leite intitulado “História da Instrução Pública no Maranhão” (Revista de Geografia e História) do ano de 1937.

Na pequena bibliografia até então disponível no que tange à instrução escolar, há um destaque para o ano de 1908, com a chegada da professora Filomena Catarina Moreira, tida como a primeira mulher codoense a se formar em professora normalista e ensinar toda a uma geração de codoenses. No entanto, a força de curiosidade e anseio por mais informações apresentou a necessidade de tal recuo, de onde foi possível encontrar nomes e nomeações de professores e professoras, delegados de instrução e dados sobre a existência de cadeiras primárias em Codó, anteriores ao ano de 1908. As informações encontradas, ainda que por vezes soltas nos noticiários, passaram pelo cruzamento de informações e análises temporais quando possível e permitiram, mesmo que sem informações mais extensas, a construção de uma gênese da história da educação codoense.

Ainda nos tempos de vila, em 1895, uma manchete do jornal “O Monitor Codoense” invoca o pensamento do escritor Victor Hugo de que “abrir escolas é fechar cadeias” alertando para a necessidade de criação de cinco escolas para a

¹¹⁷ BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

instrução do povo na crença de ser essa a premissa de um futuro grandioso¹¹⁸. A frase citada acima será outras vezes utilizada para evocar discursos sobre a necessidade de instrução escolar.

Já em outubro do mesmo ano, o jornal aponta para a existência de três escolas: duas escolas mistas – uma estadual funcionando na fábrica manufatureira que acabara de ser criada e, outra municipal – além de uma escola para o sexo masculino chamada de “O Atheneu Codoense”, de iniciativa particular. O redator acrescenta que, mesmo sendo um melhoramento realizado, “isto ainda é muito pouco, quase nada mesmo, [...] mas neste caso, o que convém é não parar; avançar sempre. É melhor fazer pouco do que nada fazer”¹¹⁹.

Do número de cinco escolas apontadas na manchete de fevereiro, necessárias ao atendimento das crianças codoenses, a notícia possibilita a compreensão de que existia apenas uma escola mista na vila, mantida pela intendência, pois, a escola mista estadual funcionando na Fábrica Manufatureira havia sido criada recentemente e o Atheneu Codoense era de iniciativa particular.

O Atheneu Codoense foi uma escola de ensino primário e secundário criado em 1º de maio de 1895, pelo então juiz de direito da Comarca de Codó Deoclides Mourão e o padre Manoel Mendonça, que também eram os professores da Instituição. Sua criação foi vista pela imprensa como um importante empreendimento a difundir a instrução para a mocidade, preparando-a para a “sagrada civilização”. Contudo, a falta de pagamento das mensalidades, fez com que em 26 de setembro de 1896, com apenas um ano e quatro meses de funcionamento, a escola fechasse suas portas. Na imprensa, os professores assim se posicionaram quanto ao fechamento da escola:

Os dias de existência d'este estabelecimento de instrução primária e secundária, estão completos; fechou-se a 26 do corrente.
Desapareceu tão útil instituição por falta de recursos para manter-se. É duro dizê-lo, porém, é a pura verdade.
Quem assistisse aos festivais de 7 de setembro e 9 de dezembro do ano passado e a comemoração de seu primeiro aniversário em 3 de Maio d'este ano, augurar-lhe ia vida longa e futuro auspicioso; assim não aconteceu.
Tudo mudou em um momento.
Aqueles que se mostravam mais satisfeitos com o colégio, foram os que mais nos desgostaram (com honrosas exceções).

¹¹⁸ Jornal “O Monitor Codoense” de 16 de Fevereiro de 1895, nº 26, Ano II, pág. 04.

¹¹⁹ Jornal “O Monitor Codoense” de 12 de Outubro de 1895, nº 07, Ano II, pág.02.

Além de atrasarem-se nos pagamentos revoltavam os seus filhos contra nós, quando levávamos ao conhecimento deles que estes não aproveitavam!

Nossa missão está cumprida. Mais fariamos se tivéssemos encontrado aquela cooperação que supúnhamos. Tivemos dias de consolação, mas também tivemos momentos bem amargos.

Entretanto, não podemos deixar de agradecer a confiança em nós depositada na educação da mocidade, e a coadjuvação que tivemos de boa vontade de alguns [inelegível]¹²⁰.

A fala dos professores do Atheneu noticiada acima, afirma que o fechamento da escola deveu-se aos problemas financeiros acarretados pela inadimplência dos responsáveis pelos alunos quanto ao pagamento das mensalidades, além de uma possível insatisfação com o modo no qual os professores alertavam\abordavam os alunos sobre a instrução que estavam recebendo. Instruídos por um padre e um juiz de direito, os alunos do Atheneu Codoense, durante o período no qual estudaram, de acordo com as manchetes analisadas, receberam uma educação comprometida com o ensino católico e com o dever patriótico vigente, aceito por uns e criticado por outros. Apesar das expectativas criadas com a fundação da escola, os conflitos existentes culminaram no seu fechamento.

Já no ano de 1896, na seção “Indicações úteis” do mesmo jornal que continha informações sobre vários seguimentos da administração, agora denominada municipal, aparecem os nomes dos professores Hermenegildo Estevão dos Santos, na Rua Grande, e também da professora Cimódoce d’Aguiar Silva, também na Rua Grande¹²¹.

No entanto, em outra manchete do ano de 1896, aparece uma notícia sobre exames realizados pela professora Maria Dorothea dos Santos, na cadeira mista do bairro Trizidela, tendo como uma das examinadoras a professora Leónie Julie Barbosa, da cadeira mista criada pelo município¹²². Já no relatório de despesas do município publicado no jornal, na categoria “instrução pública”, é apontada uma professora da cidade, podendo ser a Leónie Julie Barbosa e uma professora da Povoação Verde Negro¹²³, além de uma cadeira dirigida pela professora Maria das Dores Vidigal, funcionando na fábrica tecidos com subvenção da municipalidade. Tais notícias apresentam então, no ano de 1896 – primeiro ano de Codó elevado à categoria de cidade – a existência de seis cadeiras de instrução pública. Por sua

¹²⁰ Jornal “O Monitor Codoense” de 27 de Setembro de 1896, Ano II, Nº 22, pág. 04.

¹²¹ Jornal “O Monitor Codoense” de 13 de Dezembro de 1896, nº 32, Ano III, pág. 04.

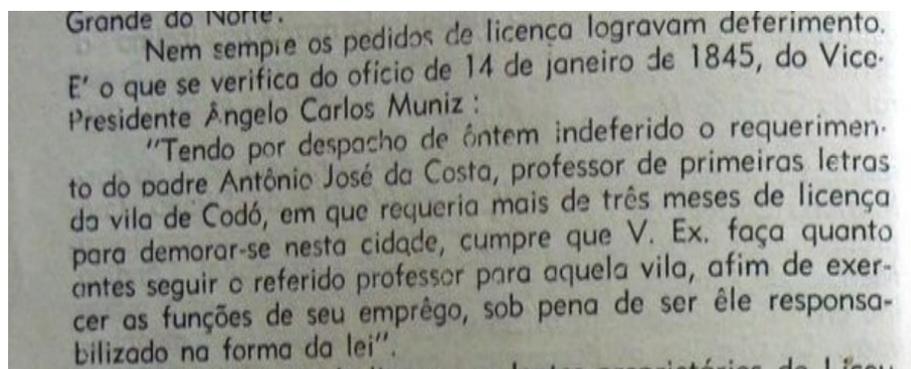
¹²² Jornal “O Monitor Codoense” de 20 de Dezembro de 1896, nº 33, Ano II, pág. 02.

¹²³ Jornal “O Monitor Codoense” de 27 de Dezembro de 1896, nº 34, Ano II, pág. 02.

vez, a análise das manchetes sobre o município de Codó presentes no jornal “O Diário do Maranhão” trouxeram mais informações sobre o serviço de instrução pública oferecido no município, através das nomeações publicadas no mesmo.

Segundo Machado¹²⁴, a instrução escolar em Codó tem início por volta de 1852, ano que marca a criação da primeira escola no município. Porém, tal informação não pode ser confirmada nos dias atuais, pois, dentre as fontes encontradas, nenhuma traz evidências para a criação desta escola ou para nomeações de algum docente. Entretanto, até onde a presente pesquisa adentrou, foi encontrado o nome do padre Antônio José da Costa como professor de primeiras letras da Vila de Codó, no arquivo digital “História da Instrução Pública no Maranhão” (Revista de História e Geografia) da Biblioteca Benedito Leite, de autoria de Jerônimo de Viveiros. Datada de 1937, a revista faz apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão e ao falar sobre pedidos de licença, fazia referência ao ofício que data de 14 de janeiro de 1845, que negava ao padre uma licença de mais de três meses por ele solicitada, como mostra a figura abaixo.

Figura 09: Recorte da revista sobre negação de pedido de licença



Nem sempre os pedidos de licença logravam deferimento. É o que se verifica do ofício de 14 de janeiro de 1845, do Vice-Presidente Ângelo Carlos Muniz:

“Tendo por despacho de ontem indeferido o requerimento do padre Antônio José da Costa, professor de primeiras letras da vila de Codó, em que requeria mais de três meses de licença para demorar-se nesta cidade, cumpre que V. Ex. faça quanto antes seguir o referido professor para aquela vila, afim de exercer as funções de seu emprego, sob a pena de ser ele responsabilizado na forma da lei”.

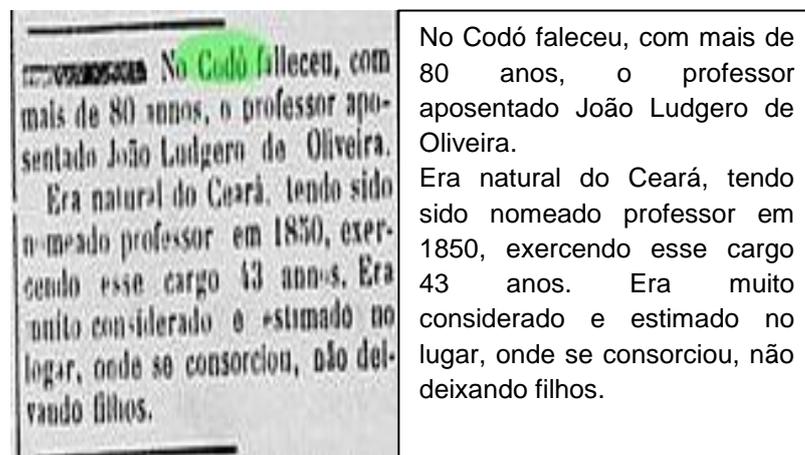
Fonte: VIVEIROS, 1937, pág.20

¹²⁴ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú.** FACT/ UEMA, 1999.

Considerando que no ofício de 14 de janeiro de 1845, o vice-presidente Ângelo Carlos Muniz afirmou ter indeferido no dia 13, a solicitação do padre Antônio José da Costa, infere-se que o padre Antônio tem data de nomeação anterior ao ano de 1845, sendo, portanto, reitera-se, até onde adentrou a presente pesquisa, o professor mais antigo de Codó.

Através de uma reportagem datada de 1904 do “Diário do Maranhão” (1855-1909) foi encontrado outro nome da instrução codoense. Tratava-se de um anúncio sobre a morte do professor João Ludgero de Oliveira, que tendo sido nomeado no ano de 1850 exerceu por 43 (quarenta e três) anos o cargo de professor primário. Em outras reportagens, a notícia de sua aposentadoria também pode ser encontrada, bem como o local onde lecionava: no salão da paróquia Santa Rita e Santa Filomena, que também funcionou como local de votação em período eleitoral.

Figura 10: Anúncio de falecimento de João Ludgero



Fonte: Diário do Maranhão (1855-1909)

Ainda no “Diário do Maranhão” (1855- 1909), na parte dedicada às notícias oficiais – que ficavam geralmente nas três primeiras páginas do periódico e em letras pequenas devido à quantidade de informações oficiais distribuídas em seis colunas – e no “Relatório do Interior” (1919) foram encontradas notícias de nomeações sob o encargo do Estado:

a) Professores:

- 1854: Padre João Gaspar - professor de primeiras letras da Colônia Petrópolis/Marques Rodrigues;

- 1875: Nomeação de Evaristo Francisco de Paula Júnior - professor da Povoação Capela;
- 1883: Nomeação de Fernando Canaes Nava - professor da Povoação Urubu;
- 1886: Nomeação de Alfredo da Costa Garrido - professor da Colônia Petrópolis;
- 1889: Nomeação de José Ignácio de Azevedo Teixeira - professor da escola do sexo masculino da Colônia Petrópolis;
- 1890: Nomeação de José Secundian - professor interino da Povoação Urubu;
- 1890: Nomeação de Raimundo Heráclito de Queiroz - professor da Povoação Urubu;
- 1901: Nomeação de João Henrique da Silva Figueiredo - professor interino de Codó e em 1906, efetivo;

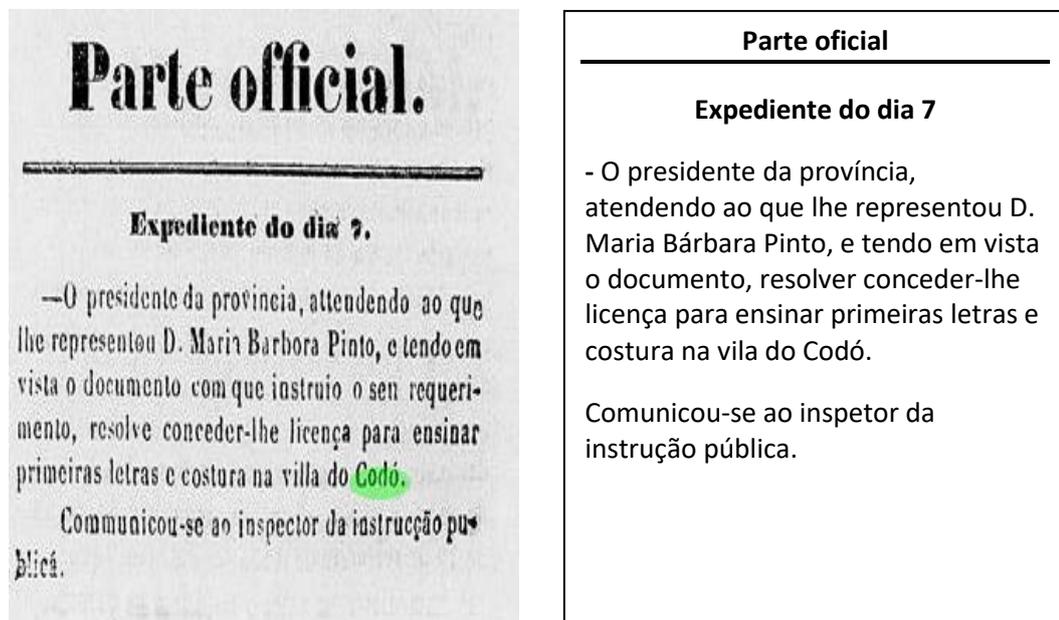
b) Professoras:

- 1857: Nomeação de Maria Bárbara Pinto: professora de primeiras letras e costura para a Vila do Codó;
- 1864: Ângela Merícia de Lima Bastos: professora de primeiras letras de Codó;
- 1886: Cymódoce de Aguiar e Silva: professora da Vila do Codó;
- 1886: Elvira Matutina de Oliveira: professora Interina da Vila do Codó;
- 1888: Ignez Machado Guimarães: professora Interina da Vila do Codó;
- 1890 (interina); 1901 (efetiva): Maria Rita Leal Frazão: professora da Escola Mista de Codó;
- 1903: Antônia de Jesus: professora Interina da vila do Codó;
- 1908: Filomena Catarina Moreira: professora efetiva da Escola Mista do Codó;
- 1919: Maria Cecília de Assis: professora interina Escola Mista do Codó;
- 1919: Maria Rita Leal de Assis: professora efetiva da Escola Mista do Codó;
- 1919: Maria José Leal Macedo: professora interina Escola Mista do Codó;

- 1919: Maria das Dores de Almeida Tavares da Escola Mista de Monte Alegre.

Se entre o sexo masculino foi encontrado o nome do professor padre Antônio José da Costa, como um dos mais antigos professores – se não o primeiro – de Codó, do sexo feminino tem-se o nome de Maria Bárbara Pinto nomeada para ensinar primeiras letras e costura na cadeira feminina em Codó no ano de 1857, conforme apresenta o Diário do Maranhão (1855-1909):

Figura 11: Manchete sobre a nomeação de Maria Bárbara Pinto



Fonte: Diário do Maranhão (1855- 1909)

Já a professora Ângela Merícia de Lima Bastos, ao que indicam as manchetes, foi nomeada no ano de 1864 e aposentada em 07 de março de 1884, alegando já possuir avançada idade para o exercício do magistério e sofrendo fisicamente pelos esforços feitos durante os 20 (vinte) anos de efetivo trabalho. Desta, não foram encontradas notícias de sua nomeação e sim de sua aposentadoria relatando o tempo de serviço. Já as professoras interinas acima mencionadas eram contratadas pelo Estado para a regência das cadeiras durante as licenças das professoras efetivas, que duravam cerca de três meses. Além do corpo docente também foi possível encontrar as seguintes nomeações:

c) delegados literários e/ou de instrução:

- 1885: Cândido Paulino de Mesquita
- 1885: Caetano Salazar Sanches
- 1886: Augusto F. da Mota
- 1886: Predicando Onofre de Oliveira

Os delegados literários ou de instrução faziam visitas protocolares às instituições escolares. Eram inspetores, nos casos acima, a cargo do estado, para atuarem na fiscalização das escolas, professores e nas sabatinas e exames finais realizados com vistas à promoção dos alunos. Inspeccionavam, narravam em relatórios e também sugeriam ações para as escolas.

d) diretor do Externato Christino Cruz

- 1919: Paulino Jacinto dos Santos - em substituição ao professor Petronilho Motta, que pediu exoneração do cargo.

Mesmo que sem informações mais extensas – como alertado anteriormente – sobre os períodos de atuação dos docentes citados e sua rotatividade, considerou-se importante elencá-los para apresentar nomes de pessoas que fizeram parte da história da educação codoense, mas que até então eram desconhecidos, pois, inexistem estudos à seu respeito na bibliografia codoense.

De 1901 a 1903, Codó possuía as seguintes cadeiras mantidas pelo Estado:

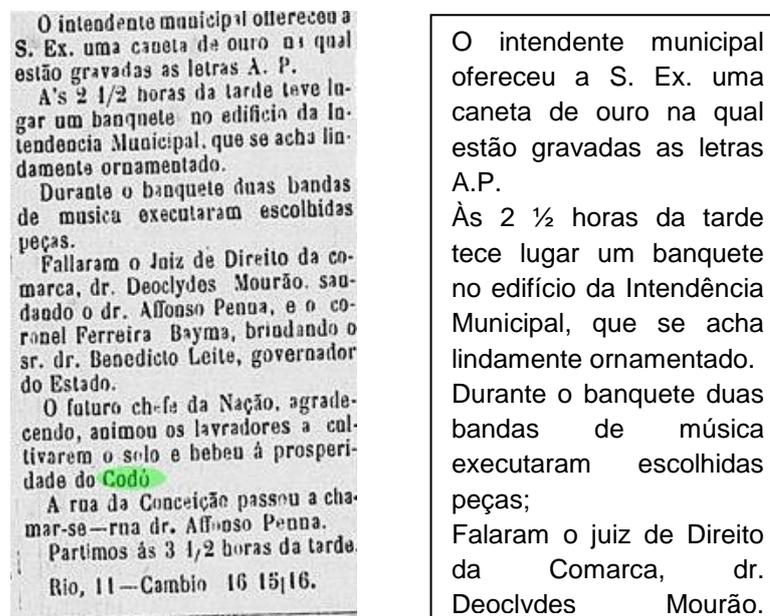
a) na cidade: 2 cadeiras do sexo feminino; 2 cadeiras do sexo masculino; 1 cadeira mista na fábrica manufatureira e b) Em Povoações: 1 cadeira masculina na Colônia Petrópolis; 1 cadeira masculina no Monte Alegre; 1 cadeira masculina na Trizidela; e 1 cadeira mista na povoação Graça de Deus, totalizando nove cadeiras neste período. Já no ano de 1904, o Estado também assume as cadeiras mistas municipais de Monte Alegre e Trizidela, mas em 1905, reduz 1 cadeira masculina e outra feminina situadas na cidade.

Em 1906, Codó recebe a visita do presidente eleito da República, Afonso Pena, acompanhado do governador do Estado do Maranhão, Benedito Leite¹²⁵. Essa

¹²⁵ Benedito Leite nasceu na cidade de Rosário, estado do Maranhão, em 04 de Outubro de 1857. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1882, atuou como promotor público nas Comarcas das cidades maranhenses Brejo, Itapecuru e Coroatá. Dentro do cenário político ocupou

visita tem repercussões históricas para a cidade. Em agradecimento à visita dos representantes dos poderes – considerada uma honraria – o município de Codó, através do intendente Major Alcebíades Silva, com a intenção de honrar o presidente Afonso Pena, ofereceu ao mesmo um presente no qual estavam gravadas as iniciais do seu nome (A.P); mudou o nome da principal rua do centro da cidade, chamada de Rua da Conceição, para Rua Afonso Pena – nome que permanece nos dias atuais – e em sessão solene no salão da Câmara Municipal, inaugurou os retratos do presidente Afonso Pena e do Governador Benedito Leite no salão de honras da casa, como mostram as reportagens abaixo.

Figura 12: Manchete sobre a visita de Afonso Pena à Codó



Fonte: Diário do Maranhão (1855- 1909)

As escolas públicas da cidade também fizeram parte da solenidade de recepção de Afonso Pena e Benedito Leite, causando boa impressão com sua presença e ao entoarem o hino nacional, as alunas e também a professora da

cargos de mandato federal, senador da República e governador do estado do Maranhão, tornando-se conhecido como o governador da educação pelos trabalhos desenvolvidos em prol da instrução pública, incluindo aí a criação de legislações específicas, idealização de escolas modelos e da Escola Normal do Maranhão, além da reorganização da Biblioteca Pública do Estado, que no ano de 1958, no governo de José Maria Carvalho foi denominada de Biblioteca Pública Benedito Leite pelo Decreto nº 1316 de 08 de abril em sua homenagem (SEGADILHA, 2016).

cadeira feminina municipal receberam elogios da imprensa¹²⁶, por proporcionarem “uma das mais lindas festas promovidas no Codó”.

Também nesta mesma ocasião, a comitiva do presidente Afonso Pena, relatou ter visitado duas escolas do sexo masculino em Codó, como ilustrado na imagem seguinte. Tal informação confunde os dados apresentados com a redução de uma cadeira do sexo masculino na cidade, no ano anterior, deixando margens para uma interpretação de que a cadeira pode não ter sido reduzida ou ainda, que a mesma tivesse sido restaurada no início do ano de 1906. Ainda, surge o nome do professor Hermenegildo, não identificado na relação de professores feita anteriormente.

[...] Fomos a duas escolas públicas estaduais do sexo masculino. A primeira cadeira é regida pelo professor Hermenegildo Estevão dos Santos e tem 104 alunos matriculados, regulando a frequência média 60 alunos. A segunda dirigida pelo professor João Henrique de Souza Figueiredo, tem mais ou menos o mesmo número de alunos matriculados, sendo que a frequência média é de 45 alunos. Pensam os codoenses que trarão resultados de alto alcance múltiplas reformas que pretendem levar a cabo. Na praça do cruzeiro será construído o edifício para o Grupo Escolar que o estado vai organizar na importante cidade. Os poderes municipais, auxiliados por alguns particulares partidários do progresso, acham-se já aparelhados não só para auxiliar as despesas com a aquisição do respectivo material escolar, como também a municipalidade no seu orçamento anual, disporá de verba para auxiliar as despesas com o professorado¹²⁷.

A reportagem anuncia também a criação de um grupo escolar a ser organizado pelo Estado na Praça do Cruzeiro – atual Praça Ferreira Bayma, a praça da prefeitura. Segundo o relato, o governador do Estado, em seu discurso, contando com as pessoas ali presentes, afirma que será auxiliado pelos poderes municipais e alguns particulares partidários. Além disso, a municipalidade disporá de verba para auxiliar o pagamento do professorado. Apesar da afirmação de que já havia aparelhamento para as despesas materiais e orçamento municipal a ser reservado para o pagamento de professores, o grupo escolar não foi criado como anunciado na visita e, somente em 1934 é que Codó recebe seu primeiro grupo escolar, o Grupo Escolar Colares Moreira. Ressalta-se, porém, que o grupo não foi o primeiro a ofertar instrução escolar em Codó, como muitas pessoas concebem, tendo em vista que, como já evidenciado pelas informações trazidas na presente pesquisa, a

¹²⁶ DIÁRIO DO MARANHÃO, 31 ago. 1906, n. 9924.

¹²⁷ DIÁRIO DO MARANHÃO, 31 ago. 1906, n. 9924.

instrução escolar teve início em anos anteriores e o próprio grupo foi formado a partir da integralização de escolas já existentes no município naquele ano, a exemplo da Escola César Brandão, Ferreira Bayma e Urbano Santos¹²⁸.

Silva¹²⁹ ao estudar “As Casas de Ensino no Maranhão” também analisa a visita de Benedito Leite à Codó e assim se posiciona quanto a ela:

Nessa mensagem é descrita uma visita feita por Benedito Leite à cidade de Codó, em 1906. O governador do Estado foi recebido por pessoas gradadas, conforme a própria documentação menciona, isto é, pessoas da alta posição social, convidadas, especialmente, para recepcioná-lo. Apresentada em linguagem de fácil compreensão, podemos ver que a ênfase da mensagem é dada a algumas ações, por exemplo: a visita feita às duas escolas estaduais, a frequência e o número de matriculados, o nome dos professores, a partir do qual podemos inferir que se tratava de escolas para o sexo masculino, já que era regido por professores e não professoras. A partir do discurso de Benedito Leite, as pessoas gradadas também confirmaram a sua ajuda para a realização de reformas nesse município, ajudando a esfera pública com a doação de parte dos recursos para a criação de um Grupo Escolar. Para tanto, teria sido indicada a Praça do Cruzeiro para edificação do instituto. Apesar dessa empolgação, observa-se que muito do que foi dito nessa visita de Benedito Leite ao município de Codó somente se concretizou em parte, pois, em 1908, foi criada apenas uma cadeira do Grupo Escolar, sob a regência da professora Catharina Moreira. Tal fato desmentia, de certo modo, a mensagem divulgada em 1906, que dizia que haveria recursos para auxiliar nas despesas com os professores, além de criar um prédio próprio, fato que não se concretizou, já que apenas uma cadeira foi criada e permaneceu assim até a extinção em definitivo dos Grupos Escolares, em 1912¹³⁰.

Conforme Silva¹³¹, a mensagem divulgada durante a visita de Benedito Leite consistiu apenas num discurso, tendo em vista que o prédio do grupo escolar não foi criado, mas, apenas uma cadeira regida pela professora Filomena Catarina Moreira e esta única cadeira permaneceu até 1912 quando foram extintos os grupos escolares. Vale ressaltar que não se tratava de uma visita apenas do governador do Estado, mas da visita do presidente eleito Afonso Pena, e que Benedito Leite, pelo cargo ocupado, era uma das pessoas da comitiva do presidente que visitou algumas cidades do Maranhão naquela ocasião.

Deste modo, fazia-se conveniente ao público – após visita às escolas e homenagens recebidas – um discurso de melhorias para o município, incluindo a instrução escolar, vista como parte integrante do discurso republicano e ainda,

¹²⁸ Ata de inauguração do Grupo Escolar Colares Moreira (1934).

¹²⁹ SILVA, Diana Rocha da. **As Casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)** / Diana Rocha da Silva. – Araraquara, SP, 2017. p.164.

¹³⁰ Ibid., p.164.

¹³¹ Ibid., p.164.

considerando que um prédio tem um poder de representar e marcar um governo e/ou um momento, o grupo escolar anunciado imprimiria as marcas do governador na cidade como prova de seu trabalho. Apesar de não construído, ainda assim, uma notícia encontrada no Diário do Maranhão (1855-1909) diz que “foi promovida a normalista d. Filomena Catharina Moreira, na primeira cadeira do Grupo Escolar do Codó”¹³², notando a existência do Grupo Escolar. Porém, a instituição dirigida por Filomena Catarina Moreira, onde a mesma dava aula de primeiras letras, não foi referida como Grupo Escolar e sim como a Escola Mista Estadual, instalada na própria casa da professora, situada à Rua Antônio Alexandre, próximo à igreja Matriz.

2.2 A professora Filomena Catarina Moreira: a primeira codoense normalista

Como já mencionado, a bibliografia codoense tem como marco da educação, de forma mais concreta, a nomeação da professora Filomena Catarina Moreira no ano de 1908, por ser esta a primeira mulher codoense a se formar em professora normalista. Em pesquisa anterior¹³³, constatou-se que o professorado codoense tinha uma presença marcante das mulheres. No entanto, a maioria delas não eram codoenses e sim pertencentes à capital São Luís e de outras cidades da redondeza. Algumas permaneciam na cidade até serem removidas para a capital ou suas cidades de origem. Outras firmavam casamentos com membros de família de elite da cidade e ali permaneciam. Talvez por este motivo, haja um enfoque na primeira professora codoense.

Porém, outros fatores para além de sua natalidade, chamam à atenção para Filomena. De origem humilde, não pertencia a nenhuma família de elite codoense e era negra, fatores incomuns para uma professora no período, uma vez que, a instrução reservava diferentes perspectivas entre e/ou para mulheres brancas e negras. Para as mulheres negras, a instrução escolar não era vista como embelezamento do *bello sexo*, pois, dentro de um contexto marcado por preconceitos a mulher negra era vista de modo estigmatizado, no qual suas

¹³² Jornal Diário do Maranhão, 23 de Maio de 1908, nº 10454, Ano XXXIX.

¹³³ SOARES, Maria Alda Pinto. **Pelas Mãos Femininas**: Memórias da Educação Codoense (1950-1980). Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em História, 2015.

potencialidades eram anuladas e silenciadas pela sociedade e instituições e assim, “desde muito cedo, a população negra, e a mulher negra em particular, teve maiores dificuldades em integrar o quadro educacional”¹³⁴.

Sem as mesmas oportunidades, “essas mulheres [negras] valeram-se dos trabalhos ligados à cozinha, à venda de salgados e doces nas ruas e lavagens de roupas. Serviram também como empregadas domésticas”¹³⁵. Ainda que com diplomas em mãos, conquistados arduamente, não desfrutavam do mesmo reconhecimento, nem eram consideradas adequadas para integrarem o quadro educacional público e, uma vez, impossibilitadas de atuar pelo Estado, acabavam ministrando apenas aulas particulares.

A falta de reconhecimento de sua intelectualidade também se estendia quando as mesmas ofereciam serviços de instrução particulares, pois, eram inviabilizadas de continuarem a exercer o magistério devido à falta de confiança e consequente ausência de alunos.

Nascida em 25 de novembro de 1886, dois anos antes da abolição da escravidão, Filomena tem uma trajetória, no mínimo intrigante, para os pesquisadores em História, em especial, para os historiadores da educação e para a memória da população codoense. Natural de Codó, Filomena foi criada sozinha por sua mãe Carolina Moreira e depois se despediu de sua cidade em busca de instrução. Há rumores de que um tio-avô a ajudou financeiramente em sua estadia na capital São Luís e a existência de uma carta recomendando certa quantia para ajudar nas despesas, mas à carta não se conseguiu ter acesso.

Sabe-se, através de documentos oficiais que, Filomena teve sua formação pela Escola Normal do Estado do Maranhão, com diploma expedido em 27 de janeiro de 1907 por Antônio Batista Barbosa, diretor da época e que diplomada, retomou à Codó – recentemente elevada à categoria cidade (12 anos) – em 1908, com vinte e dois anos de idade.

O currículo do curso normal frequentado por ela abrangia as disciplinas de Ginástica, Língua Portuguesa, Língua Francesa, Oceanografia, Música, Geografia,

¹³⁴ NEPOMUCENO, Bebel. **Protagonismo Ignorado**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013, p.389.

¹³⁵ NEPOMUCENO, Bebel. **Protagonismo Ignorado**. In: PINSKY. Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013, p.386.

Caligrafia, Contografia, Prendas Femininas, História Universal, Aritmética, Geometria, Pedagogia, Desenho, Física, Álgebra, Literatura, Cartografia, História Natural, História do Maranhão, Química, Geologia, Instrução Cívica e História da América. Dentre as boas notas da aluna em todas as disciplinas, destacava-se com notas máximas nas disciplinas de Música, Cartografia, Instrução Cívica e Prendas Femininas. Suas notas evidenciam uma progressão nos estudos e que para Machado¹³⁶ seguramente conseguiu com dificuldade pela sua diferença racial e social.

A constatação de Machado¹³⁷ das situações árduas e desafiadoras pelas quais Filomena possivelmente passou ao frequentar o curso normal em São Luís, se estendia a outras mulheres negras que “ousavam” ocupar as cadeiras escolares. Rodrigues¹³⁸ examina que, nem a cor das mulheres era colocada em suas fichas de matrículas institucionais, como uma maneira de invisibilizá-las num momento onde havia um silêncio na historiografia sobre a questão da pessoa negra. Somada a isso, havia uma grande dificuldade de acesso da mulher negra nos espaços escolares e um forte movimento de mestiçagem concomitante ao mito de democracia racial. Para a autora:

Nessa perspectiva, não seria necessário discriminar a cor, porque todos eram brasileiros. As normalistas negras e não negras eram “apenas” mulheres brasileiras, sem indicação de cor, situação social, orientação religiosa. Contudo, sabe-se que ao não nomear as especificidades do sujeito, infere-se suas características com base no modelo socialmente definido como próprio ao indivíduo a quem cabe o espaço. Outrossim, sabe-se igualmente que, naquele contexto, o perfil socialmente instituído da professora “plasmadora da nação” era de mulheres brancas e de classe média¹³⁹.

Nesse cenário, um dos caminhos para a superação de preconceitos e elevação da própria autoestima das alunas normalistas negras era tentar vencer as pressões do cotidiano através da dedicação aos estudos e a elevação de suas notas.

¹³⁶ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999.

¹³⁷ Ibid., 1999.

¹³⁸ RODRIGUES, Fernanda Lopes. **A invisibilidade da mulher negra maranhense no estudo sobre a formação da professora na Escola Normal Pública em São Luís (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação, São Luís, 2011, p.110.

¹³⁹ Ibid., 2011, p.110.

A primeira escola onde atuou foi sua própria residência situada à Rua Antônio Alexandre, 1560, ao lado da igreja Matriz, onde morava com os seus alunos. Na época, por sua dimensão e por possuir grandes compartimentos e um quintal produtivo com frutas, animais e plantas medicinais, a Escola Mista Estadual era chamada de “Casarão”, mais tarde denominada de Escola Mista César Brandão. Suas aulas contemplavam os conteúdos de Português, Matemática, Estudos Sociais, Prendas Femininas, Educação Física, Desenho. Morar com os alunos era uma situação bastante comum nessa época, pois,

A escola deste período pode ser caracterizada como uma instituição que transitava entre a continuidade do ambiente doméstico e a consagração de um modelo institucional que substituía o papel desempenhado pela família na função de transmissão dos saberes. No tocante ao espaço físico, essas escolas se instituíam nas residências dos professores, na maioria das vezes sem um mobiliário específico para o desenvolvimento do ensino. As escolas se diferenciavam de alguma forma da realidade conhecida pelo aluno em seu espaço familiar, devido aos seguintes fatores: existência de espaço determinado para o ensino; contato com uma rotina específica destinada à promoção da aprendizagem, que privilegiava o agrupamento de alunos de diferentes casas reunidos em espaço comum; aplicação de regras de convivência e uma rotina de estudo; além do emprego consciente de um método de instrução, por um indivíduo de alguma forma credenciado para a administração do ensino¹⁴⁰.

No ano de 1934, - aqui se faz um rápido avanço temporal – o casarão deixou de ser escola, pois era inaugurado na cidade o Grupo Escolar Colares Moreira, para onde os alunos foram transferidos e no qual Filomena Catarina lavrou a ata de inauguração e foi professora, regendo o 5º Ano e sendo a primeira diretora, nomeada pelo Interventor Antônio Martins de Almeida, para dirigi-lo, mantendo-se nesse cargo, até a data de sua aposentadoria, em 10 de junho de 1935.

¹⁴⁰ CRUZ, Mariléia dos Santos. **A Educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão provincial**. Revista Outros tempos/Dossiê Escravidão. Volume 6, número 8, dezembro de 2009, p111.

Figura 13: Ata de inauguração do Grupo Escolar Colares Moreira

Ata da inauguração do Grupo Escolar "Colares Moreira", nesta cidade de Codó.

Aos sete dias do mês de março de mil novecentos e trinta e quatro, nesta cidade, teve lugar a inauguração do Grupo Escolar "Colares Moreira", fazendo parte do corpo docente as seguintes professoras: Silomena Catarina Moreira, diretora, regendo a cadeira do 5º ano; Almerinda Bayma, Cacilda Belo Menezes, Diva Belo Menezes e Opala Santos Jacinto Gomes, regendo as cadeiras do 4º, 3º, 2º e 1º anos.

Para a organização do Grupo, foram transferidos os alunos das escolas "Cesar Brandão", "Ferreira Bayma" e "Urbano Santos", com o total de 153 alunos.

O Doutor Prefeito Municipal depois de haver proferido algumas palavras, desejando que o Grupo criado nesta terra, tenha o maior êxito possível, deu posse às professoras acima citadas, e as aulas em requida foram iniciadas.

Para constar lavrei a presente ata, que deverá ser assinada por todas as professoras.

Codó, 4 de março de 1934
 Silomena Catarina Moreira
 Almerinda Bayma
 Cacilda Belo de Menezes
 Diva Belo de Menezes
 Opala Santos Jacinto Gomes.

Fonte: Grupo Escolar Colares Moreira (1934)

Apesar de elogiada por sua inteligência e pelo fato de ser abolicionista do regime da palmatória, Machado¹⁴¹ denuncia o preconceito sofrido pela professora, velado na imagem pública, mas, sentido nas relações do cotidiano e, mais tarde, evidenciado no seu polêmico processo de aposentadoria, permitindo dúvidas do tratamento afetoso que a sociedade codoense ofereceu a uma professora negra.

¹⁴¹ MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999.

Figura 14: Foto de Filomena Catarina Moreira



Fonte: Revista Leia Hoje (2000).

A imagem de querida professora e os elogios de competente, formadora de gerações, professora emérita, entre outros destinados à pessoa de Catarina, entra em conflito com os fatos por ocasião de sua aposentadoria numa sociedade ainda assentada em preconceitos. Se ainda hoje há tanta discussão sobre a luta contra o preconceito racial, em especial da mulher negra, isto era mais forte há apenas três décadas depois da abolição da escravatura. Sobre este fato, conta Machado (1999):

A aposentadoria da 1ª professora diplomada de Codó não se dá sem conflitos. Ela não se aposenta por tempo integral de serviços. Faltavam seis meses para completar o tempo regulamentar, pressões do cotidiano levam-na a pedir o afastamento de seu cargo que se tornara insuportável. Ouvimos “conversa” a esse respeito, mas não o suficiente para discernir fatos concretos. Minha curiosidade natural em ouvir conversa dos adultos, dava-me acesso a informações dessa natureza, mesmo sem apreensão do pleno contexto, em que essas informações se situavam. O que é certo é que a mesma sociedade que reconhece sua competência na qualidade de professora, educadora, formadora de gerações, ao mesmo tempo essa sociedade não a tratou, ao longo de sua carreira, com os méritos de uma mestra emérita. É bom relembra-rem nessa análise o contexto, o tempo que marcava a sociedade brasileira, no momento em que uma mulher, de origem africana assume uma posição sócio-cultural relevante, numa

pequena cidade do estado [...], no pós-abolição [...] ficaram marcas histórico-culturais, expressas a nível de diferenciação no tratamento desigual entre pessoas. Essas diferenciações ainda hoje são estabelecidas hierárquica e socialmente a partir de critérios que correspondem a hegemonia ditada pelo ocidente, na qual pessoas originárias de civilizações negras e indígenas não ascendem normalmente na escala de consideração pública, no plano social, político, econômico, educacional¹⁴².

Assim, em 10 de junho de 1935, em conformidade com a lei nº 1.265 de 09 de abril de 1926, Filomena é aposentada com vinte e nove anos e seis meses de serviço público. Seus vencimentos corresponderam neste momento a Rs 2.900\$400 (dois contos, novecentos mil e quatrocentos réis). No entanto, observam-se informações contraditórias no que diz respeito à aposentadoria de Filomena: a) quanto ao tempo de serviço: uma vez que, foi diplomada em 1907 e com início de carreira em 1908, totalizaria até o ano de sua aposentadoria (1935) vinte e sete anos de magistério e não vinte e nove anos e meio, como consta no livro de Machado (1999) e; b) quanto ao tipo de aposentadoria: Machado (1999) afirma que pelas pressões do dia a dia, a professora pede afastamento do seu cargo e em entrevista concedida no ano de 2013, afirma que a mesma foi aposentada por invalidez, sem estar inválida, e não por tempo de serviço, tendo em vista que outra pessoa pretendia ocupar o cargo de Filomena. Fato que deixa espaço para mais pesquisas, infelizmente impossibilitadas pela ausência ou escassez de fontes. Porém, nota-se que com apenas um ano e três meses após assumir a diretoria do Grupo Escolar Colares Moreira, uma aposentadoria antes dos trinta anos de serviço público e ainda, se tiver ocorrido por invalidez, sem apresentar qualquer traço de necessidade especial ou problemas de saúde que necessitassem dessa modalidade de aposentadoria reflete o tratamento preconceituoso a ela direcionado.

Filomena faleceu dezoito anos depois, no dia 13 de julho de 1953. Quase um ano após o recebimento de sua primeira homenagem pública, a saber, a inauguração de seu retrato na sala da diretoria do Grupo Escolar Colares Moreira, em 24 de agosto de 1952, que continua exposto na sala da diretoria da Unidade Integrada Colares Moreira - assim hoje denominada a escola. Uma réplica do retrato está exposta na escola de ensino fundamental que carrega o nome de Filomena, fundada no ano de 1984 e, embora a Escola Filomena Catarina Moreira já possua

¹⁴² MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999, p162-163.

trinta e quatro anos de existência, possui poucas informações sobre a história daquela que homenageia.

2.3 A instrução via Correio do Codó

Após analisar fontes que fornecessem informações sobre as primeiras iniciativas de instrução escolar codoense, tendo em vista a necessidade de compreendê-las e ainda, de compor um histórico das mesmas diante da inexistência de qualquer material produzido com tais dados, foram analisadas as manchetes do Jornal “Correio do Codó”, no período de 1915 a 1920, entretanto, foram elencadas nesta temática as notícias até o ano de 1918, tendo em vista que, as dos anos de 1919 e 1920, contemplam em maior número os anúncios do jornal “A Escola” e outras relativas ao cotidiano escolar, que pelo caráter reprodutivo são semelhantes às veiculadas no jornal “A Escola”, que ganharão destaque na próxima seção.

Foram elencadas as notícias que tratavam das escolas e circulação de saberes, investigando se estas estavam no mesmo compasso do modelo educacional propagado e ainda, com a intenção de continuar a historiar a educação escolar codoense, por meio da construção de interpretações acerca das instituições escolares do recorte temporal¹⁴³.

Analisando as manchetes elencadas para esta temática, é possível perceber a predominância de reportagens sobre as escolas codoenses com suas festas cívicas e/ou escolares, professores e as com maior ênfase para o Externato Codoense, que embora já existisse, não aparece no relatório do ano de 1917, do Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial (Rio de Janeiro 1891-1940) apresentado na temática anterior, fato que pede cautela também quanto ao trabalho com dados oficiais divulgados. No entanto, é este Externato a escola com o maior número de publicações, incluindo anúncios constantes da escola, balanços mensais de notas dos discentes, festas por ele organizadas e a partir do mês de janeiro de 1918, propagandas do seu mensário, o jornal “A Escola”. A constância de manchetes desta escola talvez seja explicada por dois fatores: 1) é uma escola de natureza privada e, portanto, detentora de mais recursos para publicidade e 2) os

¹⁴³ Verificar, nos apêndices, o quadro com a lista de manchetes sobre “Escolas e Circulação de Saberes” utilizadas para a construção da seção (p. 194).

seus proprietários – homens da elite considerados intelectuais da época – possuíam uma ligação mais estreita com a imprensa e com a redação do Jornal “Correio do Codó”.

No ano de 1915 têm-se notícias sobre 3 (três) escolas¹⁴⁴ na cidade: a) privada: Externato Christino Cruz (com subvenção do estado para pagamento do professor) e b) públicas: Escola Mista Estadual regida por Filomena Moreira e Escola Mista Municipal regida pela professora Maria Rita de Assis. As escolas públicas aparecem as seguintes frequências: a mista estadual com total de matrículas de 50 (cinquenta) alunos e uma frequência de vinte e cinco alunos e a Mista Municipal com 45 (quarenta e cinco) matrículas e uma frequência de vinte a vinte e cinco alunos. Entre as escolas subvencionadas pela municipalidade, tem-se também neste período o Colégio Santa Rita, dirigido pela professora Maria Dorothea dos Santos.

Em 1916, além das escolas do ano anterior, a intendência municipal criou uma cadeira do sexo masculino na Povoação Monte Alegre, nomeando o professor Paulino Jacintho dos Santos para dirigi-la e uma cadeira mista na fábrica de tecidos dirigida pela professora Maria das Dores Vidigal. Devido à escassez de fontes, os modos de organização da instrução escolar somados ainda aos fatores políticos e econômicos e suas discontinuidades, o contato com o percurso educacional codoense é dificultado, incluindo saber os destinos de outras cadeiras anteriormente mencionadas, em especial, das mistas estaduais que também funcionaram na fábrica manufatureira nos anos de 1895 e de 1901 a 1903.

Em 30 de outubro de 1916, o então intendente municipal Raimundo Coriolano Ferreira Neves, assinou o decreto nº 1¹⁴⁵ que regulava a instrução pública municipal, dando diretrizes sobre o seu funcionamento, matrículas, disciplina, férias e exames e outras disposições gerais. Seguindo o mesmo programa de ensino adotado nos estabelecimentos estaduais, as escolas deveriam funcionar de 8h00 as 11h00, com frequência obrigatória, verificada a partir da lista de matrículas, sendo 30 alunos por turma. As faltas dos alunos deveriam ser justificadas perante o professor e o mesmo estava autorizado a registrar falta aos alunos que se retirassem da sala sem permissão antes do término da aula. A cada três faltas deveria ser retirado um ponto nas notas do aluno para efeitos de cálculo na média mensal. O professor deveria “tomar” diariamente as lições dos alunos, em livro especial, por meio de grãos que

¹⁴⁴ Jornal Correio do Codó, 17 de Fevereiro de 1915, Ano III, Nº 20, pág. 02.

¹⁴⁵ Jornal Correio do Codó, 01 de Novembro de 1916, Ano IV, Nº 49, pág. 02.

contabilizariam a nota de 0 a 10, com os seguintes valores: 0 – péssima; 1 a 3 – má; 4 a 6 – sofrível; 7 a 8 – boa; e 10 – ótima.

O asseio dos alunos era fortemente exigido, tanto em relação à higiene corporal quanto aos objetos que estes portavam e também para com o patrimônio da escola.

Para requererem as matrículas, os pais deveriam procurar os professores durante o mês de janeiro e esta seria efetivada se a criança tivesse seis anos completos e não possuir nenhuma doença contagiosa.

A disciplina previa as sanções de repreensão em sala, detenção em sala de estudos, suspensão e expulsão para casos mais graves de comportamento. Com relação às férias e exames, o regulamento seguia as mesmas disposições do Liceu Maranhense, que previa o não funcionamento das aulas nos dias de domingo, quinta-feira e feriados nacionais e estaduais, porém, nos feriados, os professores estavam obrigados a realizarem preleções sobre as datas comemorativas, exigindo dos alunos o comparecimento às escolas.

As escolas e os externatos subvencionados pela municipalidade seriam regidos pelos seus próprios estatutos, sendo obrigatório que os diretores dessas instituições enviassem à intendência municipal, um exemplar dos seus estatutos, bem como o mapa demonstrativo do rendimento dos alunos, trimestralmente. Por fim, as disposições gerais proibiam o acesso de pessoas estranhas às escolas, sem prévia autorização dos professores e diretores; exigiam também das escolas municipais o envio de mapas demonstrativos e previa multas aos professores que não cumprissem com o estabelecido pelo decreto.

Os exames eram geralmente dirigidos pelos professores ou professoras responsáveis pelas cadeiras e realizados na presença de um juiz municipal e de outro docente que faziam parte de uma banca examinadora. Também faziam-se presentes nos exames o intendente municipal, um delegado de instrução e em algumas vezes, um promotor público¹⁴⁶. Os alunos respondiam as questões formuladas das diferentes disciplinas, faziam discursos e no caso das alunas, as mesmas apresentavam os seus “trabalhos de agulha” à banca examinadora. Aos melhores alunos eram oferecidas medalhas de honra ao mérito e os discentes ofertavam presentes à banca examinadora, a exemplo de buquê de flores, porta

¹⁴⁶ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 32, pág. 01.

retratos e outros trabalhos confeccionados pelas próprias alunas. Entre os trabalhos de agulha apresentados à banca examinadora constavam: panos de tapeçaria, par de sapatos bordados a lã, porta retrato de papel picado, porta retrato com miçangas, almofadas bordadas em seda, lenços bordados, porta alfinetes, fronhas bordadas, entre outros.

Para as meninas o desempenho em costuras e bordados era fundamental para o alcance de boas notas e aprovações nos exames, tendo em vista que o ensino dirigido à elas estava ligado às prendas domésticas, orações, rudimentos de leituras e cálculos, sendo uma extensão da vida privada. Ainda, a instrução feminina dentro de um discurso republicano assumiu um ideal de beleza feminino. Para Abrantes¹⁴⁷ “o ideal era que a beleza fosse acompanhada de pudor, talentos, de razões, de virtudes, pois a mulher bela e educada era o espetáculo mais surpreendente que se pode conceber”. E as meninas constituíam maioria nas escolas mistas¹⁴⁸.

Os exames realizados na cidade de Codó mostram uma diferenciação quanto à instrução direcionada aos sexos, revelando que as expectativas sociais quanto à educação feminina não visava a ultrapassagem das fronteiras domésticas. Mesmo tratando-se de classes mistas onde deveria prevalecer a co-educação, as relações de alteridade mostram-se de forma bem acentuada, onde às mulheres prevalecia uma instrução com vistas ao culto da domesticidade. Dentro do ideal republicano a educação não fugiu à “determinações estabelecidas pelos papéis sexuais” que estendiam-se a todas as áreas, do âmbito privado ao público e que conforme afirma Almeida¹⁴⁹ estendeu-se na “própria cultura do período, instalando uma imagética resistente a mudanças que se estendeu mesmo aos tempos atuais”.

Direcionado para o sexo masculino, os Externatos, de acordo com as manchetes, eram apropriados para a instrução da mocidade¹⁵⁰, porém, o Externato Codoense é bem mais frequente no noticiário do que o Externato Christino Cruz, dirigido pelo professor Petronilho Mota, tornando-o um referencial para as demais escolas de Codó.

¹⁴⁷ ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010, p.241.

¹⁴⁸ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 32, pág. 01.

¹⁴⁹ ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007, p.68.

¹⁵⁰ Jornal Correio do Codó, de 21 de Abril de 1916, nº 29, pág. 02.

Fundado em 07 de janeiro de 1916, o Externato Codoense destinou-se à instrução de meninos. Estava localizado à Rua Pedro Palácio¹⁵¹ e ofertava os cursos de primeiras letras (ao preço de cinco réis por aluno), curso primário e secundário (ao preço de cinco réis por matéria ou quatro réis se o aluno fosse matriculado em mais de uma matéria). Era de propriedade dos irmãos Elisabetho Barbosa de Carvalho e Fernando Barbosa de Carvalho. O primeiro era juiz municipal do termo de Codó. Seu nome e ações realizadas enquanto juiz municipal é encontrado em vários periódicos da época. O segundo, nome mais conhecido entre os codoenses, tem biografia em maior destaque na história do município, tendo seu nome gravado na biblioteca central da cidade. Elisabetho e Fernando Carvalho juntamente ao professor José Maria Leal de Macedo (engenheiro) constituíam inicialmente o corpo docente do Externato Codoense.

Mesmo sendo de natureza privada, o Externato Codoense representado pelo professor Fernando Carvalho, solicitou à Câmara Municipal de Codó, uma subvenção¹⁵² para auxílio do Instituto. A Câmara municipal, justificando haver uma vacância no cargo de fiscal do matadouro, aprovou a subvenção destinando a então verba de assistência pública no valor de 300\$000 (trezentos réis) para o Externato. Sendo considerado uma instituição de utilidade pública, o retorno do Externato à municipalidade seria a oferta de 10 (dez) bolsas no curso de primeiras letras à alunos carentes do município.

Pela Lei Municipal nº 48¹⁵³ de 22 de Maio de 1916, já constava nas despesas do município o valor da subvenção de 1.200\$000 (mil e duzentos réis). Porém, no relatório¹⁵⁴ do intendente municipal, divulgado no mesmo número do jornal que apresentava a lei citada, na categoria “instrução pública” o intendente anunciava que tinha sido direcionado ao Externato, uma verba no valor de 50\$000 (cinquenta mil réis) mensais da Assistência Pública. Com isso, houve um aumento¹⁵⁵ na oferta de bolsas, de 10 (dez) para 15 (quinze) e a extensão destes alunos ao curso secundário. O intendente afirmou ainda que o valor destinado ao Externato era pequeno diante da utilidade do mesmo e que se fosse possível ao orçamento, esse

¹⁵¹ A rua Pedro Palácio, em homenagem ao diretor do Externato Codoense, passou a ser chamada de Rua Fernando de Carvalho. Nome que permanece até os dias de hoje.

¹⁵² Jornal Correio do Codó, de 19 de Janeiro de 1916, nº 15, pág.01.

¹⁵³ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 34, págs.03.

¹⁵⁴ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 34, págs.03-04.

¹⁵⁵ Jornal Correio do Codó, de 21 de Junho de 1916, nº 34, pág.04.

valor deveria ser dobrado. Tal informação pode ser constatada em outra reportagem¹⁵⁶ do jornal Correio do Codó, que fazia uma homenagem ao intendente:

[...] Era fundado entre nós, um estabelecimento de instrução, sob o nome de Externato Codoense, tendente a guiar os primeiros passos das crianças no escabroso caminho da vida, e preparar-lhes o espírito para a formação de verdadeiros homens. Um colégio, enfim, que vinha suprir a lacuna existente nesta cidade no que diz respeito à instrução, a educação dos meninos.

Os seus fundadores arrostando todas as dificuldades, esquecendo todos os sacrifícios exigidos para manutenção regular de um colégio no interior do nosso Estado, pareciam ver na alma do novo intendente um poderoso apoio a realização da ideia, que afinal, empreenderam.

E não se enganavam.

Sua sr^a dirigindo-se à Câmara, pela primeira vez, teve palavras de conforto para os que se lembraram de introduzir, entre nós, o útil melhoramento.

Já havia a Câmara reconhecido a utilidade do colégio, destinado para ele a verba de cinquenta mil réis da Assistência Pública, verba que se achava abandonada.

“Mas deveis compreender, senhores, dizia o honrado intendente, no seu relatório de 15 de Maio último, que esse grande melhoramento deve ser bem recompensado, para que aquela quantia, que as circunstâncias não nos permitiram aumentar, é diminuta. Proponho-vos, pois, que, se o orçamento o permitir, a eleveis ao dobro, afim de que não definhe tão necessário e útil cometimento e esforço, que vale muito mais que isso, para os representantes do futuro desta terra. [...]”¹⁵⁷.

Na manchete acima é possível perceber o valor dado ao Externato Codoense por meio dos elogios ao estabelecimento de instrução creditando ao mesmo a formação de “verdadeiros homens” e afirmando que a fundação deste veio a suprir uma lacuna existente na instrução de meninos. Embora, na cidade, houvesse cadeiras mistas, como dito anteriormente, tinha em sua maioria, pessoas do sexo feminino matriculadas, deixando margem para interpretações dos motivos que causavam o número menor de matrícula do sexo masculino, se, ainda naquele período, a instrução de meninas era vista em menor grau de importância do que a instrução de meninos. Seria o currículo ofertado? Seria o fato das cadeiras serem dirigidas por professoras? As fontes encontradas ainda não permitem uma resposta concreta.

Os elogios ao Externato sobre o ensino ofertado, a confiança adquirida e também o trabalho dos professores eram frequentes na imprensa, a exemplo disso tem-se a seguinte reportagem:

¹⁵⁶ Jornal Correio do Codó, de 17 de Janeiro de 1917, nº 60, pág.01.

¹⁵⁷ Jornal Correio do Codó, de 17 de Janeiro de 1917, nº 60, pág.01.

O Externato Codoense, fundado aqui a 7 de janeiro do corrente ano, que, contando embora apenas três meses de existência, já se impõe, no entanto, ao respeito e conceito do povo, pelo reconhecido e competente corpo docente, que possui, pela ordem e moral que ali se fazem notar, pelo escrupuloso e rigoroso regime, a que lhe dão os seus dignos e ilustres diretores, tornando-se portanto, já por tudo que acabamos de demonstrar, e mais pelos melhoramentos materiais porque está passando, num regular, útil e necessário estabelecimento¹⁵⁸.

O Externato possuía um estatuto próprio que foi enviado à Intendência municipal, ao diretor de instrução do interior e também à imprensa local e de cidades próximas, porém, os jornais apenas informam o recebimento do mesmo¹⁵⁹, parabenizando o estabelecimento de ensino e agradecendo o envio, mas não publicaram o estatuto, que também não foi encontrado nos arquivos pesquisados, sendo desconhecido nos dias atuais e impossibilitando a análise do documento que regia o funcionamento da escola. Porém, as manchetes apontam para uma escola com rigor cívico, regida pela ordem e moral – fatores fundamentais da instrução no período republicano – e elogiam o corpo docente formado inicialmente por dois bacharéis em Direito (Elisabetho e Fernando Carvalho) e um engenheiro (José Maria Leal).

Com relação às disciplinas ofertadas pelo Externato, foi possível sua sondagem através dos relatórios de notas/médias gerais, que a partir de julho de 1916 passaram a ser publicadas mensalmente na imprensa, como também os nomes e quantidade de alunos atendidos na escola, inclusive os bolsistas da municipalidade. No primeiro ano de funcionamento havia 25 (vinte e cinco) alunos matriculados no curso de Primeiras Letras que compreendia as disciplinas de Leitura, Tabuada, Conta, Ditado, Cópia e Caligrafia. No Curso Primário, apenas 04 (quatro) alunos cursando as disciplinas de Português, Caligrafia, Aritmética, Geometria, Geografia, Chorografia do Brasil e Lições de Coisas. Também constava nas manchetes as notas de comportamento. Por fim, no Curso Secundário havia 06 (seis) alunos matriculados nas disciplinas de Português e Aritmética e destes, apenas 01 (um), Raimundo Siqueira, também cursava as disciplinas de Álgebra e Francês. A partir de 1917, é acrescentada a disciplina de Educação Cívica e Moral a no Curso Primário. Além da informação à sociedade sobre o rendimento dos alunos, as publicações das médias mensais constituía uma forma de incentivo aos estudos,

¹⁵⁸Jornal Correio do Codó, de 22 de Março de 1916, nº 24, Ano IV, pág.01.

¹⁵⁹Jornal Correio do Codó, de 10 de Janeiro de 1917, nº 59, pág.02.

visto que, sendo mensalmente exibidas socialmente, era esperado do aluno dedicação e esforços cada vez maiores, pois seus nomes e notas estariam estampados nos jornais.

Apesar da disciplina “Educação Cívica e Moral” ser ofertada somente no segundo ano de funcionamento da escola e para o Curso Primário, todos os alunos eram envolvidos nas preleções e festividades organizadas pela escola que possuíam um caráter cívico-patriótico. Constatações disso são os convites e relatos das festas em datas comemorativas que tinham como objetivo “plantar nos corações dos alunos, o amor pelas coisas pátrias”¹⁶⁰. As manchetes elencadas nesta categoria trouxeram notícias de comemoração ao descobrimento do Brasil – comemorado àquela época em 03 de maio – a Independência do Brasil em 07 de setembro e a Proclamação da República em 15 de novembro. Vale ressaltar que, as preleções cívicas também fazia parte das determinações dadas pelo Decreto nº 1 de 30 de Outubro de 1916¹⁶¹, que regulava a instrução pública municipal.

As chamadas “sessões cívicas”¹⁶² eram festejadas quase sempre com o mesmo ritual: o Externato enviava o convite aos pais, homens públicos e para demais escolas codoenses. Com um espaço ornamentado convenientemente para cada festa, recebia professores, alunos próprios e das outras escolas e membros da sociedade, ou como chamadas à época, “as pessoas gradas”. A abertura da sessão era feita pelo diretor Fernando de Carvalho que em seguida passava a palavra para o orador oficial da festa, geralmente um professor do Externato, que trazia em seu discurso a história de cada data em comemoração. O hino nacional era iniciado por uma banda de música local e acompanhado pelos demais presentes.

A banda em questão era formada por operários da fábrica de tecidos e chamava-se Flor do Alto¹⁶³ devido ao estabelecimento fabril estar localizado na parte “alta da cidade”. Embora tenha nascido por iniciativa dos próprios operários com o nome de Renascença Codoense, teve seu nome modificado – não se sabe se pelos operários ou pela direção da fábrica – após conseguir o apoio da manufatureira que se tornou a responsável pela manutenção de instrumentos, pelos uniformes dos integrantes e pela contratação de um maestro que passou a conduzir os ensaios e apresentações. A banda animava aniversários, festas religiosas, clubes recreativos e

¹⁶⁰ Jornal Correio do Codó, de 26 de Abril de 1916, Ano IV, Nº 29, pág.01.

¹⁶¹ Jornal Correio do Codó, de 06 de Maio de 1916, Ano IV, Nº 30, pág.01.

¹⁶² Jornal Correio do Codó, de 06 de Maio de 1916, Ano IV, Nº 30, pág.01.

¹⁶³ Jornal Correio do Codó, de 13 de Setembro de 1916, Ano IV, Nº 42, pág.01.

demais solenidades da intendência municipal, além das festas escolares realizadas pelo Externato Codoense, acompanhando as apresentações das alunas, que entoavam hinos e canções.

Nas festas cívicas tinham direito à fala as professoras das outras escolas, bem como o intendente municipal ou outro que quisesse fazer uso da palavra. Após este primeiro momento, todos saíam do Externato em passeata pelas principais ruas da cidade, exibindo o estandarte das escolas e ao som da banda seguiam até o prédio da Câmara Municipal, onde outra sessão solene se iniciava com discursos do intendente, promotor público e vereadores. Após a fala dos mesmos, eram novamente cantados os hinos patrióticos, além da declamação de poemas sobre as datas. Ao fim, eram servidas bebidas frias e doces. Os alunos, professores e a banda saíam em passeata novamente até o Externato, de onde se dissipavam.

Na festa de 03 de maio, o orador oficial foi o professor José Maria Leal, que apresentou às crianças e demais presentes a data em comemoração. O mesmo era reconhecido publicamente por ser um “ilustrado orador e competentíssimo professor”¹⁶⁴, porém só ficou na escola durante o ano de 1916, partindo para outra cidade em Janeiro de 1917. Os motivos e o local de sua ida não foram identificados, porém, sua partida, de acordo com a imprensa foi sentida pelos alunos e por seus admiradores. Segundo o Correio do Codó, no dia do embarque, o professor foi acompanhado de sua casa até a estação ferroviária pelos alunos do Externato, que despedindo-se emocionado de cada um, partiu no vapor São Paulo no dia 23 de janeiro¹⁶⁵.

Somente em outubro de 1917, a vaga do professor José Maria Leal foi preenchida com a chegada do professor Mariano Castro¹⁶⁶, que ficou responsável pelas aulas de Matemática, Lições de Coisas e Educação Cívica e Moral. Mariano Castro tinha chegado recentemente à Codó como agente fiscal dos impostos de consumo e sendo reconhecido como “uma pessoa ilustrada” com uma “vocação natural” para o magistério foi convidado pelo professor Fernando Carvalho para integrar o corpo docente do Externato.

Além da aquisição de um novo professor, o Externato Codoense, que também foi afetado pela enchente do rio Itapecuru – por este motivo, não apresenta o

¹⁶⁴ Jornal Correio do Codó, de 06 de Maio de 1916, Ano IV, Nº 30, pág.01.

¹⁶⁵ Jornal Correio do Codó, de 24 de Janeiro de 1917, Ano, Nº 61, pág.01.

¹⁶⁶ Jornal Correio do Codó, de 03 de Outubro de 1917, Ano V, nº 92, pág. 02.

balanço de notas dos alunos no mês de abril, período em que esteve fechado – passou por reforma e ampliação¹⁶⁷ no período de recesso, sendo criada mais uma sala de aula “bem clara e arejada para maior desenvolvimento das aulas” iniciadas em 7 de janeiro de 1918. Além disso, no ano de 1918 fez mais dois grandes empreendimentos, de acordo com a imprensa: a instalação de um curso noturno (anteriormente mencionado na seção I) e a criação de um jornal escolar¹⁶⁸.

As ações do Externato ganharam destaque no relatório do intendente municipal, que considerando o estabelecimento como uma poderosa garantia à educação, fez um breve resumo sobre os empreendimentos:

Como sabeis, o “Externato Codoense”, vai produzindo os frutos que se era de esperar. Inspirando inteira confiança aos chefes de família, o importante estabelecimento em tão boa hora fundado entre nós, constitui uma poderosa garantia à educação e instrução de nossos filhos. O seu digno e incansável diretor, na admirável atividade, que desenvolve pelo engrandecimento do colégio, não conhece sacrifícios, e por isso mesmo não receia nem esmorece ante o maior obstáculo que muitas vezes lhe parece embaraçar os passos. Graças a essa perseverança e esses louváveis esforços é que, o referido estabelecimento está hoje, pode-se dizer, em condições favoráveis àqueles que desejam, ou que devem tudo fazer para a instrução e educação dos seus. Ainda em fins do ano próximo passado, o diretor, conseguiu incluir no quadro do corpo docente do Externato, o ilustrado professor bacharel Mariano Augusto Gomes de Castro, e este ano lançou à luz da publicidade, um bem feito mensário de propaganda cívica e de reação ao analfabetismo. Tudo isso junto ao que temos assistido desde a fundação do Externato, atesta irrefutavelmente, o grande interesse dos seus fundadores e proprietários em dotar a cidade, para felicidade nossa, de uma casa de instrução digna e merecedora deste título. Já todos os nossos conterrâneos, assim o sentem. Daí o grande empenho junto à intendência, por parte de muitos pais pobres que desejam colocar os filhos sob a bandeira do Externato Codoense, com a proteção do município. Lograram já dessa fortuna, os operários de nossa fábrica de tecidos os quais desde janeiro deste ano frequentam o Externato no curso noturno para eles especialmente criado, mediante acordo firmado entre o diretor do colégio e o digno gerente daquele industrial estabelecimento. Não precisamos encarecer aqui, o que seria ocioso, as vantagens desse ensino em virtude do qual, dentro em pouco, e na sua grande parte, deixarão de ser analfabetos os nossos operários [...]¹⁶⁹.

O relato do intendente fala da confiança adquirida pelo Externato junto aos pais de família, o desejo dos pais pobres de terem seus filhos matriculados na Instituição, reconhece novamente o trabalho e esforço dos diretores e do corpo docente e elogia as ações realizadas, referindo-se a “um bem feito mensário de

¹⁶⁷ Jornal Correio do Codó, de 19 de Dezembro de 1917, Ano V, nº 103, pág. 02.

¹⁶⁸ Jornal Correio do Codó, de 16 de Janeiro de 1918, Ano V, nº 107, pág. 01.

¹⁶⁹ Jornal Correio do Codó, 29 de Maio de 1918, Ano VI, nº 125, pág.01.

propaganda cívica e de reação ao analfabetismo”, que também foi acolhido pela imprensa local com alegria e votos de longa vida, o jornal “A Escola”:

A ESCOLA

Circulou a 14 do corrente, no mesmo formato do nosso semanário, o bem feito mensário que tomou o título acima e é órgão do Externato Codoense, importante estabelecimento de instrução que possuímos nesta cidade, e devemos à competência, dedicação e ilustração dos distintos moços que o dirigem e se esforçaram no afanoso empenho de prestar à mocidade codoense este relevantíssimo serviço.

[...] Gratos pela visita, enviamos à ilustrada confrade nossas felicitações e votos de feliz e longa vida na nobre missão que objetiva¹⁷⁰.

Como mencionado anteriormente, os proprietários do Externato Codoense, possuíam uma ligação mais estreita com a imprensa fomentada pelas participações em comum dos membros em clubes, festejos católicos, associações e grupos políticos e empresariais, a exemplo da participação no Partido Democrata Codoense¹⁷¹ e na Loja Maçônica Atalaia Codoense¹⁷² e por suas formações acadêmicas e ocupações profissionais, sempre eram mencionados como homens ilustrados, dedicados, competentes. O tratamento não foi diferente ao mensário administrado por eles, de modo que, não só primeiro número do jornal foi anunciado pela imprensa, mas todos os números seguintes do “Correio do Codó” pesquisados traziam o seguinte anúncio:

Figura 15: Anúncio sobre o Jornal “A Escola”



Fonte: Jornal Correio do Codó (1918)

¹⁷⁰ Jornal Correio do Codó, de 16 de Janeiro de 1918, Ano VI, nº 107, pág.01.

¹⁷¹ Jornal Correio do Codó, de 06 de março de 1918, Ano VI, Nº 113.

¹⁷² Jornal Correio do Codó, de 19 de junho de 1918, Ano VI, Nº 128.

Na imagem acima, “A Escola” é apresentado como o único jornal de propaganda da instrução no Estado do Maranhão e com circulação em quase todo o território nacional. Sobre tal fato, constatou-se na presente pesquisa que, embora anteriormente se tenha jornais escolares e até houve dois periódicos com o mesmo nome na capital do estado, a saber: “A Escola” (crítico e literário) com primeiro número datado de 29 de agosto de 1878 e “A Escola”, revista do Colégio 15 de Novembro, com data inicial de circulação em 10 de março de 1902, o jornal codoense era o único a circular no período em questão, inspirando posteriormente a criação de outros jornais escolares e externatos em cidades vizinhas, a exemplo do também chamado “A Escola”, da cidade de Caxias-Maranhão, que passou a circular no ano de 1920.

Em outras cidades maranhenses, e até outros estados, a fundação do jornal foi parabenizada pela imprensa. Chamada de “confrade”, por passar a pertencer ao grupo, alguns jornais da época publicaram em suas páginas elogios e votos de vida longa que foram reproduzidos no número II do “A Escola”, em forma de agradecimento em manchetes intituladas “O que dizem de nós” e “Pela imprensa”. O jornal “O Norte”, por exemplo, da cidade maranhense Barra do Corda escreveu:

A ESCOLA: Sob este título, surgiu na cidade de Codó, em 14 do mês findo, um bem redigido mensário, órgão do Externato Codoense e que ali funciona com muito aproveitamento para a infância e mocidade daquele operoso meio.

O seu primeiro número bem revela a elevada missão a que se destina, publicando um belo artigo de Mariano Castro sobre a Pedagogia Moderna, um esplêndido conto de João Quadros, laureado intelectual de nossa terra, uma produção sob o pseudônimo de Fausto e uma poesia de Fernando Carvalho sobre a escola.

Orna-lhe a primeira página o retrato de Ruy Barbosa, símbolo do nosso saber, expoente sem rival da cultura intelectual da nossa pátria.

Aliando à sua tarefa educativa os interesses gerais da Zona a que serve, contém assuntos variados, tornando-se assim, um jornal bem feito e de moderna feição.

Augurando ao novel colégio uma vida próspera e útil ao fim para que foi criado, agradecemos a fineza de sua visita, que com prazer retribuiremos. (do “O Norte”, de Barra do Corda)¹⁷³.

Além da manchete do Correio do Codó sobre a fundação do jornal citada na seção anterior, tem-se também o jornal codoense “A Comarca” que assim escreveu:

A ESCOLA: Circulou o primeiro número desse belo periódico que é uma verdadeira joia literária. É em formato regular, bem impresso, sendo seus

¹⁷³ Jornal “A Escola”, Nº 02, 1918, pág. 02.

redatores os distintos professores do Externato Codoense sob a gerência do competentíssimo poeta e jornalista Sr. Fernando Barbosa de Carvalho. Traz na sua primeira página o retrato de eminente senador Ruy Barbosa e na segunda o do seu diretor gerente. O sr. Fernando Carvalho, Dr. Elisabetho Carvalho e Mariano Castro, formam o corpo redacional do apreciado jornal mensal, do qual muito se espera das duas luzes o caminho brilhante na arena jornalista. Ao novo colega, enviamos nossos saudaes, desejando-lhe longa vida. (A Comarca, desta cidade) ¹⁷⁴.

Da cidade de Caxias, o jornal “O Bloco” publicou:

A ESCOLA: Visitou-nos a nossa ilustre colega – A Escola – órgão do Externato Codoense, que sob a competente direção do Prof. Fernando de Carvalho e Mariano Castro, vem produzindo os mais excelentes frutos, na futura cidade de Codó, deste Estado. “A Escola” é de publicação mensal, trazendo o número que temos em banca, um farto noticiário e ótimos artigos de redação e colaboração. Muito gratos à visita que se dignou de nos fazer, desejamos a “A Escola” longa vida, devotada sempre, com ardor, à patriótica propaganda da instrução. (do “O Bloco” de Caxias) ¹⁷⁵

Da cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, o jornal “O Imparcial” publicou a seguinte nota:

PELA IMPRENSA: Recebemos pelo último correio a visita de nossa colega “A Escola”, jornal de formato moderno que acaba de ser lançado a publicidade pela primeira vez em Codó, uma das mais prósperas cidades do vizinho estado do Maranhão. “A Escola”, que é órgão do Externato Codoense, vem formar ao lado dos jornais que batem pela causa santa da Pátria – a propagação das letras. Não podia ser mais belo o ideal dos moços codoenses, nem mais louvável a sua ação, hoje, com especialidade, quando o Brasil espera confiante o auxílio de cada um dos seus filhos. “A Escola” levamos os nossos votos de intérmina existência (O Imparcial, de Parnaíba, Piauí) ¹⁷⁶

Além dos jornais expostos acima, “A Escola” também recebeu elogios e “visitas” dos jornais maranhenses “O Postal”, de São Luís; “O Jornal de Caxias” e “A Mocidade” de Caxias, “O Progresso”, de Itapecuru Mirim, “O Estímulo”, de Coroatá e “A Brisa”, de Codó, O “Tocantins”, de Carolina e ainda, dos jornais piauienses “Correio de Teresina”, “Jornal de Noticias”, “A notícia”, “O Arrebol”, “A Gazeta de Teresina”, “O Artista” do Artístico Foot Ball Club, “Gente Nova”, “O Aviso” da cidade de Picos, “O Globo”, de Amarante, “O Livro” de Floriano e dos jornais paulistas: “O

¹⁷⁴ Jornal “A Escola”, Nº 02, 1918, pág. 02.

¹⁷⁵ Jornal “A Escola”, Nº 02, 1918, pág. 02.

¹⁷⁶ Jornal “A Escola”, Nº 02, 1918, pág. 02.

Município”, “Portalense”, “Postal” e “O Astro”. Do Paraná, o “O Echo de Castro” e do Rio de Janeiro, a “Gazeta do Norte”.

De acordo com as manchetes acima destacadas “A Escola” parece ter sido recebida com carinho pela imprensa, que lançou elogios ao jornal, ao Externato, aos fundadores e também estenderam a apreciação à cidade de Codó. Também mostram a preocupação dos fundadores, os irmãos Carvalho e o professor Mariano Castro, com a divulgação do jornal para cidades vizinhas e também para outros estados, bem como seus conhecimentos a respeito de outros jornais e uma relação de proximidade e/ou aceitação com a redação dos mesmos. Somente no jornal “O Bloco” da cidade de Caxias, foi encontrado uma relação de parentesco entre os editores dos jornais. Cromwell Carvalho, diretor do “O Bloco” era irmão de Fernando e Elisabetho de Carvalho.

Todavia, nos resumos expostos, percebe-se também uma semelhança nos discursos dos jornais em prol da propagação da instrução enquanto uma missão patriótica, constituindo-se assim, uma característica comum no perfil desses confrades. Outra característica presente nos mesmos são os discursos de consolidação da sociedade republicana, quando uma ebulição social e política favorecem a circulação de ideias de civilização somadas à democratização da educação e nesta conjuntura, as campanhas educacionais passam a ocupar páginas dos periódicos, sendo a educação uma bandeira de luta de muitos intelectuais republicanos que se utilizavam da imprensa com tal fim e é também neste caminho que se colocava o jornal “A Escola”.

3 O JORNAL “A ESCOLA” E AS MEMÓRIAS DE UM TEMPO

No terreno da Nova História Cultural, principalmente a partir dos estudos realizados por Roger Chartier¹⁷⁷, fez-se possível uma imersão teórica que trouxe aspectos investigativos de várias áreas do conhecimento a partir de fontes ligadas à imprensa, pois, segundo o autor, esta exerce um fascínio especial sobre os pesquisadores, uma vez que, o folheio de suas páginas oferecem múltiplos aspectos das mais variadas atividades humanas. Todavia, uma importante consideração feita pela Nova História, é que deve existir uma crítica documental por parte daqueles que desejam operar para e com ela, pois, parte-se da ideia de que há sempre um ponto de vista daqueles que estão por trás das informações veiculadas.

Isso representa uma mudança muito significativa no uso da imprensa como fonte, que até então não era considerada de caráter confiável, uma vez que, estava permeada de histórias imediatas, isto é, fragmentadas por aspectos do presente que traziam feições de interesse dos grupos por trás da imprensa, atendendo a ideologias dominantes.

Assim sendo, a História tradicional do século XIX, que dizia buscar a verdade dos fatos, propunha ao pesquisador, um distanciamento do objeto de pesquisa e para isso, o historiador “deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu tempo”¹⁷⁸. Critérios que eliminavam o trato com jornais.

Para Capelato (1988):

Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório de verdade. Neste último caso a notícia era concebida como relato fidedigno do fato.

As duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque é permeada pela subjetividade¹⁷⁹.

¹⁷⁷ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

¹⁷⁸ LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.112.

¹⁷⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.21.

Nessa perspectiva, é prudente conceber o jornal como documento, entendendo que o documento é “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado”¹⁸⁰ e que por tais condições requer análise e reflexão.

É então, a partir do século XX, mais precisamente no ano de 1970 no Brasil, que mesmo timidamente e com aspectos meramente narrativos, a imprensa passa a constituir-se enquanto fonte de pesquisa. Porém, nos dias atuais é frequente o uso da imprensa como objeto e fonte de investigações nas mais diversas análises¹⁸¹, principalmente, de cunho acadêmico que não mais adotam somente a narrativa destes, mas partem para as análises de discursos, conteúdos, imagens, entre outros aspectos, presentes nos periódicos, problematizando-os e contextualizando-os com o cenário do recorte temporal que se pesquisa.

Na História da Educação, emergiram “conceitos, como: circulação de ideias e apropriação de saberes pedagógicos; estratégias discursivas; dispositivos pedagógicos; práticas e representações do campo pedagógico; suportes materiais, entre outros”¹⁸². Passaram a ser analisados os jornais, boletins, revistas, cartilhas feitas por professores para professores; feitas para alunos por seus pares ou professores; feitas pelo Estado ou outras instituições, como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, igrejas que contêm e oferecem perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino¹⁸³. Deste modo, conceitua-se a imprensa educativa como um conjunto de jornais, revistas e publicações no âmbito escolar e/ou com fins pedagógicos, destinados a professores, alunos, comunidade escolar ou ainda produzidos por esses agentes.

¹⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.24.

¹⁸¹ MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008

¹⁸² FRAGA, Andrea Silva de. **“O ESTUDO”: Um exemplar da imprensa estudantil dos anos de 1920 e 1930**. ANAIS - VI Congresso Brasileiro da História da Educação, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1041.htm

Acessado em: 16 de Junho de 2017, p.14.

¹⁸³ BASTOS, Maria Helena Câmara. **Impressos e cultura escolar: Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). *La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. (Coleção Aquilafuente; 210).

Para o historiador da educação,

A imprensa pedagógica se constitui em uma oportunidade documental e patrimonial especial [...] que pela diversidade de meios manifestados convida os pesquisadores a considerarem a magnitude e riqueza deste campo de pesquisa, tomando-a como fonte quantitativa e qualitativa para a investigação histórico-educativa¹⁸⁴.

Nóvoa (2002) pontua que:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação,... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia¹⁸⁵.

Em posse de jornais escolares, múltiplas são as chances de se estudar as realidades educativas manifestadas na imprensa, pois os ideais pedagógicos de determinada instituição estão postos de forma mais visível e em boa parte, facilitam o trabalho de identificação e catalogação dos discursos vigentes do período, oferecendo um vasto material para o estudo da vida escolar, registradas em suas páginas ou como pistas que deverão ser seguidas pelo pesquisador, onde este fará uma interpretação, por vezes, concluídas com o cruzamento de outras fontes. É neste caminho que se propõe a análise do jornal “A Escola”.

Sem relatos de alunos, professores e funcionários do Externato Codoense que já não existem nos dias de hoje. Além disso, considerando que um dos maiores desafios postos aos historiadores da educação é que, as próprias escolas, muitas vezes, inconscientemente, destroem seus arquivos e deste modo, impossibilitam que suas histórias sejam conhecidas e contadas; considerando ainda que, as formas de armazenamento e o tempo longínquo se encarregam de selecionar materiais e,

¹⁸⁴ SANTOS, Ademir Valdir dos; CECCHETTI, Élcio; SALGADO, Mara. **Doutrinação da infância no estado novo brasileiro: O jornal escolar “Tudo pelo Brasil”**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. (Coleção Aquilafuente; 210) p.190.

¹⁸⁵ NÓVOA, Antonio. **A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português**. In: CATANI, Denice Barbara. BASTOS, Maria Helena Camara. Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p.31.

por conseguinte, tomando conhecimento das categorias de análise propostas pelos historiadores da educação dispostas nos estudos das instituições escolares, foram percebidas algumas lacunas para a composição de uma ampla caracterização do Externato Codoense que dificultaram o seguimento da pesquisa enquanto uma investigação específica sobre a Instituição Escolar. Com isso, tomou-se de empréstimo o questionamento de Julia¹⁸⁶ “o que sobra da escola depois da escola?”.

Deste modo, ressalta-se que, para além do uso como objeto de pesquisa, tomou-se também como principal testemunho da existência da Instituição e de sua cultura, os números do jornal “A Escola”. Aliás, reverbera-se que foram os números jornalísticos produzidos pelo Externato Codoense os responsáveis pelo encontro e ciência desta Instituição Escolar, de modo que, mesmo sem a existência física da Instituição e o encontro com os personagens que ali viveram, estudaram ou trabalharam, tornou-se possível uma interpretação das primeiras décadas do século XX investigando a história e trajetória do Externato Codoense no período de 1916 a 1920 a partir daquilo que está disposto, os números de seu jornal escolar, apresentados em grau de importância para a História da Educação, por articular educação, imprensa e sociedade codoenses e oportunizar o contato com uma Codó de outra época.

3.1 Fundação, materialidade e estratégias editoriais do Jornal “A Escola”

Enquanto órgão do Externato Codoense, o jornal “A Escola” nasce como uma extensão dos objetivos e das justificativas propostas desde a implantação do colégio, objetivando ser uma bandeira de luta do movimento patriótico contra o analfabetismo. Em formato impresso o jornal pretendia levar para a sociedade os ideais com os quais o Externato Codoense assegurava-se comprometido, ajudando na difusão da identidade assumida pela instituição e que a mesma visava imprimir para além dos muros escolares.

Como apresentado na seção anterior, através da notícia do Jornal Correio do Codó de 16 de janeiro de 1918, o primeiro número do jornal “A Escola” circulou no

¹⁸⁶ JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto historiográfico**. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, 2001, p. 37.

dia 14 de janeiro de 1918, tendo como editor-chefe o professor e diretor do Externato, Fernando Barbosa de Carvalho e o seu último número – pelo menos até onde se teve acesso – circulou no dia 30 de novembro de 1920. Ao término da catalogação, foi possível encontrar, tanto nos arquivos impressos quanto digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite e no material da exposição temporária disposto no Instituto Histórico Geográfico do Codó, 25 (vinte e cinco) números do jornal “A Escola”, organizados em forma de livro, conforme disposto no quadro a seguir.

Quadro 01: Números catalogados do jornal “A Escola”

JORNAL “A ESCOLA”		
ANO	NÚMERO	DATA
I	1	14 de Janeiro de 1918
I	2	28 de Fevereiro de 1918
I	3	31 de Março de 1918
I	4	28 de Abril de 1918
I	5	26 de Maio de 1918
I	6	30 de Junho de 1918
I	7	28 de Julho de 1918
I	8	25 de Agosto de 1918
I	9	29 de Setembro de 1918
I	10	31 de Outubro de 1918
I	11	30 de Novembro de 1918
I	12	31 de Dezembro de 1918
II	13	26 de Janeiro de 1919
II	14	23 de Fevereiro de 1919
II	15	27 de Abril de 1919
II	16	31 de Maio de 1919
II	17	30 de Junho de 1919
II	18	31 de Julho de 1919
II	19	30 de Setembro de 1919
III	20	29 de Fevereiro de 1920
III	21	31 de Março de 1920
III	22	31 de Maio de 1920
III	23	30 de Junho de 1920
III	24	31 de Agosto de 1920
III	25	30 de Novembro de 1920

Fonte: A autora (2018)

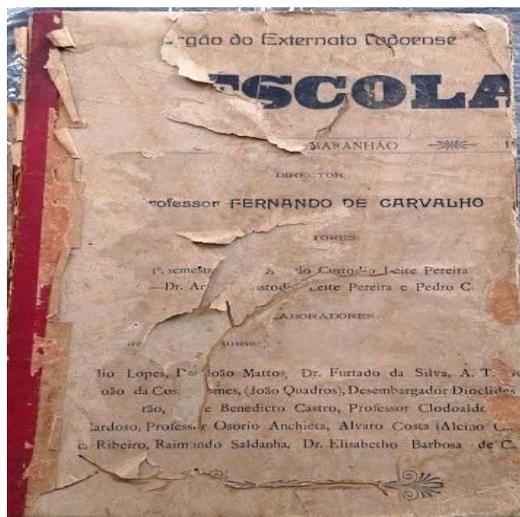
Pelas datas apresentadas no quadro acima, é possível perceber que os números do jornal, com exceção do número I, saíam em circulação sempre ao final

de cada mês, com a predominância do dia de domingo no ano I. Já nos anos II e III, as publicações permaneceram ao final dos meses, porém, os dias da semana não obedeciam necessariamente aos domingos, mas quase sempre correspondente ao último dia do mês. Ainda, no ano I, houve publicações em todos os meses do ano, o que não aconteceu nos dois outros seguintes. Em 1919 foram apenas 07 (sete) publicações, sendo cinco no primeiro semestre e duas no segundo, reduzindo-se ao número de 06 (seis) em 1920, com quatro no primeiro semestre e apenas duas no segundo semestre, evidenciando uma decadência no número de publicações que culminariam no fechamento do jornal. Apesar de, para olhares dos dias de hoje, três anos parecerem um curto período de vida, se considerado o tempo em que o jornal foi produzido e ainda, o cenário codoense, no qual muitos jornais parecem nem ter ultrapassado o primeiro número e apenas três tiveram mais que cinco anos de circulação, o jornal “A Escola”, com vinte e cinco números apresentados tem uma produção significativa e traz em suas páginas consideráveis aspectos da educação e sociedade codoense e adquire o título de primeiro jornal escolar a circular e também a ser produzido na cidade de Codó.

No Instituto Histórico Geográfico do Codó, foi possível encontrar o arquivo com os números do jornal organizados em forma de livro. Como dito na introdução, com o seu estado de conservação [ou ausência dela], quase que a pedir socorro, porém, com importantes informações de capa. Alguns nomes só puderam ser confirmados a partir do folheio e análise das manchetes presentes no jornal, tendo em vista, as rasuras contidas na capa do livro.

Nas informações de capa, é possível identificar informações como: instituição de origem (Externato Codoense), nome do jornal (A Escola), estado de publicação (Maranhão), diretor (professor Fernando de Carvalho), redatores (A Custódio Leite Pereira e Pedro Correia) e colaboradores do jornal (Júlio Lopes, Dr. João Mattos, Dr. Furtado da Silva, A. T. Gu, João da Costa Gomes, (João Quadros), Desembargador Deoclides, Benedito Castro, Professor Clodoaldo Cardoso, Professor Osório Anchieta, Álvaro Costa (Alcino C.), Ribeiro, Raimundo Saldanha, Dr. Elisabetho Barbosa de Carvalho). Neste elenco, observa-se a colaboração de homens que faziam parte da elite codoense à época, como professores, padres, juízes, advogados. Ao longo dos números jornalísticos vai se percebendo a colaboração de outras pessoas, uns de forma mais assídua, a exemplo dos professores e fundadores do Externato Codoense.

Figura 16: Capa do Jornal “A Escola”



Fonte: A autora (2018)

Consta no Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite o seguinte resumo sobre o “A Escola”: “jornal em prol da instrução, com uma propaganda energética e eficaz contra o terrível mal do analfabetismo. Tinha Fernando Barbosa de Carvalho como diretor-gerente. Os redatores eram os professores do Externato Codoense”¹⁸⁷. Tal descrição é baseada nas informações do número inicial e na primeira manchete do jornal, abaixo transcrita em sua íntegra, que apresenta o jornal e seus objetivos:

Ao lado do patriótico movimento que se tem levantando, ultimamente, neste País, em prol da instrução, como uma propaganda energética e eficaz contra o terrível mal do analfabetismo, em que ainda jaz a maioria dos brasileiros, aparece hoje A Escola para trazer o seu pequenino contingente; na certeza de que nunca é demais - sempre que se trata de grandes empreendimentos - o menor concurso e por mais insignificante e sem valia que pareça.

O seu raio de ação se estende mais particularmente a esta terra, onde, sem contestação, o analfabetismo impera. E impera de modo assombroso. Entre nós é a ignorância, que domina os espíritos como se ela pudesse substituir a luz, que guia com todo esplendor das suas cintilações as mais sublimes dos sentimentos d’alma. E a treva, que obscurece e embora as consciências, que por isso mesmo, muitas vezes, nos grandes embates da vida, se afastam ou se desmoramam diante dos menores princípios.

Trabalhar, portanto, para atrair aos colégios os nossos patrícios e conterrâneos afim de que possam prestar serviços à Pátria, com brasileiros verdadeiramente conscientes da grandeza dela, preparar as criancinhas de

¹⁸⁷ MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís. Edições SEMA, 2007, p.51.

hoje para entrarem amanhã no grande combate da vida no desempenho de missão honesta competentemente exercida, substituir enfim, a ignorância pelo saber, as trevas pela luz. Como sempre, e o é hoje muito principalmente o mais rigoroso dever de todos os brasileiros. A esse escopo, pois se destina A Escola¹⁸⁸.

Enquanto extensão da Instituição Escolar, o jornal “A Escola” não foge aos princípios de instrução intelectual, moral, cívica, física e militar. Tem como pilares o “movimento patriótico e a guerra ao analfabetismo” e apresenta o cenário educacional codoense no período, ao enfatizar que “este impera de modo assombroso”. Esses pilares são notados nas reportagens que se seguem ao longo de suas páginas e números. Todavia, ser produzido numa cidade com poucas salas de aula e um avultado número de analfabetos, como o periódico mesmo afirma, sua produção e circulação é algo que levanta indagações para além do impacto da fundação deste jornal para imprensa codoense. A quem atenderia a publicação deste jornal? Quem seriam seus leitores?

Na manchete acima, é perceptível um discurso patriótico consoante com a ideologia republicana proferida pelas elites educadas do período e neste ensejo o jornal dizia-se comprometido a alcançar as pessoas através de suas páginas atraindo-as para a importância da escola, “aproximando-as da luz do saber e afastando a ignorância e as trevas por ela trazida”, pois, “uma vez instruídos, iluminados e conscientes do seu dever”, os mesmos poderiam amar e servir à pátria”.

Para informação e contextualização, ressaltam-se também alguns fatos que ocorreram no ano de 1918: é assinado um decreto-lei que institui o serviço militar obrigatório aos jovens do sexo masculino com idade de 21 a 24 anos. Também neste período, há um declínio das oligarquias e a ascensão da burguesia industrial e do proletariado; e dar-se início a missão médica higienista e, no ano anterior, ao mês de outubro, o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial. Esses são alguns dos fatos que estão contemplados direta ou indiretamente nas páginas do jornal “A Escola” e que representam o contexto social, cultural, político e econômico em que estava situado o Externato Codoense e em que era produzido o jornal. No entanto, antes de abrir espaço para essa discussão, primeiramente, apresenta-se uma ficha descritiva do jornal contida no quadro a seguir:

¹⁸⁸ Jornal “A Escola”, Nº I, 1918.

Quadro 02: Ficha descritiva do jornal “A Escola”

FICHA DESCRITIVA DO JORNAL “A ESCOLA”	
<i>ESTRUTURA</i>	
SUBTÍTULO	Órgão do Externato Codoense
ESCOPO	Bandeira de luta do movimento patriótico contra o analfabetismo
PERIODICIDADE	Mensal
ASSUNTOS RECORRENTES	Mensagens sobre Instrução escolar e cívica, Vida Social, Médias dos alunos, Festas escolares.
LINGUAGENS	Poética, publicitária, crônica.
EXTENSÃO DO TEXTO	Textos extensos
PUBLICIDADE	Mensagens governamentais, cadernos escolares, hotel do comércio, Casa J. Negreiros.
<i>MATERIALIDADE</i>	
MATERIAL	Papel
TAMANHO	A3
CORES	Amarelo, verde e rosa
QUANTIDADE DE PÁGINAS	Quatro
ICONOGRAFIA	Fotos de personagens ilustres da história nacional e local e de professores
ORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONTEÚDO	Textos, fotos e anúncios em quadros e colunas (quatro)
<i>DISPOSITIVOS</i>	
GRUPO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO	Diretoria do Externato Codoense
PRINCIPAIS COLABORADORES	Professores, homens públicos e

	alunos do Externato
PÚBLICO ALVO	Escolas, alunos e pais de alunos de cidades diversas
FONTES DE RECEITA	Externato Codoense e Publicidade
TIPOGRAFIA	“Codoense”
ENDEREÇO	Rua Pedro Palácio
PREÇO/ASSINATURA	Um ano- 2 \$000 Número Avulso - \$200
FINANCIAMENTO DO JORNAL	Externato Codoense

Fonte: A autora (2018)

De maneira descritiva, a ficha apresenta o perfil da “A Escola” e está dividida em três partes: estrutura, materialidade e dispositivos. A primeira corresponde à forma de organização do jornal; a segunda é direcionada aos aspectos materiais utilizados na produção e a terceira refere-se aos dispositivos utilizados na organização do jornal.

De periodicidade mensal, o órgão do Externato Codoense, como já dito, tinha como escopo ser uma bandeira de luta do movimento patriótico contra o analfabetismo e para atingir seus fins, apresentava em suas páginas mensagens sobre a instrução escolar e cívica, além de apresentar uma seção sobre a vida social codoense e divulgar o trabalho realizado no colégio exibindo as notas dos alunos e as festas por ele organizadas. As mensagens eram publicadas de forma poética, publicitária e crônica e os textos de primeira manchete geralmente possuíam tamanho extenso. Alguns anúncios publicados nos jornais tinham cunho patriótico e escolar, sendo divulgadas inicialmente as mensagens governamentais e anúncios de venda e produção de cadernos escolares, e depois, feitos anúncios de dois empreendimentos da cidade de Caxias, o hotel do Comércio e Casa J. Negreiros.

O jornal era impresso em papel em tamanho A3, geralmente na cor amarela, mas também se tem alguns números (03) em cor verde e (01) em cor rosa. Tratando-se de um jornal feito pelo e sob o viés masculino, surgiu um questionamento quanto à cor utilizada no número 19: a cor rosa poderia sinalizar

algo? Uma edição especial ou ausência de papel na tipografia da cor comumente utilizada? Analisando o número, foram encontrados dois elementos que poderiam ser responsáveis pelo acontecido: pela primeira vez o jornal faz uma chamada de reportagem direcionada inicialmente às mulheres: “Minhas Senhoras, meus concidadãos, caras crianças!”. Geralmente, mesmo para chamar atenção da família quanto à instrução das crianças, as manchetes eram direcionadas “Aos pais de família” e não especificamente “às senhoras”. Na ocasião, a manchete relatava sobre a festa cívica de 7 de setembro e elogiava a presença das alunas das escolas mistas estadual e municipal pelas suas interpretações do hino nacional. O outro elemento é que entre doze aniversariantes felicitados pelo jornal naquele mês, dez eram mulheres, ou como prefere afirmar o jornal, “senhoras da sociedade”.

Todos os números analisados possuíam 04 (quatro) páginas e apresentava como iconografia, fotos de personagens ilustres da história nacional e local e de professores do Externato, que eram homenagens seguidas de um texto. Os conteúdos de textos, fotos e anúncios eram organizados em quadros e distribuídos em quatro colunas distribuídas no tamanho total da página. As fotos possuíam 6,5 centímetros de largura por 9,5 centímetro de altura, geralmente posicionadas nas colunas 2 e 3 da página 01 do jornal.

Já entre os dispositivos observados, tem-se a diretoria do Externato Codoense enquanto grupo responsável pela publicação com a colaboração de professores, homens públicos e alunos do Externato que escreviam para as escolas, alunos e pais de alunos de cidades diversas, em especial para a sociedade codoense. No entanto, não se pode afirmar quem era o público leitor do jornal, embora se tenha um público alvo, visto que, não foram encontrados dados sobre os reais assinantes do jornal. As fontes de receita consistiam no arrecadado com a publicidade e investimentos do próprio colégio. O jornal era impresso por duas tipografias existentes na cidade de Codó, identificadas apenas como tipografias “Codoenses”, o que deixa dúvida se o termo “Codoense” estava atrelado a nome fantasia ou à cidade onde estava localizada. No ano de 1919, as duas tipografias foram selecionadas por lei militar para prestar serviços ao exército na capital, que culminou com a mudança das sedes para São Luís, dificultando a impressão do jornal.

A redação do jornal funcionava na sala da diretoria do Externato Codoense, com o mesmo endereço, que era o principal responsável pelo financiamento do

jornal e para onde deveria ser dirigida toda correspondência. Em nota presente sempre na terceira página, o jornal anunciava a aceitação de colaboração sobre assuntos de interesse geral, com preferência os relativos à instrução. Os números do jornal custavam de forma avulsa \$200 (duzentos réis) e a assinatura com vigência de um ano saía por 2\$000(dois mil réis). Porém, não eram aceitas assinaturas dentro da cidade de Codó, o que deixa uma dúvida sobre o modo de distribuição do jornal: os números, dentro de Codó, eram somente vendidos de forma avulsa ou eram distribuídos gratuitamente no Externato para a população e para outros órgãos?

Figura 17: Primeiro número do jornal “A Escola” (pág.01)



Fonte: Jornal “A ESCOLA” (1918)

Observando a figura 17 e toda a materialidade do jornal, percebe-se uma preocupação estética de seus editores revelada no modo em que o conteúdo é organizado ao longo das quatro páginas, bem como o tamanho das imagens, as bordas dos quadros, as letras utilizadas e a separação de suas seções. Em primeira instância, o próprio cabeçalho apresenta de modo objetivo a instituição que produz o jornal, o nome do periódico com destaque para a caligrafia utilizada, a cidade e estado, o tipo de circulação e o número, data e ano de produção. Além disso, as imagens utilizadas são bem representativas quanto à identidade do periódico. O globo terrestre e a pena entrelaçados com o nome “A Escola”, parecem enfatizar a importância de um conhecimento amplo possibilitado pela instrução através da escola. Com a representação geográfica da Terra, aparece a ideia de conhecimento global, mas, também de realidades locais, de territorialidade e pertencimento. A pena de ave enquanto um instrumento de escrita ilustra uma necessidade de conhecimento das letras, de produção da história e propagação da educação por meio de uma escrita leve, precisa e regular, ensinada na e pela escola. Um serviço de instrução patriótica e educacional oferecido pelo jornal escolar.

Quanto às seções, após leitura e análise de todos os números foi possível identificá-las e agrupá-las no quadro a seguir:

Quadro 03: Seções do jornal “A Escola”

SEÇÃO	CONTEÚDO
A instrução escolar	Mensagens sobre a instrução (local ou nacional).
Homenagens	Tributos a personagens da história do Brasil, pessoas públicas e professores.
Espaço literário	Poemas de colaboradores externos, professores e alunos do Externato Codoense.
Vida Social	Em alguns números era chamada de “Codó Social” e trazia as datas de natalícios, viajantes (chegadas e despedidas), necrotérios.
Notícias diversas	Manchetes sobre acontecimentos locais e nacionais.
Externato Codoense	Balanço mensal do rendimento dos alunos, informações sobre os cursos, funcionamento das aulas, livros adotados, festas escolares.
Publicidade	Propagandas de Otávio Silveira (cadernos escolares) e mensagens governamentais sobre a guerra/alistamento militar.

Fonte: A autora (2018)

Enquanto órgão do Externato Codoense, não seria de estranhar que o primeiro número desse jornal abrisse um espaço para contar sobre a fundação e desenvolvimento do colégio, de modo que, não necessariamente seguindo a ordem das seções do quadro acima, o presente texto segue com as informações veiculadas sobre o Externato Codoense. A leitura desse número despertou inicialmente o desejo de saber a história e trajetória do colégio num estudo sobre a instituição escolar e sua cultura, porém, antes de fazer a pesquisa com a escola em foco principal, atentou-se para algumas considerações quanto aos estudos sobre instituições escolares.

De acordo com Magalhães¹⁸⁹ ao se pesquisar uma instituição escolar, deve-se ter o entendimento de que a noção de instituição corresponde a uma memória, isto é, a um processo histórico, que mesmo em seu caráter tradicional está em constante mudança, em processo de atualização. Nesse caminho, “historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte”¹⁹⁰, além de analisar seus modos de regulação e normativas constituintes, sua representatividade e os modos de formação dos sujeitos em consonância com a realidade material e sociocultural. Por tais fatores, esta análise possui caráter subjetivo e que depende de “circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal”¹⁹¹ cumprindo nesse historicismo um registro de conhecimento do passado, a problematização do presente e uma perspectiva do futuro.

Uma investigação que contemple a história das instituições educativas parte do pressuposto de que são ações dos sujeitos as responsáveis pela articulação da relação instituição/educação e que, portanto, é uma área de pesquisa dotada de representações dos mesmos, em seus modos individuais e coletivos, que sedimentam uma cultura própria.

De acordo com Nosella (2005), estas investigações passaram a analisar:

O contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo; origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: exposições, desfiles e outros¹⁹².

As categorias de análise acima citadas por Nosella evidenciam a importância de um retrato das instituições escolares e, não apenas para cumprir uma formalidade de ter um histórico das instituições ou manter arquivos saudosistas,

¹⁸⁹ MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004, 178p.

¹⁹⁰ Ibid., 2004, p.58.

¹⁹¹ Ibid., 2004, p.58.

¹⁹² NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre Instituições escolares: balanço crítico**. II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf Acessado em: 16 de Junho de 2017, p.5077.

mas, principalmente para, a partir, deste histórico, analisar e considerar a sociedade na qual as mesmas estão diretamente relacionadas, pois, é “impossível falar de história das instituições educativas sem situá-las na região que estão inseridas e, ante à outras escolas, situá-las no contexto socioeconômico da época”¹⁹³. Entretanto, instituições escolares não têm apenas bases materiais que evocam o passado. “Ao contrário, história das instituições [...] também poderá tomar como objeto escolas que cessaram suas atividades, que não existem mais”¹⁹⁴.

Para Gatti Júnior e Pessanha (2005):

Percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e da aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos¹⁹⁵.

Após tais considerações foram percebidas algumas lacunas nas fontes obtidas para a realização de um estudo sobre a instituição escolar, que devido à distância cronológica e o esvaecimento de fontes como documentos da escola ou a memória das pessoas, dificultam o estudo. No entanto, as reminiscências presentes no jornal “A Escola” apontam alguns dados interessantes sobre o projeto educativo do Externato Codoense, que trazem ao tempo presente uma compreensão e interpretação daquela que foi considerada, em especial, pela imprensa do período, uma importante instituição escolar da história da educação codoense.

¹⁹³ WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das instituições escolares: do que se fala?** In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Isabel Moura (Orgs). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP. Autores Associados, 2004, p.32.

¹⁹⁴ Ibid., 2004, p.21.

¹⁹⁵ GATTI JR., Décio. PESSANHA, Eurize Caldas. **História da Educação, Instituições Escolares e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos.** In: GATTI JR., Décio. INACIO FILHO, Geraldo (orgs.). História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: autores associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005.p.80.

3.2 Evocando uma escola: A trajetória do Externato Codoense

A instalação do Externato Codoense é veiculada pela imprensa com grande entusiasmo. Os elogios aos fundadores, ao corpo docente, ao prédio e, principalmente à instrução oferecida pelo colégio ganham destaque no semanário “Correio do Codó”, que imprimia a fundação do mesmo como um ganho inédito não somente para os alunos matriculados como também para a educação na sociedade codoense, abrindo novas perspectivas.

Embora, não se possa fazer uma análise mais precisa sobre a instituição escolar, é possível compreender através dos elementos trazidos pelo jornal “A Escola”, algumas noções sobre a cultura escolar do Externato Codoense, que serão discutidos na presente seção. Esses elementos são: o contexto de fundação da escola, os cursos oferecidos, os livros e currículo adotados e suas respectivas disciplinas, festas escolares, bem como o caráter formativo do colégio que ofertava instrução intelectual, moral, cívica, física e militar, além de possuir um prédio higiênico. Com isso, tem-se uma compreensão sobre as normas e finalidades que regiam a escola e que baseavam o trabalho dos professores e as práticas escolares da instituição como parte do “conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização”¹⁹⁶. Todavia, sua cultura não era isolada, mas estendeu-se para além dos limites escolares, especialmente a partir do seu jornal escolar, que destaca um espaço em todos os números para trazer informações sobre a escola, a iniciar por sua fundação.

A ideia de fundar o Externato Codoense, segundo informam as manchetes, nasceu em agosto de 1915, meses após Fernando de Carvalho chegar à Codó para visitar o seu irmão Elisabetho de Carvalho, que era o juiz municipal. Conta o jornal que, “por esse tempo, lamentava-se na cidade de Codó por não haver uma casa de ensino para meninos”, uma vez que, a única casa com esse fim, mantida pelo governo e com apenas um professor, não satisfazia as necessidades de difusão do ensino, pois, não atendia a todos que dele necessitavam. Partindo dessa demanda, os irmãos Carvalho foram “ao encontro dessa patriótica aspiração do povo codoense” e resolveram fundar o colégio.

¹⁹⁶ FRAGO, Antonio Viñao. **Historia da educación y historia cultural: posibilidades, problemas e questionnes**. In: Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, 1995, p.68.

O contexto de fundação desta escola e, por conseguinte, do seu periódico merece uma atenção quanto aos ideais de educação propagados no período que precisam ser levados em consideração. A escola que “ia de encontro a uma aspiração patriótica do povo” e um jornal que visava “difundir a luz do saber, guerreando contra o analfabetismo” nasceram no período em que Jorge Nagle¹⁹⁷ considera como uma fase de “entusiasmo pela educação”. No período em questão – as décadas iniciais da Primeira República – há uma multiplicação de escolas e conseqüentemente, de valorização das questões educativas como meio de integração da população no trajeto de progresso nacional com vistas a um cenário ideal de nação. Esse “entusiasmo” aceso no meio intelectual visava exterminar o analfabetismo e disseminar a instrução primária entre a massa da população analfabeta e, portanto, considerada inculta, de modo a atender interesses específicos do regime político vigente. Como meio de propagação desses ideais o apoio da imprensa foi considerado fundamental. Apesar do Externato Codoense ser um empreendimento privado, suas ações junto às escolas públicas do município e as campanhas em prol da obrigatoriedade do ensino são comumente enfatizadas pelo jornal escolar.

Feita a consideração do contexto de fundação da escola, “A Escola” afirma que o Externato Codoense apresentando feições modernas, nasceu do empreendimento dos irmãos Carvalho que se “empenharam para a concretização e contaram com a ajuda” de José Maria Leal, que também passou a ser membro do colégio. Sem a posse de um local, alugaram uma casa na Rua Pedro Palácio, no centro da cidade para o funcionamento da escola. A fundação do colégio foi apresentada e defendida pelo professor Fernando Carvalho na Câmara Municipal, onde após a aceitação de sua relevância foi providenciada uma subvenção do município ao colégio, com a condição de que o mesmo teria entre seus alunos, inicialmente, 10 (dez) meninos carentes, como já mencionado na seção anterior.¹⁹⁸ Em fevereiro de 1917, a casa onde funcionava a escola passou a ser do Externato através de uma subvenção do governo municipal por intermédio de S. Silva (Fábrica Manufatureira).

O segundo número do jornal apresenta os nomes dos alunos matriculados e os livros adotados pela instituição no ano de 1918. Embora a instituição oferecesse

¹⁹⁷ NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

¹⁹⁸ Jornal “A Escola” nº 1, pág. 01 de 14 de janeiro de 1918.

também o curso secundário, o jornal esclarece que, devido ao baixo rendimento dos alunos e ao processo de iniciação dos estudos, todos os alunos estavam efetivamente cursando “Primeiras Letras” e “Curso Primário”. Assim, tem-se o seguinte corpo docente:

Da municipalidade (subvenção): Honorino Trindade; Raimundo Soares de Mattos; Raimundo Felix Salazar de Souza; Alfredo Freitas; Antônio dos Santos Rodrigues; Mário Antunes de Britto; Clodoaldo Marques de Britto, Raimundo José da Cruz e José Ferreira Costa para o curso de primeiras letras e José Maria Quintanilha, para o 2º ano do curso primário, todos por conta da subvenção municipal.

Particulares: a) Primeiras Letras: Raimundo de Jesus Braga, José Maria Almeida Santos, Raimundo André do Espírito Santo, Caio Lopes Machado, Raimundo César Bayma, Michê Jorge, Elias Muniz de Oliveira; b) 1º Ano do curso primário: Carlos Rodrigues da Silva, Hervencio Catanhede da Silva, Abdala Duailibe, Aderbhal Brandão Aguiar Silva, Odilon Siqueira, Nelson Soeiro, José Mariano do Lago e Alberto Cosme; c) 2º ano do curso primário: João Severiano Bayma, Fause Jorge, Antônio Joaquim Carvalho Pereira, Raimundo Nonato Amaral e Constantino Nery Camello.

Por “iniciativa e proposta” do coronel João Pedro da Cruz Ribeiro, as aulas do curso especial noturno para os operários da fábrica existente na cidade iniciaram no dia 12 de janeiro, com a matrícula de 69 operários divididos em três classes, sendo eles: Alcebíades Meneses, José Lopes, Raimundo Sousa, Miguel Araújo, Francisco Antônio dos Reis, Joaquim de Castro; José R. Matões, Domingos Lopes, Pedro de Moraes, Antônio dos Santos, Severiano Mendes, Thomé Silva, Antônio Ramos, Raimundo Rodrigues, Luiz Simião, João Manoel, Odorico Abreu, Antônio Simião, Manoel Martins, Ananias Costa, Simplício Brandão, Moacyr Andrade, Raimundo Garrido, Justino Araújo, José Baima, Alfredo Alves, Odorico Pereira, João Gonçalves, Zacharias Santos, Francisco Macedo, Jorge Camelo, Hilton Pinto, Abelardo Bezerra, Luís Fonseca, Marcelino Silva, Jorge R. Santos, Honório Oliveira, João da Cunha, Manoel Alexandre Rodrigues, Antonio Alves, Pedro Dias, Sebastião Moraes, Amancio Santos, Martinho Sousa, Adronio Leal, Raimundo Rocha, Justino Silva, Raimundo Frazão, João Francisco, Cantidio Cruz, Ursulino Sousa, Antônio Santos, Raimundo Araújo, Raimundo do Barnabé, José Garrido, Manoel Ramos, José Pedro Ribeiro, Francisco Santos, Francisco Ramos, Deoclides Silva, Antônio

Fernandes de Sousa, Antônio Costa, Pedro Camello, Venâncio Evangelista, Inácio Vieira, Adalberto da Silva Santos, José Gonçalves, Bento Manoel Rodrigues e Antônio de Sousa e Silva.

No balanço apresentado, percebe-se uma diminuição quanto ao número de alunos matriculados nos cursos de primeiras letras e primário, que se em março de 1917 possuía uma frequência de 54 alunos, em janeiro de 1918, contava com o número de 40. Já no curso especial noturno que se iniciava, o Externato possuía um significativo número de alunos.

Um fato que desperta atenção é a informação de que ainda no ano de 1916 a subvenção municipal teria aumentado para 15 (quinze) o número de bolsas destinadas a alunos da municipalidade, porém, nesse balanço e nos seguintes, o número de alunos bolsistas permanece em 10 (dez). Cortes nos recursos ou incoerência de informações?

As aulas no Externato possuíam o seguinte horário: as aulas do curso de Primeiras Letras com as disciplinas de Língua Materna e Cálculo aconteciam de segunda à sábado de 07h00 às 11h00 e um horário de estudos das 13h00 às 16h00. As aulas do primeiro ano do curso Primário com as disciplinas de Português, Caligrafia, Aritmética, Geometria Prática, Geografia, Chorografia do Brasil, Lições de Coisas e Educação Cívica e Moral, as do segundo ano curso Primário com retirada das disciplinas de caligrafia e lições de coisas e o acréscimo da disciplina de Noções de Ciências eram realizadas de segunda à sábado de 08h00 às 11h00. O curso secundário deveria funcionar das 08h00 às 12h00 e o noturno das 18h00 às 20h00. Aos alunos do curso de primeiras letras e primário era obrigatório o fardamento escolar e a todos era exigido o comparecimento no horário marcado com tolerância de 15 minutos. Nas “observações” da imagem a seguir, o diretor Fernando Carvalho também alerta para o fato de não aceitar recados/ justificativas de ausências verbais vindos através dos próprios alunos, mas que os responsáveis podiam falar pessoalmente com a diretoria, por escrito ou através de pessoas idôneas.

Figura 18: Horário de aulas do Externato Codoense

A ESCOLA

Externato Codoense

(Fundado a 7 de Janeiro de 1916)

HORARIO DAS AULAS

Curso de primeiras letras			Curso primario 1.º anno			Curso primario - 2.º anno			CURSO SECUNDARIO
Materias	Dias	Horas	Materias	Dias	Horas	Materias	Dias	Horas	
Lingua materna	Todos os dias	7-10	Português	3.ª 5.ª Sabs	8-9	Português	3.ª 5.ª Sabs	8-9	O curso secundario funcionará das 8 às 12 horas, havendo de cada materia três aulas por semana. Funcionará o curso nocturno das 18 às 20 horas, se houver, porem, no mesmo, alumnos matriculados em numero de seis, no minimo.
Calculo	10-11		Caligraphia	3.ª 5.ª Sabs	8-9	Arithmetica	2.ª 4.ª 6.ª	9-10	
Estudo	Todos os dias	13-16	Arithmetica	2.ª 4.ª 6.ª	8-9	Geom. pratica	3.ª	9-10	
			Geom. pratica	6.ª	10-11	Hist. do Brasil	5.ª Sabs	10-11	
			Geographia	2.ª 4.ª 6.ª	9-10	Geographia	2.ª 4.ª 6.ª	10-11	
			Ch. do Brasil	3.ª	10-11	Ch. do Brasil	5.ª	10-11	
			Ligões de coisas	3.ª	10-11	Ed. civ. e moral	5.ª	10-11	
			Ed. civ. e moral	4.ª	10-11	Noções sciencias	Sabs.	9-10	

OBSERVAÇÕES

As aulas não funcionarão aos domingos, dias feriados, nacionaes e estaduais, e dias santificados.

Nos dias feriados os alumnos comparecerão ao estabelecimento para ouvir a prelecção sobre a data, feita por um dos professores.

Os alumnos dos cursos de primeiras letras e primario são obrigados a frequentar o estabelecimento fardados, com o uniforme já adoptado.

Os alumnos deverão comparecer á hora marcada por este horario, sendo-lhes vedada a entrada passados quinze minutos, salvo quando a demora for plenamente justificada.

O director não tomará em consideração recados verbaes trazidos pelos alumnos, dos seus paes ou protectores. As relações entre estes e o director devem ser pessoas, por escripto, ou por intermedio de pessoas idoneas.

Codo, 6 de Janeiro de 1918

O director

Fernando Barbosa de Carvalho.

Fonte: Jornal "A ESCOLA" (1918)

Os livros adotados pelo colégio com fins ao seguimento dos moldes e preceitos da pedagogia moderna, que segundo eles, o colégio oferecia, eram: no curso de Primeiras letras - Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto, série Pulggari Barreto (1º a 4º livro), 1º livro de cálculo do professor Joaquim Santos; No Curso primário - 1º Ano - Gramática Portuguesa, primária, de Veríssimo Vieira, 2º livro de cálculo do professor Joaquim Santos e Geografia primária de Lacerda; 2º Ano - Gramática Portuguesa, primária, de Veríssimo Vieira, Aritmética primária da editora Frère Théophile Durand (F.T.D.) Geografia Primária de Lacerda, História do Brasil primária de João Ribeiro, Noções de Sciencias de F.T.D e Geometria Prática de Olavo Freire.

Pela última edição encontrada no jornal (1920), percebe-se que as obras adotadas em 1916 permaneceram, sendo acrescentados no primeiro ano do primário o livro de geografia de Arthur Thiré e Nossa Pátria de Rocha Pombo. Já o ensino secundário adotava os mesmos livros utilizados no Liceu Maranhense, mas o jornal não apresenta nomes. Os horários de aula do Externato também permaneceram, sendo apenas modificados os valores de mensalidades do curso primário que passou a ser de 8\$000 (oito réis) e agora por aluno em vez de matéria.

Figura 19: Anúncio Externato Codoense

EXTERNATO CODOENSE

FUNDADO A 7 DE JANEIRO DE 1916

Edifício próprio, higienico e confortavel

INSTRUÇÃO INTELLECTUAL, MORAL, CIVICA,
— PHYSICA E MILITAR —

Primeiro estabelecimento de ensino do interior do Estado do Maranhão e o unico que mantem um bem regido organo mensalio de formato regular e de feição moderna, destinado exclusivamente a propagação civica e ao combate ao analfabetismo.

Mantem este Externato os seguintes cursos: *primeiras letras, primario e secundario*, além de um curso especial, *nocturno*, para operarios.

Todo o ensino é feito de accordo com os modernos principios da pedagogia, sendo os livros adoptados de accordo com esses principios.

Dispõe de competantissimo corpo docente.

MENSALIDADES:

Primeiras letras, cada alumno,	5\$000
Primario, cada alumno	8\$000
Secundario, cada materia	5\$000
* mais de uma, cada	4\$000

CURSO NOCTURNO PARA OPERARIOS—MEDIANTE PREVIO ACCORDO.

DIRECTOR,
Prof. Fernando Barbosa de Carvalho.

Codó — Maranhão.

Fonte: Jornal “A ESCOLA” (1920)

Quanto ao número de alunos foi possível observar que ao final do ano de 1920 o curso de primeiras letras tinha 28 alunos; o curso primário (1º ano) 12 alunos; o curso primário (2º ano) 05 alunos; o curso secundário possuía 04 alunos e o noturno 38 alunos.

Já o corpo docente também foi modificado: o professor Henrique Figueiredo substituiu o professor Mariano Castro em 1918 e, em 1919, Lúcio Silva Miranda passou a ser o responsável pelas aulas de instrução física e militar no lugar de Justino Lopes, bem como o professor Pedro Correia Pinto substituiu Elisabetho Barbosa de Carvalho.

Uma marca projetada do Externato Codoense presente tanto no jornal “A Escola” como noutros jornais codoenses do período, veiculados e elogiados pela imprensa local, era a “disposição do colégio para com o cumprimento de seu dever cívico-patriótico”, que segundo as manchetes, podiam ser vistos nas festas escolares realizadas. Sendo parte integrante do estatuto e obrigatória a presença dos alunos também nos dias de preleções, as festas escolares ganhavam destaque nas manchetes de jornal e exceto em maio de 1917, por ocasião da enchente do rio Itapecuru, aconteciam com rigor. A primeira delas foi realizada logo no primeiro ano de funcionamento da escola, em 1916.

E em outra parte os Estatutos [...] manda que o diretor do Externato, promova, sempre que possível, uma festa cívica solene nas grandes datas nacionais e estaduais. Bem compreende V. Exc. o alcance desta exigência dos Estatutos: tem ela por fim não só arraigar nos corações dos meninos o amor da Pátria clareando lhes os espíritos com a benéfica luz dos exemplos de altruísmo, de humanidade, de patriotismo, enfim que representam as datas nacionais, como também chamar a atenção do povo para essas datas (que entre nós passam quase despercebidas) afim de não amortecer-lhe, nos corações o amor a grandeza de nossa terra. Esta Diretoria resolveu, pois, dar começo a execução dessa parte patriótica dos Estatutos, no dia 03 de Maio próximo a vir em que festeja o descobrimento do Brasil, fazendo percorrer após uma sessão cívica, as principais ruas desta cidade, uma passeata em que deverão tomar parte todos os colégios existentes entre nós, como se espera do patriotismo dos seus respectivos diretores¹⁹⁹.

A festa de 03 de Maio de 1916 foi relatada na seção anterior, mas a ela retornou-se para evidenciar a demanda do estatuto da escola e o objetivo de tal exigência: “arraigar nos corações dos meninos o amor da Pátria” bem como “chamar a atenção do povo” para a “importância de comemorá-las não permitindo que as pessoas esqueçam-se da grandeza da Pátria”, de modo a “despertar” exemplos das características desejadas como o altruísmo, a humanidade e o patriotismo.

Além das datas citadas em seção anterior, outra data bastante comemorada no Externato era dedicada especialmente às crianças: o dia da criança e a festa das árvores. No discurso do professor Mariano Castro, considerado “eloquente, esclarecedor e inspirador” aos presentes foi publicado no jornal:

Queridas crianças [...]

O congresso do nosso Estado, que, como deveis saber, é quem faz as nossas leis, escolheu o dia primeiro de Junho para ser consagrado à criança maranhense e ordenou que no dia de hoje, em todo o Estado, se reunissem as escolas para festejar essa data.

É por isso que vós estais aqui reunidos; vamos festejar, pela primeira vez em Codó, o vosso dia, **o dia consagrado à criança, esse futuro da pátria, de quem tudo se espera** [grifo da autora].

Sim, meus meninos, consagrando a vós o dia de hoje, o governo não vos quis com isso dar mais um dia de folga aos vossos estudos, e sim vos demonstrar de que tendes **o vosso valor pessoal, de que a pátria conta convosco para os embates da vida no futuro que não vem longe** [grifo da autora].

O dia de hoje quer dizer que deveis estudar mais e mais, que apesar de crianças, deveis compreender que **são de crianças que se fazem os homens** [grifo da autora], esses homens venerados e estremecidos pelo país inteiro, como Rui Barbosa, Rio Branco, Bocaiuva, Benjamim Constant e muitos outros.

[...]

O dia de hoje também é destinado a festa da árvore.

De certo ides ficar enciumados com essa sociedade ao vosso dia.

¹⁹⁹ Jornal “A Escola”, nº 01, pág.03.

Não tenhais ciúmes: vós, **meus queridos meninos, e a árvore, são quase que a mesma coisa; sois semelhantes e a vossa vida é igual em tudo** [grifo da autora] e por tudo a árvore que também neste dia comemoramos. Ao sairdes daqui, ides plantar umas árvores em comemoração ao dia. Vede: vós hoje sois criança; as vossas cabecinhas mal pensam nos livros para mais se dedicar às traquinadas, aos brinquedos de toda sorte; e a arvorezita que ides plantar? Também é pequenina como vós; fresca, descuidada ela só pensa, como vós, em crescer²⁰⁰.

A festa de 1º de junho dedicada às crianças e às árvores consistia num momento crucial para estender às crianças o amor pela Pátria. No discurso do professor Mariano Castro fica evidente a valorização dada pelo colégio àquele dia, bem como à iniciativa do governo maranhense de dedicar um dia para enaltecer aqueles considerados o futuro da pátria, que como retorno ao “incitamento do governo que demonstrava reconhecer o valor pessoal de cada criança”, as mesmas deveriam ser gratas e dedicadas aos estudos para que crescessem e se transformassem em homens “venerados e estremecidos pelo país inteiro”, homens desejados pela Pátria.

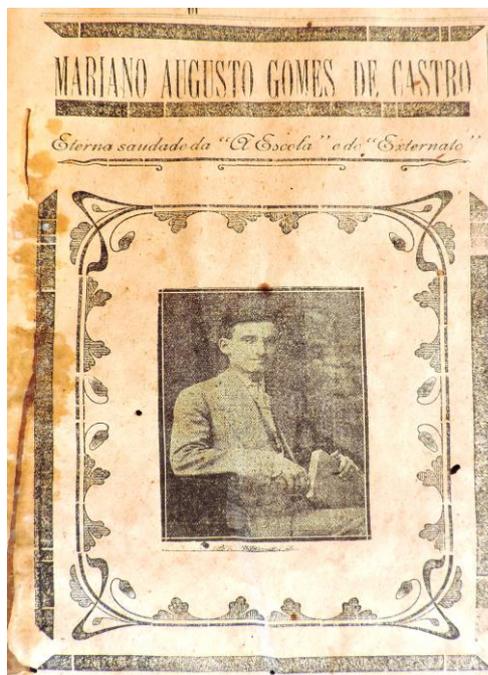
Comparadas às árvores do início ao fim da vida, as crianças podiam acompanhar no discurso do professor, uma visão de vida próspera e cheia de realizações e como citado no discurso, após a preleção os alunos saíram do colégio para plantar suas árvores. Mas, não somente os alunos do Externato. Da festa também fazia parte o Externato Christino Cruz, o Colégio São José e as Escolas Mistas Estaduais e Escola Mista Municipal. Na ocasião, os alunos da Escola Mista Municipal cantaram o hino da árvore, acompanhados pelas bandas de música “Lira Codoense” e “Flor do Alto” e houve recital de poesias. Ao fim da preleção realizada no prédio do Externato Codoense, os colégios saíram com standartes e pequenas árvores pelas ruas Afonso Pena e César Brandão em desfile acompanhados por pais e demais espectadores. Após o plantio das árvores na Praça Martiniano Coelho, o préstito se dissolveu.

O professor Mariano Castro, responsável pelo discurso acima, que chegou ao Externato Codoense em outubro de 1917, foi um dos fundadores do Jornal “A Escola” e tendo experiências anteriores com a imprensa foi colaborador assíduo nos seis primeiros números. Apenas nos seis primeiros números porque a sua foto

²⁰⁰ Jornal “A Escola”, nº 06, pág.01.

estampada no número 7 da “A Escola”, veio com a legenda: Mariano Augusto Gomes de Castro: Eterna saudade da “A Escola” e do “Externato”.

Figura 20: Professor Mariano Augusto Gomes de Castro



Fonte: Jornal “A ESCOLA” (1918)

Já não existe. Já desapareceu para sempre, deixando-nos imersos em pungente dor, numa eterna, infinda, imensa saudade.

Levou-o a morte cruel, impiedosa, indiferente a tudo, às lágrimas santas de uma mãe carinhosa, que o adorava, às suplicas dos amigos que o amavam, e que, debalde, se esforçaram por não ficar privados de uma convivência tão boa e tão feliz.

Ah! Dessa convivência, quantas lembranças, quantas recordações, quantas saudades sentimos nós que o tivemos ao nosso lado, unido numa amizade fraternal, a gozar e sofrer conosco as mesmas alegrias, os mesmos dissabores!

O seu trato, delicadamente fino e amável, as suas maneiras finamente nobres, o seu caráter reto, puro, impoluto, que o elevava à altura dos mais dignos, o companheiro, enfim, esforçado amigo, leal na luta, que junto empreendemos criando a “A Escola”, em defesa da causa santa da instrução desta terra, tudo desapareceu num momento, deixando-os, apenas, com a eterna saudade, o exemplo a seguir, o exemplo da vida. Choremos a sua morte, já que o não podemos livrar dos braços impiedosos dela.

Mas, não o esqueçamos jamais e procuremos guiar os nossos passos no escabroso caminho desta ingrata existência com o reflexo brilhante da vida, que ele teve, vida toda cheia dos melhores exemplos. É desse reflexo que continuará a viver a “A Escola”, órgão do Externato Codoense, que não o esquecerá nunca, nunca, animado sempre pela benéfica influência da sua invejável inteligência. Mariano, morto, continuará a viver conosco, com a lembrança sempre presente dos ensinamentos que nos deixou.

Às lágrimas de sua inconsolável mãe, juntamos às nossas, cheias de muita dor, de muita tristeza, de muita saudade!²⁰¹.

A morte do professor Mariano Castro, de modo inesperado, foi relatado como um triste acontecimento registrado nas páginas do jornal “A Escola”. Nas manchetes não há uma revelação sobre a causa do falecimento. A informação que se tem é de que o professor adoeceu gravemente em junho e para tratar-se seguiu com sua mãe para o Povoado Côcos, no município de Codó. Porém, no dia 22 de julho o mesmo veio a falecer naquele povoado. Nesse mesmo dia, o coronel João Pedro Ribeiro, o farmacêutico Luiz Coelho e o professor Fernando Carvalho seguiram para o povoado levando o caixão onde seria depositado o corpo de Mariano. No dia seguinte, o corpo chegou à cidade, onde um grupo de alunos do Externato devidamente uniformizados e demais pessoas da sociedade codoense aguardavam na estação de trem. O Externato decretou luto de 3 dias e mandou celebrar as missas de um mês e um ano do falecimento do professor. De acordo com as manchetes, no enterro grande era a comoção da mãe, de alunos, de amigos e de Fernando Carvalho, que lamentava a morte do amigo:

Pobre Mariano! Pobre amigo!
 Tiveste a sorte das meigas flores, das borboletas azuis, das inquietas mariposas!
 Ceddo te vais! Ceddo descansas! Mas deixaste um nome aureolado: uma história digna e honrosa.
 Prestaste, neste teu curto peregrinar pela vida, o melhor bem possível, porque muito ensinaste, e ensinar, Mariano, tu melhor do que eu sabias, e dispensar os maiores benefícios, praticar as melhores caridades, e fazer até, senhores, a própria felicidade.
 E foi o que fizeste, ensinando e o que sempre procurava fazer, substituindo, assim, as trevas pela luz, a inércia pelo trabalho, a tristeza pela alegria, a dor pelo gozo!
 Eras bom, eras generoso, eras humanitário!
 Foste útil aos teus, à sociedade, à pátria, à humanidade!
 Senhores:
 Eu não vim aqui trazido somente por este sentimento religioso, por esse sentimento de piedade cristã, que todos devemos ter para com os que morrem! Não, senhores. Aqui estou, aqui vim, aqui me encontro, impelido também pela amizade e pelo afeto, que dedicava ao morto e mais ainda, senhores, pelo reconhecimento, pela gratidão, de que ele se tornou credor! Não falo aqui, apenas como amigo particular que era de Mariano Castro, mas ainda também como diretor que sou do Externato Codoense, desse estabelecimento de instrução, a que ele, por pouco tempo embora, prestou entretanto os melhores serviços, sempre satisfeito e dedicado, iluminando, com as luzes do seu talento de escól e de sua rutila inteligência, os espíritos e as consciências, ainda em formação, dessas fagueiras esperanças de

²⁰¹ Jornal “A Escola”, nº 07, 1918, pág.01.

nossa pátria, desses queridos alunos, que aqui vêdes, e que aqui vieram também lhe prestar as suas últimas homenagens.
Adeus! Mariano! Adeus!²⁰².

O professor Mariano Castro, nascido em 16 de julho de 1891, era natural de Viana-MA. Filho de Estevam Teles Pinto e Isabel Castro Pinto iniciou os seus estudos em São Luís, matriculando-se no Liceu Maranhense aos 13 anos de idade e já aos 14 anos começou a exercer a profissão de professor particular. Bacharelou-se em Ciências e Letras no mesmo Liceu, e colaborou nos jornais maranhenses “A Pacotilha” e “A Tarde”. Nesse último jornal trabalhou ao lado de Antônio Lobo²⁰³. Segundo a “A Escola” estava exercendo o cargo de diretor da Escola Noturna Municipal da Capital, quando foi nomeado agente fiscal de consumo de Codó, após aprovação em concurso e veio para a cidade de Codó, onde faleceu aos 27 anos de idade.

Já os irmãos fundadores do Externato Codoense tiveram vida mais longa. Da cidade de Amarante, estado do Piauí, eram filhos do Coronel Raimundo Barbosa de Carvalho e Julia Maria Gonçalves, membros de uma nobre, importante e numerosa família daquele estado.

²⁰² Jornal “A Escola”, nº 07, 1918, pág.01.

²⁰³ Antônio Lobo foi um jornalista, poeta e professor que nasceu em São Luís em 4 de julho de 1870, e faleceu na mesma cidade, a 24 de junho de 1916. Dirigiu a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e a Instrução Pública e também atuou na direção e colaboração de jornais e órgãos maranhenses. Entusiasta polêmico tornou-se um dos grandes intelectuais do Maranhão, além de ser um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras (Fonte: Academia Maranhense de Letras).

Figura 21: Elisabetho Barbosa de Carvalho



Fonte: Jornal “A ESCOLA” (1920)

Elisabetho Barbosa de Carvalho era juiz municipal, atuando inicialmente no município de Coroatá e depois em Codó e em várias cidades do Maranhão. Seu nome e ações realizadas enquanto juiz é encontrado em vários periódicos da época. Elisabetho concluiu o curso de Humanidades em Teresina e depois seguiu para Recife onde recebeu o grau de Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. De acordo com dados do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) – onde é ocupante da cadeira nº 34 – ao ser deslocado para a cidade de Pinheiro enquanto juiz municipal, no estado do Maranhão, casou-se e lá fundou o jornal “Cidade de Pinheiro”. Enquanto desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Elisabetho chegou a ocupar o cargo de presidência do Tribunal. Além disso, no ano de 1942 foi nomeado interventor federal, também ocupando uma cadeira na Câmara Federal e o cargo de prefeito municipal de Pinheiro no período de 1960 a 1964.

Por ocasião do seu aniversário comemorado a 11 de novembro, o jornal “A Escola” prestou a seguinte homenagem à Elisabetho:

[...] Não é só por esse lado [juiz municipal] que se salienta o vulto a que nos referimos.

É ele também um sacerdote fervoroso do ensino da humanidade, uma poderosa alavanca contra o analfabetismo que medra em alta escala a nossa terra, do que nos tem dado sobejas provas.

Unido ao seu digno irmão, o hábil professor Fernando Barbosa de Carvalho, erigiu nesta cidade um magnífico templo à instrução, ao qual deram o nome

de “Externato Codoense”, onde a nossa mocidade recebe, com dedicação e carinho, o ensino primário e secundário pelo sistema moderno, sendo ele um dos habilitados lentes desse Instituto.

Do mesmo modo, coopera para o luminoso sulco que vai deixando na arena jornalística este periódico, também de sua criação.

Agora, cabe nos tratar de homem particular, que não pode destoar do que tem sido o homem público.

Bom filho, bom irmão, bom parente, bom amigo, não pode deixar de ser o bom cidadão que se revela com todo o cavalheirismo e urbanidade no seio da nossa sociedade, da qual é um dos primeiros orçamentos.

Tem se achado sempre nela à frente de qualquer ideal atinente à sua civilização e engrandecimento.

Nós que consideramos o mais obscuro e humilde dos seus amigos e admiradores, não podemos deixar de solicitar um canto da bem feita ‘A ESCOLA’, para dele enviar ao aniversariante os nossos mais sinceros votos de felicidade, e de contentamento pela passagem do seu venturoso natal²⁰⁴.

Considerado um homem de importância pública pelos cargos ocupados nas diferentes cidades pelas quais passou, Elisabetho tinha uma estreita relação com a imprensa. Faleceu em 18 de março de 1966 (MARANHÃO, 2013).

Figura 22: Fernando Barbosa de Carvalho



Fonte: Jornal “A ESCOLA” (1919)

²⁰⁴ Jornal “A Escola”, nº 11, 1918, pág.01.

Fernando Barbosa de Carvalho tem o nome mais conhecido entre os codoenses, com biografia em maior destaque na história do município, possui seu nome gravado na biblioteca central da cidade e numa das ruas do centro. Mesmo sendo natural da cidade de Amarante, no estado do Piauí, Fernando Carvalho desempenhou seu papel enquanto destacado homem público no estado do Maranhão.

Também possuía bacharelado em Direito e atuou como advogado, jornalista, poeta e escritor. Foi signatário da Constituição Estadual do Maranhão, promulgada em 28 de julho de 1947 e deputado estadual entre os anos de 1947 a 1951. Foi secretário de Educação e Cultura, no governo de Eugênio Barros e no governo de Eurico Ribeiro, ocupou o cargo de secretário do interior, justiça e segurança. Enquanto escritor publicava com o pseudônimo de “Thirso Júnior” vários artigos no jornal fundado por seu irmão, “Cidade de Pinheiro”. Tem seu nome registrado enquanto membro da Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira nº 17.

Quando jovem em sua terra natal, acidentou-se numa das moendas de um engenho de cana perdendo seu braço direito. Fato que pode ser conferido no discurso de posse de Alfredo Luís Bacelar Viana ao ocupar a cadeira nº 17 da Academia Maranhense de Letras, que tinha como patrono Sotero dos Reis, fundador José Augusto Corrêa e sucedida por Mata Roma e Fernando de Carvalho, antecessores de Alfredo Bacelar:

Posso evocá-lo, com as minhas lembranças, desde menino. Tinha um braço amputado e essa impressão é sempre forte para uma criança. Fazia-o diferente, um tipo incomum aos meus olhos, com a manga vazia caindo, disciplinadamente, no bolso inferior do paletó. Conheci-o porque foi companheiro de assembleia do meu pai. Companheiro, sob a minha ótica de adulto, uma vez que, à época, com radicalismo intransigente das crianças, era ele um adversário, pois, pertencia a partido contrário ao do meu velho [...] ²⁰⁵.

Em meados dos anos 60, Fernando Carvalho foi morar em São Luís com sua esposa “Dona Sinhá”, que adoeceu e faleceu tempos depois quando os dois programavam uma viagem para o Oriente Médio. Frustrado com o acontecido, Fernando Carvalho doou todo o dinheiro economizado para a viagem para ser

²⁰⁵ ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS, 1978.

distribuído entre os codoenses mais carentes. Fernando Carvalho faleceu no ano de 1976²⁰⁶.

Fernando Carvalho exerceu o Magistério particular a vários alunos que mais tarde se destacaram em diversas atividades locais e para além das fronteiras codoenses. Participou da fundação do Ginásio Codoense em 19 de outubro de 1952, sendo empossado na mesma data, na presidência da CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos). Ao longo de sua vida escreveu as obras: “Práticas de Português”, “Crônicas Doutrinárias”, “Poesias”, “Voz da Razão” e “Trovas”. Além de muitos textos e poemas publicados na imprensa, como nos jornais codoenses: “A Escola”, “Correio do Codó”, “Comarca”, “O Monitor”, entre outros.

Os irmãos Carvalho eram constantemente homenageados nos jornais codoenses da época e enquanto fundadores do jornal “A Escola” também procuravam homenagear aqueles que consideravam pessoas ilustres ou personagens destacados da história brasileira.

3.3 Personagens “ilustres” do jornal “A Escola”

O jornal procurava evidenciar – não diferenciando-se da educação do período republicano – os nomes e feitos daquelas pessoas consideradas ilustres para o país e para a sociedade codoense e maranhense. Dão prova disso, as legendas das homenagens feitas que corroboram com a valorização dada a essas pessoas.

Dos homenageados pelo jornal, foi possível compor o seguinte quadro:

²⁰⁶ MARANHÃO, Instituto Histórico e Geográfico do. **Ocupantes de cadeiras**. São Luís: IHGM, 2013.

Quadro 04: Homenageados do “A Escola”

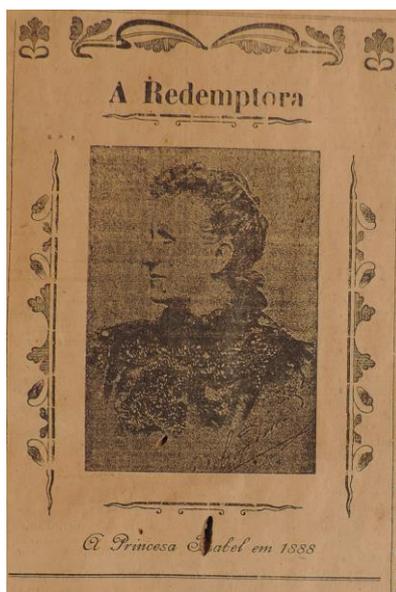
LEGENDAS	HOMENAGEADO (A)	Nº DO JORNAL
Brasileiros ilustres	Conselheiro Ruy Barbosa	01
Os amigos do Externato	Major Alcebíades d’Aguiar Silva	02
Os amigos do Externato	Major Otávio Augusto da Silveira	03
Os mortos ilustres	Francisco Sotero dos Reis	04
A Redentora	A Princesa Isabel	05
Os nossos representantes	Dr. Herculano Nina Parga	06
Saudades eternas	Mariano Augusto Gomes de Castro	07 e 08
O nosso diretor	Fernando Barbosa de Carvalho	09
Os nossos magistrados	Dr. Eleazar Soares do Campos	10
Os nossos deputados	Major Alcebíades Silva	14
Os prefeitos do Codó	Capitão Francisco Sérgio Bayma	22
Os prefeitos do Codó	Coronel Manoel Ferreira Bayma	24
Os nossos magistrados	Elisabetho Barbosa de Carvalho	25

Fonte: A autora (2018)

Eram homenageadas pessoas em vida, geralmente por ocasião de seus aniversários, que acima de suas fotos no jornal, eram apresentadas como “Os Brasileiros ilustres”, “Os Amigos do Externato”, “Os Nossos representantes”, “Os Nossos magistrados”, “Os Nossos deputados”, “Os Prefeitos do Codó”, isto é, personagens nas quais o Externato Codoense e o Jornal “A Escola” se identificavam e sentiam-se representados. Igualmente por ocasião de seu aniversário, foi lembrado o diretor do Externato, professor Fernando Carvalho. Além destes, também entraram para o quadro de ilustres, os que já não estavam mais presentes fisicamente, mas que, tinham deixado mesmo após a morte, um legado a ser lembrado e seguido, a exemplo do professor Mariano Castro, de Francisco Sotero dos Reis (jornalista e escritor maranhense) e da “Redentora”, a princesa Isabel. Esta última pelo “feito pátrio de libertação dos escravos” em 1888. Destaca-se esta, como a única mulher a fazer parte do presente quadro do jornal. As fotos sempre em destaque, ao centro da primeira página do jornal, eram seguidas por pequenos

textos que traziam uma biografia dos homenageados com ênfases para relevância dos mesmos como exemplos de pessoas que se dedicaram à Pátria e que tiveram boa instrução escolar.

Figura 23: Princesa Isabel no quadro de homenagens



Fonte: Jornal "A ESCOLA" (1918)

Nesta seção, de forma bem clara, é possível observar detalhes que atentam para o tipo de sociedade, de política e não diferente, de concepção educacional que o Externato Codoense evocava para si e para o seu corpo discente. Além disso, um quadro de homenagens composto em maioria por personagens masculinas reiteram a valorização da instrução voltada para homens, público atendido pelo colégio. Seguindo a mesma linha, o espaço literário do jornal não apresenta nenhum poema escrito por mulheres.

3.4 Apreciando as produções dos poetas: o Espaço Literário

Outra seção do jornal "A Escola" era o "Espaço Literário", que tinha como local dedicado aos poemas, a quarta e quinta coluna da página dois²⁰⁷. O espaço foi idealizado pelo professor Fernando Carvalho, conhecido como um destacado poeta

²⁰⁷ Verificar o Anexo 01, fotos da página 02 do jornal "A Escola" (pág. 197).

codoense com publicações literárias em outros jornais, entre eles, em muitos números do “Correio do Codó” e, apesar de ter idealizado o espaço literário do “A Escola”, parecia preferir deixar espaço para outros colaboradores, apreciando as produções literárias. Entre os poemas, nota-se apenas o primeiro como de autoria de Fernando Carvalho e ainda, uma única poesia de um aluno do Externato Codoense, sendo ele “O Saber” de Constantino Nery Camelo presente no número 07. Os demais poemas eram colaborações externas, muitas enviadas para a redação do jornal e outros, seleções das leituras de Fernando Carvalho em diversos periódicos. Entre os poemas selecionados por ele, observam-se em maioria, os poemas de Olavo Bilac (contista e literato brasileiro, também criador do hino da bandeira brasileira) de quem era admirador assumido por sua literatura e campanha em prol da instrução escolar.

Observando não somente os títulos dos poemas como também analisando seus conteúdos, percebe-se que os mesmos seguem uma linha de valorização à educação, instrução escolar e patriotismo, adequando-se ao escopo do “A Escola” e do Externato Codoense. Por isso, de acordo com o conteúdo abordado, optou-se por subdividi-los da seguinte forma: a) poemas de instrução escolar; b) poemas cívico-patrióticos; c) poemas de educação doméstica e d) poemas de memórias, conforme pode ser observado no quadro seguinte:

Quadro 05: Espaço Literário

TEMAS	POEMA	AUTOR	Nº DO JORNAL
INSTRUÇÃO ESCOLAR	Escola	Fernando Carvalho	01
	A instrução	Américo Tupy	02
	O saber	Constantino Nery Camelo	07
	A Escola	Abílio de Sousa	16
	Língua Portuguesa	Olavo Bilac	19
	O sábio	Matos e Silva	23

CÍVICO-PATRIÓTICOS	O progresso	José Oiticica	03
	A Pátria	Olavo Bilac	04
	Hino Nacional Brasileiro	Joaquim Osório	10
	Hino à Bandeira Brasileira	Olavo Bilac	13
	Hino Nacional	Xavier de Carvalho	20
	Hino à paz	Félix Pacheco	21
	A nossa terra	Antônio Barbosa Godois	22
	Pátria	Júlio Dantas	25
EDUCAÇÃO DOMÉSTICA	Pai	Valentin Magalhães	08
	Oráculo	Guimarães Passos	11
	No lar	Alcino Clark	20
MEMÓRIAS	As árvores	Olavo Bilac	06
	O homem	José Augusto de Lima	05
	Contraste	Padre Antônio Tomaz	12
	Contraste	Euclides da Cunha	18
	Quarenta e seis anos	Olavo Bilac	24
	No túmulo de Mariano Castro	Joca Ribeiro	09

Fonte: A autora (2018)

Os poemas de instrução escolar caracterizam-se pelas exaltações ao saber, à escola, à língua materna e ao aprendiz, a exemplo dos trechos seguintes:

ESCOLA

Escola! Escola! Força ideal, sublime,
Augusta, majestosa e edificante!
És tu que acabas com o mal e com o crime,
Com tudo que é ruim e degradante.

Tu fazes de um ser brando um ser potente!

De um espírito triste, e fraco, e rude,
Um outro, alegre, e forte, e eloquente,
Como a Moral, a Fé, a sã Virtude!

A treva, apagas tu do entendimento,
Dando-lhe a luz divina do saber;
E finalmente, é esse o teu poder,
Tu purificas o nosso pensamento!

Por isto tudo é que te querem tanto!
Tu, que fazes de um vil, de um desgraçado,
Um feliz, um ditoso, um bom, um santo,
Como se fora ele predestinado.
(Fernando Carvalho)²⁰⁸.

No poema “A Escola”, com nome igual ao jornal, Fernando ressalta o papel da instituição escolar, associando à mesma o papel no combate ao mal, ao crime, as trevas trazidas pelo analfabetismo e, como um lugar de formação do homem alegre, forte e dotado de virtudes como a moral e a fé. Um lugar de purificação do pensamento. Do mesmo modo, o poema “Instrução” valoriza o saber e sua vitória sobre a ignorância, caracterizando a escola como um templo sagrado:

A INSTRUÇÃO
Quanto é sublime do saber a glória!
Longe a vitória da ignorância se vai!
Portanto, oh moços, do saber ao templo,
Dando exemplo, com prazer, entrai.
[...]
Ali reside do saber, o mestre,
Que vos adestra na ciência culta.
Nele achareis à perícia unido,
O amor crescido, que de um pai resulta.
[...]
(Américo Tupy)²⁰⁹.

Américo Tupy, identificando a escola como um templo do saber afirma que ali reside o responsável por habilitar os que adentram ao templo na ciência culta - o professor. Além disso, compara o sentimento do professor pelos seus alunos no ato de instruir como o amor de um pai aos seus filhos. Também valorizando o saber, aparece o poema do aluno do Externato, Constantino Nery Camelo:

O SABER
Grande coisa o Saber, está provado;
E nesta frase nós devemos crer.
Quem sabe em toda a parte é apoiado,

²⁰⁸ Jornal “A Escola”, nº 01 de 14 de Janeiro de 1918, Ano I, pág.02.

²⁰⁹ Jornal “A Escola”, nº 02 de 28 de Fevereiro de 1918, Ano I, pág.02.

Digo, pois: grande coisa é o Saber!
 [...]
 Ele é vida, é prazer, é glória, é tudo!...
 E aquele que, descrendo, quiser ver,
 Prossiga, com fervor em seu estudo,
 Que há de reconhecer esse poder!
 (Constantino Nery Camello, aluno do 2º Ano do curso primário do Externato Codoense)²¹⁰.

O aluno Constantino procura explicar o saber e atribuindo ao mesmo uma grandiosidade, o vê como fonte de vida, prazer e glória. Ainda deixa como recado àqueles que se mostrarem incrédulos ou indiferentes quanto ao que diz que prossigam em seus estudos para que, no futuro, possam reconhecer “esse poder”.

O poema de Abílio de Souza, igualmente intitulado de “A Escola”, considera a instituição como uma fonte de luz e império da bondade:

“A ESCOLA”
 Eis a fonte da luz, o império da bondade!
 O começo da luta e a base da subida!
 Na civilização e em tudo que convida,
 Aparece o esplendor de sua majestade.

Invejável missão! Sublime e honrosa lida!
 Civilizar, fazer o bem à humanidade,
 E praticas em grande escala a caridade,
 Enchendo de laureis as páginas da vida!
 (Abílio de Souza)²¹¹.

Abílio diz que a escola representa o começo de uma luta e um alicerce para quem quer galgar maiores conquistas e que a sua representatividade pode ser observada no seio da civilização, pois, civilizar é uma de suas missões de benfeitoria à humanidade. Já o poema de Olavo Bilac é específico à língua portuguesa e tem destaque no jornal pelo ensino de primeiras letras e alfabetização. Aprender a língua materna e desenvolver o amor a ela seria o primeiro passo para quem adentra a escola:

LÍNGUA PORTUGUESA
 Última flor do Lácio, inculta e bela
 És, a um tempo, esplendor e sepultura
 Outro nativo, que na ganga empurra
 A bruta mina entre os cascalhos vela...
 [...]
 (Olavo Bilac)²¹².

²¹⁰ Jornal “A Escola”, nº 07 de 28 de Julho de 1918, Ano I, pág.02.

²¹¹ Jornal “A Escola”, nº 16 de 31 de Maio de 1919, Ano II, pág.02.

²¹² Jornal “A Escola”, nº 19 de 30 de Setembro de 1919, Ano II, pág.02.

Por sua vez, os poemas de caráter cívico-patrióticos cantam a Pátria e o amor aos símbolos nacionais, ao progresso e a paz, como pode ser verificado em seus trechos:

O PROGRESSO

Progredir! Eis a Lei! Ser o magma do início,
Ser granito depois e, depois ser cristal;
Esporo exíguo- erguer-se a fruto alimentício,
Ameba- anteviver todo o reino animal!...
(José Oiticica)²¹³.

As ideias de progresso permeiam a educação do período republicano e não diferente faziam parte da cultura escolar do Externato Codoense que enfatizavam tais ideais em seus conteúdos, festas e preleções e este, para ser alcançado “necessitaria do empenho, trabalho e amor à nação por parte dos seus filhos”. Desta maneira, cantar o amor à pátria em cartilhas, jornais, discursos, entre outros meios, fazia-se primordial para o alcance deste objetivo:

A PÁTRIA

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.
Criança! Não verás país nenhum como este!
Olha que céus, que mar, que rios, que florestas!
A natureza aqui perpetuamente em festas.

É um seio de mãe à transbordar carinhos...
Vê que vida há no chão, vê que vida há nos ninhos!
Quase balança no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera!
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
O pão, que mata a fome, tudo o que agasalha,
Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, é feliz e enriquece!
Criança! Não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!
(Olavo Bilac)²¹⁴.

No poema “A Pátria” percebe-se que exaltar a nação corroborava-se com o conteúdo da disciplina Corografia do Brasil e, para além de um programa didático, fazia parte dos conhecimentos em prol da construção da identidade nacional. Num país onde se pouco conhecia sobre os limites, inclusive geográficos, a disciplina Corografia do Brasil tornou-se nas primeiras décadas do século XX, uma fonte de

²¹³ Jornal “A Escola”, nº 03 de 31 de Março de 1918, Ano I, pág.02.

²¹⁴ Jornal “A Escola”, nº 04 de 28 de Abril de 1918, Ano I, pág.02.

conhecimento sobre as regiões brasileiras²¹⁵, apesar das críticas posteriores quanto ao seu caráter positivista. Ressalta-se que, “Corografia do Brasil” tratava-se de uma obra da editora FTD, mas que por trazer uma imagem descritiva de um país a se conhecer, tornou-se uma disciplina em vários colégios, incluindo o Externato Codoense. A descrição, portanto, no poema acima, referente à exuberância da Pátria e aos recursos por ela assumidos cumpriam a missão de incutir à valorização à Pátria, também presentes no poema “A Nossa Terra”, que é uma canção sobre a grandeza da Pátria e que em seu estribilho afirma:

Amemos a Pátria
Que é bela e garrida,
Sagremos-lhes um culto,
Sagremos-lhe a vida.
(Antônio Batista Barbosa de Godóis)²¹⁶.

Aos símbolos nacionais também eram prestadas constantes homenagens. O jornal “A Escola” traz em suas páginas as letras do hino nacional brasileiro e da bandeira. Sobre o hino nacional, fatos a serem destacados: o primeiro deles é que, a letra do hino era precedida por um apelo aos pais de família:

Pais, se quiserdes ver a nossa Pátria forte, destemida e próspera, incuti no espírito juvenil dos seus filhos o sentimento da consciência cívica nacional, e o meio mais prático para consegui-lo é lhes ensinar o hino bendito deste grande Brasil²¹⁷.

O apelo do jornal aos pais de família destaca o aprendizado do hino como o meio mais prático para o desenvolvimento de uma consciência cívica nacional que deveria ser incutida no espírito dos filhos. Os pais deviam instruir o seus filhos sobre o amor à pátria ensinando-os o hino nacional. O outro fato trata-se da dualidade dos hinos adotados pelo Externato Codoense. O número 20 do “A Escola” traz o hino Nacional de Xavier Carvalho, sendo uma releitura, segundo o autor informa, do Hino Nacional Brasileiro reconhecido. Em nota, no jornal, Xavier afirma:

²¹⁵ FRANK, Bruno José Rodrigues. **Chorographia do Brasil (1922): Ensaio sobre a imaginação geográfica e construção da identidade nacional**. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 48-60, jan./jun. 2016. ISSN 2179-4510 – Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/>>. Acessado em: 13 de Abril de 2018.

²¹⁶ Jornal “A Escola”, nº 22 de 31 de Maio de 1920, Ano III, pág.02.

²¹⁷ Jornal “A Escola”, nº 10 de 31 de Outubro de 1918, Ano I, pág.02.

Cantando a Pátria através da grande música, em vez de fazê-lo diretamente, saí da órbita traçada? Um hino ao hino, dirão, em vez de um hino ao Brasil. Não há, porém, razão para tal. A alusão à música deve ser obrigatória em qualquer letra para o hino nacional, porque este já existe, na inspiração do ritmo, faltando-lhe apenas ser interpretado em palavras.

Foi o que eu fiz. Procurei explicar a grande obra de Francisco Manoel, de acordo com o sentimento da Nação como um canto de paz e guerra colocando sob cada sílaba a nota correspondente.

Descrevi o hino. E, assim, teria acaso deixado de descrever a Pátria, de evocá-la na melhor de suas evocações, essa música que é sua própria essência, a sua síntese e, o seu símbolo, a sua alma?

Não fora a evocação da hóstia a própria de Cristo?²¹⁸.

Xavier Carvalho rebatendo críticas justifica a sua versão para o hino nacional, afirmando ter realizado uma descrição, uma interpretação da mensagem que já possuía letra e melodia, isto é, uma síntese do hino existente, com a seguinte letra:

I

Estás, ó Pátria amada, neste símbolo,
Em notas musicais de etéreas graças.
Lembrando do Ipiranga o brado esplendido,
Num pálio a se estender sobre três raças.

Nas luzes de um estro novo,
Inspirado na beleza dos teus flancos,
Defines um grande povo,
De homens pretos, de homens índios, de homens brancos.

II

Refletes o Brasil sobre uma síntese,
No amor dos brasileiros debruçado,
Pintando, na imponência desta música,
Um pano no auri-verde constelado.

As nossas alvoradas e poentes,
Florestas, mar e sol, caudas correntes,
Revives nestes sons aurifulgentes.

Em que se encerra,
Em que fulgura o grande céu da nossa terra
Mostrando aos povos, na amplidão azul,
O cruzeiro do sul!

III

Na paz, as asas abres como um pássaro,
A erguer, ó Pátria, o ramo de oliveira,
Na guerra és epopeia, força indômita,
E toques de clarim junto à bandeira.

Na paz o progresso exprimes,
Em teu seio de cadências singulares,
Na guerra, os feitos sublimes
Pelas águas, pela terra, pelos ares.

IV

²¹⁸ Jornal "A Escola", nº 20 de 29 de Fevereiro de 1920, Ano III, pág.02.

Na paz és oficina, és livro e arado,
 Labores de comércio, indústria em jogo.
 Na guerra és a coragem do soldado,
 Num mar de fumo e pó, de sangue e povo.

E assim mostras n'um halo pela história,
 Heróis de guerra e paz sorrindo à glória,
 No ardor evocativo da vitória.

Como um tesouro
 A definir, entre ideais, cascatas de ouro,
 Num hino imenso que não tem rival,
 O Brasil imortal
 (Xavier Carvalho)²¹⁹

O hino nacional brasileiro escrito por Joaquim Osório Duque Estrada só teve sua letra oficializada pelo Decreto 15671, de 6 de setembro de 1922²²⁰, motivo pelo qual havia outros empreendimentos concorrentes neste símbolo nacional. Considerando isto, o número 22 do jornal traz uma nota sobre o hino nacional de Xavier Carvalho afirmando que, por decisão dos professores da cidade de Codó, ficou acordado que enquanto não fosse definido o hino nacional, seria cantada no município a versão do maranhense Xavier, de modo, que, por obra do Externato, foram reproduzidos exemplares do hino e distribuídos nas escolas codoenses.

Além do hino nacional, o jornal também trouxe as letras do hino à bandeira brasileira, além de poemas que valorizavam a paz estabelecida após o fim da Primeira Guerra Mundial, a exemplo do seguinte:

HINO À PAZ

Tudo era morte há bem pouco
 A Europa inteira, um vulcão,
 E, no pandemônio louco,
 Só se escuta o canhão.
 Mas volta o riso e começa
 Por obra e favor da Cruz
 Bendita a paz que regressa
 Abrindo asas de luz!
 (Félix Pacheco)²²¹

Observa-se que os poemas cívico-patrióticos trazem características de uma “Tradição inventada”, conceito de Eric Hobsbawm para designar um conjunto de práticas arquitetadas, construídas e formalmente institucionalizadas possuindo uma

²¹⁹ Jornal “A Escola”, nº 20 de 29 de Fevereiro de 1920, Ano III, pág.02.

²²⁰ Decreto 5671 de 6 de setembro de 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15671-6-setembro-1922-487497-republicacao-91987-pe.html>>. Acessado em: 15 de Março de 2018.

²²¹ Jornal “A Escola”, nº 21 de 31 de Março de 1920, Ano III, pág.02.

natureza simbólica e ritualística que têm por fim inculcar no povo valores e normas de comportamento²²². Os símbolos nacionais são um exemplo deste tipo de tradição, pois, além de imprimirem na população um costume, ainda tornaram-se a marca de um tempo e de uma civilização.

Por sua vez, os poemas de educação doméstica, como sugere o próprio termo, referem-se à aclamada “educação de berço” bastante abordada no jornal “A Escola” e enfatizam a importância e responsabilidade da família na formação moral de seus filhos. Os poemas compartilham as mesmas ideias:

PAI
 O pai- um pensador profundo e honrado
 Sobre o virgíneo berço debruçado,
 Exala pelo olhar o coração.
 E sente que um dever novo e sublime
 De ora avante o viver lhe encanta e oprime
 - Fazer d'aquela anjinho um cidadão!
 (Valentim Magalhães)²²³

Em “Pai” Valentim Magalhães valoriza o homem enquanto “um pensador profundo e honrado” ao qual é encarregado do dever de fazer de seu filho um cidadão, tarefa que “encanta”, mas também “oprime” pelo tamanho da responsabilidade que, para ele, acarreta. Já em “No Lar”, Alcino Clark, avalia os percursos e percalços do papel do homem-pai na sociedade, quando nos embates da vida, este se vê abater por algum motivo, renova suas forças ao lembrar-se dos seus filhos, razão de suas lutas:

NO LAR
 [...]
 Quando na luta da vida,
 A coragem enfraquecida,
 Quer revoltar a razão,
 Veem-nos à mente os filhinhos,
 De nossa alma pedacinhos
 Que nos falam no coração.
 [...]
 (Alcino Clark)²²⁴

²²² HOBBSBAWN, Eric (org.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

²²³ Jornal “A Escola”, nº 08 de 25 de Agosto de 1918, Ano I, pág.02.

²²⁴ Jornal “A Escola”, nº 20 de 29 de Fevereiro de 1920, Ano III, pág.02.

Saindo de cena o pai, em “Oráculo” Guimarães Passos, apresenta um momento entre mulheres, onde um grupo de “mulheres belas” desdenha de outra que julgam não compartilhar da mesma beleza:

ORÁCULO

Contam que um grupo de mulheres belas,
Por muito belas, pouco virtuosas,
Disputando-se as formas primorosas,
Ria de uma outra inferior a elas.

Comparava a esta os olhos às estrelas,
Aquele as faces às purpúreas rosas,
Todas, os corpos, às visões graciosas,
Eternizadas nas antigas telas.

Porque, dizia a feia, a formosura,
Dentro não corresponde ao que é por fora,
E zomba dum triste criatura?

Para ser bela que me resta agora?
Pensava, e uma invisível e sonora
Voz lhe responde: “Sereis sempre honesta.”
(Guimarães Passos)²²⁵

Observando as comparações, “a feia”, faz uma autorreflexão do caráter das que se consideram belas, formosas e graciosas, chegando à conclusão que as mesmas pela atitude de zombaria apresentam contrastes no que seria considerado “beleza” e, em seu íntimo, para que pudesse superar o fato de não possuir os mesmos traços estéticos, encontra na honestidade, uma forma de beleza. Observa-se que, para Guimarães Passos quanto mais bonita “por fora” fosse a mulher, menos virtuosa seria e, com isso, enfatiza a importância da honestidade como um valor a predominar. Destaca-se que no período em questão, é iniciado um discurso sobre os valores que deveriam fazer acompanhar o “belo sexo”. No Brasil, o discurso republicano dá destaque à mulher enquanto fator essencial para o crescimento da nação, necessária a boa instrução dos filhos que deveriam ser os futuros governantes do país e, deste modo, cria-se um perfil ideal de mulher para a nação. Neste cenário, a mulher deveria “permanecer honesta, valorizar e priorizar o lar, os filhos e o casamento, pois essa era a garantia de sua aceitação na sociedade”²²⁶.

²²⁵ Jornal “A Escola”, nº 11 de 30 de Novembro de 1918, Ano I, pág.02

²²⁶ ARANHA, Luziane de Jesus. “**MULHERES CRIMINOSAS**”: o julgamento social dos crimes cometidos por mulheres no Maranhão. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). Fazendo Gênero

Já os poemas de memórias são exaltações à vida, à mocidade e a chegada da velhice, nas quais os autores procuram demonstrar que a aceitação da velhice faz parte de um ciclo necessário e que, não somente a mocidade, mas também a velhice tem sua beleza por trazer experiências, memórias e sabedoria. No poema “As árvores”, de Olavo Bilac, os homens são comparados às árvores, fato semelhante ao discurso de Mariano Castro na festa de 1º de junho, quando eram realizadas as comemorações pela festa das árvores e ao dia da criança maranhense:

AS ÁRVORES

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores novas, mais antigas;
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas.

O homem, a fera e o inseto à sombra delas
Vivem, livres de fome e fadigas;
E em seus galhos, abrigam-se as cantigas
E os amores das árvores tagarelas.

Não choremos, amigos, a mocidade
Envelheçamos rindo, envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem;

Na glória da alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem.
(Olavo Bilac)²²⁷

Análogo a uma árvore, o homem mais velho deveria ter orgulho de sua trajetória e não se ressentir pela juventude perdida, pois, quanto mais velha a árvore, mais bela também seria. Quanto mais experiente o homem, mais beleza possuía, uma vez que, sua idade acumulava as experiências e sabedorias de toda a uma vida e que serviriam para orientação dos mais jovens, ainda que a existência do homem fosse um mistério, como conta o poema “O Homem”, este deveria sempre evoluir, mesmo tendo como destino certo o cemitério:

O HOMEM

“Minha origem – mistério!” O estado atual- Mistério!
Quem sou eu na existência e o que serei na Morte?
[...]
Mas que importa? O meu braço é rijo, a lança forte

no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010, p.221.

²²⁷ Jornal “A Escola”, nº 06 de 30 de Junho de 1918, Ano I, pág.02.

É o meu lema evoluir: do lar ao cemitério!
(José Augusto de Lima)²²⁸

Para o padre Antônio Thomaz, o trajeto do homem possuía momentos concernentes à idade pelo qual o mesmo passava e com características próprias das etapas. Na juventude, esperanças como guia e um trajeto vigoroso, muitas vezes com passos descuidados, mas alegres e confiantes que nem se percebia a velhice chegar. Porém, diante da chegada da mesma, o homem começava a perceber suas ilusões e a desfazê-las, tornando-se sábio para discerni-las:

CONTRASTE

Quando partimos, no verdor dos anos,
Da vida pela estrada florescente,
As esperanças vão conosco á frente

E vão ficando atrás os desenganos.

Rindo e cantando, céleres e ufanos,
Vamos marchando descuidosamente.
Eis que chega a velhice, de repente,
Desfazendo ilusões, matando enganos.
(Padre Antônio Thomaz)²²⁹

Os poemas que relatam sobre a vida, juventude e velhice presentes no jornal, chamam atenção pelo caráter memorialístico que apresentam. São lembranças de pessoas já idosas que transcrevem em formato literário as memórias acumuladas ao longo de suas trajetórias que, por sua vez, foram permeadas de história social. Os autores dos poemas de memórias são pessoas que já viveram quadros de referência familiar e cultural e que, de algum modo, estão presentes nas lembranças do presente²³⁰.

Por fim, o último poema de “Memórias” aqui elencado, trata-se de um escrito de Joca Ribeiro, conterrâneo e amigo do professor Fernando Carvalho, a quem dedicou o poema “No túmulo do Dr. Mariano Castro”:

NO TÚMULO DO DR. MARIANO CASTRO

Para o distinto diretor do Externato Codoense

Perdeste um companheiro inolvidável,
Perdeste uma alma boa, pura e santa,

²²⁸ Jornal “A Escola”, nº 05 de 26 de Maio de 1918, Ano I, pág.02.

²²⁹ Jornal “A Escola”, nº 12 de 31 de Dezembro de 1918, Ano I, pág.02.

²³⁰ BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Um amigo leal, bondoso, afável,
Uma vida fecunda e sacrossanta!

Perdeste uma amizade incomparável,
Um talento d'escol que tudo encanta,
Um braço forte, um braço inquebrantável,
Que veio encher-te de tristeza tanta!

Perdeste, sim, repito, um companheiro,
Um caráter austero e combatente,
Um colega sincero e verdadeiro!

Eterna mágoa! Eterno dissabor!
- desejo, pois, contigo, juntamente,
Compartilhar essa pogente dor.
(Joca Ribeiro)²³¹

Joca Ribeiro, na tentativa de consolar o amigo Fernando Carvalho, ressalta as qualidades do professor Mariano Castro e compartilha a memória do falecido professor já citado anteriormente. O discurso de Fernando Carvalho e as páginas do jornal “A Escola” dedicadas a relatar sobre o acontecido, podem ter motivado a criação do poema acima e desenvolvido em Joca Ribeiro, o sentimento de empatia que o inspirou na criação do poema que, de imediato, foi aceito para publicação.

Sublinha-se que o quadro literário do jornal “A Escola” e seus respectivos poemas são preparados para um público-alvo específico. Entre os leitores do periódico estavam alunos, professores, pais, governantes/ homens públicos, pessoas que demonstravam interesse pela instrução escolar, pela questão cívico-patriótica, educação doméstica e que, em bom número eram admiradores da literatura. Alguns, inclusive colaboradores, homens de mais idade, tiveram seu falecimento anunciados na seção “Vida Social”, portanto, homens que chegaram à velhice exaltando-a.

3.5 Um espaço para a sociedade: seções vida social e notícias diversas

A seção “Vida Social” – em alguns números do jornal também chamada de “Codó Social” e localizada geralmente na segunda e terceira coluna da página 02²³² – trazia as datas de natalícios, viajantes (chegadas e despedidas), felicitações de aniversários, batizados, noivados, casamentos, alistamento eleitoral e necrotérios.

²³¹ Jornal “A Escola”, nº 09 de 29 de Setembro de 1918, Ano I, pág.02.

²³² Verificar o Anexo 01, fotos da página 02 do jornal “A Escola” (pág. 190).

Optou-se por não descrever a análise da seção, como feito com outras, não que seu conteúdo seja descartável, pois trazem inclusive importantes dados estatísticos da população codoense, porém, justifica-se a atitude pela quantidade de informações trazidas que exige um empreendimento mais específico e considerando a natureza do estudo aqui proposto. Todavia, um dado encontrado na seção considerou-se importante mencionar.

Pela seção “Vida Social”, entre os nomes dos viajantes e os desejos de “boa viagem” obteve-se a informação de que os fundadores do “A Escola”, Fernando e Elisabetho de Carvalho eram irmãos do coronel Orlando Barbosa de Carvalho²³³, identificado no jornal como um destacado comerciante da cidade de Oeiras, primeira capital do estado do Piauí, onde possuía influência política de valor. Orlando Carvalho, participou ativamente de um conjunto de intervenções que redesenharam o aspecto urbanístico de Oeiras, interferindo, positivamente, segundo Santos²³⁴, no cotidiano e no imaginário da cidade após um longo período de esquecimento pelo qual a mesma passou, após a transferência da capital do estado para a cidade de Teresina no ano de 1852.

Fernando e Elisabetho também eram irmãos de Cromwell Barbosa de Carvalho²³⁵, que ocupou o cargo juiz distrital da cidade de Floriano e de procurador geral do estado do Piauí. Cromwell residindo na cidade de Caxias, no período pesquisado, era o editor chefe do jornal “O Bloco” da mesma cidade. Tais informações ajudaram a compor melhor a biografia dos irmãos Carvalho e compreender suas origens familiares. Além das relações de parentesco citadas, destaca-se que entre os viajantes cujos nomes constavam na seção, há uma constância para as pessoas que ocupavam lugar de destaque na sociedade codoense e, portanto, com melhores condições financeiras para fazer viagens, a exemplo de fazendeiros da região com os títulos de coronel e major, além de médicos, advogados e comerciantes, geralmente com destino às duas capitais mais próximas, Teresina e São Luís.

²³³ Jornal “A Escola”, nº 05 de 26 de Maio de 1918, Ano I, pág.02.

²³⁴ SANTOS, Agnelo Pereira dos. **Ecoss da modernidade: Memórias e transformações urbanas sofridas por Oeiras (PI) em meados do século XX**. Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

²³⁵ O Centro Acadêmico recebeu o nome de Cromwell de Carvalho (CACCC – Direito UFPI), Curso de Direito da UFPI, Campus Petrônio Portella, numa homenagem a um dos fundadores da Faculdade de Direito no Piauí.

Mas, não somente o “Codó Social” era responsável por informar o leitor do “A Escola” sobre a vida codoense. As notícias diversas – sem um local específico no jornal e geralmente espalhadas nas quatro páginas – que aqui foram integradas numa seção, demandavam informações sobre vários aspectos citadinos, tanto locais como nacionais que revelam o contexto no qual estava sendo produzido e veiculado o jornal. As notícias foram organizadas no quadro a seguir e referem-se a fatos como a 1ª Guerra Mundial e seus desdobramentos, acontecimentos na cidade de Codó, entre outros.

Quadro 06: Notícias Diversas

NOTÍCIA	Nº DO JORNAL
O Brasil na Guerra	01
Os defeitos da Urbe	04
Câmara Municipal	05
No foro criminal	05
Relatório do Intendente	06
Tiro Codoense	06
Tiro Codoense	07
Tiro Codoense	08
Tiro de Coroatá	08
Cultura do milho	11
Tiro de Cajapió	11
Cultura do milho	12
Cultura do arroz	12
A Imprensa	15
Cultura da mamona e rícino	17
Luz Elétrica	18
Tiro Codoense	20

Fonte: A autora (2018)

Servindo a uma ideologia progressista, o jornal “A Escola” traz notícias sobre acontecimentos da *urbe* e nacionais e, considerando que em outubro de 1917 o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial, “A Escola” já em seu primeiro número passa a noticiar eventos da guerra, anúncios de alistamento e mensagens governamentais do então presidente da República Wenceslau Brás, que solicitava o apoio ao país por parte de seus patrícios, seja como soldado, seja como abastecedor de produtos oriundos da agricultura. Uma destas mensagens pode ser vista a seguir:

O BRASIL NA GUERRA: proclamação em 26 de outubro de 1917.

Impelido a reconhecer **o estado de guerra que não desejou, e que foi obrigado a aceitar** [grifo da autora] depois de uma neutralidade modelar, em vista dos crescentes e graves atentados à nossa bandeira praticados pelo governo alemão, nela entrou o Brasil para defender os seus sagrados direitos, formando ao lado dos que há mais de 3 anos se vêm batendo pelas conquistas da civilização e pelos direitos da humanidade, tendo já iniciado repesarias de franca beligenancia, de acordo com deliberação do poder legislativo. **É a paz à aspiração do país; foi ela em todos os tempos o ideal de nação educada nas normas do trabalho pacífico, do progresso, da ordem e do respeito aos direitos alheios; e desde os primeiros dias da independência a nossa ação internacional jamais se exerceu em detrimento de quem quer que fosse** [grifo da autora]. [...] Conhece o Brasil a soma de sacrifícios que está chamado a fazer e os encara sem vacilação. Não precisa o governo traçar regra de proceder de seus cidadãos. **Do litoral aos sertões, cada brasileiro cumprirá seu dever** [grifo da autora] como ele sempre entendeu e entende que deve cumprir na luta sangrenta cujas surpresas anulam dia a dia os mais avisados cálculos. [...] **Intensifique-se tanto quanto possível, a produção dos campos** [grifo da autora], afim de quê a fome, que bate já nas portas da Europa, não nos aflija também e antes possamos ser o celeiro dos nossos aliados [...] – Wenceslau Bras. – Presidente da República²³⁶.

Na mensagem acima é possível perceber que o então presidente tenta passar ao país a ideia de que o Brasil não entrou na guerra por livre vontade, pois, a paz entre as nações era o desejo que vigorava. No entanto, após um período de neutralidade exercida durante três anos, “viu-se obrigado” ao ingresso pelo crescimento das agressões nas quais o país vinha passando por parte dos alemães e pela necessidade de defender os seus direitos. Wenceslau afirma que cada cidadão, em todo canto do país, deve conhecer o seu dever para com a Pátria e pede que sejam dissipadas quaisquer divergências internas, uma vez que, uma nação indivisível deve ser apresentada ao agressor. Pede ainda, que não haja desperdício de qualquer recurso e que a produção nas lavouras seja intensificada para que a fome, que já assolava à Europa, não chegue à porta dos brasileiros e que tenham cuidados com a espionagem.

Em momentos posteriores, a campanha de intensificação da agricultura é elevada, pois o Brasil passa a fornecer alimentos para abastecimento das famílias europeias assoladas pela guerra. O presidente também faz um apelo aos brasileiros solicitando que respeitem as pessoas e os bens dos alemães, uma vez que, segundo ele, só ao governo cabe punir os que atentarem contra a defesa nacional. Convoca os brasileiros a se alistarem nas linhas de tiro e reservas navais, trabalhem

²³⁶ Jornal “A Escola”, nº 01 de 14 de Janeiro de 1918, Ano I, pág.04.

em prol da produção nos campos, velem contra a espionagem e estejam sempre em estado de alerta aos apelos feitos pela nação.

Com a campanha “O Brasil precisa de soldados, alistai-vos”, divulgada na imprensa, o governo solicita que sejam criadas linhas de tiro em todas as cidades, vilas e aldeias da União. Atendendo a esse chamado várias cidades começam a criar linhas de tiro, o que também acontece em Codó-MA e localidades próximas, a exemplo de Coroatá e Cajapió.

Em Codó, até então, é conhecida a história do Tiro de Guerra que foi criado em 31 de outubro de 1945, sendo um órgão de formação da reserva do exército brasileiro, com sede inicialmente na Rua Coelho Neto e transferida no ano de 1982 para o bairro São Benedito, onde permanece na atualidade²³⁷. O que muitos desconhecem é que a primeira iniciativa de formação de linha de tiro se deu exatamente no ano de 1918, quando, atendendo à solicitação do presidente da República, vários homens da localidade se reuniram e criaram uma sociedade:

TIRO CODOENSE

Está, finalmente, organizada, entre nós, a sociedade Tiro Codoense. Folgamos em transmitir esta notícia aos nossos leitores, porque, na verdade não se justificava a ausência de uma sociedade dessa natureza numa cidade populosa como a nossa, principalmente no momento atual em que o Brasil precisa do esforço de todos, diante de uma terrível guerra, que começando pela conflagração europeia já se estendeu a todas as partes do universo.

De quase todos os pontos do Brasil, as primeiras notícias da entrada da Pátria na grande batalha, partiram com entusiasmo, os mais vivos brados de patriotismo. As sociedades de linha de tiro, para logo se organizaram em diversas localidades, como o meio mais pronto de se colocarem os brasileiros alertas aos apelos da Nação. Codó, portanto, não podia permanecer indiferente a todo esse patriótico movimento. Daí o entusiasmo com que foi abraçada a ideia da fundação do “Tiro Codoense”, lançada entre nós pelo ilustre moço Dr. Luiz Cortez Vieira da Silva, que para cá veio ocupar o cargo de representante da justiça. A organização da sociedade se realizou no dia 2 deste mês, em uma das salas do Externato Codoense, numa grande reunião, para o qual foram todos os habitantes convidados por circulares distribuídos dias antes pela cidade.

A essa reunião compareceu avultado número de pessoas.

Presidida pelo dr. Elisabetho de Carvalho, oraram entre outras pessoas, o dr. Luiz Cortez Vieira da Silva, que explicou a necessidade e utilidade das associações de linhas de tiro e os senhores Ulisses de Jesus, João Pedro da Cruz Ribeiro e o intendente municipal coronel Raimundo Coriolano Ferreira Neves, colocando-se todos ao lado da fundação da sociedade.

Esta, depois da troca de ideias entre os presentes, foi declarada, finalmente, organizada, lavrando-se um ata, que todos assinaram.

[...] ²³⁸.

²³⁷ LEIA HOJE, Revista. **Enciclopédia do Maranhão-Codó**. Ano VI- Nº 49- Ano 2000.

²³⁸ Jornal “A Escola”, nº 06 de 30 de Junho de 1918, Ano I, pág.03.

A manchete acima traz trechos das atas lavradas nas reuniões da sociedade realizadas no Externato Codoense e na Câmara Municipal e apresenta os nomes do conselho deliberativo, entre eles, novamente os irmãos Carvalho, o gerente da fábrica de tecidos, políticos e comerciantes da cidade. A fundação do tiro codoense influenciou a criação de outras linhas, especialmente, em Coroatá e Cajapió, também noticiadas no jornal escolar. Após a criação da sociedade, o intendente municipal cedeu um terreno para a construção da linha e a notícia correu para os povoados, de onde vieram agricultores interessados em participar²³⁹. Os exercícios militares aconteciam aos dias de domingo sob a orientação de Luiz Cortêz e já se providenciava os uniformes dos alistados. Outra providência tomada pelo conselho deliberativo foi a incorporação do tiro codoense ao Tiro de Guerra Nacional, para onde foi encaminhado uma documentação requerendo a incorporação²⁴⁰.

Com a saída de Elisabetho Carvalho da cidade de Codó para ocupação do cargo de juiz municipal em Pinheiro e também de Luiz Cortês, transferido para a Comarca de Coroatá no cargo de promotor público, e ainda, com o país fora do estado de guerra, a sociedade optou pela dissolução que foi anunciada no jornal Correio do Codó, que ocorreu em 06 de setembro de 1920²⁴¹ e o saldo existente na tesouraria foi transferido para duas outras associações codoenses: o caixa escolar e o posto de ulcerados, dois empreendimentos que contavam novamente com a maioria dos associados do Tiro Codoense. Mesmo após, a saída da cidade de Codó, Elisabetho Carvalho continuava a contribuir com o jornal e seu trabalho no “Foro criminal” constituía a matéria da página 4, onde o juiz relatava sobre sua atuação, convocava pessoas para os juris e trazia discussões sobre as leis do país.

Entre as notícias diversas também estavam as ações da intendência municipal e reuniões da Câmara dos vereadores, com a prestações de conta do intendente através de relatórios que tanto eram publicados no jornal “Correio do Codó” quanto no “A Escola”. Vale ressaltar que, eram jornais que possuíam uma estreita relação com a municipalidade e, no caso do Externato Codoense, havia uma subvenção para auxílio nas aulas e manutenção de alunos. Além dos relatórios também tinham espaço nas manchetes, as ações da intendência junto à

²³⁹ Jornal “A Escola”, nº 07 de 28 de Julho de 1918, Ano I, pág.02.

²⁴⁰ Jornal “A Escola”, nº 09 de 29 de Setembro de 1918, Ano I, pág.01.

²⁴¹ Jornal “Correio do Codó”, nº 34, de 08 de Setembro de 1920, pág.04.

comunidade, como a instalação da energia elétrica, já relatada anteriormente na seção I.

Sobre Codó o jornal traz uma manchete no número 04 intitulada “Os defeitos da urbe”, que aqui foi elencada para destacar algo ainda hipotético. Na seção “Codó em Manchete” foram destacadas algumas críticas feitas à sociedade codoense por Thirso, que “manchavam a ideia de cidade civilizada”, através das quais se teceu alguns questionamentos sobre a pessoa de Thirso. Após a leitura da manchete “Os defeitos da Urbe” e a comparação com outras escritas no jornal “A Escola” levantou-se a hipótese de que Thirso poderia ser um pseudônimo do editor do periódico, o professor Fernando Barbosa de Carvalho. Colaborou também para isso, a descoberta de que Fernando Carvalho, no jornal “Cidade de Pinheiro” utilizava do pseudônimo Thirso Júnior para publicar seus escritos.

Ainda na seção “Notícias Diversas” tem-se ensinamentos sobre agricultura, abordando a cultura do milho, arroz, mamona e rícino. As manchetes eram direcionadas para os agricultores e fazendeiros da região, que eram os pais dos alunos do Externato. Destaca-se que o município de Codó tinha na agricultura e no extrativismo, a base de sua economia e que, ao abordar as melhores formas de cultivo baseados nas publicações do Ministério de Agricultura, o jornal objetivava cumprir um papel social, levando aos seus colaboradores instruções para melhoria do cultivo e expansão de suas lavouras.

Por papel social, mas também político por seus editores, o jornal “A Escola” defendia o trabalho da imprensa como locomotiva do progresso, promovendo instrução e civilização através de cada periódico lançado. Deste modo, a última manchete elencada na seção “Notícias Diversas”, traz a visão do “A Escola” sobre a imprensa num texto de Victor Hugo:

A IMPRENSA

A imprensa é a força, porque é a inteligência. É o clarim vivo da humanidade; toca a alvorada dos povos, anunciando, em voz alta, o reinado do direito; não conta com a noite, senão, para ao fim dela, saudar a aurora; advinha o dia e averte o mundo. A imprensa é a santa e imensa locomotiva do progresso, que leva a humanidade para a terra de Canaã, a terra futura onde não haverá em torno de nós senão irmãos e, por cima de nós, o céu. A imprensa é a voz do mundo; é o auxílio do patriota; é o terror do traidor e do covarde.

De todos os círculos, de todos os esplendores do espírito humano, o mais largo é a imprensa; o seu diâmetro da civilização.

Falar, escrever, imprimir e publicar são circuitos sucessivos a Inteligência ativa, são as ondas sonoras do pensamento.

(Victor Hugo)²⁴².

Os fundadores do “A Escola” acreditavam no papel educador da imprensa e no alcance que a mesma poderia ter, bem como no jornal enquanto um instrumento que poderia diminuir a falta de instrução e de livros, somando assim, para a diminuição do analfabetismo, o desenvolvimento das urbes e conseqüente progresso do país através de sua força e auxílio dado àqueles que batalhavam para o engrandecimento da nação. E com esta crença propagava em suas páginas as mensagens de educação e instrução que estão contempladas na seção seguinte do periódico.

3.6 Ideais pedagógicos do jornal “A Escola”

Para explorar as mensagens relativas à educação e instrução escolar, optou-se por organizá-las conforme o conteúdo e temas publicados na seção, obtendo-se quatro temáticas recorrentes: mensagens sobre instrução e métodos de ensino, mensagens com cunho cívico-patriótico, mensagens sobre valores morais e cristãos e informativos sobre a instrução escolar em âmbito nacional, regional e local. Os dois primeiros temas apresentam conteúdos muitas vezes semelhantes, tendo em vista que, no período abordado, a instrução escolar estava diretamente ligada à formação de cidadãos, construtores e representantes da pátria, porém, a separação deveu-se ao foco em maior destaque dado em cada mensagem/manchete. Estas mensagens tinham como local destinado no jornal, a duas primeiras páginas e com maior frequência constituíam as notícias de destaque na página 01 do periódico²⁴³.

Quadro 07: Mensagens sobre educação e instrução escolar

TEMAS	MANCHETE	AUTOR	Nº DO JORNAL
Instrução e Métodos de ensino	O Ensino e seus métodos	Mariano Castro	01
	O Ensino do operário	Mariano Castro	02
	Pela instrução	Américo Tupy	07
	Pela instrução	Deoclides Mourão	08
	Instrução e Educação	Nereu Bittencourt	10
	O professor primário	Olavo Bilac	11

²⁴² Jornal “A Escola”, nº 15 de 27 de Abril de 1919, Ano II, pág.02.

²⁴³ Verificar o Anexo 01, fotos da página 02 do jornal “A Escola” pág. 190.

	Instrução e educação	Abílio Borges	12
	O estudo	Abílio Borges	13
	A palavra	Egídio Azevedo	13
	A instrução e trabalho	Hermes Fontes	14
	A didática	José Augusto Corrêa	15
	O livro	Victor Hugo	16
	A instrução	Alcebíades Silva	19
	Instrução e Educação I	C. Lopes	20
	Instrução e Educação II	C. Lopes	21
	O Analfabetismo	Autoria não identificada	21
	Contra o analfabetismo	Deoclides Mourão	22
	Amai o livro	José Augusto Corrêa	22
	Sobre o analfabetismo	Epaminondas de Gusmão	23
	Instrução e Educação III	C. Lopes	24
Instrução e Educação IV	C. Lopes	25	
<i>Educação Cívico-Patriótica</i>	A liberdade	Autoria não identificada	05
	13 de Maio de 1888	José Augusto Corrêa	05
	03 de Maio	Autoria não identificada	05
	A Independência	Autoria não identificada	09
	12 de Outubro	Autoria não identificada	10
	Quadro	Autoria não identificada	14
	As festas cívicas	Deoclides Mourão	19
	Pela Pátria e pelo povo	Autoria não identificada	20
<i>Valores morais e cristãos</i>	Os pequeninos	João Quadros	01
	O jogo	José Augusto Corrêa	11
	A vingança	José Augusto Corrêa	14
	A escola é santuário como a capela.	Victor Hugo	14
	O testamento de um bêbado	Autoria não identificada	14
	A consciência	J.D.F	14
	Pró-virtude	Deoclides Mourão	18
	O alcoolismo e o jogo	Mauro Duarte	19
O Cristianismo	A.T Gueiras	20	

	O Cristianismo II	A.T Gueiras	21
	Egoísmo	Deoclides Mourão	24
	Venenos morais	Austregesilo	24
	A desconfiança	Austregesilo	25
	A igualdade	Raimundo Saldanha	25
<i>Informativos</i>	A mensagem e a instrução	Mariano Castro	03
	A instrução em Codó	Mariano Castro	04
	Apelo às mães de família	Getúlio das Neves	05
	O analfabetismo no Brasil	Autoria não identificada	12
	A instrução pública	Deoclides Mourão	16
	A instrução em Pedreiras	Elisabetho Carvalho	17
	Doentes e ignorantes	Belizário Pena	17
	A instrução em São Luiz Gonzaga	Elisabetho Carvalho	18
	Contra o analfabetismo	Autoria não identificada	18
	A reforma da instrução	Autoria não identificada	19
	Caixa Escolar	Autoria não identificada	21
	A Instrução no Maranhão	Urbano Santos	21
	Caixa Escolar	Autoria não identificada	22
	Os grupos escolares	Inácio José Cantanhede	22
	A instrução em São Bento	Elisabetho Carvalho	23
	Caixa escolar	Autoria não identificada	23
	A instrução pública em Guimarães	Elisabetho Carvalho	23
	Escola Tenente Villaronga Fontenelle	Autoria não identificada	24
	Colégio Fernando Carvalho	Autoria não identificada	25
	Escola Tenente Villaronga Fontenelle	Autoria não identificada	25

Fonte: A autora (2018)

Nas matérias publicadas na primeira temática notou-se uma perspectiva de escola e métodos de ensino adotados pelos editores do jornal, bem como

preferências por alguns autores e intelectuais dos quais o jornal comungava dos ideais e, entre eles estavam professores, políticos, juizes e literatos locais e nacionais. As mensagens/manchetes discutiram assuntos como o analfabetismo, o ensino obrigatório, métodos de ensino, a profissão docente e educação doméstica numa interlocução com valores patrióticos e morais em vigência no período.

As matérias: “O ensino e seus métodos”, “O ensino do operário”, “Instrução” e “Didática”, apresentam os métodos de ensino defendidos pelos fundadores e colaboradores do jornal “A Escola”, bem como apresentam a experiência do Externato Codoense com o que consideravam os métodos eficientes para o ensino. No primeiro número do jornal, tem-se um texto do professor Mariano Castro falando sobre a pedagogia e suas transformações ao longo do tempo. Relata sobre a substituição do método sintético para o método analítico e reitera que o ensino do todo para as partes muito veio a contribuir para a melhoria do ensino. Para ele:

Os efeitos dessa reforma, dessa nova corrente, todos nós sabemos: foram estupendos, colossais mesmo.

Conseguiu-se que uma criança, de inteligência comum aprendesse a ler, correntemente, em três meses, na média. Coisa assombrosa, na verdade quando souber que só na carta de A. B. C. (letras e sílabas) gastavam as crianças quase um ano, inclusive a recordação e no fim de todo esse tempo o pobre do aprendiz conhecia as letras e as sílabas, e às vezes muito mal.

Com os novos processos apareceram novas regras da pedagogia. Entre os autores desses trabalhos é mais conhecido o ilustre sr. Arnaldo Barreto, um dos melhores autores de livros escolares.

No ensino de cálculo (indutivo, aliás) não foram menos importantes os resultados obtidos. Desapareceu a tabuada de tostão, de célebre memória.

Apareceram livrinhos apropriados ao estudo dos números; instituiu-se o cálculo mental; adotou-se o método de educação do cérebro da criança, abolindo a lousa, obrigando-o a fazer de memória toda espécie de cálculo elementar, acostumando-o a jogar rapidamente com números sem necessidade de lápis e de papel, educação essa de resultados francos e incontestáveis logo no primeiro mês de ensino.

Para glória nossa, não tivemos necessidade, para o ensino de cálculo, de ir buscar livros fora.

Servimo-nos da prata de casa: dois maranhenses ilustres se dedicaram de corpo e alma à pedagogia moderna: Almir Nina e Joaquim Santos, que trabalharam conjugando os seus esforços. São esses dois esplêndidos livrinhos – livro de cálculo (primeiro e segundo); esplêndidos na verdadeira acepção da palavra, são esses dois livrinhos próprios para quem começa o estudo de cálculo, sendo que o Primeiro Livro tão bem organizado que pode ser utilizado pelo aluno desde o primeiro dia de aula, quando ainda não sabe ler [...] Finda a aula, os aprendizes em vez de terem a cabeça charcada de letras e de sílabas, de números e de contas têm a memória fresca, como quando entraram, lembrando-se com prazer das palavras do mestre, das histórias contadas, das novidades da lição do dia, tão bem encaixadas naquelas horas de prosa [...] ²⁴⁴.

²⁴⁴ Jornal “A Escola”, nº 01 de 14 de Janeiro de 1918, Ano I, pág.01.

A partir do relato de Mariano é possível identificar os métodos e livros adotados pelo Externato Codoense, em especial, quanto aos métodos do ensino da matemática, onde Mariano, por ser o professor de Cálculo e Aritmética do colégio, fala com satisfação sobre os livros de autores maranhenses e a instituição do cálculo mental que, para ele, representava um avanço no ensino, visto que, os alunos deixaram de lado a tabuada de tostão, isto é, um cálculo decorado e de pouca valia e passaram a fazer cálculos mentais. O resultado da nova pedagogia consistia, para Mariano, em aprendizes com a “memória fresca”. Contudo, o professor também condena métodos ainda adotados no interior do estado do Maranhão e alerta sobre outros fatos:

Infelizmente, porém, no interior do nosso Estado, ainda vemos a cada passo, colégios em que a palmatória é quem mais alto fala a carta de A. B. C. e as antigas tabuadas são os livros adotados, o ensino objetivo não existe e o professor faz papel de verdugo, de palmatória na mão, metendo o bolo em toda a classe, quando esta, na roda de argumento, erra qualquer parte da tabuada.

Parece incrível que isso ainda se dê!

As nossas mestras primárias se recusam a ir para o interior e o governo, em vez de uma providência que remedei o mal, preenche as cadeiras com professores leigos que viciam as crianças com seus processos de ensino, fazendo os encontrar toda sorte de dificuldades quando na continuação dos seus estudos.

Já era tempo do Maranhão estar um pouco mais desenvolvido em matéria de instrução para o interior, pois as professoras não faltam, porquanto a Escola Normal tem dado os mais belos frutos; é apenas questão de vantagem por parte do governo uma reforma seria na qual fiquem seguros os interesses daquelas que forem para o mato ensinar, garantindo-lhes o cargo e pondo-as a coberto de qualquer perseguição por parte dos dominantes locais²⁴⁵.

O professor desaprova os livros adotados em algumas escolas, as antigas tabuadas, o comportamento algoz dos professores e o uso da palmatória, métodos que para ele nada favoreciam no aprendizado. Ao fazer tais críticas, se remete ao trabalho dos professores que, muitas vezes despreparados, sem formação, estavam à frente das salas de aula, uma vez que, o governo não assegurava o preenchimento e permanência de professoras formadas (na capital do estado) para atuarem com segurança nos interiores, de modo que, estas se recusavam a preencherem as cadeiras de instrução do interior por não terem assegurados seus direitos e estando sujeitas às perseguições dos dominantes locais.

²⁴⁵ Jornal “A Escola”, nº 01 de 14 de Janeiro de 1918, Ano I, pág.01.

Mesmo elogiando os métodos modernos da pedagogia, o professor Mariano Castro, no número seguinte do jornal, faz uma ressalva quanto “O ensino do operário”. Para ele, o ensino do operário se dava de modo diferente, dadas as condições especiais daquele aluno, de modo que, não era possível empregar os mesmos métodos, pelo menos, não em sua totalidade. Vale lembrar que o Externato Codoense possuía um curso noturno destinado aos operários da fábrica de tecidos e, por este motivo, o professor Mariano faz menção ao ensino do adulto:

Compreende-se, pois, perfeitamente, que em casos tais, o ensino é todo outro e a pedagogia moderna apenas aparece para fornecer os seus livros e uma ou outra pequena coisa.

O operário passa o dia no serviço, num esforço contínuo para ganhar o necessário para o sustento da vida; a sua inteligência funciona constantemente no desenvolvimento do ofício na execução do trabalho e o resultado disso é tê-la bastante cansada quando, à tarde vai para casa.

À noite (o operário só pode aprender à noite) tem a escola.

Como apresentar as suas lições, se não houve tempo de estudá-las?

Impossível. Nem o livro pode ele abrir no pequeno intervalo que medeia da saída do serviço para a entrada na escola, porque esse intervalo foi diminuto, apenas ofereceu-lhe o estritamente necessário para jantar e descansar um pouco, assentar as ideias, repousar o espírito.

Vê-se, pois, que a essa classe de pessoas o ensino deve ser ministrado por um processo especial.

Livros, os de todo indispensáveis, no mais, preleções ligeiras, fáceis, graduadas aos pouquinhos conforme o adiantamento da classe. Insiste-se numa mesma coisa, até ficar completamente gravada na memória do aluno de modo que não esqueça mais.

Com relação à escrita, o processo também é todo outro, é todo original.

Deve-se ensinar o aluno a copiar, muito e muito, para aprender a fazer corretamente as letras. Os processos modernos de escrita não dão, como o operário o mínimo resultado, como já tive ocasião de verificar. Perdemos meses inteiros sem o menor progresso.

Se não sabem escrever, ensine-lhes a fazer as letras, maiúsculas e minúsculas; depois dê-lhes lições de como se juntam, para fazer sílabas e palavras. Isso feito, meta-lhes um livro nas mãos e ponha-os a copiar trechos e trechos, para praticarem, para se amoldarem a escrita.

Os resultados por este sistema, são os mais satisfatórios possíveis.

O operário aprende a escrever, às vezes com letra um pouco ruim, é verdade, mas direitinho, sem erros.

Tal é o ensino do operário. Todo especial, todo original de acordo com o estado de sua inteligência, produz ele os melhores frutos que não produziram se, no caso, fôssemos aplicar os processos modernos de ensino [...]²⁴⁶.

Para Mariano Castro, o operário ao chegar à escola noturna já cansado de todas as atividades realizadas durante o dia, deveria receber condições especiais de ensino, diferentes daquelas que eram ministradas às crianças com suas “cabeças frescas”, sem o fardo de um dia inteiro de trabalho. Os métodos de ensino

²⁴⁶ Jornal “A Escola”, nº 02 de 28 de Fevereiro de 1918, Ano I, pág.01.

consistiam em preleções rápidas, insistências em determinados conteúdos e muitas cópias. Para o operário, o ideal seria ensinar primeiro o alfabeto, depois as sílabas e palavras até que os mesmos se acostumassem a elas. A diferença de idade determinava a diferença dos meios de ensino. Ainda assim, mesmo que num processo mais lento, Mariano defende que o operário também aprendia e que para isso, dependia a dedicação e esforço do aluno e do professor.

Deoclides Mourão em “Instrução” fala da importância do ensino de história dentro dos colégios, uma vez que, o cidadão necessitava conhecer o passado de seu povo e sua pátria para trabalhar em prol dela. Já Augusto Correia enfatiza a importância da “Didática” para ensinar a ler e a escrever, elencando três passos para isto: 1) a aquisição da forma gráfica, desconhecida pela forma oral conhecida; 2) retificação e ampliação do vocabulário pré-escolar e o relacionamento com os vocábulos e; 3) a composição e o discurso. Porém, o jornal apresenta trechos recortados por tesoura – resultado da ausência de conservação – não permitindo a compreensão em totalidade do método ali exposto.

As manchetes: “O estudo”, “A palavra”, “O livro” e “Amai o livro”, possuem caráter motivador para aqueles que demonstram afeto e interesse pela escola. O estudo é colocado como algo que melhora a alma dos aprendizes, tornando-a boa e feliz, mantendo a mente ocupada e ativa que nutre o espírito e traz virtudes. A palavra é colocada como um instrumento poderoso que deve operar a união entre os homens e as sociedades, sendo luz que tira todos das trevas. As duas mensagens sobre o livro procuram demonstrar a importância da leitura, enfatizando que a multiplicação de leitores implica na multiplicação do país, além da ideia de que um bom livro traz ao seu leitor benefícios como sabedoria, consolo, novos horizontes, riquezas e encantos.

As mensagens “Instrução e Educação” constituem ensaios feitos por um autor identificado por C. Lopes, que visa, segundo ele, fazer uma distinção entre o sentido real dos vocábulos “instrução e educação”. Para Lopes, os dois termos, mesmo complementares, possuem uma distinção que ele faz da seguinte forma: a instrução é uma ideia do uso consciente e bom emprego da educação que procura desenvolver e enriquecer as faculdades intelectuais. Enquanto isso, o termo educação corresponde ao desenvolvimento das faculdades e qualidades morais, porém, tanto instrução quanto educação possuíam o mesmo fim moral – o desenvolvimento e aperfeiçoamento progressivo do espírito.

Quando fala de educação, Lopes²⁴⁷ dá uma importância para a educação maternal que, para ele, constitui na base segura do caráter. O autor enfatiza os cuidados maternos na formação dos filhos afirmando que o zelo, o ensino e a direção maternal era, sem dúvida, uma grande auxiliar da instrução, pois, a mulher era a primeira mestre das crianças e na manchete IV insiste na ideia de que a educação feminina era necessária, de modo que, quem descuidasse da educação da mulher nada estaria fazendo de útil, pois, acreditava na concepção helênica de que o primeiro trabalho do homem consistia na educação de sua mulher a partir do matrimônio. Esta, por sua vez, cuidaria da educação dos filhos, que seriam na velhice a felicidade dos pais. Desta forma, Lopes afirma que existiria uma relação harmônica e atrelava a educação feminina ao âmbito doméstico, onde o comportamento da mulher/mãe deveria obedecer a um perfil definido pelo olhar masculino, a um discurso republicano que exigia da mesma uma relação com o progresso do país a partir do preparo do lar.

A manchete “Instrução e educação” de Nereu Bittencourt também fala sobre a diferença entre os termos instrução e educação alertando que as famílias se esqueciam do seu papel e deixavam a cargo dos professores, valores que deveriam ser aprendidos em casa, de uma educação “de berço” e critica os castigos físicos que os pais julgavam ser benéficos para educar seus filhos, em vez do diálogo franco. Para Nereu:

Bem poucas pessoas sabem, com critério, o limite entre a instrução – cultivo da atividade cerebral para a ciência, e a educação – formação do ser para a família e para a sociedade.

Pela razão, talvez de serem ambas administradas simultaneamente, casos há, e bem tristes são, em que alguns pais confundem, perigosamente, este dois ministérios – o de instruir e o de educar – deixando ambos ao critério do professor que, nem sempre, em nosso meio, estabelece entre elas a necessária distinção.

Ao lar e talvez só ao lar, cabe a elevada missão de educar os pequeninos seres, porque, melhor aos pais que aos mestres, se denunciam as propensões do menino, suas inclinações, sem infantis defeitos.

Nem sei mesmo de mestres que possam, no limitado horário dos trabalhos escolares, quase exclusivamente consagrado à instrução, com vantagem, educar crianças, quando esse mister exige, além de metódica observação, cuidados quase maternos, carinhos próprios de mãe que sabe o valor de sua missão social.

Sem a educação de lar, baseado nos são princípios da ordem, da moral, do decoro, da honestidade, do cumprimento do dever, do respeito a si próprio, do brio, e sem o conhecimento nítido do Bem, para o praticar, e do

²⁴⁷ LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: DPGA, 2005.

Mal, para o repelir, é difícil, muito difícil, ao menino, receber sã e proveitosa instrução.

A obediência ao mestre deriva naturalmente do respeito aos pais, da prática dos deveres sociais, como o comportamento da criança e sua submissão aos regulamentos escolares são o reflexo da educação ministrada no lar.

O mau aluno, inferência imperiosa, é a criança sem educação, ou – o que é idêntico – a de educação defeituosa [...] ²⁴⁸.

De acordo com Nereu, a educação no lar refletia na escola, pois, o bom filho seria o bom aluno que obedeceria ao seu mestre, uma vez que, teria sido educado dentro de valores e princípios. Ao professor não caberia educar, muitos não saberiam fazer ou não teriam tempo para isto. A mãe, conhecedora de sua missão social deveria empreender seus cuidados maternos para com seus filhos. A posição defendida por Bittencourt remete a uma idealização de família e, principalmente, de mulher segundo os interesses republicanos, pois, neste novo modelo social, as mulheres eram:

Consideradas importantes para manutenção do lar, da ordem e da educação, ao mesmo tempo em que tornava-se distante desta ‘nova ordem’ quando era negada qualquer outra forma de participação na política e quando era limitada determinadas formas de acesso ao saber ²⁴⁹.

Neste sentido, conforme aponta Sales eram incutidos no âmbito da educação doméstica uma valorização positivista de humanidade, pátria e família, e a mulher dentro da Primeira República deveria representar esse ideal de humanidade proposto.

Já as manchetes: “Pela instrução” de Américo Tupy, “Pela instrução” de Deoclides Mourão, “A instrução” de Alcebíades Silva, “O analfabetismo”, “Contra o analfabetismo” e “Sobre o analfabetismo”, fazem campanha ao ensino público obrigatório. Essas se remetem a uma preocupação generalizada com o alcance da instrução num país com dimensões continentais, com o número alarmante de analfabetos que, por sua vez, em nada contribuiriam para o avanço da pátria. O analfabetismo deveria ser combatido por todos. Os cristãos o deveriam fazer por espírito de caridade e o cidadão, crente ou descrente, por patriotismo. Para Alcebíades Silva:

²⁴⁸ Jornal “A Escola”, nº 10 de 31 de Outubro de 1918, Ano I, pág.01.

²⁴⁹ SALES, Tatiane da Silva. **BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010, p.44.

Infelizmente, nos nossos dias e na nossa querida pátria a ignorância é a regra e a instrução a exceção. Urge mudarmos essas posições com todo o vigor, afim de imitarmos os nossos velhos amigos norte-americanos, em cujo país é coisa rara encontrar-se um cidadão que não saiba ler.

Há muito se fala, mas não deve passar disso, no ensino obrigatório. E por que não o adotamos?

A primeira vista, parece que nada haverá que se opunha a execução dessa salvadora medida.

[...]

Mas, para por em execução um princípio tão justo como esse, encontra ela muitas dificuldades.

Nas cidades grandes ser-lhe há mais fácil pô-lo em prática. No nosso interior, porém, onde justamente há maior soma de analfabetos disseminados de casas de longe em longe, será quase inexecutável essa obrigatoriedade, porque os pobres roceiros precisam do auxílio dos filhos em condições de servi-los, para que consigam recursos alimentícios.

Empregar o vigor de uma lei nesse sentido será, punindo o pai que não a cumpre, ferir a família, aumentando-lhe a miséria, fazer da instrução uma coisa odiosa, em vez de benefício. Não emprega-lo, será essa lei um ameaça inútil.

Portanto, continuemos na propaganda tenaz e convincente, para com brandura e eficácia irmos a pouco e pouco vencendo a honrosa campanha, já que os nossos recursos financeiros não nos permitem espalhar professores ambulantes pelos centros ou zona rural em que for dividido o município com esse intuito [...]²⁵⁰.

De acordo com Alcebíades Silva, a realidade brasileira tinha a instrução como uma exceção e havia a necessidade de instalar o ensino obrigatório para resolver este problema. No entanto, havia empecilhos devido à extensão do país, de modo que, na zona urbana esta poderia ser uma atitude a ser colocada em prática, porém, na zona rural, onde se encontrava a maior parcela de analfabetos, havia maiores complicações, pois, os filhos eram a ajuda dos pais em seu sustento nas roças e sem os mesmos ajudando na manutenção da casa, as famílias seriam punidas. Seria mais prudente espalhar professores por esses lugares, porém, não havia recursos para isto. Assim, deveria continuar, ao menos, fazendo propaganda para que, aos poucos o problema fosse resolvido. Alcebíades Silva considera a realidade do Nordeste, em especial da cidade de Codó.

As mensagens contra o analfabetismo fazem menção ao progresso do país, colocando a instrução como fator de desenvolvimento, onde o cidadão poderia aperfeiçoar-se em qualquer profissão. Com vocação para artista, agricultor, comerciante, industrial, funcionário público ou outro só poderia produzir obras perfeitas se passasse pela instrução. Os autores pediam o apoio dos professores, políticos e dirigentes da opinião pública. Na manchete “O professor primário” publicada no jornal “A Escola”, Olavo Bilac enquanto membro da Liga da Defesa

²⁵⁰ Jornal “A Escola”, nº 19 de 30 de Setembro de 1919, Ano II, pág.03.

Nacional contra o analfabetismo descreve o professor enquanto um sacerdote da pátria:

[...] Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um deus: é a Pátria, que se instala no seu espírito. O professor quando professa, já não é um homem: a sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra, que ele dá ao discípulo, é como a hóstia que no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição, há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade.

Este é o mais belo dever e o mais nobre sacrifício do professor: a abdicação de si mesmo. Abdicação, que é conquista e engrandecimento. Porque, depois da investidura, o sacerdote é tudo, quando deixa de ser homem: é a Nação [...] ²⁵¹.

A mensagem procura estimular os professores no exercício de sua função. De acordo com Olavo Bilac, o professor deveria sentir-se honrado porque a pátria lhe dava a honra de ser um sacerdote dela. Dentro da escola, o mesmo deveria anular-se enquanto indivíduo para servir a função que o país exigia dele e o deveria fazer com orgulho, trabalhando enquanto um representante da força e da necessidade da nação.

Dentro das mensagens sobre instrução e métodos de ensino a manchete de Hermes Fontes intitulada de “Instrução e Trabalho”, dar um contorno diferente dos demais colaboradores em relação à situação do analfabetismo no país. Sai da educação no âmbito familiar, da extensão territorial e do trabalho docente e critica fortemente a ideia vendida de Brasil e o sistema político enquanto mantenedor dos índices de analfabetismo:

É o Brasil um aparelhamento nacional efetivo – uma raça estatuída em povo, um povo estabelecido em corpo e alma (país e nação), um Estado, em suma, vivendo organizadamente em movimentos rítmicos de produção e consumo, consciente de seus propósitos, seguro de seus fins, animado de um ideal coletivo, realizando um programa que seja a aspiração geral de todos os seus jurisdicionados?

[...] A Constituição política é a última palavra de liberdade e sabedoria jurídico social. É até quase uma Constituição futurística.

Isso, como fachada, como aparência.

Se, porém, tentarmos balancear as realidades nacionais, o espetáculo não chega a ser cômico, porque é, sobretudo, triste.

O Brasil é uma burla organizada em Estado, uma mentira aparelhada em nacionalidade. Ou, para melhor resumir – o Brasil é uma desorganização suntuosa.

Vamos ver porquê. Politicamente falando tudo entre nós é mentira. Basta dizer que somos uma democracia analfabética [...]

Teoricamente, somos uma federação. Praticamente, somos a centralização mais escandalosa do mundo. As situações políticas centrais influem nos

²⁵¹ Jornal “A Escola”, nº 11 de 30 de Novembro de 1918, Ano I, pág.01.

campanários mais remotos da politicagem provinciana [...] E em que pese a essa burocratização geral, o Brasil é um país inadministrado. Basta lançar as vistas ao nosso regime fiscal. As nossas rendas andam quase a par dos nossos impostos.

[...] Nunca se viu tão estrondosa desorganização. Chegamos até mesmo a este incrível paradoxo: Só conseguem organizar-se entre nós as coisas que o Estado proíbe. Exemplos: A lei eleitoral proíbe a fraude. Consequência: a fraude organizou-se em todo país.

[...] O Brasil precisa de organizar-se nacionalmente e caldear em seu sangue a hemoglobina regeneradora da saúde moral [...] ²⁵².

Hermes Fontes posiciona-se firmemente quanto à administração brasileira. Critica a Constituição que não é seguida, os impostos quase a superar a renda, os escândalos, a politicagem, a fraude e a fraude organizada. Alguma semelhança com os dias atuais? Hermes afirma que estes fatores são beneficiados pelos altos índices de analfabetos ou ignorantes, de modo que o lema “ordem e progresso” não é merecido pelo país, a não ser que, antes dele, venha o lema “instrução e trabalho”. Só assim, uma pátria poderia erguer-se.

As mensagens consideradas cívico-patrióticas pareciam objetivar instruir o povo para o amor à pátria e aos símbolos nacionais, bem como incentivá-lo a participar dos dias festivos e adquirir o reconhecimento, por parte dos cidadãos, da história daqueles considerados heróis da nação. Assim, o jornal se ocupava de explicar ao leitor sobre a razão de cada data festiva, apresentando os feitos comemorados e enfatizando a importância de reconhecer a história (oficial) ²⁵³ do Brasil. Deste modo, no número 05 do jornal – que traz em primeira página a foto da princesa Isabel – já aparecem 03 manchetes com esse objetivo. As manchetes “A Liberdade” e “13 de maio de 1888” explicam o “feito pátrio” da princesa Isabel, em assinar a libertação dos escravos, caracterizando-a como uma pessoa benevolente:

13 de Maio de 1888. Enfim, a mais bela e justa aspiração da alma brasileira encontra guarida no maganimo coração da Excelentíssima Princesa.

Os prantos e lágrimas sentidas de uma raça inteira já cansada e exausta de dor, recebem, finalmente, o desejado bálsamo tranquilizador.

Os esforços ingentes e patrióticos de beneméritos estadistas, homens de boa vontade que desfraldaram a salvadora bandeira da liberdade, são, afinal, coroados de loiros, numa resplandecente auréola de glória.

Brilha um novo sol ²⁵⁴.

²⁵² Jornal “A Escola”, nº 14 de 23 de Fevereiro de 1919, Ano II, pág.03.

²⁵³ Não pretende-se nesta pesquisa adentrar nas discussões que permeiam o debate sobre heróis nacionais e populares, considerados ou negligenciados pela memória nacional considerada oficial.

²⁵⁴ Jornal “A Escola”, nº 05 de 26 de Maio de 1918, Ano I, pág.01.

Já na manchete referente à data de 03 de maio, o homenageado é o português Pedro Álvares Cabral e, na ocasião, o jornal fala sobre o desconhecimento do povo sobre as datas nacionais ressaltando a importância da instrução escolar:

Passou a 3 deste mês a data do descobrimento do Brasil, pelo que ufanamente nos congratulamos com todos os nossos dignos patrícios. Coube, ao grande almirante português Pedro Álvares Cabral a glória desse importante acontecimento, por ter sido ele, de fato, o primeiro navegante que, pisando em solo brasileiro, deu logo ciência disso à Coroa Portuguesa, sob cujo domínio esteve o nosso país muitos anos. Infelizmente, este nome, esta data e outras mais para nós gloriosas, e de estimável valor, desconhece, ainda por completo, uma grande parte do nosso povo, pela falta absoluta de instrução, de que depende certamente a felicidade dele e a grandeza e prosperidade de nossa Pátria. Não há dúvida que em parte são culpados disso os nosso dirigentes, que, em geral, se não esforçam, com amor e dedicação, pela difusão e boa organização de escolas. Oxalá, pois, que eles tomem um novo rumo quanto a intensificação do ensino em nosso país, compreendendo, finalmente, que só pela instrução é que poderemos chegar ao mais alto grau de civilização e do progresso²⁵⁵.

As conquistas da independência do Brasil e da descoberta da América também ganharam destaque nas páginas d'A Escola e não diferente das manchetes citadas acima, atentam para a importância histórica de Dom Pedro I e do navegador Cristóvão Colombo. A manchete sobre a Independência é iniciada pela foto do brasão federal e nela é destacado o papel de Dom Pedro I, que segundo o jornal, traduziu o desejo de um povo inteiro com as palavras "independência ou morte", quando o povo brasileiro já não podia suportar o jogo e as exigências de Portugal. Já Cristóvão Colombo, considerado "o descobridor da América" é considerado herói do povo, que apresentando à América ao restante do mundo, tornando-se um marco da existência do povo brasileiro na esfera terrestre.

As mensagens seguintes atentam para uma instrução a serviço da Pátria. "O Quadro" afirma que só pela instrução é que se poderá engrandecer e sublimar a nação e para isso, todos deveriam trabalhar com fervor, lealdade e abnegação. A manchete "Pela Pátria e pelo Povo" alerta os leitores para que não se descuidem da instrução do povo, que atentem para o número de irmãos que vivem na ignorância e que disseminem a instrução com patriotismo e amor, pois, a pátria orgulhava-se de

²⁵⁵ Jornal "A Escola", nº 05 de 26 de Maio de 1918, Ano I, pág.01.

quem prestava excelentes serviços à ela. Uma das maneiras de instruir com esse objetivo, era realizando e participando das festas cívicas:

Incutir no espírito da mocidade o amor da pátria e tão sagrado dever para o cidadão, como é para o crente incutir-lhe o amor e o temor de Deus. Em regra só os fatos muito sensíveis se gravam no espírito dos moços, como só as cores muito fortes atraem o olhar das crianças; por isso cercar de festas, de pompas as grandes datas nacionais é a melhor lição de civismo que aos moços se pode dar [...]

Por isso penso, que estas festas às grandes datas da humanidade devem constituir um dever cultural, como o que as religiões consagram às suas divindades, no intuito de despertar as crianças dos seus sectários. E assim como punem as religiões os crentes que menosprezam o respectivo culto, eliminando-os de seu seio; assim a sociedade deveria punir os que desprezassem o culto de suas grandes datas, o culto dos seus grandes homens.

Aos professores, de modo muito especial, incumbe esse dever de festejar as grandes datas.

São eles, por assim dizer, os sacerdotes que capitulam no altar desse grande templo, que é a pátria, e que têm o dever de incutir no ânimo das crianças os deveres dessa religião singular de amor até ao sacrifício [...] ²⁵⁶.

Para o juiz de direito Deoclides Mourão as festas cívicas deveriam ser assemelhadas aos cultos religiosos, sendo um dever sagrado nutrir o espírito dos jovens com tais lições e àqueles que não respeitassem e/ou desvalorizassem os ideais patrióticos a punição deveria ser exercida. Aos professores, de modo especial, considerados sacerdotes do saber, recaia a responsabilidade de instruir as crianças e, caso se furtassem desse dever, não honrava a função que exercia ou, pelo menos, deveria exercer.

As mensagens presentes no jornal que propagavam uma educação cívico-patriótica, bem como os poemas com o mesmo cunho apresentados no Quadro 5 estão permeadas de um ideal de nação, fazendo parte do movimento da propaganda republicana. As festas cívicas e os símbolos nacionais como a bandeira e o hino fazem parte desta simbologia republicana que tinha por objetivo desenvolver um sentimento popular de pertencimento e unidade, de modo que, todas as pessoas se sentissem participantes na construção desta nação.

Conforme aponta José Murilo Carvalho ²⁵⁷ em sua obra “A Formação das Almas” (1989), “a busca da identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira

²⁵⁶ Jornal “A Escola”, nº 19 de 20 de Setembro de 1919, Ano II, pág.03.

²⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p32.

República (1889-1930)”. Ressalta-se ainda conforme o autor que, neste período, a ideologia republicana era algo pertencente ao círculo das elites educadas e que para estendê-la ao mundo extra elite, que não compreenderia os discursos devido ao baixo nível de educação formal, deveria haver outros modos de leitura mais fácil. Assim, o imaginário popular – fundamental para a legitimação de qualquer regime político – foi sendo tecido a partir de alegorias, mitos e símbolos. Deste modo, os editores e colaboradores do jornal “A Escola” e do Externato Codoense, pertencentes às elites educadas, usavam destes canais para a transmissão da ideologia republicana.

Já no âmbito religioso, as mensagens que propagavam valores morais e cristãos também eram publicadas nas páginas do “A Escola”, revelando a orientação religiosa seguida pelos editores do jornal e que, por sua vez, embasava muitos posicionamentos propagados no periódico.

Um texto de Victor Hugo compara a escola a um santuário:

A escola é santuário como a capela.
 O alfabeto que a criança soletra contém uma virtude debaixo de cada letra,
 cujo tênue fulgor ilumina suavemente o coração.
 Dai à criança livros à propósito. Caminhei adiante dela com a lâmpada na
 mão, para que possa seguir vós.
 A ignorância produz o atentado. A falta de ensino lança ao Estado homens
 animais, cérebros incompletos, fatais instintos, cegos terríveis, que
 caminham tateando pelo mundo moral.
 Iluminemos os espíritos. É o nosso dever. Façamos com que a matéria mais
 vil se converta em luz.
 Devemos cultivar as inteligências; o germe tem direito a ser fruto, e o que
 não pensa não vive.
 Compreendamos, enfim, que a escola converte o cobre em ouro e que a
 ignorância converte o ouro em chumbo²⁵⁸.

A escola é posta enquanto lugar que ilumina os espíritos, que instrui para a luz, que opera transformações benéficas e, a ignorância, ao contrário, produz homens embrutecidos, ignorantes, sem serventia para o Estado. Neste mesmo âmbito, João Quadros na mensagem “Os pequeninos” analisa a passagem bíblica onde Jesus Cristo orienta aos discípulos que deixem passar as crianças, comparando a escola a um lugar santo quanto ao colo de Jesus, que tem por dever acolher as crianças e ensiná-las sobre as virtudes e, uma vez que seus corações e

²⁵⁸ Jornal “A Escola”, nº 14 de 23 de Fevereiro de 1919, Ano II, pág.02.

mentes estão dispostos a aprender, a escola deve instruí-los sobre os valores cristãos.

Entre os valores morais e cristãos pregados no jornal estão a consciência limpa, a igualdade e o amor ao próximo. A consciência é posta como um sentimento ou percepção do que se passa em nós, uma voz secreta que condena ou absolve nossas culpas. Ainda, ressalta-se que o erro é comum aos homens, mas que o arrependimento, porém, só pertence às almas justas e superiores. Partindo da premissa de que todos são iguais, a igualdade é colocada para o leitor como a medida de Deus e que, portanto, também deveria ser a dos humanos. E o amor ao próximo passeia por todas as mensagens.

Além disso, as manchetes visam combater aquilo que consideram venenos morais: a inveja, a inatividade, a tristeza, a falta de confiança e fé, a desordem dos afetos, as paixões agudas, a vingança, o egoísmo e a desconfiança. O egoísmo é tratado como um crime que deve ser combatido com amor ao próximo e o altruísmo. Condena o culto que o homem faz de si mesmo e de colocar a si e seus interesses acima da própria coletividade. O egoísmo é considerado um dos maiores elementos de desorganização social e de entrave ao progresso.

A desconfiança é considerada um mau elemento psicológico da personalidade humana, pois, o homem deveria educar-se na lealdade e na franqueza. A vingança é colocada como desnecessária, uma vez que, os maus por si só se destroem e só ser mau já é uma infelicidade. Mas, as manchetes/mensagens também alertam para a necessidade de combater vícios, como o alcoolismo, o jogo, e os crimes.

O juiz de direito Deoclides Mourão é um dos colaboradores do jornal que escreve com foco ao combate à criminalidade. Em “Pró-Virtute” afirma que muitos crimes seriam evitados se na ocasião de concebê-los, os criminosos se lembrassem de que seriam descobertos. Porém, como muitos não se atentam para isso, cometendo os crimes mesmo assim, Deoclides pede à população que não seja omissa quanto aos crimes e criminosos, que enquanto cidadão cada pessoa denuncie, acreditando que um dia quando todos habitarem casas transparentes, isto é, sem crimes ou pecados a esconder, será possível uma sociedade de santos.

O alcoolismo e o jogo, temas fortemente debatidos no jornal, são colocados da seguinte forma:

O alcoolismo e o jogo constituem o curso da escola do crime. O indivíduo que bebe, em breve chega a loucura; outras vezes, impulsionado pelo álcool acumulado no seu organismo, promove depredações, profere palavras obscenas, comete erros hediondos, bárbaros... E tudo isso por quê? Por causa do feio e vil vício, que não soube combater, deixando-o apoderar-se da sua pessoa já indefesa, sem armas, sem força de vontade para defender-se, sem saber desviar-se do filho da desgraça. O jogo também conduz o indivíduo à perdição. Sempre na esperança de ganhar, e sempre perdendo é levado, insensivelmente ao roubo, onde efetua o seu curso de miséria! Perde o caráter, perde o crédito, fica mal visto! No lugar por onde passa serve para exemplo das consequências do jogo! Acaba quase sempre na cadeia, onde então reconhece a sua desgraça, rever os seus dias felizes lembra-se do dia em que começou a sua desdita, e triste, medita na sua vida miserável, jurando a si próprio nunca mais jogar, desprezar por completo o vil vício que o conduz à desgraça!

Criança! Se algum dia vires uma pessoa alcoolizada, não temas; conduze-a para o caminho do bem; consola-a com palavras dóceis, amáveis, capazes de incutir no seu espírito que não deve fazer isso, que está procedendo mal, que deve desprezar o álcool como o seu pior inimigo. E verás como tua consciência sente-se alegre, contente, por ter praticado uma bela ação [grifo da autora]²⁵⁹.

Mauro Duarte direciona sua mensagem às crianças, aos alunos do Externato Codoense, explicando o que constitui os vícios do álcool e da jogatina e ainda, o percurso traçado por aqueles que se deixam se levar/acometer pelos dois infortunes, orientando as crianças que se em algum momento se depararem com pessoas nestas situações, que as console e conduza-as para o caminho do bem. Numa outra mensagem sobre o mesmo assunto, o jornal apresenta os maus resultados de uma vida alcóolatra:

O testamento de um bêbado

Um bêbado, que morreu numa cidade da América do Norte, deixou escrito o seguinte testamento:

Deixo à sociedade um caráter detestável, um exemplo pernicioso e uma memória horrenda.

Deixo aos meus pais dores que eu não sei como podem suportar na fraqueza de sua velhice.

Deixo aos meus irmãos e minhas irmãs toda a vergonha que lhes causou a minha conduta.

Deixo à minha mulher um coração alquebrado e uma vida de ignomínias.

Deixo a cada um de meus filhos, ignorância, embrutecimento e a lembrança que seu pai morreu vítima de embriaguez²⁶⁰.

O testamento de um bêbado fala das dores e vexames causados pelo alcóolatra em virtude do vício, deixando uma memória horrenda a todos que com ele

²⁵⁹ Jornal "A Escola", nº 19 de 20 de Setembro de 1919, Ano II, pág.03.

²⁶⁰ Jornal "A Escola", nº 14 de 23 de Fevereiro de 1919, Ano II, pág.03.

conviveram. Alerta aos leitores quanto aos resultados de uma vida em má conduta. Por fim, percebe-se que as mensagens de cunho moral estão pautadas nos valores do Cristianismo, que em duas manchetes específicas alertam sobre as virtudes cristãs.

O autor identificado como A.T. Gueiras dirige-se aos leitores do jornal sobre a religião cristã, alertando que, apesar da agitação da vida moderna, dos sistemas filosóficos e religiosos que vinham surgindo, o Cristianismo, de fato, constituía-se como um ponto luminoso, onde Jesus era o varão das dores e a bíblia a fonte de informações para uma vida digna. Gueiras afirma não referir-se a um Cristianismo impotente, sem verdade e sem amor ao próximo, um cristianismo catequético que oprimia aqueles considerados mais fracos e sim a um evangelho pregado por Jesus em sua simplicidade e que era composto de valores e aperfeiçoamento moral, intelectual e espiritual. Valores estes que desejavam imprimir nas pessoas, em especial, nos leitores do “A Escola”. Além das manchetes elencadas no quadro 07, o jornal usava pequenas frases de efeito moral e patriotismo distribuído ao longo das páginas, em intervalos entre as seções.

As manchetes que veiculavam os valores morais e cristãos defendidos pelos editores do jornal “A Escola” trazem à tona uma contradição entre a propagação de um estado leigo, que não deveria ter uma religião oficial, mas, que ao mesmo tempo revelava uma ligação deste com uma configuração religiosa dentro das escolas. Lembrando que este mesmo jornal era órgão de uma escola, percebe-se a importância dada e a propagação de tais valores para o ensino desejado no Externato Codoense, e ainda considerando a circulação do mensário, a difusão dos mesmos para além do espaço escolar. Com isso, fica evidenciada também uma característica da cultura escolar do colégio, quando considerado o conceito dado por Julia²⁶¹ na introdução do presente estudo, percebe-se que o ensino religioso faz parte de um conjunto de elementos, normas e finalidades que subsidiavam o processo de ensino-aprendizagem e definiam os conhecimentos a serem inculcados e incorporados pelas pessoas inseridas nesse processo.

As mensagens de caráter informativo, por sua vez, revelam contextos e cotidianos, trazem dados sobre a instrução escolar brasileira, com destaques para a

²⁶¹ JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto historiográfico**. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, 2001, p. 10.

cidade onde o jornal era produzido como também, informações sobre a instrução regional.

“A mensagem e a instrução” corresponde a uma crítica do professor Mariano Castro ao trabalho do diretor da secretaria de instrução do interior, Demóstenes de Macedo, acusado por Mariano de atitudes de desleixo e descaso quando em seu relatório não publicou informações completas sobre a instrução da cidade de Codó, trazendo dados de que apenas a cidade de São Bento possuía professora normalista e ainda que, apenas a capital do estado do Maranhão possuía estabelecimentos de educação particular, omitindo a existência do Externato Codoense, mesmo tendo este estabelecimento de ensino, remetido trimestralmente, para a secretaria do interior, mapas com os nomes dos alunos matriculados e com a frequência do trimestre findo, desde o ano de 1916. Talvez, este seja o ou um dos motivos pelos quais o Externato Codoense não aparece no Almanaque Laemmert Administrativo, Mercantil e Industrial. Mariano afirma que o Maranhão precisa, “muito e muito”, de ter um inspetor geral da instrução pública que seja dedicado a sua profissão, que entenda de pedagogia e se dedique com carinho e amor à instrução, propondo ao governo as modificações de que ela urgentemente precisa. O desabafo de Mariano Castro continua no número seguinte do jornal.

Na manchete “A Instrução em Codó”, o professor apresenta um levantamento feito por ele sobre as escolas e número de matrículas e frequência nos colégios codoenses, procurando provar os erros das informações dadas por Demóstenes de Macedo. Na manchete, Mariano afirma que Codó é uma das mais bem favorecidas em matéria de instrução primária, pois, seis colégios funcionam regularmente dentro da cidade, todos eles com professores mais ou menos habilitados e que empregam os seus esforços no sentido ensinar as crianças os prolongamentos da língua portuguesa, dos rudimentos do cálculo e a instrução cívica. Assegura que as escolas do Codó são bem frequentadas e traz estatísticas: 60 alunos matriculados na Escola Mista Estadual de Filomena Catarina; 39 alunos (do sexo masculino) no Externato Christino Cruz; 26 alunos na Escola Mista Estadual de Ercília Assis; 56 alunos na Escola Mista Municipal e 118 alunos no Externato Codoense. Conclui que desse total de matrículas, é possível que se tenha uma média de êxito em permanência, na pior das hipóteses, de 200 alunos, porque os dois externatos, sendo colégios particulares têm sua frequência igual ao número de matrículas, que, segundo ele, deve-se ao fato de ser pago o ensino, o que não acontecia nas outras escolas.

Porém, não é somente ao secretário de instrução que alfineta, o professor aproveita a oportunidade para fazer uma chamada aos pais de alunos, enfatizando a responsabilidade dos mesmos nas matrículas dos filhos e no estímulo dado aos estudos das crianças para que estas não se evadam:

Apesar disso, porém ainda há por aí muitas crianças que deveriam estar na escola, recebendo instrução e educação e que, no entanto, vivem pelas ruas, vagabundeando, transformados em verdadeiros garotos, para não empregar o termo áspero de moleques.

No entanto, que custaria mandar essas crianças para a escola? Falta de meios? Não!

E não, porque se não pudessem mandar para um colégio particular, onde estariam sujeitos ao pagamento das mensalidades, tinham o recurso dos colégios públicos, inteiramente grátis, e que são, em número de quatro entre nós.

Pura e simplesmente negligência, desleixo dos pais.

Outros há que põem os seus filhos no colégio, e nisso se cifra sua ação para a educação do filho.

Não fiscalizam o seu estudo, não indagam pelas notas obtidas, pelas lições marcadas.

O aluno, vadio por natureza, devido a idade, passa os dias na rua, brincando de pião, empinando papagaio e fazendo coisas outras tais.

Pouquíssimos são os pais de família em Codó que cuidam, com atenção, da educação de seus filhos, o que é deveras para lamentar, e ninguém melhor que o futuro para demonstrar se são ou não reais estas nossas afirmações.

Todos devem fazer o máximo sacrifício para educar os seus filhos, as suas crianças; é um crime deixa-los no balcão em vez de mandá-los para o colégio, deixa-los faltar um dia de aula porque foram ao rio lavar o cavalo, ou ficaram pesando cereais, etc, etc.

A instrução é tudo o que de mais caro e de mais útil possuímos; não há revezes da vida, não há derrocadas de fortuna, não há nada neste mundo que nos faça perder aquilo que aprendemos.

Rico ou pobre, feliz ou desgraçado, o saber sempre e sempre nos acompanhará e é o único companheiro que vai conosco até depois da morte.

As famílias de Codó devem pensar bem sobre estas palavras que aqui ficam escritas.

São palavras de verdade e escrita apenas com o fim de chamar-lhes a atenção para esse magno problema que é a instrução.

Cuidem com atenção, com solicitude e, nas ocasiões necessárias, com severidade, da educação dos seus filhos. Não basta pô-los no colégio; é preciso guiar-lhes no estudo, fiscalizar-lhes nos trabalhos, vigiai-os constantemente, sem, contudo, aperreá-los.

Feito isso e teremos a geração futura do Codó apta para a política, apta para a administração, apta enfim para a vida²⁶².

Mariano Castro mostra-se preocupado quanto à relação família-escola e ao tempo que os pais empreendem para acompanhamento das atividades escolares das crianças. Relata sobre crianças que passam mais tempo a brincar nas ruas do que a se dedicarem aos estudos ou ainda, àquelas que para ajudar no sustento da

²⁶² Jornal "A Escola", nº 04 de 28 de Abril de 1918, Ano I, pág.01.

família, são destinadas a outros fazeres como, por exemplo, dar banho nos animais e prestar atendimento nos pontos de comércio. Alerta aos pais quanto ao futuro das crianças e a necessidade de se criar homens aptos para atuarem na esfera pública.

Já a mensagem “Apelo às mães de família” publicada no número 05 do jornal, quando o mundo ainda estava sob as amarras da Primeira Guerra Mundial, solicita às mães que usem seu poder de persuasão e autoridade – o que consistia para elas num importante e honrado momento para ajudar na causa do patriotismo – para com seus filhos incentivando-os na produção nos campos e lavouras, afirmando que o exercício corporal é um complemento do esforço da inteligência, necessário ao equilíbrio da saúde física, que impede que as leituras continuadas e exaustivas dos moços, bem como os prolongamentos dos exercícios da música e os sedentários trabalhos de agulhas das moças, gerem o enfraquecimento geral do organismo humano. No entanto, apesar desta mensagem ter sido publicada pelo próprio jornal um número após as colocações do professor Mariano não se vê contradições em relação ao trabalho, visto que, esta última sugere os trabalhos nos campos para moças e rapazes e não para as crianças.

Seguindo com dados sobre a instrução, a mensagem “O analfabetismo no Brasil” traz um balanço sobre a proporção de analfabetos no Brasil, por estados:

Figura em primeiro lugar o da Paraíba, em que há, em cada mil habitantes, 168 que sabem ler para 832 analfabetos. O segundo cabe ao Piauí, com 173 que sabem ler para 827 analfabetos. Vem depois (sempre em cada 1000 habitantes) Pernambuco com 807 analfabetos para 193; Alagoas, com 800; Rio Grande do Norte, com 796, Ceará e Goiás, com igual coeficiente de analfabetos – 782; Bahia com 772; Rio de Janeiro (Estado) com 769; Paraná, com 761; São Paulo e Sergipe com 753; Maranhão, com 746; Minas com 744; Santa Catarina com 743; Espírito Santo, com 731; Mato Grosso, com 730; Pará com 700; Amazonas, com 679; Rio Grande do Sul, com 674 e, finalmente, o Distrito Federal, com 481 analfabetos contra 519 que sabem ler²⁶³.

O balanço acima é referente ao ano de 1918, trazendo o estado da Paraíba enquanto possuidor do maior número de analfabetos, o Piauí enquanto o segundo estado e o Distrito Federal com o menor número de analfabetos. Já o Maranhão, aparece na nona posição, com 746 (setecentos e quarenta e seis) analfabetos a cada mil habitantes. Com base nestes dados, Belisário Pena, em “Doentes e ignorantes” caracteriza o Brasil como um país de analfabetos e doentes onde:

²⁶³ Jornal “A Escola”, nº 12 de 31 de Dezembro de 1918, Ano I, pág.03.

75% da população não distinguem as letras nem garatujam o nome. Dos 25% restante, $\frac{3}{4}$ leem por cima e rabiscam o nome; e do quarto final, um terço é constituído de crianças que aprendem o abc ou leem história de carochinha e o resto desses [inelegível] jornais; uma parte, as seções em que se trata de política, outra destinada à vida social, e a maior, as que se ocupam de escândalos e de assuntos policiais e esportivos. Apenas um milésimo da população (receiamos exagerar para mais o cálculo) lê, assina e acompanha com alguma curiosidade o desenrolar dos acontecimentos. Iguamente 80% da população rural e 70% da população urbana estão em parte inutilizadas, e seriamente prejudicadas na sua maior parte, por várias doenças endêmicas, evitáveis todas, curáveis quase todas, que até pouco eram atribuídas ao clima, quando a sua causa quase exclusiva é o analfabetismo das massas e a ignorância nos letrados e semiletrados, dirigentes e dirigidos, dos preceitos da higiene moderna, e o descaso e até o desprezo com que uns e outros encaram os ensinamentos da Medicina Social²⁶⁴.

Os números do analfabetismo para os editores do jornal externavam uma grande tristeza quanto ao futuro de uma nação que precisava crescer, ao mesmo tempo em que deveria tornar-se força motriz para motivar e inspirar políticos e cidadãos a trabalharem em prol da instrução. Baseados neste déficit e com o objetivo de ver melhorias na educação, com destaque para a maranhense, as manchetes “Contra o analfabetismo”, “a reforma da instrução”, “A instrução no Maranhão” e “Os grupos escolares” denunciavam a situação das escolas e solicitavam a criação de grupos escolares que atendessem as necessidades nos serviços de instrução, construindo prédios apropriados, investindo na capacitação de professores e ampliando o número de crianças atendidas em sistema seriado.

Além das manchetes já citadas acima que mostram um panorama da educação nacional, outras chamaram especial atenção nesta pesquisa: eram cartas de Elisabetho Barbosa de Carvalho direcionadas ao seu irmão Fernando Barbosa de Carvalho, ambos fundadores e professores do Externato Codoense. O primeiro, por ocasião de seu trabalho – juiz de direito – viajava por cidades maranhenses presidindo juris e enviava para Fernando Carvalho, em Codó, suas impressões sobre a instrução escolar das cidades pelas quais passava. Sem estar diretamente no Externato, ministrando as aulas de Humanidades como fazia no ano de fundação da escola, Elisabetho Carvalho encontrou nas cartas/manchetes uma forma de instruir e informar os leitores codoenses, contribuindo com a escola e com o jornal.

²⁶⁴ Jornal “A Escola”, nº 17 de 30 de Junho de 1919, Ano II, pág.02.

De malas nas mãos percorrendo algumas cidades do Maranhão para presidir os juris previamente agendados, Elisabetho Barbosa de Carvalho, entrava em contato com as realidades do interior do estado do Maranhão. Nesses locais, não deixava de observar o tratamento dado à instrução escolar e enviava por cartas as impressões obtidas para o seu irmão Fernando Carvalho que não somente as lia como também publicava no jornal “A Escola”. Dessas viagens, quatro foram levadas à publicidade e narram as impressões de Elisabetho sobre a instrução escolar nas cidades de Pedreiras, São Luiz Gonzaga, São Bento e Guimarães, mas além desses locais também apresentam elementos sobre as cidades de Caxias, Riachão, Pinheiro e Codó. Devido à dimensão das cartas/manchetes e ainda a necessidade de um espaço maior para um estudo específico sobre cartas pedagógicas, optou-se por não colocá-las integralmente neste estudo, mas, apresentá-las em trechos de acordo com as temáticas narradas.

Em primeira instância, essas narrativas apresentam também as especificidades dos temas “Cartas pedagógicas” e “Viagens Pedagógicas”. Para Dantas²⁶⁵ “a carta é considerada um objeto que deve anunciar a verdade de uma experiência, a força da troca e do envolvimento entre os correspondentes”. No caso estudado, as narrativas de Elisabetho anunciam a experiência por ele vivida em suas “paragens” e que constituem sua verdade propagada. Há também a força de troca e do envolvimento, não somente para com o seu irmão, mas, com um público que lia sua experiência enquanto manchete de jornal.

Além disso, as viagens de Elisabetho possuem um caráter pedagógico, pois, seus relatos trazem um pensamento sobre a educação de cada lugar visitado. Embora, esse não fosse o objetivo primeiro de Elisabetho, visto que, sua função era presidir juris, o mesmo fazia de suas viagens uma oportunidade de olhar para as realidades apresentadas, compará-las, elogiar quando possível e até denunciar aquilo que não considerava correto. Ele, enquanto viajante pode observar os modelos escolares e produzir relatos, conhecer histórias, pessoas e modelos educacionais²⁶⁶.

²⁶⁵ DANTAS, Maria José. **Não Rasguem as Cartas!** “Intercâmbio epistolar e história da educação: objetos e fontes”. In: JOSÉ, Célio Juvenal Costa; MEL, Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Org.). Fontes e métodos em história da educação, MS: Ed.UFGD, 2010, p.02.

²⁶⁶ SILVA, Elisabeth Maria da. LAGE, Allene. **A imprensa pedagógica e o feminismo no século XIX: Nísia Floresta e a Educação das Mulheres no Brasil**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamérica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. (Coleção Aquilafuente; 195).

Inicialmente, pode-se dizer que, nas cartas aparecem temáticas como: denúncias ao tratamento dado à instrução escolar, elogios dirigidos a pessoas públicas e valorização dos professores, além de resultados colhidos após as denúncias. Com base num dos relatos do próprio Elisabetho, é possível afirmar que as cartas trocadas com Fernando e suas publicações foram previamente acordadas:

Retirando-me de Codó, e deixando assim, os companheiros do “Externato Codoense”, eu me comprometi a transmitir aos leitores da “A Escola”, órgão na imprensa do mesmo externato, notícias sobre a instrução dos lugares por onde as vicissitudes da vida me levassem, continuando deste modo, à prestar serviços à propaganda, a que o referido órgão se destina²⁶⁷.

E assim o fez. Primeiramente, Elisabetho denunciou:

Não imagina você, Fernando, o que vem a ser a instrução em Pedreiras. Direi melhor, a falta de instrução, porque em verdade, muito há ainda a fazer para que a instrução em Pedreiras seja uma realidade. Não se nota aqui o menor movimento a favor dela. Nenhum estímulo encaminha as criancinhas aos colégios. [...]

Dão prova disto os murmúrios, que, contra eles, todos os dias aqui se levantam. Murmuram até que em um dos colégios estaduais, se esgota a semana na leitura de um PASQUIM e em outro se gasta o dia a jogar o BICHO![...]

Se, porém, a instrução intelectual ministrada às crianças nesses colégios, é igual à instrução cívica, então posso garantir que os colégios aqui de Pedreiras não preenchem os seus fins.

[...] Pretendeu o digno prefeito municipal, homem de boa vontade, festejar a grande data nacional, que lembra a abolição dos escravos, mas, para logo, uma dificuldade se lhe procurou embaraçar os passos.

É que em todo o município de Pedreiras não havia uma bandeira brasileira! Parece incrível!

[...] As criancinhas, crescem, como se vê, como as ervas, para afastar a comparação áspera dos animais. Nem se quer chegam a conhecer o precioso símbolo do país, em que nasceram!

[...] Que se pode esperar, porém, de uma mocidade que cresce sem conhecer ao menos o símbolo da Pátria?

Que se pode esperar de uma mocidade, quando a instrução foge das crianças pelo criminoso abandono em que as deixam os que as deviam amparar? [...]²⁶⁸.

Na cidade de Pedreiras, Elisabetho mostra grande insatisfação quanto ao descaso dado à instrução escolar. Pasmo com a forma de ocupação das escolas e com o programa, ou mais certo, a ausência de um programa escolar, critica a falta de incentivo oferecido às crianças, o pequeno número de frequentadores à escola e denuncia o jogo do bicho que acontecia no interior da escola e a leitura, para ele

²⁶⁷ Jornal “A Escola”, 1919, Ano III, nº 23, pág.01.

²⁶⁸ Jornal “A Escola”, 1919, Ano II, Nº 17, p.01.

fatídica, de um Pasquim. Esse estudo não conseguiu identificar qual seria o “pasquim” citado, porém, infere-se tratar de leitura com conteúdo inadequado para uma preparação intelectual aos moldes do que acreditava ser uma instrução eficaz para Elisabetho. Percebe-se também o valor dado à instrução cívica, de modo que, o remetente mostra-se muito insatisfeito quanto à ausência dela, temendo o futuro de uma mocidade que nem se quer conhece o símbolo da Pátria.

Da passagem por São Luiz Gonzaga, também se viram denúncias à instrução escolar daquele lugar:

Nota-se aqui, Fernando, o inverso do que se dá em Pedreiras, com referência à instrução.

Em Pedreiras, há escolas mas, não há alunos, pela falta de confiança nos professores.

Aqui, há alunos, mas não há escolas pela criminosa indiferença dos governos, que deixam esta terra simplesmente entregue às lições da natureza.

Só uma escola existe nesta vila de São Luiz Gonzaga, e esta mesmo a cargo de uma só professora, que, por melhor boa vontade de que se possa revestir no grandioso empenho de transmitir os preciosos ensinamentos às criancinhas, muito pouco poderá conseguir, pela impossibilidade, quase absoluta de atender, com resultado ao avultado número de alunos.[...]

O governo do Estado [...] deve, ao menos dar à digna professora uma auxiliar, uma adjunta, como fez, pouco há com as duas escolas mistas dessa cidade [...]

A propósito, vem à baila um fato, que tomou depois ares de anedota, ocorrido na capital do Estado, ainda nos bons tempos colegiais. Cursavam dois irmãos o Liceu Maranhense. Inscreveram-se eles, no fim do ano, em exame de português. E ambos foram reprovados. O pai dos estudantes, antes de saber do desastre da reprovação, encontra-se com o professor e examinador da matéria e indaga pelo resultado do exame dos filhos, que são hoje formados, e rapazes bem distintos.

Um – responde o professor: nada. O outro... nem nada! [...]

A célebre e mui conhecida sentença de Víctor Hugo de que – abrir escolas é fechar cadeias, devia constituir aqui um verdadeiro evangelho.

É que São Luiz Gonzaga, em verdade, é a terra dos grandes crimes.

Quando em 1915 aqui cheguei pela primeira vez, como juiz de direito de Coroa, para presidir o tribunal do júri, transbordava a cadeia de criminosos, e todos criminosos de morte.

Se me não falha a memória 18 eram esses homens infelizes que aguardavam, então, o julgamento da justiça popular [...]²⁶⁹.

Sobre São Luiz Gonzaga Elisabetho inicia sua narrativa fazendo uma comparação com a cidade de Pedreiras. Enquanto a segunda possui escolas, mas, não tem professores comprometidos, na primeira, só existe uma escola e está a cargo de uma única professora, que embora faça o esforço para desenvolver o seu trabalho não possui condições de atender todos quanto necessitam de instrução.

²⁶⁹ Jornal “A Escola”, 1919, Ano II, Nº 18, p.01.

Com isso, Elisabetho critica a atuação do Estado e sugere que, no mínimo, seja fornecida a professora, uma auxiliar, como o governo há pouco tinha feito em Codó. Ainda, conta um caso ocorrido no Liceu Maranhense, que virou motivo de riso em São Luiz Gonzaga, quando dois irmãos foram prestar exames e não obtiveram bons resultados. Por fim, relata sobre a forte criminalidade existente naquela povoação, que oferecia, assim, um perigoso exemplo para a mocidade que continuava a crescer sem a “luz do saber”.

Já em São Bento, a carta de Elisabetho preenche a primeira página do jornal “A Escola” com elogios à educação Sãobentoense:

Em satisfação, pois, ao compromisso, que constitui para mim um dever cívico, venho hoje aproveitando um dia de passagem nesta cidade tratar da instrução de São Bento e folgo imensamente em começar afirmando que São Bento é um dos municípios do Estado em que a instrução sempre foi bem ministrada.

Daqui, talvez a razão porque deste muito tempo, se têm os filhos desta terra se revelado homens de grande empreendimento, homens de muita boa vontade [...]

Vê-de “A Pacotilha” jornal de maior circulação do estado, da obra de Victor Lobato, e aí no Codó, a fábrica de tecidos, arrimo de tanta pobreza, obra de Leontino Ramos, e os dois não nasceram, senão aqui, na beira destes belos campos. Ora, homens nascidos e educados nas trevas da ignorância, poderiam ter tais ideias? Parece que não. Por isso, creio poder afirmar, ser tudo isto produto do meio em que se consagra à instrução um especial cuidado.

Não é uma verdade que nos lugares, que primam pela ausência absoluta de instrução, são os homens descrentes, pessimistas e sem ação? E o contrário disto não se observa em outras partes, em que a instrução é, ou pelo menos se aproxima da realidade? Certamente. É o que nos mostra São Bento.[...]

Vê-se, pois, que o povo de São Bento não se deixa levar apenas pelos interesses materiais. Pensa em coisas mais nobres e mais altas, como a de educar e instruir os filhos, preparando-os deste modo a melhor servir à Pátria.

Ah! Quem dera que assim fosse na minha comarca ou antes na comarca de que eu sou juiz! Infelizmente, porém, para dizer aos leitores da “A Escola”, o que é e o que tem sido de um certo tempo para cá, a instrução em Pinheiro, ainda me não veio a coragem necessária. Mas, um dia, fatalmente, ela virá, pois esse é o compromisso, que assumi com os meus companheiros. São Bento, 12 de Março de 1920²⁷⁰.

Sobre a instrução pública em São Bento, Elisabetho narra histórias que para ele constituem verdadeiros exemplos de homens bem instruídos, que uma vez, sendo produtos de um meio que valoriza a educação e não somente os bens materiais, fornece à Pátria filhos preparados para servi-la. Em seguida, o remetente também apresenta escolas e professores de São Bento que são lembrados e

²⁷⁰ Jornal “A Escola”, 1920, Ano III, Nº 23, p.01.

valorizados pelo seu povo, não exposto na citação acima, devido à dimensão do histórico. Elisabetho fala da dedicação de governantes, professores, professoras e até de um padre que fundou uma escola paroquial para os mais necessitados. Da tentativa, por enquanto frustrada, de melhorar a educação em São Bento, ele cita a fundação do Instituto Carlos Reis que pretendia instaurar o ensino secundário, mas, logo afirma que não foi por falta de iniciativa e boa vontade dos professores e sim pela ausência de alunos aptos para o nível em quantidade de formação de turmas, um problema que não era só de São Bento, mas uma realidade presente no interior do Estado do Maranhão e que podia ser observada em cidades como Caxias, Riachão e Codó. Este último, também em seu curso secundário, segundo ele, não conseguia a matrícula de pouco mais de seis alunos no Externato Codoense.

Outro fator da sociedade de São Bento elogiada por Elisabetho correspondia à criação de um Grupo Cívico por parte da mocidade que se organizava em agremiações em prol da instrução. O grupo tinha como objetivo desenvolver o amor à Pátria com a criação de caixa escolar, biblioteca e jornal. Após análise dos empreendimentos realizados naquela localidade, Elisabetho, se ressentido de não observar o mesmo cuidado com a instrução na cidade de Pinheiro, onde o mesmo era o atual juiz da Comarca, lamentando-se do fato e afirmando que em algum momento desenvolveria coragem para contar aos companheiros do “A Escola” a realidade sobre a instrução na cidade de Pinheiro.

A última carta publicada correspondia à instrução em Guimarães:

A instrução pública primária neste município, um dos mais antigos do Estado, nunca foi descurada pelos poderes públicos, a não ser logo após o advento da República.

Poucos anos depois da Independência, já em 1845, havia nesta então vila, duas escolas régias; uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino.

[...]

Depois da República, a instrução aqui derivou por um declive: foi a época dos professores interinos, sem concurso, sem tirocínio, sem vocação, chamados pela política à mesa do orçamento. E desse descaso, a consequência é que não se encontra atualmente, no nosso meio, um conterrâneo bastante instruído a quem se possa confiar um cargo público, ao menos de delegado de polícia ou secretário da Câmara.

Felizmente, neste último decênio, mudou-se a face das coisas.

O governo do Dr. Luiz Domingues, proveu as nossas escolas com gente mais ou menos apta. Pela primeira vez, teve aqui exercício na escola uma professora normalista e pela primeira vez, também ouviu-se na escola o hino à Bandeira e por conseguinte, deu-se também às crianças as primeiras lições de civismo.

O Dr. Herculano Parga e Luiz Carvalho, criaram a festa das árvores, isto é, o primeiro passo para reivindicação das nossas florestas atrozmente devastadas.

O Dr. Urbano Santos promete agora uma carícia à terra que lhe embalou o berço venturoso – com a projetada criação do Grupo Escolar que virá colocar Guimarães no plano em que todos os seus filhos desejam.

[...] Sim, instruamos o povo!

Só no seio de um povo instruído, medrarão as boas sementes!

Antes de boa escola não se fale ao povo em profilaxia rural, nem na lavoura intensiva, nem em patriotismo, nem na defesa nacional! Guimarães, 10 de Maio de 1920²⁷¹.

No caso de Guimarães, Elisabetho também tenta fazer um histórico da instrução escolar, relatando o tratamento ofertado desde os tempos das escolas régias. Cita que após o advento da República houve um declive a que ele responsabiliza o jogo político, responsável por colocar nas escolas professores sem concurso, sem experiência e sem vocação, fato que resultou na ineficiência em formar homens preparados para o trato público. Segundo ele, porém, na última década, ocorriam felizes mudanças, pois, os governantes passaram a direcionar um olhar para Guimarães, provendo as escolas com professores aptos, formados, instaurando nas escolas as lições de civismo e projetando um grupo escolar para a localidade. Novamente, faz um apelo à instrução, afirmando que a boa escola deve ser assunto prioritário do governo e que deve vir antes das formas das fiscalizações rurais, do incentivo à veemência da lavoura e até do patriotismo e da defesa nacional.

Como resultados de suas denúncias, ainda no jornal, Elisabetho afirma:

[...] E, certo estou, que os homens de bem daquelas paragens se houveram por mui satisfeitos com a verdade e franqueza com que, a respeito, me pronunciei. E mais do que eles, eu, e os da “A Escola”, pelo resultado benéfico que se colheu, como o de expulsar de uma escola de Pedreiras, o fatídico jogo do bicho, que escandalosamente nela se bancava, com forte desprestígio para a classe, e de outra escola da mesma vila, um nojento pasquim, que desonrava não só a escola, mas o lugar²⁷².

Elisabetho colocava-se como alguém que prestava verdade e franqueza em seus relatos, o que fez com que os “homens de bem” se mostrassem satisfeitos quanto ao que ele relatava nas cartas publicadas. Fernando Carvalho, por sua vez, não deixava o seu irmão sozinho em suas opiniões, tecendo sempre comentários que reiteravam as informações contidas. Para Fernando, a instrução pública,

²⁷¹ Jornal “A Escola”, 1920, Ano III, Nº 23, p.03.

²⁷² Jornal “A Escola”, 1920, Ano III, Nº 23, p.01.

infelizmente, era descurada no Maranhão, prova de que o Brasil era um país de analfabetos e, se assim continuasse, não se poderia chegar a um resultado positivo. Era preciso se ter confiança nos professores, professores capacitados e cientes de seus deveres cívicos, bem como atenções e investimentos do governo a favor das escolas e contra a criminalidade.

Após leitura e análise das cartas/manchetes foi possível perceber que existia uma linguagem em comum entre os irmãos: a campanha contra o analfabetismo, vícios e criminalidade e a favor de uma instrução intelectual, mas, também cívica e moral que formasse homens para o engrandecimento do país. Considerados homens de boa formação e defensores da educação em âmbito público, os irmãos Carvalho ocupavam lugar de destaque na sociedade maranhense, de modo que, suas escritas, apresentavam intenções públicas carregadas de impressões. No caso de Elisabetho Carvalho considerou-se que suas cartas/manchetes publicadas apontam para uma prática escriturária tendo a instrução escolar como um ideal de progresso.

Ainda, observou-se que as narrativas construídas por ele visavam, além de expor a situação de cada lugar, produzir efeitos de comparação sobre a instrução escolar nas diferentes cidades pelas quais passava, fazendo denúncias quando necessário. A resposta de Fernando Carvalho era publicar as narrativas no Jornal “A Escola” e tecer seus comentários sobre as mesmas, elogiando, concordando e publicando as denúncias feitas com base nos valores educacionais em vigor. As escritas de Elisabetho possuindo finalidade de instrução deixaram sua marca e subjetividade através da escrita²⁷³.

Como um defensor da educação Fernando Carvalho criou na cidade de Codó, no dia 21 de março de 1920, uma Caixa Escolar, acontecimento que foi noticiado no jornal “A Escola” e no “Correio do Codó”. A associação contava entre seus membros com Sebastião Archer da Silva e Simeão de Macêdo e tinha a finalidade de facilitar o ensino às crianças pobres do município que ainda não estavam matriculadas nas escolas públicas. As aulas foram iniciadas logo no mês seguinte à criação, ficando a cargo delas a professora Filomena Catarina Moreira, que voluntariamente assumiu a responsabilidade pela instrução. Porém, se a associação foi criada por iniciativa de Fernando, por que o mesmo não assumiu as aulas? É que além do Externato

²⁷³ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e Escrita**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

Codoense, o professor tinha outro projeto em mente que só foi consolidado no dia 01 de Setembro de 1920, a criação de um colégio noturno gratuito, a Escola Tenente Villaronga Fontenelle, que em seu nome homenageou um oficial do exército que contribuía com a existência das aulas de instrução militar no Externato Codoense.

Faziam parte do corpo docente os mesmos professores do Externato: Paulino Santos, Pedro Correia e Fernando Carvalho. A escola contou inicialmente com a matrícula de vinte alunos e funcionava numa das salas do Posto de Ulcerados de Codó, lugar que abrigava moradores de rua, criado pela iniciativa de Sebastião Archer da Silva e também do professor Fernando Carvalho. Depois, a sede foi transferida para a casa onde funcionava o prédio da “Caixa Escolar”. Mesmo com a nova escola em turno noturno, as aulas noturnas do Externato Codoense para operários continuavam a funcionar, tendo nesse mesmo período a matrícula de 48 (quarenta e oito) alunos, mas a frequência de 38 (trinta e oito).

Por sua contribuição à educação codoense, Fernando foi homenageado com a criação do Colégio Fernando Carvalho, de iniciativa particular, mas, para atendimento a crianças carentes do bairro Trizidela. A escola foi fundada em 10 de outubro de 1920 e tinha como professor o senhor Raimundo Saldanha, com matrícula inicial de 15 alunos. Fernando Carvalho esteve na direção do Externato Codoense por sete anos. Quando, por problemas de saúde, teve que afastar-se da sala de aula, passou em 1923, o estabelecimento para as mãos do professor Newton de Carvalho, que por sua vez, em 1924 o vendeu para os irmãos Valdemar Carvalho e Acrísio Rabelo, que o transformaram numa escola normal, porém, que só funcionou até esse mesmo ano, encerrando-se assim, a trajetória daquela instituição.

Já o jornal “A Escola”, parece ter deixado de circular no ano de 1920. Não foi encontrado nenhum outro número ou quaisquer vestígios em imprensa contemporânea que noticie o encerramento das atividades do jornal. Enquanto circulava, os editores afirmavam seu compromisso com a propaganda da instrução:

O programa, com que surgimos à luz da publicidade, cumprimo-lo, com certeza, consciente e integralmente, com ufania o afirmamos, sem nunca dele desviarmos nessa trajetória percorrida um só traço, uma só se quer ao menos.

Preciso, porém, se torna, de fato, o que fazemos neste momento não sem grande pesar, que aqui digamos, com franqueza, com verdade, que a instrução no Codó, mão grado à nossa constante propaganda, o nosso trabalho, os nossos esforços, a nossa reconhecida dedicação e forte

atividade pela sua mais ampla disseminação, é ainda, **infelizmente tratada com incúria, com desprezo, com menoscabo, votando o nosso povo, que tem foros de civilizado, o que muito por sem dúvida depõem contra si, um atroz indiferentismo, um descaso sem nome, um alheamento sem par à leitura dos jornais** [grifo da autora] muito especialmente, confrange-nos dizê-lo, se estes dedicam, com ardor e entusiasmo, a honrosa e edificante tarefa de instruir, de ensinar, para que, por certo, não há razão, não há desculpa, não há justificativa possíveis!... A demais, sabido é, que o povo que não lê se não instrui e, que onde a imprensa é mais desenvolvida, onde ela é mais assídua e constante, há mais instrução, há mais civilidade, há mais progresso, há mais vida! [...] Como órgão, portanto que somos de um estabelecimento de ensino, que vem prestando, incontestavelmente, relevantes serviços à nossa população há mais de três anos já, **continuaremos, com denodo e coragem, na vanguarda do grande combate ao fatal analfabetismo, que tanto nos infelicitava e nos avilta, que tanto nos acabrunha, nos rebaixa, nos reduz, e que entre nós, infelizmente, ainda campeia com altives e desassombro!** [grifo da autora] [...] ²⁷⁴.

Certos de que foram fiéis ao que se propuseram a fazer, os editores do jornal “A Escola” afirmam que nunca se desviaram do caminho que traçaram desde o momento inicial, não se entregaram a paixões, fuxicos ou intrigas, porém, encontraram desafios. Entre eles, a indiferença de muitos quanto à leitura do jornal e ao papel da imprensa, inclusive, de pessoas – das quais não citam nomes ou cargos – que se diziam defensores da educação, o que para os editores se configurava em algo injustificável. Seguindo as linhas, relatam a importância da instrução através da imprensa e sua contribuição para o desenvolvimento da civilidade. Afirmam ainda que, apesar dos percalços continuariam tentando instruir através do jornal, tendo por certo de que isto consistia num dever patriótico, principalmente, tocando o pequeno recanto da cidade de Codó. Agradecem a participação dos colaboradores e assinantes que somavam ao “justo e grandioso” escopo do jornal “A Escola”.

O relato dos que faziam o jornal, na ocasião do seu 2º ano de circulação, demonstra algumas dificuldades enfrentadas. Embora, afirmasse que não se deixaria abater pelas adversidades, o jornal foi perdendo força no ano de 1919, com menos números publicados e pedidos de desculpas aos assinantes presentes quando o número seguinte chegava. A mudança das tipografias para a capital dificultaram a impressão dos jornais e a alternância entre professores do Externato, que ao adentrarem ao colégio também faziam parte da redação do jornal, foi outro problema. A substituição nem sempre era imediata, além de que, nenhum professor do Externato exercia a profissão docente como ocupação única, isto é, também possuíam outros cargos do governo. Embora, exercessem o magistério, possuíam

²⁷⁴ Jornal “A Escola”, nº 13 de 26 de Janeiro de 1919, Ano II, pág.01.

formações em outras áreas como direito, engenharia, serviço militar e dos seus currículos aproveitavam o conhecimento que ministravam em sala de aula.

Findando esta análise sobre o jornal “A Escola” e resguardando o devido contexto histórico de sua produção, é possível afirmar que suas manchetes reforçavam uma perspectiva do modelo educacional acreditado pelos editores, apresentava as práticas condenáveis ao ensino fazendo críticas aos conteúdos que não consideravam importantes no processo de formação – o que evidencia uma importância dos temas tratados – e as intenções que a intelectualidade local possuía.

As manchetes traziam uma compreensão de educação e das práticas de ensino, que por sua vez, estavam baseadas na instrução intelectual, cívica, militar, física, moral e na relação família e escola com destaque para a educação masculina visando à formação de homens que enalteceriam a pátria. O jornal, assim como o Externato Codoense, produzia e divulgava o campo educacional apresentando, segundo ele, também uma esperança de mobilidade social, provas disto nos dão as “preocupações e feitos” dos fundadores anteriormente mencionados. Deste modo, o periódico enfatizado no presente estudo corrobora com a ideia de que através da imprensa é possível o conhecimento e análise de contextos educacionais, além da compreensão de elementos da cultura escolar como marcas institucionais que testemunham as memórias de um tempo.

DEIXANDO AS PÁGINAS ABERTAS: Algumas considerações finais

Ao ter que escrever as considerações finais desta pesquisa, chegou-se a compreensão de que o fazer histórico não foi concluído, pois, ele parece induzir cada vez mais pesquisas dentro e além da linha de investigação tomada. Uma vez que as páginas dos jornais foram abertas, saltaram de lá lugares, contextos, pessoas, perspectivas, ideais. Foi mesmo, como afirma Chartier²⁷⁵, preciso escutar os mortos com os olhos recobrando suas velhas palavras em arquivos nos quais o vestígio escrito delas foi preservado. E as palavras saltaram do papel, da exposição silenciosa, de um passado, para se fazerem presentes, não somente em outros papéis com novos formatos e outras cores, mas para chegar ao conhecimento daqueles que anseiam pela história de sua cidade, de sua própria história.

Os vestígios foram visitados com objetivos estabelecidos. Queria-se compreender a gênese da história da educação codoense, historiá-la, identificar e compreender as primeiras instituições escolares. Pretendia-se fazer uma pesquisa que preenchesse espaço num âmbito bibliográfico ainda carente de acervos e de pesquisadores. Para isso, era necessário mapear todas as características do jornal, examiná-lo cautelosamente, pelo seu conteúdo e pelo seu estado material. “Conhecer” as pessoas que o fizeram e o que elas pretendiam ao deixar suas escritas, saber os caminhos e cidades em que tais palavras foram lidas. Era preciso atentar para a relevância de aspectos singelos, mas que possuíam significados. Via-se diante de um desafio: tecer os fios das diversas manchetes.

Um assunto chamava outro. As pessoas envolvidas com o jornal também se faziam presentes em vários acontecimentos e organizações. Por quê? As respostas não vieram fáceis. Os questionamentos pediam mais documentos, mais testemunhos, mais análises. Foi preciso buscá-los. Com isso, as páginas deste estudo foram aumentando devido a uma dificuldade de escolher o que contar. Tudo parecia muito importante! Uma análise proposta a ser documental precisava de embasamentos a cada informação colhida. Mergulhou-se na História Cultural, na pesquisa educacional, na memória, na história das instituições escolares, na imprensa. Sendo ela imprensa com fins informativos e imprensa com fins

²⁷⁵ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

pedagógicos. Imergiu-se na História da educação e nas suas possibilidades de investigações. Objetivos alcançados.

O jornal era escolar, criado por uma escola na cidade de Codó, mas revelava contextos locais, regionais, nacionais e até mundiais. Histórias de vida, estatísticas, acontecimentos, transformações. Contava um pouco sobre a história das escolas, dos professores. Exibia mensalmente as notas dos alunos. Empreendia uma forte campanha em prol da instrução, contra o analfabetismo, em todas as suas seções: fosse em manchetes informativas, nas lições, nos poemas, nas figuras, nas frases e notas motivadoras entre manchetes. Do primeiro ao último número analisado, concordou-se com aquilo que os fundadores afirmaram: o jornal não fugiu do que se propôs a fazer. E o fez de acordo com a sua época e com os valores que acreditavam: isto é, ser um instrumento de propaganda da instrução e da pátria.

Mesmo tendo parado de circular há muito tempo, permitiu nos dias de hoje, uma investigação em história da educação pensando a imprensa pedagógica e suas contribuições para a cultura escolar. Até onde foi possível encontrar vestígios, foi o primeiro jornal escolar da cidade de Codó, um dos raios de ação do Externato Codoense. Foi a marca de uma escola, de um tempo e de seus idealizadores. Foi fruto de um trabalho de quem acreditava no poder da imprensa enquanto veículo de informação e formação. Fruto de professores de uma escola que acreditava na instrução, no progresso, em valores cristãos. A escola era de âmbito privado, mas o jornal atesta que a mesma trabalhava em parceria com a instrução pública e que seus professores participaram de outros empreendimentos visando a instrução daqueles que não podiam pagar por ela, num tempo em que a instrução não era obrigatória.

O prédio do Externato Codoense não existe mais. Não existem mais pessoas vivas que acionem suas memórias para contar, nos dias de hoje, sobre a escola de um passado histórico e necessário à história da educação codoense. Lamenta-se esse fato veemente. Mas afirma-se que, por intermédio do jornal, houve uma aproximação com a história da escola. Foram localizados nomes de alunos e professores que dela fizeram parte e conheceu-se a trajetória de seu diretor, Fernando Barbosa de Carvalho, que até então era nome escrito em fachada.

Através do jornal, deparou-se com a cultura e cotidiano da escola, o projeto educativo, os cursos oferecidos, as notas dos alunos, os livros adotados, as festas escolares, as sabatinas, as homenagens, as críticas, o reconhecimento, mostrando

que o presente histórico é um permanente ponto de encontro da recordação e da esperança²⁷⁶. Uma esperança de alimentar a memória através dos materiais fornecidos pela história (Pollak, 1989). Como afirma Bosi (1994):

Não basta um esforço abstrato para recriar impressões passadas, nem palavras exprimem o sentimento de diminuição que acompanha a impossibilidade. Perdeu-se o tônus vital que permitira aquelas sensações, aquela captação do mundo. [...] Mas a sensação pálida de agora é uma reminiscência da alegria de outrora. Esta sombra tem algo parecido com a alegria, tem o seu contorno: é uma evocação²⁷⁷.

A sensação pálida de agora, pela impossibilidade de verificar a olhos nus aquela que foi uma das primeiras escolas do município de Codó, foi substituída pela alegria das reminiscências presentes nas narrativas que chegaram ao tempo presente. Fez-se assim, através do jornal “A Escola”, uma evocação da escola. A evocação de um passado que conta sobre o início da instrução escolar em Codó, Maranhão. Como afirma Certeau²⁷⁸ “o historiador [...] trabalha sobre um material para transformá-lo em história”. Este foi um dos escopos da presente pesquisa. Assim se debruçou sobre o jornal.

Mas também foi conhecer outras pessoas, escolas e lugares para além dos limites codoenses. O jornal “A Escola” apresentou elementos significativos para a compreensão tanto da Instituição Escolar – tornando possível traçar parte de sua trajetória – como também, revelou aspectos cruciais do cotidiano citadino. Em primeira instância, é inegável, houve um fascínio pessoal e muito subjetivo decorrido do fato de através de suas páginas, conseguir visitar uma Codó das primeiras décadas do século XX e compor um panorama histórico que contribuirá para a bibliografia, ainda carente, do município.

Posteriormente, teve-se o cuidado “para não cair na tentação de supor que ali se encontra a história verdade”²⁷⁹. Assim, a presente pesquisa seguindo o que

²⁷⁶ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1.ed. Coleção Opúsculos. Coimbra-Portugal: Quarteto Editora, 2001.

²⁷⁷ BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.84.

²⁷⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017, p67.

²⁷⁹ FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: Apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação**. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p.15.

aconselha Capelato²⁸⁰, não tomou o jornal “A Escola” como detentor de verdades absolutas ou como “templo dos fatos”, tendo em vista a impossibilidade de no presente poder resgatar o passado tal como aconteceu. A atitude foi de registrar a natureza das informações ali contidas. Registrar eventos, pessoas e os feitos encontrados ao folhear cuidadosamente página por página, captando transformações dos sujeitos no tempo e época em que viveram. Compreendeu-se o jornal “A Escola” com um testemunho que trouxe para os dias de hoje, narrativas de um passado, de um passado que é histórico.

E uma vez que suas páginas foram abertas, assim continuarão neste estudo aos que desejarem conhecê-lo.

²⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

FONTES

ALMANAQUE, Laemert **Administrativo Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro, 1891- 1940. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imanak/313394>
Acessado em: 05 de Março de 1918.

ATA, **inauguração do Grupo Escolar Colares Moreira**, 07 de Março de 1934. Codó, Maranhão.

CODÓ IBGE (Cidades:Codó) Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama> Acessado em: 16 de Janeiro de 2018

Decreto 5671 de 6 de setembro de 1922. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15671-6-setembro-1922-487497-republicacao-91987-pe.html>. Acessado em: 15 de Março de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **FOTOS DE CODÓ**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/historico>. Acessado em: 07 de Agosto de 2018.

O DIÁRIO DO MARANHÃO (1855-1909). **Jornal do Comércio**. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&PagFis=12301&Pesq=COD%C3%93>. Acessado em: 26 de Janeiro de 2018.

JORNAL A ESCOLA. 1918-1920. **Jornal Escolar**. Ano I, II, III. Nº 1- 25. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite/Instituto Histórico Geográfico do Codó.

JORNAL A GAZETA DO CODÓ. Janeiro de 1893. ANO II. Nº 09. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

JORNAL CORREIO DO CODÓ. 1915- 1920. Ano III - VIII. Nº 03- 150. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

JORNAL O MONITOR CODOENSE. 1895- 1909. Ano II. Nº 26- 34. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

O JORNAL. Maranhão, 21 de Março de 1917, nº 708, Ano III, pág.01. Acervo de periódicos da Biblioteca Pública Benedito Leite.

VIVEIROS, Jerônimo. **Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão**. Revista de Geografia e História, São Luís, 1937. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bppl/acervodigital/> Acessado em: 08 de Março de 2018.

REVISTA, Academia Maranhense de Letras. **Discursos de posse**. Volume X, São Luís, Agosto de 1978.

SOUSA, Cândido. **Arquivo pessoal: fontes hemerográficas**. Codó, Maranhão, 2018.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Universidade Metodista de São Paulo/Autores Associados, 2007.

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral**. Proj. História, São Paulo, (15), abr.1997.

_____. **O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral**. História, São Paulo, 14: 125-136, 1995.

ANTONIO LOBO, BIOGRAFIA. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/antonio-francisco-leal-lobo/> Acessado em: 13 de Abril de 2018.

ARANHA, Luziane de Jesus. **“MULHERES CRIMINOSAS”: o julgamento social dos crimes cometidos por mulheres no Maranhão**. In: ABRANTES, Elisabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

ARAGÃO, Oribe. **O Que é El Niño?** (Conferência). In: Seminário sobre a influência do el niño na agricultura e nos recursos hídricos do semi-árido. Campina Grande PB, 12 e 13 de março de 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

_____. **O que é História Cultural?**. (Tradução) Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Impressos e cultura escolar: Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). **La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. (Coleção Aquilafuente; 210).

BOURDIEU, Pierre, **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática (1983b).

CÂMARA BASTOS, Maria Helena. **Escritas Estudantis em periódicos escolares**. Revista História da Educação. Vol. 17. Nº 40. Maio-Agosto, 2013.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e Escrita**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

CANDAU, Joel. **Anthropologie de la Mémoire**. Paris: PUF, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaio de teoria e método**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís : entre o institucional e o repressivo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CATANI, Denice Bárbara. **A imprensa periódica pedagógica e a história dos estudos educacionais no Brasil**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamerica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. (Coleção Aquilafuente; 195).

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1.ed. Coleção Opúsculos. Coimbra-Portugal: Quarteto Editora, 2001.

CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva**. Revista Espaço Acadêmico. Nº 108- Maio de 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. (Tradução) Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
CHAVES, Mirian Waidenfeld. História de uma escola escrita por seus alunos e professores. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **A Educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão provincial**. Revista Outros tempos/Dossiê Escravidão.Volume 6, número 8, dezembro de 2009.

DANTAS, Maria José. **Não Rasguem as Cartas!”Intercâmbio epistolar e história da educação: objetos e fontes**. In: JOSÉ, Célio Juvenal Costa; MEL, Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Org.). Fontes e métodos em história da educação, MS: Ed.UFGD, 2010. 350 p.

DARNTON, Robert. **A história da leitura**. In: BURKE, Peter (org). A Escrita da História: Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRAGA, Andrea Silva de. **“O ESTUDO”:** Um exemplar da imprensa estudantil dos anos de 1920 e 1930. ANAIS - VI Congresso Brasileiro da História da Educação, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1041.htm Acessado em: 16 de Junho de 2017.

FRAGO, Antonio Viñao. **Historia da educación y historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones**. In: Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, 1995.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

GATTI JR., Décio. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico metodológicas**. Uberlândia: Edufu, 2006.

GATTI JR., Décio. PESSANHA, Eurize Caldas. **História da Educação, Instituições Escolares e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos**. In: GATTI JR., Décio. INACIO FILHO, Geraldo (orgs.). História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: autores associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2005.p.71-90.

FRANK, Bruno José Rodrigues. **Chorographia do Brasil (1922): Ensaio sobre a imaginação geográfica e construção da identidade nacional**. Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 48-60, jan./jun. 2016. ISSN 2179-4510 – Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/> Acessado em: 13 de Abril de 2018.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: A problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf. 1998.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. **O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: Apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação**. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. Impressos e história da educação: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, Piauí, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

HOBSBAWN, Eric (org.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto historiográfico**. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

LEIA HOJE, Revista. **Enciclopédia do Maranhão-Codó**. Ano VI- Nº 49- Ano 2000.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

LENCIO **Fontes históricas**. 2.ed.NI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.

LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed.São Paulo: Contexto, 2015.p.234-247.

_____. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In Pinsky, Carla Bassanezi, (org)., I a reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: DPGA, 2005.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís. Edições SEMA, 2007.

MARANHÃO, Instituto Histórico e Geográfico do. **Ocupantes de cadeiras**. São Luís: IHGM, 2013.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. FACT/ UEMA, 1999. P. 298.

_____. **O imaginário codoense**. Ed. do Autor. Codó, 2012.

_____. **Entrevista concedida a Maria Alda Pinto Soares**. Codó – MA. Dezembro, 2013.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Melo; XAVIER, Libânia Nacif. **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004 178p.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MICHELET, Jules. **L'héroïsme de l'esprit**. L'Arc, nº 52, 1973 In: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **A modernidade pedagógica no discurso médico do século XIX no Brasil: Uma análise da Revista *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1920)**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamerica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. (Coleção Aquilafuente; 195).

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEPOMUCENO, Bebel. **Protagonismo Ignorado**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO. Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. 1ª Ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, (10) dez, 1993.

NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre Instituições escolares: balanço crítico**. II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/463PaoloNosella_EsterBuffa.pdf Acessado em: 16 de Junho de 2017.

NÓVOA, Antonio. **A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português**. In: CATANI, Denice Barbara. BASTOS, Maria Helena Camara. Educação em Revista: A imprensa periódica e a história da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p.11 a 31.

NUNES, Clarice. **Memória e história da educação: entre práticas e representações** In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima (Org). História e memória da Escola Nova. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Impressos no Maranhão: uma primeira leitura sobre a fundação da imprensa local**. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.- 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p.- 3-15.

RODRIGUES, Fernanda Lopes. **A invisibilidade da mulher negra maranhense no estudo sobre a formação da professora na Escola Normal Pública em São Luís (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação, São Luís, 2011.

SALES, Tatiane da Silva. **BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

SANTOS, Ademir Valdir dos; CECCHETTI, Élcio; SALGADO, Mara. **Doutrinação da infância no estado novo brasileiro: O jornal escolar “Tudo pelo Brasil”**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. (Coleção Aquilafuente; 210).

SANTOS, Agnelo Pereira dos. **Ecos da modernidade: Memórias e transformações urbanas sofridas por Oeiras (PI) em meados do século XX**. Anais do X Encontro Nacional de História Oral. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Alexandra Lima da. **Ideias em movimento: viagens como horizonte na historiografia da educação**. Roteiro, Joaçaba, p. 109-126, 2013, Ed. Especial.

SILVA, Elisabeth Maria da. LAGE, Allene. **A imprensa pedagógica e o feminismo no século XIX: Nísia Floresta e a Educação das Mulheres no Brasil**. In: DÍAZ, José María Hernández (Org). Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa mediterránea e Iberoamerica. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. (Coleção Aquilafuente; 195).

SILVA, Diana Rocha da. **As Casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)** / Diana Rocha da Silva. – Araraquara, SP, 2017.

SEGADILHA, Delcineide Maria Ferreira. **A Escola Modelo Benedito Leite no contexto de produção da educação moderna em São Luís (1900-1922)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Pós Graduação em Educação. Natal, 2016.

SOARES, Maria Alda Pinto. **Pelas Mãos Femininas: Memórias da Educação Codoense (1950-1980)**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em História, 2015.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX.** Uberlândia: EDUFU, 2015. (Coleção história, pensamento e educação. Série Monografias; v.3).

SOUZA, Maria Cecília Cortez Cristiano de. **A Escola e a Memória.** Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das instituições escolares: do que se fala?** In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Isabel Moura (Orgs). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Manchetes sobre “Desenvolvimento Urbano Codoense” consultadas no jornal “Correio do Codó”.

Questão norteadora: Quais informações veiculadas nos jornais codoenses permitem uma caracterização do contexto citadino no período pesquisado?	
Fonte: Jornal “Correio do Codó”	Conteúdo/Manchete (página)
21/11/1915 nº 03	Viação Urbana (pág.03).
21/06/1916 nº 34	Lei Nº 48- Receita e Despesa do Município de Codó (pág.03).
21/06/1916 nº 34	Relatório do Intendente (pág.01).
30/08/1916 nº 40	As nossas estradas (pág.01).
30/08/1916 nº 40	A festa das padroeiras (pág.01).
04/10/1916 nº45	Clube Recreativo - Festas em Codó (pág.02).
18/10/1916 nº 47	Alto Codó Sport Clube (pág.02).
25/10/1916 nº 48	A ponte sobre o “Água Fria” (pág.01).
01/11/1916 nº 49	Ainda a ponte (pág.01).
08/11/1916 nº 50	Governo do Estado – Lei Nº 133, de 16 de Abril de 1896- Eleva Codó à categoria de cidade (pág.02).
22/11/1916 nº 52	Os desportos (pág.02).
13/12/1916 nº 55	Festa do Natal e Desportos (pág.02)
27/12/1916 nº 57	As Pastorinhas (pág.01).
03/01/1917 nº 58	Os desportos (pág.01).
10/01/1917 nº 59	Festas (pág.01).
24/01/1917 nº 61	O Bonde (pág.01).
07/02/1917 nº 65	Codó Athletic Club (pág.02).
14/03/1917 nº 66	A ponte e o bonde (pág.01).
14/03/1917 nº 66	Proposta (Bonde/Manufatureira) (pág.01).
14/03/1917 nº 66	Serviços municipais (pág.01).
14/03/1917 nº 66	A enchente (pág.02).
07/04/1917 nº 67	O transbordamento do Rio Itapecuru (pág.01).
18/04/1917 nº 68	O transbordamento do Rio Itapecuru (pág.01).
25/04/1917 nº 69	Casas a beira rio (pág.01).
03/05/1917 nº 70	A reedificação das casas (pág.01).
03/05/1917 nº 70	Nova inundação? (pág.01).

16/05/1917 nº 72	As ruínas da inundação (pág.02).
23/05/1917 nº 73	Um baile misterioso (pág.01).
20/06/1917 nº 77	Imagens (devolução pós-enchente) (pág.01).
27/06/1917 nº 78	Câmara Municipal- Relatório do Intendente (pág.1)
04/07/1917 nº 79	Câmara Municipal- Relatório do Intendente (pág.1)
11/07/1917 nº 80	Câmara Municipal- Relatório do Intendente (pág.1)
11/07/1917 nº 80	A linha de bondes autorizada Lei Nº 54 (pág.01).
17/10/1917 nº 94	Noticiário: Auxílio aos inundados (pág.1)
25/10/1917 nº 96	A festa (pág.1)
24/11/1917 nº 99	Auxílio às vítimas da inundação (pág.01).
28/11/1917 nº 100	Miscelânea (pág.1)
12/12/1917 nº 102	A festa (pág.01).
12/12/1917 nº 102	A Comissão de auxílio aos inundados (pág.2)
13/02/1918 nº 111	Aliados Club (pág.1)
03/04/1918 nº 117	A “Meia Lua” (pág.1)
10/04/1918 nº 118	A barra negra (pág.1)
17/04/1918 nº 119	Madeiras nas ruas (pág.1)
24/04/1918 nº 120	Chiqueiro na rua (pág.1)
22/05/1918 nº 124	Conselho Municipal/Lei Nº 57 (pág.1)
29/05/1918 nº 125	Conselho Municipal/tabela C/Danos da enchente (pág.1)
29/05/1918 nº 125	Relatório do Intendente (pág.01).
19/06/1918 nº 128	Iluminação pública (pág.4)
19/06/1918 nº 128	Mercado público (pág.4)
19/06/1918 nº 128	Ponte sobre o Água Fria (pág.4)
26/06/1918 nº 129	Iluminação pública (pág.4)
26/06/1918 nº 129	Mercado público (pág.4)
26/06/1918 nº 129	Ponte sobre o Água Fria (pág.4)
10/07/1918 nº 131	Pelo município (pág.1)
17/07/1918 nº 132	Edital: iluminação pública (pág.4)
24/07/1918 nº 133	Edital: iluminação pública (pág.4)
31/07/1918 nº 134	Mau sistema: bois na rua (pág.1)
31/07/1918 nº 134	Iluminação elétrica/Associação (pág.1)
31/07/1918 nº 134	Edital: iluminação pública (pág.4)

07/08/1918 nº 135	Edital: Iluminação pública (pág.4)
14/08/1918 Nº 136	Edital: Iluminação pública (pág.4)
21/08/1918 nº 137	Luz elétrica (pág.1)
14/08/1918 nº 137	Edital: iluminação pública (pág.4)
28/08/1918 nº 138	Luz elétrica (pág.1)
28/08/1918 nº 138	Edital: iluminação pública (pág.2)
04/09/1918 nº 139	Edital: iluminação pública (pág.4)
11/09/1918 nº 140	Edital: iluminação pública (pág.4)
18/09/1918 nº 141	Edital: iluminação pública (pág.4)
25/09/1918 nº 142	Luz elétrica (pág.4)
02/10/1918 nº 143	Luz elétrica (pág.4)
09/10/1918 nº 144	Luz elétrica (pág.4)
04/12/1918 nº 152	A festa (pág.4)
18/12/1918 nº 153	A festa (pág.1)
13/08/1919 nº 30	Odeon Cinema (pág.1)
14/01/1920 nº 02	Odeon Cinema (pág.1)
21/01/1920 nº 03	Festividade de São Sebastião (pág.2)
21/01/1920 nº 03	Odeon Cinema (pág.1)
11/02/1920 nº 06	Odeon Cinema- apelo para irem ao cinema (pág.1)
12/05/1920 nº 17	A ponte (pág.1)
26/05/1920 nº 19	O mercado (pág.1)
26/05/1920 nº 19	Odeon Cinema- reforma (pág.1)
21/07/1920 nº 27	As nossas estradas (pág.4)
18/08/1920 nº 31	Festa das padroeiras (pág.1)

APÊNDICE B: Manchetes sobre escolas e circulação de saberes analisadas no jornal “Correio do Codó”.

Questão norteadora: Quais reportagens veiculadas nos jornais codoenses possibilitam uma compreensão e (re)constituição da História da Educação Codoense?	
Fonte: Jornal “Correio do Codó”	Conteúdo/Manchete (página)
17/02/1915 nº 20	Visita às escolas (pág.02)
21/04/1915 nº 29	Externato Christino Cruz (pág.02)
17/11/1915 nº 07	Externato Codoense – 1º Anúncio (pág.01)
29/12/1915 nº 12	Externato Codoense (pág.01)
19/01/1916 nº 15	Câmara Municipal – Solicitação de subvenção para o Externato Codoense (pág.01)
22/03/1916 nº 24	A instrução / Externato Codoense (pág.01)
26/04/1916 nº29	Externato Codoense – Convite para festa cívica (pág.01)
06/05/1916 nº30	3 de Maio - Sessão Cívica no Externato Codoense (pág.01)
21/06/1916 nº 32	Escolas Municipais (pág.02)
21/06/1916 nº 32	Externato Codoense – Médias gerais (Junho) (pág.02)
21/06/1916 nº 34	Lei Nº 48- Receita e Despesa do Município de Codó (pág.03).
21/06/1916 nº 34	Relatório do Intendente (pág.01).
05/07/1916 nº 37	Externato Codoense – Balanço de Julho (pág.02)
13/09/1916 nº 42	Festa de 7 de Setembro – Externato Codoense (pág.01)
13/09/1916 nº 45	Externato Codoense – Balanço (Agosto) (pág.03)
04/10/1916 nº 45	Externato Codoense –Balanço (Setembro) (pág.02)
01/11/1916 nº 49	Decreto nº 1 de 30 de Outubro de 1916.
08/11/1916 nº 50	Externato Codoense – Balanço (Outubro) (pág.02)
29/11/1916 nº 53	Externato Codoense – Anúncio (pág.02)
06/12/1916 nº 54	As Escolas – exames finais (pág.01)
06/12/1916 nº 54	Externato Codoense – Sabatinas finais (pág.02)
06/12/1916 nº 54	Externato Codoense – Anúncio (pág.02)
03/01/1917 nº 58	Anúncio Externato Codoense (pág.02)

10/01/1917 nº 59	Recebimento do Estatuto do Externato Codoense (pág.02)
17/01/1917 nº 60	Intendente Municipal – colaboração com o Externato Codoense (pág.01)
24/01/1917 nº 61	Dr. José Maria Leal – Despedida do professor (pág.01)
31/01/1917 nº 62	Externato Codoense- sobre a escola (pág.02)
07/02/1917 nº 63	Externato Codoense – Médias gerais (Janeiro) (pág.02)
14/03/1917 nº 66	Externato Codoense – Médias gerais (Fevereiro) (pág.03)
25/04/1917 nº 69	O Externato Codoense- Reabertura pós-enchente (pág.01)
25/04/1917 nº 69	Externato Codoense – Médias gerais (Março) (pág.02)
06/06/1917 nº 75	Externato Codoense – Médias gerais (Maio) (pág.02)
27/06/1917 nº 78	Câmara Municipal – Relatório do Intendente (Cont.) (pág.01)
04/07/1917 nº 79	Câmara Municipal – Relatório do Intendente (Cont.) (pág.01)
11/07/1917 nº 80	Câmara Municipal – Relatório do Intendente (pág.01)
11/07/1917 nº 80	Externato Codoense – Médias gerais (Junho) (pág.04)
08/08/1917 nº 84	Externato Codoense – Médias gerais (Julho) (pág.02)
15/08/1917 nº 85	Noticiário: Escola Municipal – elevação de matrículas (pág.01)
05/09/1917 nº 88	Externato Codoense – Médias gerais (Agosto) (pág.02)
26/09/1917 nº 91	Fernando Carvalho (pág.01)
03/10/1917 nº 92	Fernando de Carvalho (Homenagem) (pág.01)
03/10/1917 nº 92	Escola de Monte Alegre (pág.02)
03/10/1917 nº 92	Externato Codoense – Chegada do professor Mariano (pág.02)
10/10/1917 nº 93	Externato Codoense – Médias gerais (Setembro) (pág.02)
07/11/1917 nº 97	Externato Codoense – Médias gerais (Outubro) (pág.02)
14/11/1917 nº 98	Elisabetho Carvalho (pág.1)
14/11/1917 nº 98	Externato Codoense – exames finais (pág.01)
24/11/1917 nº 99	15 de Novembro no Externato Codoense (pág.01)
28/11/1917 nº 100	Externato Codoense – Médias gerais (Novembro) (pág.2)
05/12/1917 nº 101	Externato Codoense – Resultado de exames e sabatinas (pág.1)

12/12/1917 nº 102	Externato Codoense – 3º Ano (pág.2)
19/12/1917 nº 103	Externato Codoense – reforma e ampliação (pág.2)
19/12/1917 nº 103	Externato Codoense – Anúncio para 2018 (pág.02)
16/01/1918 nº 107	A Escola: jornal (pág.01)
16/01/1918 nº 107	Útil e louvável- inauguração de curso noturno no Externato Codoense (pág.02)
06/03/1918 nº 113	Escola Mista Municipal (pág.1)
20/03/1918 nº 115	Escola Mista Municipal (pág.1)
29/05/1918 nº 125	Relatório do Intendente/Instrução Pública/Externato Codoense (pág.01)
05/06/1918 nº 126	Conselho Municipal – relatório de matrículas (pág.1)
25/09/1918 nº 142	Fernandinho (pág.1)
20/11/1918 nº 150	Escola Mista Estadual de Monte Alegre (pág.4)

ANEXOS

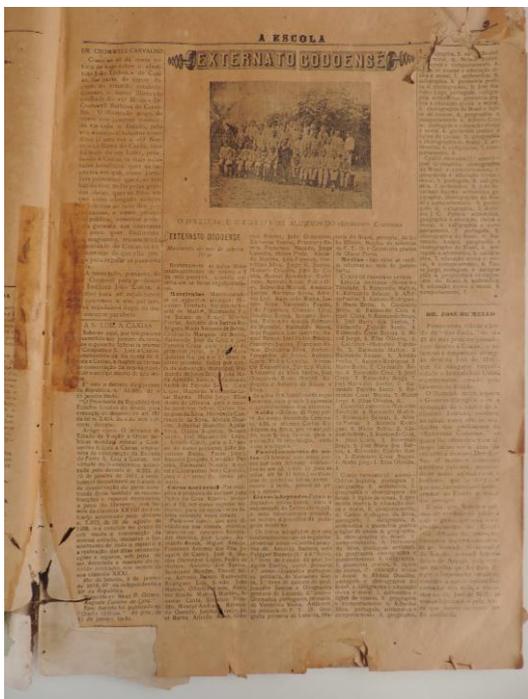
ANEXO 01: Fotos do jornal "A Escola" N° 02 de 28 de Fevereiro de 1918



Página 01



Página 02



Página 03



Página 04